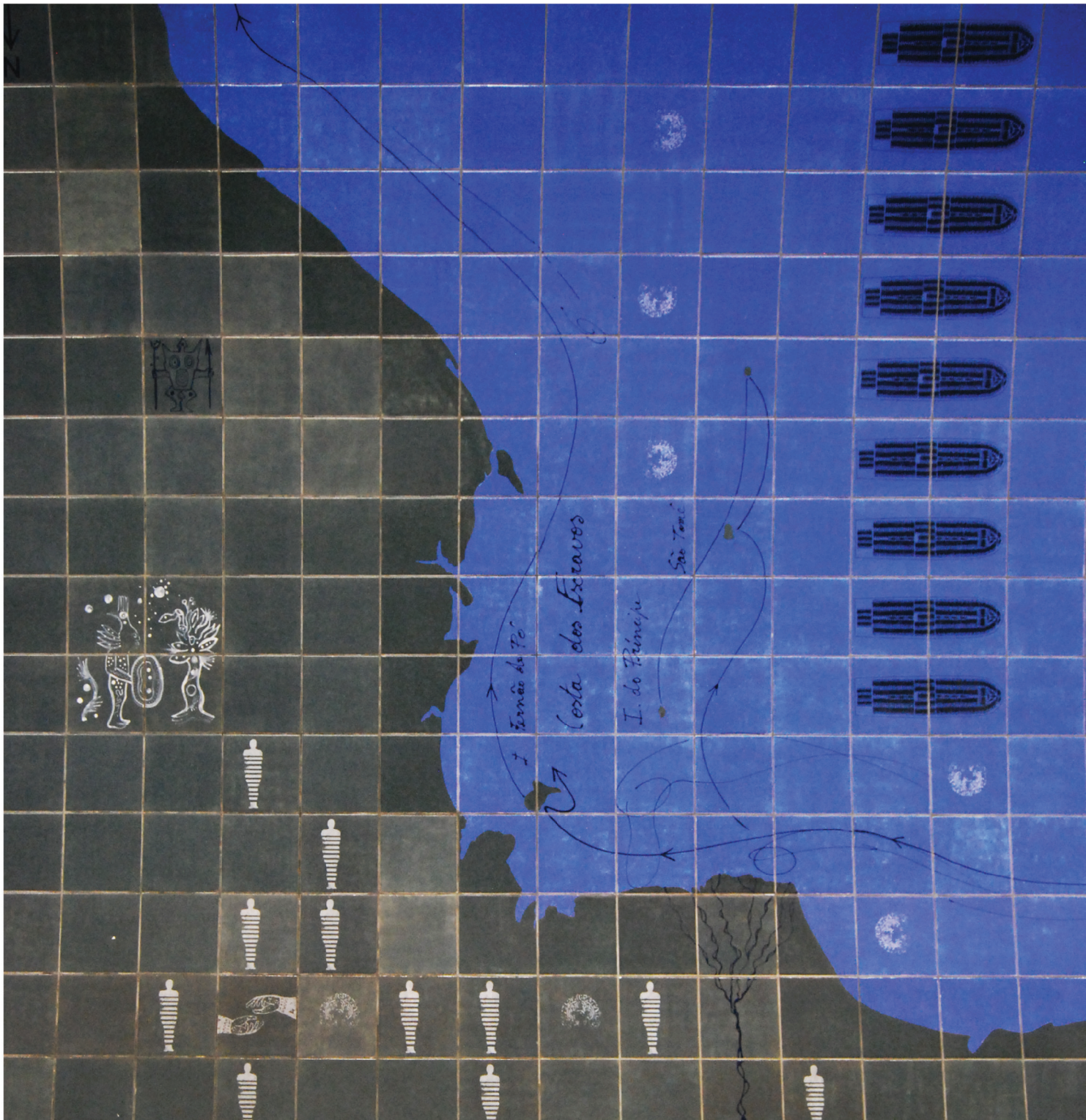
PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY, AND USES OF THE PAST

N.º 8 - 2019



As normas de publicação podem ser encontradas em: http://www.praticasdahistoria.pt/pt.

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY, AND USES OF THE PAST

N.º 8 - 2019

www.praticasdahistoria.pt

Práticas da História

Conselho Editorial
António da Silva Rêgo [IHC-FCSH/NOVA]
Christiaan Engberts [Leiden Universiteit]
Elisa Lopes da Silva [ICS-UL]
Guilherme Borges Pires [CHAM-FCSH/NOVA-UAç]
Joaquim Gafeira [IEM-FCSH/NOVA]
José Miguel Ferreira [ICS-UL]
José Neves, director da revista [IHC-FCSH/NOVA]
Matheus Pereira [Universidade Estadual de Campinas]
Pedro Martins [IHC-FCSH/NOVA]
Rui Lopes [IHC-FCSH/NOVA]
Tiago Pires Marques [CES-Universidade de Coimbra]

Conselho Científico
Alessandro Portelli [Università di Roma La Sapienza]
António M. Hespanha [Universidade Nova de Lisboa]
Enzo Traverso [Cornell University]
Fernando Catroga [Universidade de Coimbra]
Fernando Rosas [Universidade Nova de Lisboa]
Francisco Bethencourt [King's College London]
Henrique Espada Lima [Universidade Federal de Santa Catarina]
João Luís Lisboa [Universidade Nova de Lisboa]
Lilia Moritz Schwarcz [Universidade de São Paulo]
Luís Trindade [Birkbeck College]
Maria de Lurdes Rosa [Universidade Nova de Lisboa]
Robert Rowland [ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]
Rui Bebiano [Universidade de Coimbra]
Sérgio Campos Matos [Universidade de Lisboa]
Simona Cerruti [École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris]
Verónica Tozzi [Universidad de Buenos Aires]

Índice

Editorial

Comemorações dos "descobrimentos portugueses" 7
Elisa Lopes da Silva e José Ferreira

Dossier Comemorações dos "descobrimentos portugueses"

A grande aventura. Televisão, nacionalismo e as comemorações dos Descobrimentos portugueses 17
Marcos Cardão

Entre celebrações e exposições: algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990-2000) 49
Iara Lis Schiavinatto

British participation in the quincentenary commemorations of the death of Prince Henry 'the Navigator' (1960) 85
Benjamin R. J. Jennings and Stefan Halikowski Smith

Vicente de Almeida d'Eça e a historiografia marítima em 1898 139
Jaime Rodrigues

Artigo

The death of a football player. Eusébio and the struggle for Portuguese History 163
Nuno Domingos

Testemunho

"Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimentos Portugueses, ciclo 1997-2000" 198
António Manuel Hespanha

Entrevista

As histórias da história de África 221
Entrevista a Isabel Castro Henriques por Elisa Lopes da Silva e Bárbara Direito

Ensaio

Vitorino Magalhães Godinho e a questão da escravatura 258
Diogo Ramada Curto

Recensões

Marisol de la Cadena, *Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds* 273
Guilherme Bianchi

Alessandro Portelli, *Biography of an Industrial Town* 280
João Pedro Santos

Editorial
Comemorações dos "descobrimentos portugueses"

Elisa Lopes da Silva* e José Ferreira**

Logo em 2016, pouco depois de editarmos o primeiro número desta revista, pensámos em fazer um *dossier* sobre o ciclo comemorativo dos "descobrimentos portugueses" ocorrido em finais do século XX. Muitos de nós, hoje historiadores, tinham sido educados durante esse longo ciclo comemorativo: materiais escolares e investigação académica, programas de televisão e produções artísticas, e mesmo a própria cidade de Lisboa, foram meios comemorativos em grande medida patrocinados pelo Estado português, nomeadamente através da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (em funções desde 1986 até 2002).

No início de 2018, vinte anos passados da Expo'98 realizada na capital portuguesa, decidimos organizar um *dossier* em que se pudesse fazer um balanço crítico das políticas de comemoração dos ditos "descobrimentos portugueses", e assim começar a entender que histórias foram então contadas. Queríamos perceber os vários discursos comemorativos, bem como os contra-discursos e as polémicas. Sobretudo, interessava-nos entender como é que os acontecimentos históricos alvo de iniciativas comemorativas – da viagem marítima chefiada por Vasco da Gama até à Índia à chegada da frota comandada por Pêro Alvares

* Elisa Lopes da Silva (elisa.silva@ics.ul.pt). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal Bettencourt, n.º 9, 1600-189 Lisboa, Portugal.
** José Ferreira (jose.mouraferreira1988@gmail.com). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal Bettencourt, n.º 9, 1600-189 Lisboa, Portugal.

Cabral ao Brasil –, bem como as próprias comemorações nacionais portuguesas, foram interpretados noutros contextos nacionais, particularmente nos países que tinham feito parte do império português. Procurámos, assim, deslocar a discussão historiográfica da antiga metrópole.

Como forma de organização do *dossier*, lançámos na Primavera de 2018 uma chamada para trabalhos para o seminário *"Descobrimentos": Políticas, Memória, Historiografia*[1]. Pela mesma altura, deu-se uma polémica sobre um hipotético "Museu das Descobertas" que trouxe para o debate público a reflexão historiográfica sobre aquele período, começando pelo modo de o denominar. Discutir a narrativa da história nacional e o lugar da história da expansão marítima portuguesa nesta passou a estar na ordem do dia e esperamos que este nosso empreendimento possa de alguma forma contribuir para esse debate público e historiográfico. Permitirá, em primeiro lugar, desfazer de alguma forma o equívoco de que a história está feita de uma vez para sempre, salientando que ela é sempre refeita com os olhos de um presente cujos projetos comemorativos são a expressão mais visível. E escapar, portanto, à naturalidade de uma história que, uma vez contada, está sempre pronta a ser comemorada. Em segundo lugar, e talvez mais importante, ao deslocar o centro das comemorações dos "descobrimentos" da metrópole portuguesa e da narrativa da história nacional permite-se, assim, pensar e desnaturalizar quem é o "nós" que comemora hoje a história de Portugal, quando as heranças de um país imperial se refletem na população que o habita; quem é o "nós" que comemora, quando pensamos também nos herdeiros das populações das regiões americanas, africanas e asiáticas afectadas pela expansão portuguesa.

As comunicações que nos chegaram permitiram alargar o âmbito cronológico da nossa proposta e inserir as comemorações dos "descobrimentos portugueses" em finais do século XX numa categoria historiográfica de longa duração que, neste caso, fizemos remontar a 1898.

O *dossier* abre com um artigo da autoria de Marcos Cardão que percorre o programa televisivo "A Grande Aventura", protagonizado pelo historiador e divulgador José Hermano Saraiva, para estudar a

1 O seminário decorreu a 21 de junho de 2018, na NOVA-FCSH, em Lisboa.

mediatização da temática dos "descobrimentos portugueses" no Portugal democrático e pós-colonial. Por aqui se entende como uma retórica realista, apoiada por dispositivos formais audiovisuais, construiu narrativas lineares centradas nos feitos de grandes homens que se cristalizaram em memória histórica e assim ajudaram a naturalizar a benignidade imperial. A problematização da representação visual dos "Descobrimentos" prossegue no texto seguinte, centrando-se agora na forma como a visualidade veiculou também contestações e alteridades desta noção historiográfica. Iara Schiavinatto, deslocalizando o olhar da metrópole colonial, aborda o tema da escravidão na formação da categoria de arte afro-brasileira, a partir de um ciclo de exposições apresentadas entre 1990 e 2000, em Portugal e no Brasil. Tal ciclo permitiu inscrever a escravidão numa política da memória e, segundo a autora, refutar visualmente as narrativas do luso-tropicalismo e da democracia racial.

O *dossier* conta ainda com dois textos que levam a comemoração dos descobrimentos a outras geografias e temporalidades. O texto de Stefan Halikowski-Smith e Benjamin Jennings permite olhar para a forma como os "descobrimentos portugueses" foram comemorados internacionalmente numa altura em que a descolonização portuguesa estava em debate nesta arena. Este terceiro texto do nosso *dossier* analisa, a partir de iniciativas militares, diplomáticas e académicas, em particular uma exposição no Museu Britânico a propósito do quinto centenário da morte do infante D. Henrique, em 1960, o modo como as comemorações dos "descobrimentos portugueses" promoveram formas de diplomacia cultural e trocas académicas anglo-portuguesas num contexto de progressiva deterioração da relação entre estes dois países. Recuando ainda no tempo das comemorações, o último artigo do *dossier*, de autoria de Jaime Rodrigues, detém-se no texto de uma conferência de história marítima proferida em 1898 pelo historiador e oficial de marinha Vicente de Almeida d'Eça, a propósito do quarto centenário da viagem da Gama. Este texto permite situar a construção de um discurso historiográfico sobre a figura do marinheiro na cultura histórica portuguesa, intimamente ligado à emergência de um ciclo comemorativo no final do século XIX.

Já fora do *dossier*, mas procurando contextualizar as comemorações dos "descobrimentos portugueses", publicamos ainda um artigo que retoma o caminho da capital do império para pensar a memória colonial produzida pelo Estado português. Nuno Domingos analisou como Eusébio da Silva Ferreira, considerado o maior futebolista africano, nascido em Moçambique e celebrado em Portugal, se tornou um herói nacional neste país e conheceu, após a sua morte em 2014, um processo de patrimonialização que levou o seu corpo ao Panteão Nacional, em Lisboa.

De forma a multiplicar as narrativas historiográficas que desestabilizem os pressupostos que ergueram e suportaram as comemorações dos "descobrimentos portugueses", publicamos ainda uma entrevista conduzida por Bárbara Direito e Elisa Lopes da Silva a uma pioneira da história de África em Portugal, Isabel Castro Henriques. A propósito da sua longa carreira, conversámos sobre as peripécias, desencontros e combates durante a institucionalização da disciplina de História de África numa academia ainda dominada pela história dos descobrimentos e da expansão. Para finalizar, publicamos um breve ensaio de Diogo Ramada Curto, que procura situar e definir o peso do tema da escravatura na parte da obra do historiador Vitorino Magalhães Godinho dedicada à expansão e à construção de um império colonial, encontrando formas mais complexas e integradoras de abordar os "descobrimentos portugueses".

As palavras finais deste editorial foram reservadas para, de forma breve, homenagear António Manuel Hespanha, recentemente falecido. Membro do Conselho Científico da nossa revista e uma referência intelectual para todos nós, foi o historiador escolhido para apresentar o primeiro número da *Práticas da História*. O testemunho que publicamos resulta do texto por si enviado à nossa revista por ocasião da sua participação no seminário que deu origem ao *dossier* deste número. O seu testemunho enquanto comissário da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (1997-2000) oferece-nos não só um balanço daquele ciclo comemorativo, mas uma oportunidade de abrir caminho a um debate sobre a possibilidade de realizar

comemorações que se baseiem numa história crítica que questiona os fundamentos do seu fazer. Nas suas palavras:

> "[A]o dedicar-se à descrição das múltiplas formas de «pulverização» da Verdade, da Moral, da Consciência, do Homem, o historiador está a descrever-se a si mesmo e ao seu discurso como feridos por esse mesmo estilhaçamento e, com isto, a recusar qualquer cientismo ou essencialismo e a pôr automaticamente em discussão tudo quanto diga. Para além de que, ao pôr a nu tal estilhaçamento, está a abrir espaço para novas alternativas de organização social, política e cultural"[2].

Editorial

Celebrations of the "Portuguese Discoveries"

As early as 2016, shortly after publishing the first issue of this journal, we thought of making a dossier about the commemorative cycle of the "Portuguese discoveries" that took place in the late twentieth century. Many of us, historians today, had been educated during this long commemorative cycle: school materials and academic research, television programs and artistic productions, and even the city of Lisbon itself, were forms of commemoration largely sponsored by the Portuguese state, notably through of the National Commission for the Commemoration of the Portuguese Discoveries (in office from 1986 to 2002).

In early 2018, twenty years after the Expo '98 held in the Portuguese capital, we decided to organize a dossier in which we could critically review the policies to commemorate the so-called "Portuguese discoveries", and thus begin to understand which stories had been told.

2 António Manuel Hespanha, "A emergência da História", *Penélope. Fazer e desfazer a história* 5 (1991): 20.

We wanted to understand the various commemorative discourses, as well as the counter-discourses and controversies. Above all, we were interested in understanding how the historical events targeted by the commemorative initiatives – from Vasco da Gama's sea voyage to India to the arrival of Pêro Alvares Cabral's fleet in Brazil – as well as the Portuguese celebrations themselves had been interpreted in other national contexts, particularly in countries that had been part of the Portuguese empire. We would thus displace the historiographical discussion from the former metropole.

As a way of organizing the dossier, we launched in the spring 2018 a call for papers for the seminar *"Discoveries" Politics, Memory, Historiography*[3]. At that time, there was a controversy about a hypothetical «Museum of Discoveries» that brought to the public debate the historiographical reflection on that period, starting with the very way to name it. The main narrative of Portugal's history and the place of the history of the Portuguese maritime expansion in it have become the object of lively public discussion and we hope that this venture of ours can somehow contribute to this debate, both public and historiographic in its troubled relations. First, this will somehow dispel the misconception that once history is written it is forever set in stone, stressing instead that history is constantly being reconceived with the eyes of a present of which commemorative projects are the most visible expression. It will thus help us escape the naturalization of a type of history that, once told, is always ready to be celebrated. Secondly, and perhaps more importantly, by shifting the center of the commemorations of the "discoveries" from the Portuguese metropole and the narrative of national history, this dossier allows us to consider and denaturalize who is the "we" who commemorates the history of Portugal today, when the inheritance of an imperial country is reflected in its population; who is the "we" that celebrates, when we think also of the descendants of the populations of the American, African and Asian regions affected by the Portuguese expansion.

3 The seminar took place on June 21, 2018, at NOVA-FCSH, in Lisbon.

The papers that we received allowed us to broaden the chronological scope of our proposal and to insert the commemorations of the "Portuguese discoveries" at the end of the twentieth century into a long-term historiographical category which, in this case, dates back to 1898.

The dossier opens with an article by Marcos Cardão addressing the television program "A grande adventura" [The great adventure], starring public historian José Hermano Saraiva, in order to study the mediatization of the topic of "Portuguese discoveries" in democratic and postcolonial Portugal. Through his analysis, Cardão shows how a realistic rhetoric, supported by formal audiovisual devices, constructed linear narratives centered on the achievements of great men that crystallized historical memory and thus helped to naturalize imperial benevolence. The problematization of the visual representation of the "Discoveries" continues in the following text, focusing on how visuality has also conveyed disputes and alterities of that historiographic category. Iara Schiavinatto, displacing the gaze from the colonial metropole, approaches the theme of slavery in the formation of the Afro-Brazilian art category, in a cycle of exhibitions that took place between 1990 and 2000, in Portugal and Brazil. This cycle made it possible to inscribe slavery in a politics of memory and, according to the author, to visually refute the narratives of luso-tropicalism and racial democracy.

The dossier also has two texts that take the commemoration of the "discoveries" to other geographies and temporalities. Stefan Halikowski-Smith and Benjamin Jennings allow us to look at how the "Portuguese discoveries" were celebrated internationally at a time when Portuguese decolonization was under debate in this arena. This third text of our dossier analyzes, through military, diplomatic and academic initiatives, in particular a 1960 exhibition at the British Museum on the 5th Centenary of the death of Prince Henry, how the commemorations of "Portuguese discoveries" promoted forms of cultural diplomacy and Anglo-Portuguese academic exchanges in a context of progressive deterioration of the relationship between Portugal and the United Kingdom. Going further back, to the time of the celebrations of the fourth centenary of Vasco da Gama's voyage, the last article of the

dossier, written by Jaime Rodrigues, focuses on a 1898 text of maritime history to draw conclusions about the figure of the sailor in Portuguese historical culture.

Outside the dossier, but seeking to contextualize the commemorations of the "Portuguese discoveries", we also publish an article that returns to the empire's capital to think about the colonial memory produced by the Portuguese state. Nuno Domingos analyzes how Eusébio da Silva Ferreira, considered the greatest African football player, born in Mozambique and celebrated in Portugal, became a national hero in the latter country and, after his death in 2014, experienced a process of patrimonialization that led his body to the National Pantheon in Lisbon.

In order to multiply the historiographical narratives that destabilize the assumptions that ushered and supported the commemoration of the "Portuguese discoveries", we also publish an interview conducted by Barbara Direito and Elisa Lopes da Silva to a pioneer of African history in Portugal, Isabel Castro Henriques. Following her long career, we talked about the disagreements and struggles during the institutionalization of the History of Africa discipline in an academy still dominated by the history of discoveries and expansion. Finally, we publish a brief essay by Diogo Ramada Curto, in which he situates and defines the weight of the theme of slavery in the part of the work of historian Vitorino Magalhães Godinho concerning the expansion and construction of the colonial empire, finding complex and integrative approaches to the "Portuguese discoveries".

The final words of this editorial were reserved to briefly honor the recently deceased António Manuel Hespanha. Member of the Scientific Board of our journal, an intellectual reference for all of us, Hespanha was the historian chosen to present the first issue of *Práticas da História*. The testimony we publish results from the text he sent to our journal on the occasion of his participation in the seminar that gave rise to this issue. His testimony as Commissioner of the National Commission for the Commemoration of the Portuguese Discoveries (1997-2000) offers us not only a review of that commemorative cycle, but also an opportunity to pave the way for a debate on the possibility

of holding celebrations based on a critical history that questions the foundations of its doing. In his words:

> "By devoting himself to describing the multiple forms of "pulverization" of Truth, Morality, Consciousness, Man, the historian is describing himself and his discourse as wounded by the same splintering and thereby refusing any scientism or essentialism and automatically questioning whatever he writes. Furthermore, by exposing such a shattering, he opens the door to new alternatives for social, political and cultural organization."[4]

4 António Manuel Hespanha, "A emergência da História", *Penélope. Fazer e desfazer a história* 5 (1991): 20.

Práticas da História, n.º 8 (2019): 17-47

Marcos Cardão

A grande aventura. Televisão, nacionalismo e as comemorações dos Descobrimentos portugueses

Os programas televisivos de José Hermano Saraiva contribuíram para criar uma narrativa popular sobre a História de Portugal. Reconhecendo em devido tempo a importância da televisão como novo mediador da vida cultural, José Hermano Saraiva serviu-se das suas capacidades de comunicador para veicular uma história de pendor nacionalista e que privilegiava a síntese em vez da investigação de fundo. De natureza exploratória, este artigo pretende contornar a secundarização dos objectos audiovisuais na historiografia e avançar hipóteses interpretativas para o estudo da programação da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP, realizada entre 1986 e 2002), encetando uma análise do programa televisivo "A Grande Aventura". Não se pretende extrapolar a análise de um programa em concreto para considerações gerais sobre a programação da CNCDP, nem sugerir que o programa modificou a forma de divulgar a história da expansão portuguesa, mas antes apresentar uma nova forma de apreciar a mediatização da temática dos Descobrimentos no período democrático e pós-colonial e verificar como a performance de José Hermano Saraiva terá favorecido a sua popularização.
Palavras-chave: Nacionalismo, Descobrimentos portugueses, televisão, cultura audiovisual, José Hermano Saraiva.

The Great Adventure. Television, Nationalism and the Portuguese Discoveries Commemorations

The television programs of historian José Hermano Saraiva contributed to create a popu-lar narrative on the History of Portugal. Recognizing the importance of television as a new mediator of cultural life, José Hermano Saraiva used his capacity as a communicator to convey a nationalist history which favored synthesis instead of background research. In this article I'll try to circumvent the oblivion of audiovisual sources in the historiography and advance new hypotheses for the study of the National Commission for the Commemoration of the Portuguese Discoveries (CNCDP) programming by analyzing the television program "The Great Adventure", broadcast by the Portuguese National Television (RTP). The article does not intend to extrapolate from a specific television program general considerations on the CNCDP's programming, nor to suggest that the program transformed the transmission of the history of Portuguese discoveries, but rather to present a new way to map the dissemination of the Portuguese Discoveries in the postcolonial and democratic period and to verify how José Hermano Saraiva's performance favored its banalization.
Keywords: Nationalism, Portuguese Discoveries, Television, audiovisual culture, José Hermano Saraiva.

A grande aventura. Televisão, nacionalismo e as comemorações dos Descobrimentos portugueses

Marcos Cardão*

História e televisão

A história desempenha um papel fundamental na formação e difusão de uma consciência nacional e na fixação de uma memória colectiva através da selecção das temáticas mais marcantes da singularidade nacional[1]. O Estado português mobilizou oficialmente a história com a criação da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), cujo intuito era preparar, coordenar e organizar a comemoração dos quinhentos anos dos Descobrimentos. Através de uma programação multifacetada, a CNCDP deu início a um ciclo comemorativo, activo entre 1986 e 2002, que seria crucial para a renovação das representações sobre os Descobrimentos portugueses.

Embora os historiadores profissionais acreditem que estão numa posição privilegiada para interpretar o passado histórico ou explicar os acontecimentos historicamente, e a universidade continue a ocupar uma posição hegemónica na produção e divulgação do conhecimento histórico, há outras formas de transmitir a história, construir uma relação com o passado e estabelecer uma memória e uma consciência

* Marcos Cardão (marcos.cardao@gmail.com). Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade — 1649-004 Lisboa, Portugal.

1 Fernando Catroga et al., eds., *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica* (Lisboa: Temas e Debates, 1998); António Hespanha, "A História na cultura portuguesa contemporânea", in *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX,* coord. Fernando Peres (Porto: Edições Afrontamento; Porto: Fundação Serralves, 2002), 325-50; Sérgio Campos Matos, *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal – séculos XIX e XX* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008).

nacional. Por exemplo, através dos media e da cultura popular, que permitem "desafiar a hegemonia da universidade enquanto produtora e disseminadora de investigação e conhecimento, criando instituições paralelas que desempenham a mesma função em relação ao passado"[2]. Os media oferecem novas formas de "expressão histórica"[3] e deslocam a história das suas fontes habituais, sobretudo escritas e impressas.

Além de criar um novo sujeito colectivo – os espectadores de televisão são considerados a "maior comunidade imaginada do mundo"[4] –, a televisão é provavelmente o meio de comunicação de massas mais eficaz a permitir a construção de uma memória colectiva comum, a fomentar a consciência nacional e a reforçar a imaginação nacional. Seja através dos noticiários diários[5], que permitem imaginar a simultaneidade temporal e garantir a homogeneidade territorial de um país[6]; da ficção seriada[7], ou através de programas de divulgação histórica e cultural ou educacionais[8].

A capacidade da televisão para apelar a um conjunto diversificado de públicos, e transmitir e popularizar a memória e consciência histórica, terá contribuído para relativizar as divisões estabelecidas pela historiografia entre história e ficção, imaginação e realidade, verdade e falsidade, ou a ordenação de uma narrativa seguindo um princípio de ordem e coerência, com um início, meio e fim. Com efeito, os programas

2 Dipesh Chakrabarty, "A Global and Multicultural Discipline of History?". *History and Theory* 45 (2006): 101-09.

3 Tessa Morris-Suzuki, *The Past Within Us. Media, Memory, History* (London/ New York: Verso, 2005).

4 John Fiske and John Hartley, *Reading television* (London/New York: Routledge, 2003), xvi.

5 David Morley and Charlotte Brunsdon, *The Nationwide Television Studies* (London/New York: Routledge, 2005).

6A existência de um espaço mediático comum funciona como mediador da realidade nacional e permite conferir um carácter fixo e uniformizado à língua, cultura e geografia de um país. Segundo Benedict Anderson, "[the press] creates this extraordinary mass ceremony: the almost precisely simultaneous consumption ('imagining') of the newspaper-as-fiction. We know that particular morning and evening editions will overwhelmingly be consumed between this hour and that, only on this day, not that". Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (London/New York: Verso, 2005), 35.

7 Lila Abu-Lughod, *Dramas of nationhood: the politics of television in Egypt* (Chicago/London: The University of Chicago Press, 2004).

8 Raymond Williams, *Television. Technology and cultural form* (London/New York: Routledge, 2003), 51.

de divulgação histórica e cultural permitem levantar um conjunto de questões sobre as formas de representação e transmissão da história, nomeadamente questionar o modo como os historiadores constroem a sua visão do passado, que figuras literárias ou de retórica utilizam, ou quais são as suas "ficções da representação factual"[9]. A par de problematizar as divisões entre história e ficção, sobretudo porque contém características verbais que geram uma sensação de contacto imediato com o passado, a televisão tende a transformar a investigação histórica em guião de televisão e montagem televisiva, que é vista como um artifício técnico e está nos antípodas do ofício historiográfico. Em vez do valor e qualidade da escrita, os programas de divulgação histórica e cultural mostram como a performance – uma dimensão extratextual que engloba os modos de comunicar, postura, gestualidade e estratégias discursivas – é um elemento essencial para contar e transmitir uma história em televisão.

Se na historiografia os modos de expor o argumento ("emplotment") são essenciais para organizar os dados dispersos, construir uma narrativa e dar sentido a uma história[10], dentro do campo televisivo, em especial nos programas de divulgação cultural, as figuras literárias e poéticas devem ajustar-se à dimensão visual e performativa, uma componente central para transmitir uma mensagem eficaz e apelativa ao espectador.

As investigações históricas sobre a "memória da nação"[11]; sobre o impacto da cultura popular de matriz rural na abordagem de temas

9 De acordo com Hayden White: "Historians are concerned with events which can be assigned to specific time-space locations, events which are (or were) in principle observable or perceivable, whereas imaginative writers —poets, novelists, playwrights— are concerned with both these kinds of events and imagined, hypothetical, or invented ones. The nature of the kinds of events with which historians and imaginative writers are concerned is not the issue. What should interest us in the discussion of "the literature of fact" or, as I have chosen to call it, "the fictions of factual representation" is the extent to which the discourse of the historian and that of the imaginative writer overlap, resemble, or correspond with each other". Hayden White, *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978), 121.

10 Segundo Hayden White, "Providing the meaning of a story by identifying the kind of story that has been told is called explanation by emplotment. [...] Emplotment is the way by which a sequence of events fashioned into a story is gradually revealed to be a story of particular kind". Hayden White, *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe* (Baltimore: Johns Hopkins University Press), 7.

11 Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Memória da Nação* (Lisboa: Sá da Costa, 1991).

relacionados com a identidade portuguesa[12]; sobre o modo como se imaginou um nacionalismo comunista[13]; os estudos sobre o nacionalismo enquanto construção literária[14]; ou as sínteses sócio-históricas sobre a identidade nacional[15] abriram novos horizontes aos estudos sobre o nacionalismo português.

Apesar da riqueza e diversidade dos trabalhos mencionados, os estudos sobre o nacionalismo português ainda não foram efectuados a partir dos discursos e representações da cultura popular urbana e, especificamente, a partir de objectos da cultura audiovisual, neste caso a televisão. Um meio de comunicação de massas que à partida chega a mais pessoas e que permite desafiar a ideia de que a linguagem e a escrita são as expressões mais importantes da vida cultural. Paralelamente, a televisão permite desfazer a ideia de que os documentos impressos são mais significativos sob o ponto vista interpretativo, colocando ainda em causa a ideia de que a análise de imagens é uma área de especialização, enquanto a análise textual é uma prática comum, uma vez que se supõe que os textos escritos fazem parte da cultura geral.

À excepção de algumas obras já publicadas[16], a televisão ainda não foi objecto de um trabalho historiográfico de fôlego, capaz de a inserir nas mudanças estruturais verificadas na cultura em Portugal na segunda metade do século XX. Do mesmo modo, a inexistência dos chamados "estudos televisivos" em Portugal, uma área disciplinar estabelecida em diversos contextos académicos, com programas de pesquisa autónomos e revistas científicas, impossibilita uma visão mais detalhada sobre o fenómeno e deixa sem resposta uma série de questões:

12 João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional* (Lisboa: Dom Quixote, 2000).

13 José Neves, *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX* (Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2008).

14 Luís Trindade, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008).

15 José Manuel Sobral, *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional* (Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012).

16 Francisco Rui Cádima, *O Fenómeno Televisivo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996); Nuno Brandão, *O Espectáculo das Notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002).

será que os meios audiovisuais podem produzir formas de conhecimento alternativas ao discurso historiográfico tradicional? De que modo os meios audiovisuais afectam a relação entre historiografia, fontes e arquivos? Pode a investigação histórica ser traduzida para meios audiovisuais sem "prejuízo" da inteligibilidade, coerência e consistência do conhecimento histórico? Por outro lado, como é que os meios audiovisuais, aparentemente instantâneos e automáticos, condicionam a consciência histórica e as percepções da temporalidade, que separam passado, presente e futuro?

De natureza exploratória, este artigo pretende contornar a secundarização dos objectos audiovisuais no campo historiográfico e avançar novas hipóteses interpretativas para o estudo da programação da CNCDP a partir da análise do programa televisivo "A Grande Aventura". Não se pretende extrapolar a análise de um programa específico para tecer considerações gerais sobre a programação da CNCDP, que possui um vasto espólio disponível em diversos formatos e suportes, nem sugerir que o programa inaugurou ou transformou a forma de divulgar televisivamente a história da expansão portuguesa, mas antes apresentar uma via possível para apreciar a mediatização da temática dos Descobrimentos no período democrático e pós-colonial.

O programa "A Grande Aventura" foi consultado integralmente no portal RTP Arquivos, a plataforma de acesso público dos arquivos audiovisuais da RTP, criada em Março de 2017. A possibilidade de aceder pela primeira vez ao arquivo de sons e imagens da RTP, visionar parte da programação da Comissão e colocar em perspectiva o trabalho de um autor com grande visibilidade mediática, como José Hermano Saraiva, um dos divulgadores mais populares da história de Portugal cuja obra é sobretudo "audiovisual", constitui uma oportunidade para encetar uma (re)interpretação historiográfica de uma temática específica, sem recorrer às fontes escritas ou impressas que costumam ocupar um lugar central no campo da historiografia.

Um dos objectivos do artigo é iniciar um trabalho historiográfico que questione a presença dos Descobrimentos na história e cultura portuguesas, convocando fontes audiovisuais para analisar a transmissão

e divulgação da história num programa televisivo sobre a temática da expansão portuguesa. Um programa que pretendia ser simultaneamente científico e rigoroso, o que era assegurado por um conselho científico, além de acessível ao público e eficiente sob o ponto vista comunicativo. Paralelamente, o artigo pretende contemplar a importância da temática dos Descobrimentos nas representações da identidade nacional e verificar como as narrativas e a performance de José Hermano Saraiva terão favorecido a sua disseminação e popularização.

A Comissão (CNCDP)

A tendência para considerar a história de Portugal como uma história doméstica e unicamente europeia tende a relegar a história colonial portuguesa para uma dimensão extraterritorial, e aparentemente episódica ou encerrada num passado distante. Este esquecimento selectivo, ou subalternização, da temática colonial obscurece o facto de a história da Europa e dos impérios europeus ter sido construída através de múltiplos processos de conquista, colonização e trocas culturais[17]. Ou seja, o colonialismo não foi um epifenómeno do passado sem efeitos duradouros no presente, nomeadamente no campo das representações identitárias, "cultura e conhecimento"[18]. O processo de redefinição identitária originado pela integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia terá acentuado a separação entre uma história doméstica e outra extraterritorial, vista como uma espécie de excrescência do passado colonial. Uma separação que reproduz, porventura de forma involuntária, o binário metrópole/colónia produzido no âmbito do sistema colonial.

A história da expansão, em que a relação dinâmica entre a esfera doméstica ou europeia e a imperial era contemplada, só reapareceu en-

17 David Armitage, *The Ideological Origins of the British Empire* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), 14.

18 Segundo Sanjay Seth, "onde o pós-colonialismo acrescenta alguma coisa à nossa compreensão – e esta é uma afirmação tanto teórica quanto histórica – é quando dirige a nossa atenção para o facto de que o encontro colonial também produziu efeitos duradouros em outros domínios, incluindo a cultura e o conhecimento". Sanjay Seth, "Pós-colonialismo e a história do nacionalismo anticolonial". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 7 (2018): 45-75.

quanto disciplina autónoma em meados da década de 1980, em grande medida por causa da programação da CNCDP[19]. Ainda insuficientemente trabalhada pela historiografia, continua a não existir uma visão detalhada sobre a programação da CNCDP, nem propostas interpretativas que reflictam sobre o seu alcance e possíveis limitações. Faltam, por exemplo, estudos sobre a recepção da programação para perceber como ela foi interpretada, apropriada e eventualmente reescrita pelo público. Importaria ainda questionar se a programação foi efectivamente plural, aberta a pontos de vista não europeus, e se procurou entender os "outros" fora dos paradigmas da interculturalidade ou da comunicação transcultural. Interrogar se a diferença cultural foi efectivamente trabalhada em vez de subsumida ou superada. Ou se foram questionadas as limitações de algumas categorias conceptuais, que tendem a produzir semelhanças e identidades e a estabelecer analogias de modo a suprimir as diferenças.

Os Descobrimentos ocupam um lugar de relevo na historiografia portuguesa e no imaginário nacional. Não obstante a importância de outras temáticas constitutivas da identidade nacional, como a valorização histórica da cruzada, a matriz rural portuguesa, a decadência e o atraso relativamente a outros países europeus, ou as relações de proximidade e afastamento com Espanha, os Descobrimentos foram provavelmente a temática da identidade nacional mais trabalhada na década de 1980. Ela ganhou proeminência com o ciclo comemorativo iniciado com a criação da CNCDP em 1986 e, posteriormente, através da projecção mediática com a realização da Expo 98, cujo lema era "Os Oceanos – um Património para o Futuro". A Exposição Universal de Lisboa contribuiu para reavivar o papel dos oceanos nos discursos e representações da identidade nacional, um tema propenso a várias representações e que conduziu à criação de várias figuras arquetípicas, entre as quais o marinheiro, o navegador, o viajante, o aventureiro ou o descobridor[20].

19 Ângela Barreto Xavier, "Tendências na historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre o destino da História Social". *Penélope* 2 (2000): 141-79.

20 Claudino Cristóvão Ferreira, *A Expo 98 e os Imaginários do Portugal Contemporâneo. Cultural, Celebração e Políticas da Representação* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006).

Também nos anos 80, surgiu no campo da música popular portuguesa uma nova corrente musical que foi transversal aos principais movimentos estéticos da época, quer o denominado "rock português", visível na proliferação de bandas pop-rock que cantavam em português; quer a chamada "música moderna portuguesa", que deu origem a estilos musicais alternativos na segunda metade dos anos 80. A nova corrente musical distinguir-se-ia por veicular narrativas e performances que efectuavam uma leitura parcial da História de Portugal, mais próxima da celebração nacionalista do que de uma releitura crítica. A emergência desta nova corrente, presente em bandas como os Heróis do Mar ou os Da Vinci[21], evidencia a forma como a cultura pop concedeu um espaço importante à dimensão histórica e imperial do país[22], sendo também ela sintomática da deslocação das discussões sobre a identidade nacional do campo erudito para o campo da cultura popular.

Semelhante à iniciativa levada a cabo pelo Estado espanhol, que criou uma comissão em 1981 para comemorar o Quinto Centenário do Descobrimento das Américas, conduzindo à organização da Exposição Mundial de 1992 em Sevilha, a CNCDP desdobrou-se em iniciativas para celebrar os quinhentos anos dos Descobrimentos portugueses. Nomeadamente através do incentivo à investigação científica sobre o período, materializado em traduções, reedições, publicação de fontes e bibliografia, colóquios e conferências – que possibilitaram, por exemplo, uma conferência de Edward Said em Portugal, por ocasião do encerramento das Conferências de Arrábida em Outubro de 1998[23] –,

21 A banda pop Da Vinci venceu o Festival RTP da Canção de 1989 com o tema "Conquistador". Em entrevista à revista *TV Guia* (publicação oficial da RTP) os seus membros referiam que a letra da canção, cujo refrão dizia "Já fui ao Brasil, Praia e Bissau, Angola, Moçambique, Goa e Macau. Ai, fui até Timor, já fui um conquistador", fora sugestionado pelo programa de José Hermano Saraiva, "A Grande Aventura" e pelas comemorações oficiais dos Descobrimentos: "Quisemos fazer um poema que evocasse de alguma forma a expansão portuguesa", ver Luísa Leitão, "Da Vinci: o público compreendeu a nossa aposta", *TV Guia*, Março 18, 1989, 9. Ver Marcos Cardão, "Foram oceanos de amor. Os Descobrimentos Portugueses na cultura pop dos anos 80". *Portuguese Studies Review* 26, n.º 1 (2018): 99-148.

22 Luís Trindade, "Dividing the Waters: The sea in Portuguese post-revolutionary popular music". *Portuguese Journal of Social Science*, 14, n.º 3 (2015): 287-301.

23 Segundo Ângela Barreto Xavier, a CNCDP "dominou inquestionavelmente não só o financiamento de projectos de investigação como ainda a economia do mercado editorial português sobre estes temas". Ângela Barreto Xavier, "Tendências na historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre o destino da História Social". *Penélope* 2 (2000): 143.

protocolos assinados com os países de língua oficial portuguesa para a identificação e recuperação de património cultural comum, a emissão de moedas e selos comemorativos, manifestações desportivas, espectáculos, exposições, entre outras actividades culturais.

O primeiro comissário-geral da CNCDP, Vasco Graça Moura, que ocupou o cargo entre 1988 e 1995, afirmou no primeiro número da revista *Oceanos* – boletim de informação da Comissão dirigido por António Mega Ferreira e que foi editado entre 1989 e 2002 – que pretendia elaborar um programa de comemorações abrangente e "sem nostalgias de império ou de proezas guerreiras, consciente de que proporcionou o que é mais importante: as bases culturais e civilizacionais que aproximam a Europa dos outros continentes"[24].

A concepção de um programa multifacetado e, idealmente, sem nostalgias passadistas era a forma de a Comissão se distanciar das principais exposições históricas realizadas no âmbito do Estado Novo: a Exposição do Mundo Português (1940) e as Comemorações Henriquinas (1960), tendo ambas sintetizado as ambições colonialistas do regime autoritário. A primeira, a celebração da acção colonial dos portugueses e do imperativo da missão civilizadora, etnocêntrica e imperialista; a segunda, a afirmação do cariz multirracial e os supostos princípios generosos da colonização portuguesa, de acordo com os postulados integradores associados ao luso-tropicalismo[25].

Ainda que a CNCDP não pretendesse fazer comemorações retóricas nem saudosistas, e rejeitasse realizar uma hagiografia dos Descobrimentos[26], a ideia do pioneirismo português esteve presente em diversas

24 Vasco Graça Moura, "Editorial". *Oceanos* 1 (1989): 9.

25 Marcos Cardão, *Fado Tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)* (Lisboa: Edições Unipop, 2014).

26 Faltaria fazer um estudo aprofundado sobre a programação da Comissão e, principalmente, verificar qual o papel desempenhado pelos vários comissários-gerais para perceber melhor qual foi o sentido, científico e político, dado às comemorações. Por exemplo, António Manuel Hespanha, comissário-geral para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses entre 1995 e 1999, era claro em caracterizar o tipo de comemorações que pretendia: "Voltando às comemorações e aos heróis, o mal não é tê-los [...]. O mal é o carácter unilateral e enviesado da sua escolha e da sua construção. É o facto de eles construírem imagens obsessivas, que ocultam perspectivas diferentes e nos encerram em lições morais parciais, simplificadoras e pobres". António Hespanha, *Há 500 anos. Balanço de três anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*

iniciativas. Nomeadamente quando se tratava de enaltecer o pioneirismo português na modernidade científica, um tópico que estaria em consonância com a tarefa de educação cívica no período democrático e pós-colonial, ou para celebrar o papel de Portugal na abertura ao mundo, no diálogo entre culturas e como catalisador do multiculturalismo[27].

Não obstante a intenção de renovar e complexificar o conhecimento sobre os Descobrimentos, e reforçar uma atitude crítica para prevenir a manipulação político-ideológica da história, a vontade de alcançar o grande público através de iniciativas que extravasassem o campo científico terá conduzido a formas variadas de reconfigurar os propósitos críticos da Comissão. A intenção de alcançar o grande público estava em sintonia com o programa oficial do XI Governo Constitucional, que tinha como primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, no qual se afirmava a vontade de ter uma programação abrangente que não se resumisse às cerimónias formais:

> "As comemorações não constarão somente de cerimónias formais. A intenção principal é mostrar ao Mundo e, especialmente, aos Portugueses o que foi uma grande operação científica, organizada de modo eficaz, mobilizando os conhecimentos ao tempo mais avançados e contribuindo simultaneamente para o desbravar do Mundo e da Ciência. [...] Todas as vertentes dos Descobrimentos são importantes, mas são aquelas que hoje nos podem servir de inspiração para um novo estímulo do nosso processo de desenvolvimento e para a mobilização dos portugueses, em especial dos jovens, que devem ser as mais enaltecidas"[28].

(Lisboa: Comissão dos Descobrimentos, 1999), 9. Em entrevista dada ao historiador Pedro Cardim, António Hespanha fez um novo balanço sobre o seu trabalho na Comissão, afirmando: "O trabalho na Comissão dos Descobrimentos era muito diferente, basicamente, "desintoxicação" historiográfica, pela renovação e complexificação do saber sobre a expansão portuguesa, a diplomacia cultural e o serviço público na área da cultura", ver Pedro Cardim, "Entrevista a António Manuel Hespanha". *Análise Social* XLVI, n.º 200 (2001): 440.

27 Ver, por exemplo, o livro publicado pela CNCDP de Luís Filipe Barreto, *Portugal na Abertura do Mundo* (Lisboa: CNCDP, 1997), editado igualmente em castelhano, inglês, alemão, chinês e italiano, que constitui uma síntese impressa da exposição itinerante "Portugal na abertura do mundo", inaugurada no Museu dos Jerónimos em 1989.

28 Programa do XI Governo Constitucional. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf >, acedido em Maio de 2018.

Dentro das iniciativas direccionadas a um público mais vasto constavam as provas desportivas, incluindo os desportos náuticos, ou o patrocínio à Volta a Portugal em Bicicleta, cujas etapas ganharam o nome de navegadores portugueses. A Comissão financiou também a publicação de fonogramas cuja temática incidia sobre os Descobrimentos, entre os quais, o fonograma de Rui Veloso, "Auto da Pimenta" (1991), cujas letras procuravam desmistificar a mitologia associada à gesta heróica dos portugueses; o fonograma de Mário Laginha e Maria João, "Cor" (1998), que foi uma encomenda oficial da Comissão para assinalar os quinhentos anos da chegada de Vasco da Gama à Índia; e. dos mesmos músicos, o fonograma "Chorinho Feliz" (2000), com o intuito de assinalar os quinhentos anos da descoberta do Brasil.

No campo da música erudita, a Comissão encomendou ao compositor Philip Glass uma ópera sobre Vasco da Gama e as suas viagens, intitulada "White Raven", cujo libreto ficou a cargo da escritora Luísa Costa Gomes; e ao compositor Emanuel Nunes a obra "Machina Mundi", baseada numa adaptação livre de *Os Lusíadas*, que foi estreada na Gulbenkian, com transmissão directa para 14 países europeus.

A política editorial apostou igualmente na abrangência de públicos, contemplando especificamente o público juvenil, com a revista *Na Crista da Onda*, que incluía textos de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada; a revista *Oceanos*, o boletim informativo da Comissão, que abordava temas variados e pretendia chegar a um público mais vasto; a revista *Mare Liberum*, sobre a história dos mares e com um cariz científico; a série de livros "Sínteses da Cultura Portuguesa", editada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda e destinada a um público erudito; e outras obras de divulgação com componente didáctico-pedagógica, que incluíam o patrocínio de programas televisivos de divulgação histórico-cultural, como o já mencionado programa "A Grande Aventura", da autoria de José Hermano Saraiva; além das acções coordenadas por um grupo de trabalho do Ministério da Educação, que visava sensibilizar professores e alunos para a temática dos Descobrimentos[29].

29 António de Oliveira, "The Activities of the CNCDP: A preliminary assessment". *E-Journal of Portuguese History* 1, n.º 1 (2003): 1-12.

No campo historiográfico, a Comissão abriu espaço a uma revisão das imagens tradicionais dos Descobrimentos, procurando erradicar os mitos da vocação ecuménica dos portugueses e afastar o vocabulário denodadamente nacionalista, como "espírito de missão", cruzada, civilização ocidental, heroísmo, epopeia, etc.[30]. Porém, a revisão historiográfica não terá impedido a proliferação de releituras nacionalistas, nem a reconfiguração de significados das iniciativas da Comissão. Entre a actualização historiográfica, a recusa da propaganda nacionalista e a tentativa de promover celebrações consentâneas com uma ideia de modernidade, com as suas assunções epistémicas, a Comissão não terá conseguido evitar declinações nacionalistas, especialmente em iniciativas que pretendiam alcançar o grande público. Nomeadamente através da grande exposição itinerante, intitulada "Portugal na abertura do mundo", inaugurada no Museu dos Jerónimos em 1989, cujo espaço expositivo estava dividido em salas que conduziam os visitantes desde a "Idade dos mundos fechados", passando pelo "Sentido dos Descobrimentos", até chegar à sala do "Encontro dos mundos"[31].

José Hermano Saraiva

A CNCDP terá pautado a sua programação pela revisão das narrativas nacionalistas dos Descobrimentos que, todavia, não impediu a reprodução de narrativas nacionalistas. Designadamente através do programa televisivo "A Grande Aventura", que terá contribuído para renovar os modos de transmissão da história, reforçando a sua mediatização, mas também para nacionalizar parcialmente a sua interpretação, sobretudo com o uso de expressões como a celebração do passado histórico, o orgulho em ser português, ou a proliferação de formas pronominais.

Antes de se tornar uma celebridade mediática, José Hermano Saraiva (1919-2012) foi advogado, historiador, diplomata e professor de liceu, integrando depois o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramari-

30 Fernando Catroga et al., eds., *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica* (Lisboa: Temas e Debates, 1998), 301.

31 Ver o artigo sobre a exposição "Portugal na Abertura do Mundo" em *Oceanos* 14 (1993): 16.

na como docente. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Exerceu cargos políticos importantes durante o Estado Novo, como director da Campanha Nacional de Educação de Adultos, vereador da cultura na Câmara Municipal de Lisboa (1957-1961), deputado à Assembleia Nacional, procurador da Câmara Corporativa, ministro da Educação (1968-1970) ou embaixador de Portugal no Brasil (1971-1974). José Hermano Saraiva foi igualmente membro da Academia Portuguesa das Ciências, da Academia Portuguesa de História e da Academia da Marinha.

José Hermano Saraiva construiu ao longo dos anos uma forte imagem pública devido à presença regular em programas televisivos de divulgação histórica. Não obstante as reservas por parte da comunidade académica, que criticou o modo impressionista de José Hermano Saraiva narrar a história de Portugal, a eficácia comunicativa, o sentido coreográfico e a encenação dramática colocada nos seus programas televisivos terá cativado gerações sucessivas de espectadores.

José Hermano Saraiva realizou o seu primeiro programa televisivo em 1971, intitulado "O Tempo e a Alma", e manteve a actividade de apresentador de programas televisivos de forma quase ininterrupta até 2011, um ano antes de falecer. Foram da sua autoria programas como "Gente de Paz" (1978), "Coisas do Mundo" (1980), "A Grande Aventura" (1989), "A Bruma da Memória" (1993), "Histórias que o Tempo Apagou" (1994), "Lendas e Narrativas" (1995), "Horizontes da Memória" (1996-2003) e "A Alma e a Gente" (2003-2011), entre outros.

No campo editorial, José Hermano Saraiva publicou *A crise da família e o problema da habitação* (1967), *Aspirações e contradições da pedagogia contemporânea* (1971), *História Concisa de Portugal* (1978), *História de Portugal*, em seis volumes (1984-1985) e *Diário da História de Portugal* (1992-1994), entre outros.

O livro *História Concisa de Portugal* é ainda hoje um dos maiores sucessos editoriais na área da divulgação histórica, contando já com 25 edições e cerca de 180 mil exemplares vendidos. Editado pela primeira vez em 1978, com direito a uma publicação especial em 1979, destinada

às comemorações oficiais do Dia de Portugal, o livro foi traduzido em espanhol, italiano, alemão, búlgaro e chinês. A obra ilustra uma nova forma de escrever e transmitir a história, que privilegia a síntese em vez de uma investigação histórica de fundo, cujo intuito seria descrever apenas os acontecimentos mais importantes através de uma escrita concisa, acessível e abrangente em termos de público.

Como sugeria o próprio José Hermano Saraiva, que apresentou a *História Concisa de Portugal* no programa televisivo "A Ideia e a Imagem", da autoria do escritor Álvaro Manuel Machado, a obra não era uma obra de investigação, mas sim um livro de síntese, de "leitura simples", acrescentando em seguida que poucos portugueses tinham "tempo e dinheiro para comprar livros"[32]. A propósito da preponderância da cultura escrita e impressa, José Hermano Saraiva referiu também que a cultura era um privilégio de poucos no século XVI mas que devia ser um direito de todos no século XX. Salientou ainda que a cultura não se adquiria somente através do livro, havia meios de comunicação modernos que também a podiam transmitir. As reflexões de José Hermano Saraiva sobre o futuro do livro após a emergência dos meios audiovisuais foram sintetizadas no artigo "A crise do livro?", no qual escrevia:

> "A televisão passeia-nos por todo o mundo dentro das paredes da nossa própria casa, pode ensinar-nos tudo – desde a extensão universitária até às delícias culinárias, sem em troca nos pedir nada, nem sequer o esforço de abrir a página. [...] Tudo isto constitui uma revolução na comunicação, e desvenda horizontes novos à cultura"[33].

32 O programa "A Ideia e a Imagem" foi emitido pela RTP entre 1976 e 1978 e abordava temas de literatura, incluindo perfis de diversos autores, e de algumas edições literárias recentes. O programa em que José Hermano Saraiva apresenta a *História Concisa de Portugal* foi emitido a 23 de Março de 1978 e está disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/jose-hermano-saraiva-apresenta-a-historia-concisa-de-portugal/#sthash.Jac7JPEI.Tp5HwD14.dpbs> (acedido em Outubro de 2017).

33 José Hermano Saraiva, *Outras maneiras de ver* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1979), 150.

Filiando-se numa concepção positivista da história, José Hermano Saraiva afirmava na introdução da *História Concisa de Portugal* que este não era composto por palavras vãs, "mas um livro sobre factos. Não um argumento mais num ruidoso debate, mas um instrumento de que havia falta"[34]. Aparentemente, o intuito do autor seria libertar a história da indeterminação das palavras, dos dissensos interpretativos ou dos enviesamentos ideológicos, bem como dos excessos eruditos. O autor dizia que pretendia fazer um "livro que não demorasse muito tempo a ler, mas desse uma imagem global da evolução histórica do povo português"[35]. Numa história preenchida idealmente com "factos históricos", que não contivesse mais do que o essencial, não haveria lugar para enigmas, incertezas, paradoxos ou contradições. O objectivo seria fixar a atenção dos leitores nos principais temas da história nacional, e fazê-lo com algum zelo programático.

Foi por intermédio de Vasco Graça Moura, nomeado director de programas da RTP 1 em 1978, que José Hermano Saraiva regressou à televisão com o programa "Gente de Paz". A propósito deste programa, José Hermano Saraiva afirmou ao semanário *O Jornal* que "inicialmente, o programa visava sentir aos portugueses todas as enormes capacidades do povo português"[36].

Numa outra entrevista, desta feita publicada no semanário *Se7e*, José Hermano Saraiva enunciava o regresso de temáticas como a portugalidade, salientando como esta podia ser um antídoto contra os antagonismos políticos: "Todos nós podemos ser isto, aquilo, aqueloutro, ter aqueles rótulos que se põem às pessoas. Mas somos todos portugueses"[37]. O autor passou igualmente a ser colunista convidado da *TV Guia*, a publicação oficial da RTP, para a qual escreveu dezenas de artigos, avançando num deles a ideia de que "a história também pode

34 José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1979), 16.

35 José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1979), 15.

36 S/a, *O Jornal*, Janeiro 12, 1979, 33.

37 José Hermano Saraiva, "Gente de paz é o povo em que eu acredito". *Se7e*, Outubro 26, 1978, s/p.

ser um espectáculo de TV"[38]. Em 1979, o jornal *Expresso* elegeu o cineasta Manoel de Oliveira como a personalidade nacional do ano, que teve como concorrente José Hermano Saraiva, uma figura que gozava de grande visibilidade mediática no final da década de 1970.

As emissoras de televisão procuram encontrar uma solução de compromisso entre os desígnios públicos e as lógicas comerciais. Os programas de divulgação cultural encarregar-se-iam à partida de cumprir os imperativos de serviço público, abarcando um conjunto de características e convenções formais. Designadamente serem eficientes sob o ponto de vista comunicativo, que se traduzia no esforço de transpor os conteúdos científicos ou culturais para uma linguagem dita acessível, com sentido pedagógico e didáctico. Tendo já apresentado vários programas de divulgação histórica, José Hermano Saraiva parecia reunir os requisitos necessários para apresentar mais um programa televisivo, este incidindo especificamente sobre a história dos Descobrimentos. José Hermano Saraiva reconheceu desde cedo a importância da televisão enquanto novo mediador da vida cultural, servindo-se da sua capacidade de comunicador para veicular uma história que não prescindia de uma retórica nacionalista. Notória nos programas que abordavam directamente os Descobrimentos, uma temática central no capítulo das representações da identidade nacional. Nomeadamente em programas como "Gente de Paz", "A Grande Aventura", "Heróis do Mar, Nobre Povo", inserida na série "Horizontes da Memória", "A Alma e Gente", ou o programa "Lisboa dos Descobrimentos", inserido na série "História de Cidades", emitida pela RTP em 1988, na qual se revisitavam alguns marcos simbólicos do período[39].

Os programas de José Hermano Saraiva não foram os únicos a abordar a temática dos Descobrimentos na programação da RTP. Esta foi abordada por diversas vezes, por exemplo, no programa "Este Por-

38 José Hermano Saraiva, *TV Guia*, Janeiro 4, 1980, 6-7.

39 O programa "Lisboa dos Descobrimentos" tinha como ponto de partida a importância histórica dos Descobrimentos na cidade de Lisboa. O programa está disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/lisboa-dos-descobrimentos/#sthash.fM8L2ODB.dpbs> (acedido em Março de 2018).

tugal que Somos" (1978), da autoria de António José Saraiva; "Mare Nostrum, Pátria Nostra" (1982), da autoria de Rui de Vilhena Roque, que pretendia dar uma visão abrangente da relação de Portugal com o mar ao longo dos séculos; o programa "A Epopeia dos Descobrimentos Portugueses" (1988), apresentado por Manuel Joaquim Gandra e António Carlos Carvalho; ou o programa "Avenida Brasil" (2000), da autoria de Francisco José Viegas e Rui Mateus, produzido em colaboração com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses quinhentos anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil.

"A Grande Aventura"

As discussões em torno do "género" foram indissociáveis da emergência de novas formas de cultura popular, tornando-se uma categoria relevante para distinguir e caracterizar diversas formas culturais[40]. A classificação e organização dos programas televisivos por género facilitam a identificação dos códigos e convenções que os caracterizam.[41] Cada programa televisivo integra-se num género específico e dispõe de formas, padrões e características particulares que o singularizam. Os elementos definidores de cada género são determinantes para estabelecer uma relação entre os espectadores, que possuem um entendimento genérico sobre as características de cada género, neste caso, um entendimento sobre as características de um programa em específico. Ou seja, a categoria de género insere-se numa teia que inclui a produção, circulação e significação, que fazem do género não apenas uma característica formal de um programa, mas também um entendimento que os espectadores fazem dele.

O programa "A Grande Aventura" integrava-se no âmbito dos programas de divulgação histórica e dispunha de códigos e convenções facilmente identificáveis pelos espectadores. Ou seja, o programa fazia parte de um género específico, que lhe conferia sentido e coerência

40 Fabian Holt, *Genre in popular music* (Londres/Chicago: University of Chicago Press, 2007), 2.
41 Jason Mittell, "A Cultural Approach to Television Genre". *Theory Cinema Journal* 40, n.º 3 (Spring, 2001): 3-24.

formal, além de funcionar como um ponto de convergência para certos tipos de comunicação e discurso.

Financiado pela CNCDP e exibido pela RTP em 1989, o programa foi uma forma de divulgar e transmitir a história dos Descobrimentos no campo audiovisual. O programa pretendia identificar as causas e os efeitos dos Descobrimentos, percorrendo ao longo dos oito episódios uma parte significativa das rotas da expansão portuguesa, com a maioria das filmagens a decorrer nos locais mencionados na narrativa, e explicar as suas causas, motivações e consequências.

Da autoria e apresentação de José Hermano Saraiva, o programa "A Grande Aventura" tinha a colaboração científica dos Professores Luís Albuquerque, Veiga Simão e Filipe Mendes Quinto; Mário de Carvalho como director de fotografia; e a realização a cargo de Fernando Garcia, fundador do jornal A Capital, que trabalhou igualmente como locutor, produtor e apresentador na Emissora Nacional e na RTP, além de escrever livros, entre os quais, *Meu Nome é Eusébio* (1967), uma (auto)biografia do jogador traduzida em várias línguas e publicada pela Routledge na Grã-Bretanha[42].

O genérico inicial do programa continha a imagem de uma caravela com a bandeira da cruz de Cristo em miniatura a despontar do nevoeiro, simulado com um nebulizador (uma máquina de produzir fumo), um mapa com as rotas antigas da expansão, uma bússola, uma ilustração da rosa-dos-ventos e imagens do mar.

O primeiro episódio da série intitulava-se "Caminhos no Mar"; e seguiam-se "A Vontade do Infante" (dividido em duas partes); "Ceuta" (dividido em duas partes); "Madeira" (dividido em duas partes); "Açores" (dividido em duas partes); "Cabo Verde" (dividido em duas partes); "O Plano das Índias" (dividido em duas partes);

O primeiro episódio, "Caminhos no Mar", começava com uma sequência de José Hermano Saraiva a bordo do veleiro "Creoula", um antigo navio bacalhoeiro, a falar da importância dos Descobrimentos

42 Marcos Cardão, "Um significante instrumental. Eusébio e a banalização do luso-tropicalismo na década de 1960", in *Esporte, Cultura, Nação, Estado – Brasil e Portugal*, org. Victor Andrade de Melo et al. (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014), 172-87.

no contexto da sua época, citando para o efeito um longo trecho de *Os Lusíadas*, lido de forma pausada e com sentido dramático. Usando abundantemente formas pronominais, como o pronome pessoal "nós", que convidava à identificação dos espectadores com a história que era contada em vez de optar por um distanciamento crítico[43], o apresentador colocava a narrativa histórica dos Descobrimentos ao serviço de uma empresa colectiva de todos os portugueses, referindo no episódio inaugural que pretendia falar de "uma viagem colectiva, a viagem que milhares de portugueses fizeram na grande aventura que foram os Descobrimentos".

A narrativa histórica privilegiava a continuidade, a familiaridade, a identificação e evitava enveredar por grandes problematizações, sem todavia abdicar da intenção de transmitir um conhecimento especializado sobre os Descobrimentos. Mesmo evitando a aproximação aos discursos académicos ou científicos, estes eram convocados quando se procurava sustentar cientificamente uma narrativa e provar os "factos históricos" relatados, como, por exemplo, o pioneirismo científico português na descoberta do mundo. Para o efeito convocava-se o historiador Luís Albuquerque, presidente da comissão científica da CNCDP e consultor científico do programa, que corroborava a narrativa de José Hermano Saraiva com um discurso erudito e "argumentos científicos".

No primeiro episódio descreviam-se ainda as características das caravelas, naus e barcas usadas nos Descobrimentos, recorrendo ao depoimento de comandantes de navios e veleiros, enquanto nas imagens se viam marinheiros a fazer o trabalho de bordo. Posteriormente, José Hermano Saraiva comentava o significado dos painéis de São Vicente de Fora e procurava explicar a razão do pioneirismo português em termos

43 Michael Billig refere que a utilização de formas pronominais é uma maneira de acenar ("to flag") o nacionalismo banal: "Political speakers routinely elide first person plurals: we the speaker and audience, we the party, we the government, we the nation, we the right-thinking people, we the Western world, we the universal audience – they all slide together. The boundaries between one 'we' and another one are routinely and rhetorically entangled, as speakers skillfully portray a harmonious world, in which all 'we's speak with one voice – the speaker's own voice. In this way, 'we' are integrated and directed by a pronoun which semantically integrates and directs". Michael Billig, *Banal Nationalism* (London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, 1991), 166.

de decisão colectiva e imperativo nacional, referindo que "a glória das Descobertas representa o prémio da nossa unanimidade". A afirmação reenviava para uma ideia de unidade orgânica entre todos portugueses, que teriam posto de lado as divisões em nome do interesse nacional. Enquanto retratava a importância histórica dos Descobrimentos, na imagem via-se um pormenor do Padrão dos Descobrimentos, com o apresentador a identificar uma a um os rostos da chamada "ínclita geração".

O fio condutor do episódio, que de resto seria retomado nos restantes episódios, assentava na afirmação da ciência e da técnica dos portugueses, sublinhando igualmente a sua audácia e humanismo, que terá favorecido o encontro e o contacto entre diferentes povos e culturas, sem deixar de referir igualmente os custos humanos e materiais envolvidos. Sob o ponto vista formal, privilegiava-se um estilo sintético e narrativo, como se o apresentador estivesse a narrar um acontecimento em cima da hora, sem prejuízo das pretensões de ser rigoroso e científico. Para o efeito, convocar-se-iam sistematicamente especialistas de diferentes áreas disciplinares – historiadores, vulcanólogos, marinheiros, etc. –, com o intuito de assegurar o carácter científico do programa e apresentar outros aspectos da realidade histórica.

No segundo programa da série, intitulado "A Vontade do Infante", dedicado à figura do infante D. Henrique, descrito como o vulto "mais universal de todos os portugueses", viam-se novamente imagens do Padrão dos Descobrimentos. Embora o programa procurasse desmontar algumas lendas, como a existência da Escola de Sagres, e enveredasse por uma visão mais balanceada da figura do infante, eram recuperados alguns tópicos associados historicamente à figura do chamado "O Navegador". Estes haviam sido profusamente trabalhados anteriormente, por exemplo, nas Comemorações Henriquinas de 1960. O próprio Hermano Saraiva se interessaria pela figura do infante D. Henrique enquanto investigador e um dos seus primeiros artigos intitulava-se precisamente "Uma carta do Infante D. Henrique e o problema das causas da Expansão no norte de África", publicado na revista científica *Ethnos* em 1948[44].

44 José Hermano Saraiva, "Uma carta do Infante D. Henrique e o problema das causas da Expansão no norte de África". (Separata) *Ethnos* 3 (1948), s/p.

Realizadas entre 4 de Março e 13 de Novembro de 1960, as Comemorações Henriquinas pretendiam celebrar o quinto centenário do nascimento do infante D. Henrique e propunham-se substituir as concepções etnocêntricas e imperialistas veiculadas pela Exposição do Mundo Português por uma linguagem mais integradora e respeitadora da diferença étnica e cultural, de modo a aproximar-se do apregoado multirracialismo português da propaganda política. Entre iniciativas de carácter religioso, político, científico e festivo, as Comemorações Henriquinas empreenderam uma interpretação voluntarista e heróica da história de Portugal, sobrevalorizando o papel de um só indivíduo enquanto alicerce dos Descobrimentos, paradigma da fraternidade cristã e, idealmente, desprovido de preconceito racista[45].

Mesmo evitando repetir os mitemas do nacionalismo de cariz imperialista, José Hermano Saraiva falava abertamente no orgulho em ser português e concluía o episódio sobre o infante dizendo que ele tinha sido um "herói" porque tinha conseguido mudar o curso da história. Aqui repetia-se a ideia de que seriam as grandes figuras, as suas motivações e princípios, a moldar, explicar e encerrar os desenvolvimentos históricos posteriores[46]. A reabilitação de uma figura histórica, vista como providencial, era complementada com algumas mediações críticas, evitando deste modo que o programa resvalasse para a apologia nacionalista ou veiculasse uma interpretação unilateral. Por esse motivo, procurava-se também acentuar a modernidade técnico-científica dos Descobrimentos, realçar os seus efeitos universalistas e sublinhar o papel dos portugueses na abertura do mundo.

45 A propósito da comemorações henriquinas, o historiador Fernando Catroga refere: "As comemorações henriquinas constituem uma demonstração empírica do modo como a historiografia do regime interpretava dominantemente os Descobrimentos, ao mesmo tempo que revelam as permanências dos mitemas estruturantes do ideal nacionalista-imperialista português e das suas reformulações conjunturais." Fernando Catroga, et al. (eds.), *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica* (Lisboa: Temas e Debates, 1998), 289.

46 Sobre o papel desempenhado pela acção individual no discurso historiográfico, José Neves afirma: "À semelhança do espirito do povo ou da luta de classes, a acção individual revela-se um princípio supremo de inteligibilidade da história, de tal maneira que, em muitos dos relatos historiográficos que fazem objecto de uma daquelas figuras, estas já o são antes de o serem, como se a sua identidade precedesse o processo da sua própria formação". José Neves, org., *Quem faz a história. Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016), 13.

O episódio dedicado à conquista de Ceuta mencionava a importância estratégica deste feito militar, descrevendo-o exclusivamente através da crónica realizada por Gomes Eanes de Zurara. Filmado numa praia de Ceuta, José Hermano Saraiva referia "foi aqui, foi exactamente nesta pequena praia que os portugueses deram na manhã do dia 21 de Agosto do ano de 1415 o primeiro passo no grande caminho que seria a aventura da expansão". Depois descrevia ao pormenor a batalha para a conquista de Ceuta, mencionando que os locais estavam desarmados e se terão defendido com as pedras que existiam na praia. Numa *mise--en-scène* que procurava reconstituir no presente os acontecimentos do passado, José Hermano Saraiva colocou uma pedra na mão, de modo a encenar a forma como os locais se haviam defendido, ao mesmo tempo que narrava a batalha ocorrida para a conquista de Ceuta salientando a bravura dos "nossos rapazes" (sic).

No episódio sobre a descoberta da Madeira, José Hermano Saraiva abordava a polémica sobre se o arquipélago teria sido descoberto ou redescoberto, um tema que seria retomado no episódio sobre os Açores. Para comentar a polémica era novamente convocado o historiador Luís Albuquerque, descrito como "o especialista" que, além de reforçar com argumentos científicos parte das afirmações do apresentador, aflorava também os temas mais polémicos, como a escravatura, abordado quer no episódio sobre Cabo Verde, quer no episódio sobre a chegada à Índia.

O episódio sobre Cabo Verde começava com uma imagem de José Hermano Saraiva no cockpit de um avião das Linhas Aéreas de Moçambique a falar sobre as dificuldades sentidas pelos navegadores portugueses nas rotas da expansão. Já instalado na Ilha de Santiago, Hermano Saraiva surgia rodeado de crianças cabo-verdianas e, num gesto paternalista, abria um Atlas português para descrever as rotas dos Descobrimentos, ao mesmo tempo que referia que "os portugueses na sua grande aventura deram um grande e fraterno abraço à volta de todo o mundo", abraçando em seguida as crianças que o rodeavam.

No episódio viam-se uma série de lugares históricos de Cabo Verde, entre os quais, os locais com lápides deixadas pelos portugueses no território. O historiador cabo-verdiano Daniel Pereira, descrito como

"um ilustre erudito", era convidado a descrever a chegada dos portugueses a Cabo Verde. Posteriormente, José Hermano Saraiva mencionava o aspecto missionário da expansão, dizendo que este dado não podia ser adulterado, sob o risco de se incorrer numa "inverdade histórica", mesmo que, segundo o apresentador, na actualidade predominasse o chamado "pluriculturalismo" (sic), um conceito introduzido para descrever a realidade multirreligiosa existente na época contemporânea.

No episódio sobre Cabo Verde havia ainda uma série de considerações sobre a prática historiográfica, ou sobre os modos de transmissão da história, com José Hermano Saraiva a referir que os sítios que percorria e tocava ensinavam mais do que os livros de história. O apresentador mencionava também o sentido afectivo da viagem, na medida em que esta retomaria a rota dos navegadores portugueses, descritos como "os nossos antepassados"; e descrevia igualmente alguns pormenores da cultura material, referindo por exemplo que a bolacha nacional de Cabo Verde, que é a mais comercializada na actualidade, seria a mesma bolacha utilizada pelos navegadores do século XV. No mesmo episódio, José Hermano Saraiva citava ainda um texto de Padre António Vieira (1608-1697) contra o tráfico de escravos, afirmando em seguida a predisposição dos portugueses para respeitar a vida humana e os direitos humanos.

O último episódio da série, intitulado "O Plano das Índias", dedicado ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia, iniciava com uma afirmação quase oracular de José Hermano Saraiva: "História é tempo, é uma viagem à procura do tempo." Em vez de olhar para a história enquanto empresa cognitiva e uma forma de compreensão e entendimento do passado, a afirmação de José Hermano Saraiva aproximava-se de uma concepção exígua da história, na qual ela servia essencialmente para reforçar e dar espessura a uma representação identitária. A viagem à procura de um tempo ancestral não pretendia libertar o presente do "fardo da história"[47], mas antes afirmar a continuidade entre o passado e o presente, enveredando por um encadeamento

47 Hayden White, "The Burden of History". *History and Theory* 5, n.º 2 (1966): 111-34.

natural entre os dois tempos em detrimento da descontinuidade e da multiplicidade. De acordo com este entendimento, a história seria um modo de gravar as lembranças do passado, um ponto de referência e reconhecimento identitário ou uma matriz primordial.

José Hermano Saraiva reafirmava posteriormente que a expansão portuguesa tinha sido um projecto científico e sistemático, e esse aspecto teria garantido o seu "êxito". Para evitar cair numa hagiografia dos Descobrimentos, o apresentador referia o papel de Portugal no tráfico de escravos, mencionando como neste capítulo os portugueses foram semelhantes aos outros colonizadores, todavia com uma atenuante. Segundo José Hermano Saraiva, o infante D. Henrique terá proibido os seus marinheiros de capturar mais nativos e de os converter em escravos. Dita de forma dramática, a afirmação – uma citação do navegador veneziano Luís de Cadamosto – era seguida de um breve momento de silêncio, acompanhado por um subtil movimento de câmara, que se distanciava lentamente do apresentador, filmado num plano contrapicado.

Havia ainda imagens do Paço Real de Alcáçovas, com o apresentador a lamentar o seu estado de degradação à época e a intimar os organismos públicos para a urgência de restaurar o património histórico português; e referências elogiosas aos navegadores Diogo Cão, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama. A narrativa fixava a acção individual enquanto elemento definidor da história, com os navegadores a assumirem o papel de personagens maiores de uma história colectiva e a personificarem a "aventura portuguesa" no século XV.

Os navegadores e os reis seriam de resto convocados para um relato histórico, ainda dividido em "reinados", que tinha por base uma cronologia colocada numa cartolina que o apresentador ia retirando à medida que contava mais um episódio da história de Portugal e avançava no relato. Estes episódios eram descritos como "a simples sequência dos factos tais como as crónicas no-lo descrevem". A crónica dos acontecimentos começava então em 1488, data da dobragem do Cabo da Boa Esperança, passava por referências à morte de D. João II, em 1495, bem como pela chegada a Calecute dos primeiros navegadores portugueses, terminando a narrativa com o regresso do navio de Vasco da Gama a Lisboa, em 1499.

José Hermano Saraiva terminava a narrativa dos "factos históricos" com uma frase concludente, dita de forma pausada e enfática: "Os portugueses ganharam a corrida, é esse o último passo na grande aventura." A conclusão – que procedia a uma ligação entre os episódios e dava a ilusão de ordem e coerência ao programa, como se a história que nele se contava tivesse um encadeamento natural e um princípio, meio e fim – reenviava para a ideia de pioneirismo português. Uma ideia repetida constantemente ao longo dos vários episódios, invariavelmente relatada como sendo simultaneamente científica, humanista e um desígnio colectivo português. A primazia dada ao positivismo dos factos concedia pouco espaço a explicações detalhadas e convertia a narrativa do último episódio no culminar de uma história maior. Esta servia essencialmente para consolidar a memória colectiva e reforçar a identidade nacional. Com efeito, o episódio "O Plano das Índias", como os restantes, padecia daquilo que Paul Gilroy designou "melancolia pós-colonial". Um conceito que decorre da noção freudiana da incapacidade de fazer o luto por uma perda e que, em termos históricos, se traduz pela perda de uma fantasia de omnipotência, neste caso, a perda imaginária da grandeza e poder do império português[48].

Conclusão

Abertas a interpretações diferentes e contraditórias, as imagens têm uma gramática própria nas quais o aspecto formal – técnicas de filmar, enquadramentos, montagem, etc. – desempenha um papel importante. Porém, o aspecto formal não totaliza a interpretação das imagens televisivas, nem se sobrepõe a um entendimento comum que os espectadores possuem delas e à sua capacidade de interpretar imagens, sequências, palavras e categorias reproduzidas por um determinado programa. No caso do programa "A Grande Aventura", havia um conjunto de convenções, facilmente identificáveis, como a retórica realista, própria de quem está a narrar a história de Portugal legitimado por um discurso científico, filmagens em locais reais e com densidade histórica, enqua-

48 Paul Gilroy, *After Empire: Melancholia or Convivial Culture?* (Oxfordshire, Routledge, 2004).

dramentos que davam a ilusão de que o apresentador estava a conversar com o espectador, ou elementos específicos do discurso televisivo que se valem de uma linguagem pretensamente natural, objectiva e comum.

Em virtude da sua capacidade de comunicação e de produzir empatia, José Hermano Saraiva terá sido bastante influente na transmissão da história de Portugal e na fixação de uma memória histórica sobre os Descobrimentos. Os programas de José Hermano Saraiva cruzavam diversas dimensões, desde as funções de divulgação histórico-cultural, modos de comunicar que obedeciam às lógicas do documentário televisivo, em que a dimensão performativa e a oralidade marcavam o ritmo, até à articulação de questões ligadas à identidade portuguesa, transmitidas através de narrativas de fácil compreensão, nas quais abundavam os aspectos pitorescos da realidade histórica. Os programas televisivos de José Hermano Saraiva distinguiam-se ainda pelo predomínio de formas pronominais, ligações deliberadas entre o passado e o presente, que simulavam um elo histórico-cultural entre os portugueses do passado e os portugueses do presente, e onde se procedia à eleição de momentos significativos do passado, transformados em arquétipos da nacionalidade.

Gozando de uma situação de quase exclusividade nos meios de comunicação audiovisuais, José Hermano Saraiva inaugurou uma nova forma de narrar a história de Portugal, com cunho autoral reconhecido, acessível à divulgação daquilo que entendia ser os factos históricos e próxima das exigências e características do formato televisivo. Através de uma performance inovadora, que terá contribuído para cristalizar um estilo de narrar a história[49], José Hermano Saraiva seleccionou um

49 Faltaria encetar uma análise comparativa entre os modos de narrar a história de José Hermano Saraiva e os veiculados por outros historiadores com outras orientações políticas. Sobretudo em programas que também abordam a história do colonialismo português, como o programa "História a História de África", da autoria de Fernando Rosas, exibido pela RTP em 2017. Embora contrariasse os mitos do "discurso da nostalgia", e escolhesse temas que sublinham as assimetrias e as relações de poder desiguais do sistema colonial português, desmontando a alegada excepcionalidade luso-tropicalista do colonialismo português, o programa de Fernando Rosas parece partilhar algumas características formais com os programas de José Hermano Saraiva, nomeadamente uma série de convenções que obedecem a um género televisivo específico, nomeadamente o uso de uma retórica realista – popularizado pela expressão de José Hermano Saraiva "foi aqui que..." –, filmagens em locais reais e com espessura histórica, uma tipologia padronizada de enquadramentos, gestualidade e modos de olhar a câmara que dão a sensação de que o apresentador está a conversar com o espectador, etc. As semelhan-

conjunto de lugares dispersos e acontecimentos díspares – a conquista de Ceuta, a descoberta dos Açores, Madeira e Cabo Verde, o plano das Índias, o protagonismo do infante D. Henrique – que seriam agrupados num programa televisivo que sintetizava as especificidades da "aventura portuguesa além-mar", e que elegia a elipse enquanto figura estilística central. A opção de abordar os Descobrimentos através de unidades geográficas, em vez de problematizar temáticas transversais à geografia, reproduzia as articulações espaciais do império e a sua sucessão linear na cronologia. Próxima de uma alegoria nacional, e do valor cultural que se atribuía ao passado histórico, toda a narrativa parecia culminar numa história maior do país, cuja importância seria mais significativa do que qualquer facto ou episódio relatado.

Apesar do tom épico adoptado, onde não faltavam alusões ao orgulho do passado, a montagem, edição e exclusões de outras temáticas evidenciavam que não havia nada intrinsecamente épico ou grandioso na história que era contada. Existia antes uma construção de um significado sobre os Descobrimentos, que empregava de resto motivos recorrentes, estratégias discursivas e pontos de vista sustentados por uma narrativa linear, quase sempre centrada nos grandes indivíduos históricos e em acontecimentos políticos.

Mesmo que a CNCDP pretendesse realizar um trabalho de actualização historiográfica, renovar representações e se distanciar das interpretações nacionalistas da história, a tentativa de promover celebrações consentâneas com uma ideia de modernidade e, sobretudo, de "convivialidade pós-colonial" não terá sido integralmente atingida[50].

ças formais não diminuem todo o trabalho de investigação e pesquisa, a recolha de materiais iconográficos e documentais efectuadas no âmbito do programa de Fernando Rosas que, neste capítulo, está nos antípodas das generalizações e sínteses interpretativas veiculadas por José Hermano Saraiva. Resumindo, a análise comparativa podia eventualmente esclarecer se de facto existem limitações "formais" no uso da televisão enquanto ferramenta de divulgação histórica, ou se a escrita de guiões para televisão e o tom de oralidade requerido para este tipo de programas ser apelativo impede outro tipo de abordagens.

50 Com a expressão "convivialidade pós-colonial", Paul Gilroy pretende refazer a relação do Reino Unido com o seu passado imperial, de modo a estabelecer uma relação mais digna e pacífica de convivência. Gilroy procura desmontar a definição de raça estabelecida pelo sistema colonial, com os seus falsos axiomas, substituindo-a por uma solidariedade comum, que apelida de "convivialidade", entendida como um meio de promover relações que não sejam dependentes de classificações raciais nem de outras formas de ordenação. A convivialidade descreveria os processos de coabitação e interacção que tornariam o multiculturalismo uma característica co-

Além de naturalizar uma ideia de benignidade imperial, encontrando por exemplo atenuantes para relativizar a existência de trabalho escravo, o discurso histórico do programa de José Hermano Saraiva não questionava as relações de poder desiguais, nem problematizava uma história essencialmente nacionalista, na qual abundavam formas pronominais e considerações eurocêntricas. Segundo Sanjay Seth, a história é um código incapaz de descrever os passados não-ocidentais:

> "Enquanto continuarmos a escrever história, precisamos de reconceber aquilo que estamos a fazer, sobretudo quando reescrevemos o passado dos outros em termos distintos dos seus próprios. Precisamos de pensar a escrita da história não com uma atitude imperial, como a aplicação da Razão ao passado, e sim como um diálogo entre diferentes tradições de raciocínio"[51].

Uma história dos Descobrimentos incapaz de incluir outros entendimentos e contemplar a diferença é uma história que permanece confinada a justificar retóricas excepcionalistas, humanitárias ou científicas, e a sustentar narrativas nacionais. Para uma história verdadeiramente pós-colonial dos Descobrimentos, simultaneamente reflexiva e problematizadora, faltaria desmontar as construções fantasiosas de uma nação homogénea alimentada pelos feitos heróicos dos navegadores do passado e as afirmações de pioneirismo português. Porventura condicionado pelo formato televisivo, pelas convenções de um género específico, mas também pelo alinhamento ideológico do apresentador, o programa "A Grande Aventura" não se conseguiu libertar de uma noção particularista dos Descobrimentos, nem encetar uma problematização da escrita da história, como propunha a Comissão nalgumas iniciativas, ou iniciar um movimento que permitisse aflorar o provincianismo de uma categoria como os Descobrimentos portugueses.

mum da vida social e uma maneira de reconhecer a diversidade sem a padronizar. Paul Gilroy, *After Empire: Melancholia or Convivial Culture?* (Oxfordshire: Routledge, 2004), xii.

51 Sanjay Seth, "Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?". *História da Historiografia* 11 (Abril 2013): 175.

Bibliografia

Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.* London/New York: Verso, 2005.

Armitage, David. *The Ideological Origins of the British Empire.* Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Barreto, Luís Filipe. *Portugal na Abertura do Mundo.* Lisboa: CNCDP, 1997.

Bethencourt, Francisco, e Diogo Ramada Curto. *A Memória da Nação.* Lisboa: Sá da Costa, 1991.

Billig, Michael. *Banal Nationalism.* London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, 1991.

Brandão, Nuno. *O Espectáculo das Notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais.* Lisboa: Editorial Notícias. 2002.

Cádima, Francisco Rui. *O Fenómeno Televisivo.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Cardão, Marcos. *Fado Tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas 1960-1974.* Lisboa: Edições Unipop, 2014.

Cardão, Marcos. "Um significante instrumental. Eusébio e a banalização do luso-tropicalismo na década de 1960". In *Esporte, Cultura, Nação, Estado – Brasil e Portugal*, organizado por Victor Andrade de Melo, et al., 172-87. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

Cardão, Marcos. "Foram oceanos de amor. Os Descobrimentos Portugueses na cultura pop dos anos 80". *Portuguese Studies Review* 26, n.º 1 (2018): 99-148.

Cardim, Pedro. "Entrevista a António Manuel Hespanha". *Análise Social* XLVI, n.º 200 (2001): 440.

Catroga, Fernando et al. (eds.). *História da História em Portugal. Séculos XIX--XX. Da Historiografia à Memória Histórica.* Lisboa: Temas e Debates, 1998.

Chakrabarty, Dipesh. "A Global and Multicultural Discipline of History?". *History and Theory* 45 (2006): 101-09.

Fereira, Claudino Cristóvão. *A Expo 98 e os imaginários do Portugal Contemporâneo. Cultural, Celebração e Políticas da Representação.* Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006.

Fiske, John, and John Hartley. *Reading television.* London/New York: Routledge, 2003.

Gilroy, Paul. *After Empire: Melancholia or Convivial Culture?.* Oxfordshire: Routledge, 2004.

Hespanha, António M. "A História na cultura portuguesa contemporânea". In *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, coordenado por Fernando Pernes, 325-50. Porto: Edições Afrontamento; Porto: Fundação Serralves, 2002.

Hespanha, António M. *Há 500 anos. Balanço de três anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.* Lisboa: Comissão dos Descobrimentos, 1999.

Holt, Fabian. Genre in popular music. London/Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

Leal, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional.* Lisboa: Dom Quixote, 2000.

Leitão, Luísa. "Da Vinci: o público compreendeu a nossa aposta". *TV Guia*, Março 18, 1989: 9.

Lughod, Lila Abu. *Dramas of nationhood: the politics of television in Egypt.* Chicago/London: The University of Chicago Press, 2004.

Matos, Sérgio Campos. *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal – séculos XIX e XX.* Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

Mittell, Jason. "A Cultural Approach to Television Genre". *Theory Cinema Journal* 40, n.º 3 (Spring, 2001): 3-24.

Morley, David and Charlotte Brunsdon. *The Nationwide Television Studies.* London/ New York: Routledge, 2005.

Moura, Vasco Graça. "Editorial". *Oceanos* 1 (1989): 9.

Neves, José, org..*Quem faz a história. Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo.* Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016.

Neves, José. *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX.* Lisboa: Tinta-da-china, 2008.

Oliveira, António de. "The Activities of the CNCDP: A preliminary assessment". *eJournal of Portuguese History* 1, n.º 1 (2003): 1-12.

Saraiva, José Hermano. "Uma carta do Infante D. Henrique e o problema das causas da Expansão no norte de África". (Separata) *Ethnos* 3 (1948).

Saraiva, José Hermano. *Outras maneiras de ver.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1979.

Saraiva, José Hermano. *História Concisa de Portugal.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.

Seth, Sanjay. "Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?". *História da Historiografia* 11 (Abril 2013): 173-89.

Seth, Sanjay. "Pós-colonialismo e a história do nacionalismo anticolonial". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 7 (2018): 45-75.

Sobral, José Manuel. *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional.* Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

Suzuki, Tessa Morris. *The Past Within Us. Media, Memory, History.* London/New York: Verso, 2005.

Trindade, Luís. "Dividing the Waters: The sea in Portuguese post-revolutionary popular music". *Portuguese Journal of Social Science* 14, n.º 3 (2015): 287-301.

Trindade, Luís. *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

White, Hayden. "The Burden of History". *History and Theory* 5, n.º 2 (1966): 111-134.

White, Hayden. *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe.* Baltimore: Johns Hopkins University Press.

White, Hayden. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

Williams, Raymond. *Television. Technology and cultural form.* London/New York: Routledge, 2003.

Xavier, Ângela Barreto. "Tendências na historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre o destino da História Social". *Penélope* 2 (2000): 141-79.

Referência para citação:

Cardão, Marcos. "A grande aventura. Televisão, nacionalismo e as comemorações dos Descobrimentos portugueses." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 17-47.

Práticas da História, n.º 8 (2019): 49-83

Iara Lis Schiavinatto

Entre celebrações e exposições: algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990-2000)

Em meio ao dissenso sobre os sentidos da celebração dos Descobrimentos Portugueses no Brasil, o artigo indica formas pelas quais determinadas exposições promoveram políticas de memória entre as décadas de 1990 e 2000 no Brasil e em Portugal. Especificamente, este artigo trata da noção de visibilidade presente no módulo *Negro de Corpo e Alma*, na *Mostra do Redescobrimento*, em um contexto de poucas iniciativas oficiais em relação à memória da escravidão. Aborda, ainda, uma política de memória que concorreu para o fortalecimento da categoria *arte afro-brasileira* e para a criação do Museu Afro-Brasil. Por fim, delineia-se a guinada que ocorreu na noção de Descobrimento.
Palavras-chave: Comemoração, exposição, arte afro-brasileira, Brasil, Descobrimentos Portugueses.

Between commemorations and exhibitions: some visibilities at play in the Discoveries (1990-2000)

Amid the debate about the meanings of celebration of the Portuguese Discoveries in Brazil, this article addresses some ways in which exhibitions promoted memory policies between the 1990s and 2000s in Brazil and in Portugal. Specifically, it deals with the notion of visibility in the section *Black in Body and Soul* [*Negro de Corpo e Alma*] of the *Rediscovery Exhibition* [*Mostra do Redescobrimento*], in a context of few official initiatives regarding the memory of slavery. The article analyses a memory policy that contributed to the strengthening of the *Afro-Brazilian Art* category and the creation of the Afro-Brazilian Museum. Finally, it outlines a turn in the notion of Discovery in Brazil.
Keywords: Commemoration, exhibition, afro-brazilian art, Brazil, Portuguese Discoveries.

Entre celebrações e exposições: algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990-2000)

Iara Lis Schiavinatto*

Via de regra, as experiências comemorativas de meados dos séculos XIX ao XX, no Brasil e em Portugal, procuravam engendrar consensos políticos e sociais, armados por protocolos de escrita da história. Entre as décadas de 1990 e 2000, no entanto, o dissenso vincou os sentidos da celebração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil (1500), sendo explosivo com relação à questão das etnicidades. Em um jogo de escalas, procuro indicar aqui algumas formas pelas quais exposições, enfeixadas no Descobrimento, tornaram-se políticas de memória entre as décadas de 1990 e 2000 no Brasil e em Portugal. Notadamente, trato da espetacular *Mostra do Redescobrimento*, ocorrida em São Paulo, no espaço consagrado da Bienal de São Paulo, entre abril e setembro de 2000. Dentro dela, discuto a política de visibilidade presente no módulo *Negro de Corpo e Alma,* em um contexto de poucas iniciativas oficiais em relação à memória da escravidão e da experiência diaspórica africana. Essa noção alude a uma política de memória no interior das comemorações dos 500 anos quanto às relações étnico-raciais com uma eficaz eloquência. Neste artigo, problematizo alguns significados dos dissensos em torno dessa comemoração, especialmente no Brasil, na data oficial da sua celebração em Porto Seguro – lugar consagrado à condição de origem do Descobrimento, visto entender-se que lá houve o desembarque português em 1500. Além disso, mapeio esse dissenso

* Iara Lis Schiavinatto (iara.schio@gmail.com). Instituto de Artes da UNICAMP. Rua Elis Regina, 50, Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Barão Geraldo, Campinas, Brasil.

tal como foi argumentado por alguns intelectuais de destaque, inclusive na mídia impressa. Na sequência, recorto a importância do ciclo de comemorações em Portugal e das suas relações com o Brasil, enfatizando certos significados da *Mostra do Redescobrimento* e de seu m*ódulo Negro de Corpo e Alma*, para apontar que este potencializa a noção de arte afro-brasileira nos anos 2000, como um efeito boomerangue, que afeta a noção oficial dos Descobrimentos.

Dissenso no presente: o que celebrar nos Descobrimentos

No Brasil, a celebração do V Centenário do Descobrimento contou com uma ampla e variada agenda de atividades[1]. Oficialmente, seu ponto alto aconteceria no 22 de abril, excepcionalmente feriado naquele ano, na região de Porto Seguro, ao sul do estado da Bahia.

No conjunto, celebrar ou não celebrar o V Centenário do Descobrimento foi um tema candente nas mídias em 2000. Na celebração do IV Centenário, em 1900, houve determinado consenso intelectual quanto à sua necessidade e sucesso na sua realização[2]. Quase cem anos depois, a opção por não celebrar resultava de uma recusa à participação no jogo político e ideológico que afirmaria o preceito nacionalista da celebração, na linha da filósofa Marilena Chauí[3], interpelando o próprio objeto e as razões da celebração.

A força mobilizadora dessa disputa despontou em programas da TV, em enquetes *online*, em jornais impressos. Ela denotava o caráter centrípeto da celebração e um consumo público e massivo da tópica histórica do Descobrimento, que, muitas vezes, transitava entre historiadores e outros profissionais – de mídias, por exemplo – e ganhava um lugar de debate em meio à opinião pública.

1 Para a política da memória nacional centrada nos centenários do Descobrimento, em fins do século XIX e XX, num mundo ciente do processo de globalização: Lúcia Maria Lippi Oliveira, "Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento", *Estudos Históricos* 14, n.º 26 (2000): 183-202. Quanto à agenda da comemoração: Kelly Silva, "A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de 'comemoração dos 500 anos do Brasil'", *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18, n.º 51 (2003): 141-60.

2 Oliveira, "Imaginário Histórico e Poder Cultural"; Marília Barbosa, "Tempo, acontecimento e celebração: a construção dos quinhentos anos de Brasil nos gestos comemorativos da TV Globo", *Comunicação e Sociedade* 33 (2000): 68-79.

3 Marilena Chauí, *O mito fundador e sociedade autoritária* (São Paulo: Perseu Abramo, 2000).

No jornal *Folha de São Paulo,* a sequência de artigos *Brasil 500,* de autoria de intelectuais brasileiros, entre 1999-2000; as entrevistas com historiadores publicadas entre março-abril de 2000; a cobertura dos eventos oficiais em Porto Seguro; e os debates sobre a noção de colônia, com a forte intervenção de Evaldo Cabral de Mello e Luís Felipe d'Alencastro explicitavam o empenho em acompanhar a discussão sobre celebrar e não celebrar e nela intervir, dialogando com uma produção acadêmica de proa acerca das relações Brasil e Portugal. Mais do que um assunto de pauta, a série de trabalhos 500 anos buscou ser um projeto editorial que dialogava com a intelectualidade, a academia, a *Mostra do Redescobrimento* e com projetos da sociedade com vistas ao futuro. Nessas entrevistas, o jornal perguntou sistematicamente sobre a necessidade de serem feitas essas comemorações. Fernando Novais dizia que toda nação comemora, porque precisa de passado e memória para se legitimar[4]. Apontava duas formas de comemoração: uma do campo das inaugurações e outra de feitio acadêmico, com congressos e seminários. Brasil e Portugal faziam, então, as duas. O então comissário da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), Joaquim Romero Magalhães, afirmou que nenhuma colonização "é um rol de crimes, mas nenhuma pode ser boa"[5]. Laura de Mello e Souza considerou legado colonial a intolerância, tanto quanto o pluriculturalismo, numa lógica dialética, que resultaria na mestiçagem[6]. João José Reis destacou o papel crucial do movimento negro naquela altura por alertar o país para o racismo, o qual não deveria ser esquecido graças à visão ingênua da miscigenação que tendia a ser revitalizada. Ele, vigilante, frisou: "Um dos negócios da comemoração dos 500 anos é enfatizar a imagem de um país que, porque é miscigenado, não tem clivagens sociais. Quando os negros celebram suas tradições culturais não estão exatamente se posicionado contra a massificação, mas contra

4 Fernando Novais, "Não podemos nos transformar em índios, diz Fernando Novaes", *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, abril 24, 2000, 6.

5 Joaquim Romero Magalhães, "Nenhuma colonização é boa, diz o português Romero Magalhães", *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, abril 10, 2000, 12.

6 Laura de Mello e Souza, "Intolerância é legado colonial, afirma Laura de Mello e Souza", *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, março 20, 2000, 9.

o racismo doméstico"[7]. Robert Slenes sintetizou assim o problema: "Ao trauma da escravidão sucedeu-se o trauma de uma nova sociedade de classes e, finalmente, o de um capitalismo selvagem e altamente discriminatório"[8]. Esse conjunto de reflexões adensava o capital histórico e simbólico da celebração ao matizar seus legados no presente que vetorizavam o jogo social, a noção de cidadania e de igualdade social.

A mídia impressa foi um espaço privilegiado dessa comemoração, que ajudou a reordenar uma imagem pública do passado, ao lado de uma política de celebração do Sistema Globo de Televisão e da *Mostra do Redescobrimento,* marcadamente midiáticos e espetaculares. A especialista em audiovisual Esther Hamburger sintetizou essa mudança no uso público e social da história:

> "Nunca se especulou tanto sobre a história do Brasil. Aquilo que durante séculos marcou a história oficial brasileira, versão já há muito questionada pela historiografia, saiu dos livros e das salas de aula e foi finalmente desmistificado na arena pública e no horário nobre. As comemorações dos 500 anos serviram de pretexto para elocubrações inusitadas sobre a história, a identidade dos fundadores, dos dominantes, dos vencedores e dos vencidos. Que esse debate, usualmente restrito à academia, tenha ido para a TV sugere uma mudança de estatuto da história"[9].

Nesse debate sobre a comemoração, a coletividade se via convocada, a princípio, a se pronunciar acerca de mitos nacionais, que evocavam a natureza paradisíaca do Brasil e o ideário da sua democracia racial. Como de praxe, nas comemorações, havia uma procura ativa

7 João José Reis, "Não creio em solução, diz João José Reis", *Folha de São Paulo,* Primeiro Caderno, abril 24, 2000, 6.

8 Robert Slenes, "Negros usaram família contra a escravidão, diz Robert Slenes", *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, abril 17, 2000, 8.

9 Esther Hamburguer, "Ressaca dos 500. *Folha de São Paulo*", *Folha de São Paulo,* TV Folha, abril 30, 2000, 2.

das recordações, pondo-as em movimento, a fim de manter e transmitir sua memória. Isso não denegava, porém, a reinvenção e renovação da rememoração. As opiniões tomavam direções díspares e tinham escalas de importância diversa. Iam desde desabafos pessoais contra ou a favor das minorias até à posição da Igreja, via Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Coroa Vermelha, de se desculpar pela ação contra os índios no passado, em um gesto de reparação[10].

O debate sobre a legitimidade dessa comemoração era enformado pelos movimentos sociais de diversos matizes, interessados em denunciar a desigualdade no Brasil, a violência social e a encenação da celebração. Punha-se em xeque o próprio objeto a ser celebrado. Por conta desses movimentos, o programa oficial dos 500 anos não conseguiu ser cumprido em sua liturgia política em Porto Seguro, no 22 de abril – data consagrada oficialmente ao Descobrimento. Nas estradas nos arredores de Porto Seguro, em Cabrália, as cerimônias oficiais dos governos federal e do Estado da Bahia não chegaram a efetivar-se nos moldes que tinham sido estabelecidos. Grande parte das autoridades brasileiras e portuguesas ficou cercada na área destinada à agenda oficial da comemoração por barreiras militares, pela tropa de choque e pela polícia – todos armados. Eles impediram a marcha de estudantes, sem-terra, sem-moradia, índios e lideranças indígenas[11], negros, que se fizeram, com seus corpos e reivindicações, presentes nessa liturgia política.

10 Iara Lis Schiavinatto, "Entre memória, história e celebrações: presentes passados, passados recompostos e cultura visual", *Educação Sensível. Imagem, memória e política no mundo luso-brasileiro* (Tese de Livre Docência, UNICAMP, 2017), 13-75.

11 No site do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil discutia-se a presença indígena nessa liturgia política e a condição de existência dos índios, lançando o manifesto *Brasil Outros 500,* que destoava do programa institucional *Brasil 500* do Sistema Globo de Televisão. Carlos Alberto Messeder Pereira e Micael Herschmann, "La Nave Va... as celebrações dos 500 anos no Brasil. Afirmações e Disputas no Espaço Simbólico", *Estudos Históricos* 14, n.º 26 (2000): 203-15. Manifesto Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10827, acesso em 10 de abril de 2019.

Imagem 1. Protesto marca 500 anos do descobrimento. 22 de abril de 2000. Fonte: Memória da Democracia. shorturl.at/rDLU9. 22 de abril de 2000.

Os embates com violência física entre tais sujeitos nos arredores de Cabrália traziam à baila o capital simbólico da figura do índio nessa ocasião. Atacar com gás lacrimogêneo e balas de borracha os índios colocou o governo numa enrascada física e simbólica, porque o aparato de segurança atirava num protagonista importante da cena primeira, expunha sua cara autoritária e o incômodo em estar com esse sujeito social. Essa repressão reforçava a legitimidade do slogan *Outros 500,* proposto pelos movimentos sociais e partilhado por vários grupos sociais. Essa tensão social e étnica negava a encenação da liturgia política do 22 de abril e asseverava o dado novo e forte das etnicidades a vincar a liturgia política[12]. Isso porque o recalcado nesse processo de recordação vinha à tona no bojo do principal acontecimento da celebração.

12 Sobre uma política de memória marcada pela discussão étnico-racial: Paula Montero e Marisa Paulavicius, "Caminhos da memória, trilhas do futuro: os dilemas de um projeto de democracia cultural", in *Entre o Mito e a História, O V Centenário do Descobrimento da América*, coord. Paula Montero (Petrópolis: Vozes, 1995), 337-84.

Essa performance política dos subalternos, vincada pela etnicidade, contrapunha-se ao Museu Aberto do Descobrimento, com sua perspectiva mercadológica, principalmente referente à cultura Pataxó, com ares de parque temático e situado na região do extremo sul da Bahia, que trivializava[13] a experiência histórica ali vivida há 500 anos. Ela também contestava o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1 de janeiro de 2000, acerca dessa celebração, no qual enaltecia o caráter multicultural do país. Essa mobilização popular se contrapunha ao "*ethos* da cordialidade" – que prevaleceria nas comemorações oficiais, segundo Kelly Silva –, baseado na obra *O mundo que o português criou* (1940), de Gilberto Freyre[14].

Essas disputas atingiam diretamente o Estado, na medida em que ele desempenhava um *script* próprio na performance do evento celebrado. E colocava o Estado numa posição vulnerável, enquanto narrador oficial do evento em voga. O caráter oficial da celebração não conseguia, efetivamente, responder por o que deveria se comemorar. Segundo o líder indígena e historiador Aílton Krenak, em programa de debates apresentado no canal aberto TV Cultura, a mobilização daquele 22 de abril não era uma *festa,* era *um congresso de índios, um encontro*[15]. Ele ressignificava a data, politizando-a e falando de seu sentimento de indignação sobre o objeto celebrado.

O candente questionamento do que celebrar já fora um questionamento nevrálgico nos anos 1990, na América hispânica e na Espanha, a propósito da chegada de Colombo às Américas. Disso apreende-se também que o Descobrimento condensava, no tempo presente, tempos históricos distintos, não-lineares e heterogêneos em suas temporalidades. Estariam evocados nessa trama histórica, muitas vezes com forte teor

13 Nos termos de Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past. Power and Production of History* (Boston: Beacon Press, 1995).

14 Kelly Silva, "A nação cordial".

15 A TV Cultura dedicou um programa de debates, uma mesa-redonda coordenada pelo jornalista Herótodo Barbeiro, ao tema da comemoração do Descobrimento e ao que de fato celebrar, com Marilena Chaui, Ana Rita Kehl e Boris Fausto, além do próprio Krenak. O argumento dele sobre o encontro aparece em Aílton Krenak, "O eterno retorno do encontro", em https://www.geledes.org.br/narrativa-krenak-o-eterno-retorno-do-encontro/.

moral, a (in)compreensão do Descobrimento e da Conquista no século XVI; a construção desse evento numa chave épica da celebração nas memórias nacionais e imperiais nos oitocentos; e a reelaboração dessas experiências no século XX, no quadro da crise dos Estados nacionais e da explosão das etnicidades. O atrito entre tais temporalidades históricas colocava, no V Centenário da América e do Brasil, a questão do que enfim comemorar[16], acarretando num dissenso em ação[17]. O dissenso, contudo, negava o silenciamento dos sujeitos sociais e de eventos históricos, um protocolo de poder da comemoração corrente nos séculos XIX e XX[18].

Tais modos de recordar por parte dos movimentos sociais, populares e étnico-raciais forçavam a entender a recordação enquanto uma operação relacional que porta consigo o exercício da alteridade e de poder capaz de afirmar-se em sua radicalidade. Isso porque cada um dos sujeitos enredados ali se remetia ao passado e, dessa maneira, ia delineando sua configuração identitária e se distinguia nesse jogo da memória-esquecimento definido nesse processo intersubjetivo e relacional, rompendo, assim, com o mecanismo de silenciamento. Isso é fundamental na produção de significados da celebração, revirando-os e dilatando-os, o que pode ser notado no acoplamento entre Krenak, a frente das lideranças indígenas, os movimentos sociais e as linguagens das práticas simbólicas e comunicativas, as quais conferiam um aspecto vivo à recordação e, por decor-

16 Paula Montero, coord., *Entre o Mito e a História. O V Centenário do Descobrimento da América* (Petrópolis: Vozes, 1995).

17 Trouillot, *Silencing the Past*, 138.

18 Teófilo Braga, *Os Centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas* (Porto: Tip. A. T. de Silva Teixeira, 1884); Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, *O Centenário da Índia – 1898 e a memória da viagem de Vasco de Gama* (Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1998); Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal Século XIX* (1846-1898) (Lisboa: Colibri, 1998); Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História de Portugal nos S*éculos XIX e XX (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996); Maria Isabel João, "Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)" (Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 1999); Margarida Acciauoli, *Exposições do Estado Novo. 1934-1940* (Lisboa: Livros Horizonte, 1998); Luciene Lehmkul, "Entre a tradição e a modernidade. O café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português" (Tese de Doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002); Omar Ribeiro Thomaz, *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português* (Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002); Fernando Catroga, *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história* (Coimbra: Almedina, 2009).

rência, à comemoração, ao denegá-la diante da autoridade do Estado e dos consensos da história oficial.Do ponto de vista da imaginária política nacional, antes, tais sujeitos sociais – especialmente as etnias indígenas – ficariam circunscritos ao passado, silenciados, nos moldes da memória disciplinar da história de oitocentos e, no agora, propalavam sua presença, revirando radicalmente a principal cena pública dessa comemoração.

Essa mobilização dos movimentos sociais produziu também uma série de documentários e imagens fortes. Numa delas, na cidade baiana de Eunápolis, um homem foi posto numa cruz pelo Movimento Sem-Terra. Ele encenava o tema cristão da crucificação, representando de maneira viva em pleno Sábado de Aleluia a tensa condição dos pobres no Brasil, dos sem algo, que vivem uma condição social violenta, espoliada e de sacrifícios. Isso acentuava a dramaticidade da disputa simbólica no interior da celebração nacional. Na sua intenção, o gesto expunha a espoliação. Tratava-se de uma forte imagem cristã, de martírio e injustiça, reordenada e reapossada pelos movimentos sociais, buscando ocupar a posição onde reinaria, em tese, o quadro icônico de Victor Meirelles, a *Primeira Missa no Brasil,* de 1861. O historiador de arte Jorge Coli[19] explicou quanto esse quadro faz as vezes do próprio acontecimento do Descobrimento no ideário nacional, sendo reatualizado, seguidamente, no importante filme *O Descobrimento do Brasil*, de Humberto Mauro (1936-1937), e nas suas numerosas publicações em livros didáticos de história e na grande imprensa ao longo dos anos. Segundo Coli, esse quadro de estilo acadêmico funciona como um marco zero da história do Brasil, a partir do qual a história aconteceria. Ele argumenta a favor de sua singularidade histórica ao se comportar tal qual um documento virtual do passado. Em contraponto, em 2000, despontou outra imagem do ato fundacional da história oficial da nação, transmitido em cadeia nacional de televisão. Se o quadro de Victor Meirelles enunciava o momento da fundação da nação nos moldes acadêmicos de oitocentos, a cena do agora, fosse o homem assim posicionado na cruz, fosse a embaixada de lideranças indígenas, tirava do silêncio a ação da colonização, desfazendo a ação saneadora[20] da

19 Jorge Coli, "Primeira Missa e invenção da descoberta", in *A descoberta do homem e do mundo,* org. Adauto Novaes (São Paulo: Companhia das letras, 1998), 107-21.

20 Trouilot, *Silencing the Past*, 136-39.

comemoração em relação ao passado. Esse vão aberto entre essas imagéticas concernentes ao Descobrimento, discrepantes entre si, remete a uma história de poder que as entretece e difere.

Imagem 2. Imagem 2. Victor Meirelles, Primeira Missa no Brasil, 1860. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fonte: shorturl.at/fipF0.

Imagem 3. Humberto Mauro. *O Descobrimento do Brasil*. 1937. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fonte: shorturl.at/fiv48.

Política de memória e exposições: passados no presente

Uma arena pública importante de reordenação do significado dos Descobrimentos e do passado colonial ocorreu de maneira polissêmica no âmbito de exposições realizadas entre meados da década de 1990 e da década de 2000, em Portugal e no Brasil, num grande ciclo expositivo que abrangia desde a exposição *O Brasil dos Viajantes,* em 1994, no Museu de Arte de São Paulo (MASP), até à exposição *Laboratório do Mundo*, realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo, e a criação do Museu Afro Brasil em São Paulo (ambos em 2004), passando pela megaexposição *Mostra do Redescobrimento*, de 2000.

Tal ciclo entrecruzava-se com o ciclo expositivo capitaneado pela CNCDP[21]. A *Mostra do Redescobrimento* se inseria na tradição expositiva europeia, cujo cânone nacional e colonial data de meados de oitocentos. A *Exposição Universal de Sevilha de 1992* e a *Expo Lisboa 98*, num complexo cruzamento de celebração, contracelebração, nacionalismos e etnicidades[22], também se reapropriavam de conteúdos e formas diversas dessa tradição expositiva europeia oitocentista e reatualizavam-na, reconfigurando-a e deslocando os seus sentidos, o que trazia à baila a questão colonial.

Muitas exposições organizadas pela CNCDP eram norteadas por grandes temas, sendo ciosas em sua concepção quanto à sua própria capacidade de reverberação e de difusão em um mundo transnacionalizado e ocupando, em geral, prestigiados centros culturais. Depois, elas, no todo ou em parte, por vezes transitaram em circuitos expositivos locais, nacionais e internacionais. Majoritariamente, as exposições foram gestadas como política de Estado direcionada à comemoração de centenários que aludiam a efemérides nacionais – fosse a viagem de Vasco da Gama, fossem os 500 anos do Brasil. Por parte da CNCDP, o grande tema converteu-se nos Oceanos. Segundo Simonetta Luz Affonso, na

21 Iara Lis Schiavinatto, "Entre comemorações e exposições: notas para um debate de cultura visual. Portugal-Brasil. 1994-2004," in *Politica, memoria y visualidad. Siglos XIX a XXI*, org. Rosangela de Jesus Silva e Maria Elena Luceno (Barcelona: Editorial Foc, 2017) Kindle.

22 Omar Ribeiro Thomaz, "A reinvenção de comunidades: o V Centenário e os nacionalismos na Espanha", in *Entre o Mito e a História...*, 213-54.

Expo 98, eles seriam "arquivo hoje da humanidade e patrimônio do futuro"[23]. Ali, o Pavilhão de Portugal abordou a Viagem Oceânica, vinculando-a, necessariamente, aos Descobrimentos marítimos. Segundo o comissário Antonio Manuel Hespanha, a patrimonialização dos Oceanos reiterou Portugal na condição de Descobridor, universalizou a expansão europeia, entendeu-o como motor da comunicabilidade entre gentes, produzindo um arquivo do mundo que requeria a descoberta do conhecimento. Em sua gestão, deliberou-se por um aprofundamento na história dos Descobrimentos e por uma problematização da noção de Império[24]. Por sua vez, o comissariado do historiador Joaquim Romero Magalhães centrou-se no Brasil. Nesses dois comissariados, é declarada a preocupação em distinguir-se de forma didática e instrutiva, nas exposições, das projeções políticas das exposições coloniais de fins de Oitocentos e daquelas fixadas da República ao Estado Novo em Portugal. Havia uma percepção de temporalidades históricas diversas atuando na recomposição e na atualização do passado no presente[25], e, assim, as exposições funcionariam como *lugares de memória* (na vertente de Pierre Nora).

Os comissários Antonio Manuel Hespanha e Joaquim Romero Magalhães problematizaram, cada um a seu turno, a noção de comemoração e a relação entre passado e presente, atentando aos sentimentos de pertencimento coletivos mobilizados. Em ambos, as exposições continuaram a ser um dispositivo fundamental da CNCDP[26], tal qual fora definido na gestão de Vasco Graça Moura.

23 Simoneta Luz Affonso, "A viagem: uma história e uma exposição", Pavilhão de Portugal. Expo 98, Lisboa, 1998, s/p. Claudino Ferreira, "A exposição Mundial de Lisboa de 1998: contextos de produção de um mega-evento", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 51 (1998): 43-65.

24 Recorrente em vários editoriais da revista *Oceanos* assinados por António Manuel Hespanha.

25 Essa forma de consciência histórica da exposição costurando temporalidades e liturgia política está bem sistematizada nas contribuições de Fernando Catroga, em que não bastaria dizer que a narrativa histórica é produzida, pois seria preciso dar conta da sua produção. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, *O Centenário da Índia – 1898 e a memória da viagem de Vasco de Gama*; Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal Século XIX* (1846-1898); Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História de Portugal nos S*éculos XIX e XX.

26 É importante frisar o legado desse ciclo expositivo em Portugal, indicando alguns fatores fundamentais: a formação de um quadro profissional especializado e gabaritado para atuação pública nos campos das artes, história, antropologia; a edição de catálogos das exposições alçados muitas vezes em referência no tema tratado; a internacionalização dos debates historiográficos; e a criação de cátedras fora de Portugal, compromissadas com o estudo do mundo português.

Em um quadro geral, nas gestões de Hespanha e Romero Magalhães, os centenários, enquanto eventos, eram considerados memórias em disputa na vida pública. Transformavam-se em marcos dela e punham em cena várias mediações entre as temporalidades do passado e do presente. Essas formas de patrimonialização se tornavam formas de escrita da história que tratavam os Descobrimentos em distintas compreensões espaço-temporais.

Nessa toada, Romero Magalhães reconheceu que o Centenário de 1880 definiu as formas posteriores de comemoração nacional, tendo por referência o êxito do Centenário de Camões. Não se tratava, assim, de um gosto, mas de uma política pública de memória. Assim, esses centenários oitocentistas portugueses integrados a um ciclo expositivo europeu colonial e nacional do século XIX estabeleceram um padrão festivo com cortejo cívico, execução de hinos e sessões solenes, com destaque para a educação moral e cívica das crianças enfileiradas e um conjunto de exposições, donde o Ultramar era mostrado na chave colonialista.

As estratégias comemorativas de Hespanha e Romero Magalhães indagavam a rememoração dos centenários, cientes que estavam dos custos da longa experiência imperial dos portugueses na Ásia, África e na América, que tinha gerado práticas de dominação, inclusive escravizadoras e racistas. Buscavam, então, distinguir-se do ideário colonialista de oitocentos e fo ideário do luso-tropicalismo[27] vigente entre 1950-60.

Para tanto, Romero Magalhães reiterou a necessidade de os povos se conhecerem e se representarem, sem uma visão uniforme e/ou calcada em uma compreensão polarizada entre os vícios e as virtudes. Pelo contrário, preferia que explicitassem, em suas relações, as dinâmicas conflituais. Ele se confrontava com o próprio lugar da história que, em geral, era chamada a atender, nas aparências e na superfície, a celebração, respondendo, assim, de forma já presumida ao presente. Romero Magalhães impunha-se ultrapassar tal condição, indagando a natureza do orgulho coletivo partilhado, ao notar que comemorar evocava uma memória com suas tensões, distinções e disputas.

27 Castelo, Cláudia, *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)* (Porto: Ed. Afrontamento, 1999).

No rol dessas preocupações e instrumentalizada pela noção de lugar de memória, a exposição *O Centenário da Índia e a memória da viagem de Vasco da Gama,* realizada no comissariado de Hespanha, abordou o Oriente enquanto uma projeção, um novo horizonte de grandeza e um motivo para festas cívicas, que visava a galvanizar o espírito nacional de fins de Oitocentos. Ali, o Oriente surgia como um objeto histórico talhado para as virtudes a serem recuperadas pelos portugueses, não mais renovadas no Oriente, porém agora buscadas na África[28]. A exposição optou por esmiuçar as formas celebrativas de Oitocentos e a reconstrução que engendrava sobre o Descobrimento no passado (século XVI), a fim de atender interesses do presente no passado, denotando, dessa maneira, tanto a rica iconografia das celebrações em suportes variados (de fotografias a exposições) quanto os intrincados interesses políticos coloniais e nacionais, com sua ativa e convincente pedagogia cívica e civilizatória.

Essa exposição de 1998 revolvia os sentidos das celebrações de 1898 em torno do assunto Vasco da Gama, todavia com recortes distintos. Ela funcionava como metalinguagem daquela de 1898, ao realizar um exaustivo mapeamento da sua iconografia, dos seus mecanismos comemorativos e dos investimentos simbólicos. A exposição, e consequentemente seu catálogo, abordaram os efeitos desse centenário do Descobrimento de 1898 na cultura histórica de várias potências europeias, assinalando as repercussões e as interlocuções desse tema, descentrando-o de uma única nação, tentando esvaziar seu traço heroico e escancarando a política colonialista vincada pela cultura histórica oitocentista. Em miúdos, expor o agenciamento entre as temporalidades heterogêneas ressignificava a noção de Descobrimento, da própria celebração e da exposição. Elas em si seriam eventos históricos que tentavam indagar o caráter consensual a partir do qual se organizou a liturgia política de oitocentos. Entre essas temporalidades heterogêneas do passado açambarcadas no presente haveria um processo de negociação histórica que não se esgotaria em dizer o que foi que empiricamente

28 Antonio Manuel Hespanha, "Apresentação", *Há 500 anos. Balanço de Três anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1996-1998* (Lisboa: CNCDP, 1999).

se passou; entretanto, levava a reconhecer o autêntico do passado nos conformes do presente, quando também filtros de celebrações do passado decantavam na compreensão histórica do vivido.

As comemorações portavam, segundo Hespanha, um elemento perturbador que, necessariamente, precisava ser enfrentado e nomeado: seu empenho valorativo e emocional. Ele e Romero Magalhães recusavam-se a reiterar a economia sentimental colonialista da I República e do Estado Novo portugueses. Um traço comum a ambos residiria na noção de que a história é, em si, política e, quanto às celebrações, envolvia sentimentos e valores de ordem pública e coletiva, inclusive para se encarar traumas do passado. Essa abordagem seria um dever honesto diante do presente a fim de nele re-a-presentar o passado.

A abordagem voltada para as exposições privilegiou as relações entre as margens do império português e sua centralidade, no mandato de Hespanha, que, não à toa, criou a coleção *Outras Margens* e atentou, em especial, para a construção do centro e de sua força gravitacional em um jogo de correlações com as margens no império, que tomava as margens como um lugar explicativo, de análise e de percepção do centro, capaz ainda de dilatar e de revirar os sentidos do próprio império[29]. Havia um interesse em explorar os olhares entrecruzados entre os protagonistas dos mundos da conquista e de dentro do império transoceânico português[30]. A intenção de rastrear e mapear os tantos protagonistas em suas falas e atuações punha em voga o labirinto de tramas que essa experiência de império evocava, bem como abria espaço para o exercício crítico e de deliberação por parte do visitante, o que retirava a história da condição enunciativa épica.

Esses comissários, em geral, escolheram uma perspectiva plural da história, o que evitava que uma imagem obsessiva se erigisse num único ponto de vista, mais legítimo, mais virtuoso, mais heroico, da experiência histórica dos Descobrimentos e da colonização. Com isso,

29 Matizada no n.º 33 da revista *Oceanos*.

30 Alguns títulos dos dossiês da *Oceanos* revelam essa intenção intelectual: "Diáspora e expansão" ou "Os judeus e os descobrimentos portugueses".

dedicaram-se a uma história cuja polifonia implicava também trazer à tona as vozes silenciadas e os saberes aí enredados. A comemoração, almejava Hespanha, era uma ocasião de restaurar esse complexo jogo de imagens e de reverberações provocado pela interação de várias culturas, por vezes radicalmente diferentes, indagando seus próprios *lugares de memória*[31].

Daí também o trabalho dedicado à cultura visual que as exposições *dão a ver,* situando a localização e seleção das imagens com a identificação de procedência e a tentativa de sugerir relações entre elas, o que alude a uma reflexão acerca do jogo das alteridades, poderes e saberes envolvidos nessas culturas e nas operações de memória-esquecimento.

Em 1998, a mega e cara exposição *Culturas do Índico*, no Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa, com curadoria da antropóloga Rosa Maria Pérez, buscou dar a ver uma constelação de culturas do Oceano Índico por meio de objetos de arte à antropologia, alinhados à música e aos sabores da região. Dentro de uma política de memória do mundo português, intensificou-se aqui uma matriz antropológica no bojo de uma exposição que remetia a um herói maior dos Descobrimentos portugueses – Vasco da Gama. Esse recorte e o custo da exposição acabaram por gerar muita polêmica, principalmente na mídia impressa, em torno desse evento. O objetivo, segundo Hespanha, não consistia em se ocupar de Vasco da Gama ou dos portugueses no Índico. Pelo contrário, debruçava-se no Índico, como uma elaboração cultural, configurado como uma categoria da margem a ocupar o centro expositivo, invertendo-se o jogo de forças e de alteridades entre o Índico e Vasco da Gama, aqui significando o centro (Portugal). Apesar dos esforços e dos estudos, reconhecia Hespanha, algo desse outro (Índico a conformar uma margem) escapava[32].

Surgiu, nessas gestões, o desejo de desenvolver um programa expositivo que lidasse com a questão da memória partilhada e com os sen-

31 Hespanha, *Há 500 anos,* 10.

32 Schiavinatto, *Educação Sensível.*

timentos em um mundo que tenta enfrentar a memória da experiência colonial que indagava as configurações identitárias, inclusive diante da ferida aberta, pelo fim desse mundo colonial em parte da sociedade portuguesa. Havia uma vontade política de falar do caráter desigual e conflitual das relações de contato, sem relegá-las ao silêncio ou ocultá-las, daí a abordagem voltada às relações entrecruzadas. Essa perspectiva também destacou o patrimônio construído e partilhado entre culturas, explorando seus pontos de vista, suas trocas e pontos comuns.

Essa abordagem transparecia em escalas diversas, desde a cultura do Índico até à participação da CNCDP na Mostra Redescobrimento, ocorrida no Parque do Ibirapuera em São Paulo[33], entre as datas consagradas ao descobrimento e à independência do Brasil, com o público notável de 1.671.764 visitantes[34].

A *Mostra* inscrevia-se em uma política pública de construção imaginária do patrimônio nacional, tomado aqui na perspectiva de Canclini[35], como artefato cultural. Ela buscou apresentar o que se definiu como patrimônio artístico no Brasil e tentava acervar a arte brasileira. Se era um modo de escrita da história, também vinha permeada pelo processo de mercantilização das peças aí expostas, ao se inserir nas práticas da indústria cultural. Em outras palavras, a *Mostra* colocava-se no processo de massificação das sociedades contemporâneas, que concorre para a reformulação dos problemas do patrimônio e seus significados na sociedade.

33 Tratava-se da reabertura no espaço da OCA, no pavilhão Lucas Nogueira Garcez, dentro do Parque do Ibirapuera, que fora inaugurado em 1954, por ocasião do IV Centenário de São Paulo. Ou seja, trata-se de um espaço reiteradamente associado à comemoração, que se almeja nacional, com repercussão internacional e situado na cidade de São Paulo. Em 1954, como em 2000, a Carta de Pero Vaz de Caminha (escrita em 1500) foi exposta como o documento que ocupa a função de certidão de nascimento do Brasil e pertence ao rol de documentos nacionais portugueses. O espaço expositivo acentuava a entronização do documento em 2000.

34 Fabio Cipriano e Fernanda Cirenza, "Mostra do Redescobrimento massifica a arte brasileira", *Folha de São Paulo*, Ilustrada, setembro 7, 2000, 1.

35 Nestor Canclini, "O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional", *Revista do IPHAN* 23 (1994): 95-115.

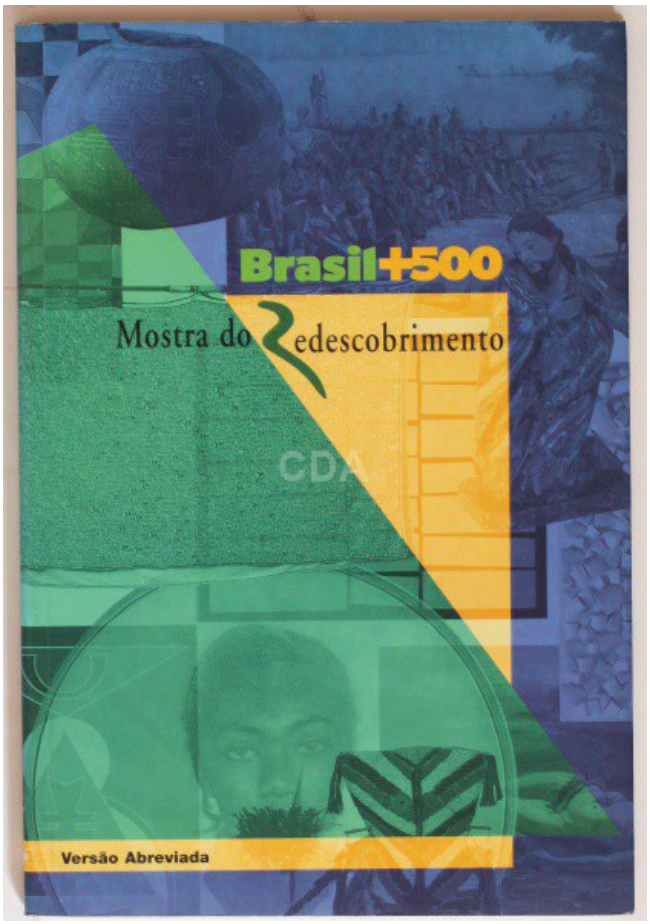


Imagem 4. Nelson Aguilar. *Catálogo da Mostra do Redescobrimento*. Abreviado. 2000.

Essa *Mostra* ajudou *a dar a ver* também um inédito e complexo repertório visual do império português e um amplo panorama igualmente visual relacionado ao Brasil, atuando na visibilidade e na difusão desse repertório então exponencialmente alargado. O crítico Teixeira Coelho, assim, realçou:

> "...a diversidade das idades culturais e artísticas do país. O fato de não convergirem para uma só imagem nítida não é nem um problema nem uma solução. É a condição atual. E, mesmo que a operação falhe culturalmente, resta a ocasião para ver e rever muita arte"[36].

36 Teixeira Coelho, "A falta de espelho", *Bravo* 31 (2000): 40-42.

Além disso, o lema, presente na *Mostra Brasil +500*, propositalmente endereçava uma mensagem ao futuro, estabelecendo um laço com o presente que reatava irremediavelmente com o momento do Descobrimento (pressuposto no *+ 500*), como se tal momento de origem ficasse em aberto na própria nomeação subentendida do Descobrimento. Nele, caberia o Descobrimento e a Conquista portugueses e o reconhecimento de que o Brasil decorre, pelo menos em parte, desse projeto universal português/europeu de colonizar o mundo. A noção de Redescobrimento poderia enviar uma seta ao passado por filiar-se a essa origem, e a *Mostra* "redescobria" uma larga produção artística feita nesses 500 anos e legada ao futuro. Ou seja, sua ampla diversidade visual, no conjunto, ficaria enfeixada num pressuposto fio temporal.

Políticas de memória e visibilidades: Negro de Corpo e Alma

A *Mostra do Redescobrimento* desempenhou um papel capital na celebração oficial. Foi organizada a partir da leitura do curador Nelson Aguilar e da proposta do crítico Mário Pedrosa para a reorganização do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, depois de seu incêndio, em 1978. Mário Pedrosa projetou sua reconstrução, rompendo com um determinado cânone da história da arte, ao privilegiar quatro núcleos fundamentais: Museu do Índio, Museu do Negro, Museu das Artes Populares e Museu de Arte Moderna, o que alargou a noção de que a arte não seria apenas europeia e centrada em um conjunto de peças credenciadas por um exclusivo cânone artístico.

Aguilar organizou a *Mostra* com os seguintes módulos: *Arqueologia; Arte: evolução ou revolução; Carta de Pero Vaz de Caminha; Artes Indígenas; Arte Barroca; Arte Moderna; Negro de Corpo e Alma; Arte Afro-Brasileira; Arte Popular; Arte do Século XIX; Imagens do Inconsciente; Arte Contemporânea;* e *Olhar Distante*[37]. Em si, a noção de arte

37Foram curadores: Arqueologia: Maria Cristina Mineiro Scatamacchia; *Arte: evolução ou revolução. A Primeira Descoberta da América*: Walter Neves; *Artes Indígenas*: José Antônio Braga Fernandes Dias e Lúcia Hussak van Velthem; *Carta de Pero Vaz de Caminha*: Emanoel Araújo e Fernando Antônio Baptista Pereira; *Arte Barroca*: Myriam Andrade Ribeiro de Oli-

afro-descendente implicava uma visão menos harmônica da sociedade, fazendo aflorar um conjunto de contradições e formas de dominação no interior da construção deste imaginário nacional. Ele recuperava as experiências artísticas segundo a memória disciplinar da história da arte no Brasil (Barroco, Acadêmico e Moderno), e, no fio condutor entre os períodos pré-cabralino e o cabralino, sublinhava a importância da figura de Luzia, fóssil humano mais antigo encontrado na América, a indicar uma imagem que estaria potencialmente em todos os brasileiros, sendo que sua cor da pele afirmava um traço *negróide* no Brasil. Essa opção pelo pré-cabralino abria o horizonte para a arqueologia e a presença indígena no mundo contemporâneo tanto quanto para a enorme qualidade de sua cultura material no presente e no passado. A *Mostra*, em seus módulos, estabelecia um campo semântico que simulava uma espécie de eternidade do Brasil, desde o tempo de antes, o mais longínquo, até às obras de anteontem e o que mais vier. No conjunto, ela simulava a duração virtual dessa configuração identitária chamada Brasil.

A historiadora Armelle Enders observou a fonte da insatisfação por parte do visitante historiador, para além do título essencialista. No todo, incomodava a justaposição e a frágil contextualização de milhares de objetos a produzirem um discurso que acionava a mitologia das três raças e produzia um efeito que afastava o espectador. Isso porque a "ausência de comentários e referências impedia a compreensão da arte indígena e, portanto, qualquer empatia" – segundo essa autora. "Os mitos – retomou Enders de M. Chaui – não se submetem à lógica cartesiana. Sua função consiste sobretudo em abrandar o real, fornecer linhas-mestras e, por fim, ajudar a viver na contradição"[38].

Para fins deste texto, destaco alguns aspectos que podem ajudar a pensar a introdução de novas abordagens e novos objetos de matriz antro-

veira; *Arte Afro-Brasileira*: Catherine Vanderhaeghe, François Neyt, Kabengele Munanga e Marta Heloísa Leuba Salum; *Negro de Corpo e Alma*: Emanoel Araújo; *Arte Popular*: Emanoel Araújo e Frederico Pernambuco de Mello; *Arte do Século XIX*: Luciano Migliaccio; *Arte Moderna*: Nelson Aguilar e Franklin Espath Pedroso; *Imagens do Inconsciente*: Luiz Carlos Mello e Nise da Silveira; *Arte Contemporânea*: Nelson Aguilar e Franklin Espath Pedroso; *Olhar Distante*: Jean Galard e Pedro Corrêa do Lago.

38 Armelle Enders, *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros* (Rio de Janeiro: FGV, 2014), Kindle.

pológica e étnico-racial no debate da cultura visual e dos jogos de alteridades no âmbito da celebração dos 500 anos do Brasil que passaram a se integrar ao debate acerca da arte afro-brasileira e acabaram por resultar na criação do Museu Afro Brasil, legitimando-os. Nesta perspectiva, *Negro de Corpo e Alma* foi um ponto alto nessa megaexposição que reverberou no ideário do Descobrimento, ao negar a noção de luso-tropicalismo e de democracia racial e ao introduzir o racismo nessa celebração.

Numa ambivalente condição de colecionador, crítico e curador, Emanoel Araújo destacou-se na *Mostra*. No módulo *Negro de Corpo e Alma*, as artes de matriz africana se sobressaíam pela qualidade das peças e pela pesquisa minuciosa. Homem público, continuamente engajado na luta pela causa negra, Emanoel Araújo é um artista que, com o tempo, ganhou força pela sua atuação como crítico, curador, colecionador e diretor do Museu de Arte Moderna da Bahia (1981-83), da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1992-2002) e do Museu Afro Brasil, sendo um protagonista importante e original[39] no processo de debate e de institucionalização da categoria de arte afro-brasileira, desde fins dos anos 1980. Ele tornou-se, assim, uma figura incontornável nesse debate sobre a arte afro-brasileira (vale ressaltar que o primeiro artigo sobre este tema data de 1904[40]) e vários autores detiveram-se no assunto durante o século XX no Brasil[41]. Antes, porém, houve uma mudança de patamar nesse debate, com a publicação do artigo "Arte afro-brasileira", de Marianno Carneiro da Cunha, na importante *História Geral da Arte no Brasil,* organizada por Walter Zanini, em 1983, pois Mariano Carneiro da Cunha vinculou o surgimento das artes no Brasil com o fazer africano, notadamente nagô-iorubá, e reconheceu a autoria artística de matriz africana[42].

39 Roberto Conduru, *Arte Afro-Brasileira* (Belo Horizonte: C/Arte, 2009), 74.

40 Nina Rodrigues, "As Belas Artes nos Colonos Pretos do Brasil – A Escultura", *Kósmos* 8 (agosto 1904): 11-16.

41 Há um necessário levantamento textual do tema em Nelson Aguilar, org., *Mostra Redescobrimento. Negro de Corpo e Alma* (São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000); Adriano Pedrosa, Amanda Carneiro e André Mesquita, ed., *Histórias Afro-Atlânticas* (São Paulo: MASP/Instituto Tomie Ohtake, 2018). Esse procedimento evidencia a elasticidade e a ambivalência dessa categoria.

42 Marianno Carneiro da Cunha, "Arte Afro-Brasileira", in *História Geral da Arte no Brasil*, org. Walter Zanini (São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983), 972-1033.

Em *Negro de Corpo e Alma*, as ênfases em *olhar o corpo* identificavam a construção do negro no lugar do outro; *olhar a si mesmo* enfrentava a escassez dessas imagens diante da avalanche de estereótipos e tipologias; *sentir a alma* lidava com o sentimento negro no Brasil, sobretudo o recuperava nas formas culturais e nas práticas religiosas. Tais recortes flagravam trânsitos entre as artes plásticas e a literatura, indicavam modos de se auto-expressar, exploravam os significados da cor, pontuando seus valores presumidos em contextos da sociedade brasileira.

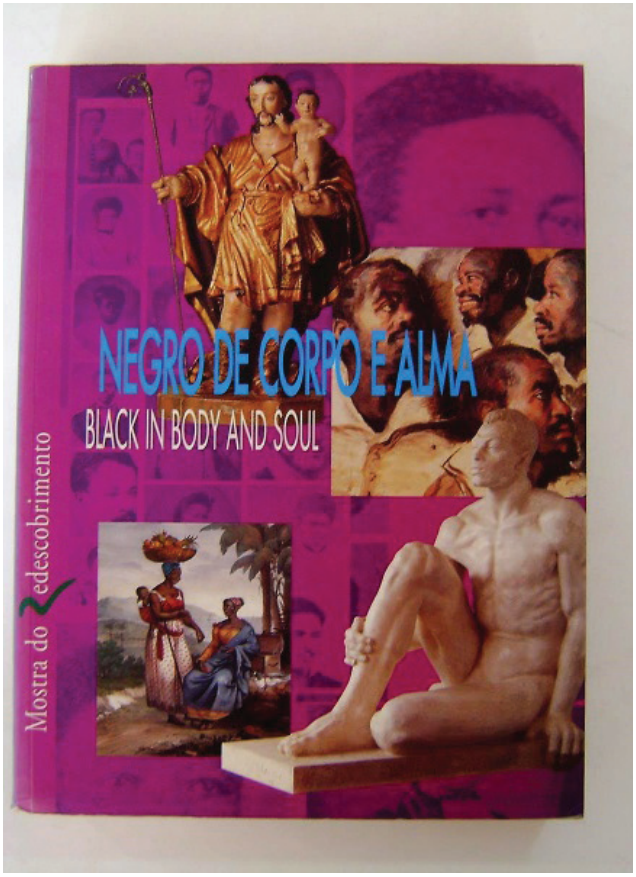


Imagem 5. Nelson Aguilar (dir.) Catálogo *Negro de Corpo e Alma*. 2000.

Araújo prosseguia o trabalho de tornar pública a questão negra sob o ângulo das artes plásticas iniciado, segundo ele, no Centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, com a exposição *A Mão Afro-*

-Brasileira: Significado da Contribuição Artística e Histórica[43]. Essa demanda pela constituição de um campo expositivo da arte afro-brasileira datava, contudo, de Abdias Nascimento nos anos 1950, que via na arte negra uma prática da libertação negra, que aliava reflexão e ação[44].

A exposição *A mão afro-brasileira* foi uma exposição inaugural, apesar de seu pouco reconhecimento de público e crítica, quando ocorrida. Foi inaugural na medida em que buscou, de maneira engajada, atribuir uma visibilidade da presença negra com seus signos atuantes em um imaginário em expansão, em função de suas problemáticas sociais e em razão das possibilidades abertas para os campos da arte e da museologia.

A familiaridade de colecionador de Araújo a enformar seus gestos e suas escolhas curatoriais e de sua equipe com as peças permitia notar as relações entre elas, suas disparidades, suas tensões e como poderiam produzir um efeito que sensibilizasse o visitante, dando-lhe a ver, enfim, relações sociais diversas e sujeitos sociais negros por meio dessa cultura material de matriz africana. Araújo trouxe à baila obras de autores eruditos e populares, anônimos ou não, colocando em pauta o vigor de uma arte afro-brasileira no seio de uma arte dita nacional – do Brasil. Para ele, não haveria arte no Brasil sem a arte afro-brasileira. Nessa perspectiva, a diáspora africana seria fundante na criação do mundo moderno e do país, sendo a África interpretada como uma casa ancestral.

Essa questão se aliava aos debates em torno do Centenário da Abolição, de 1988, de forte cunho social e político, que adentrou na celebração dos 500 anos, politizando-a e intensificando seu efeito polissêmico, ao se defrontar com as políticas de branqueamento, democracia racial e silenciamento das experiências de matriz africana no Brasil. Esse módulo *Negro de Corpo e Alma* condensava em si algumas exposições anteriores capitaneadas por Emanoel Araújo (*A Mão Afro-Bra-*

43 Hélio Menezes, "Exposições e críticos de arte afro-brasileira: um conceito em disputa", in *Histórias Afro-Atlânticas*, 581.

44 Conduru, *Arte Afro-Brasileira,* 101.

*sileira: Significado da Contribuição Artística e Histórica (*de 1988), *Os Herdeiros da Noite – Fragmentos do Imaginário Negro* (de 1995) e *Arte e Religiosidades no Brasil – Heranças Africanas* (de 1997), norteadas pela necessidade de dar visibilidade ao corpo e à alma negra, escapando do cânone artístico europeu.

Sua intenção primeira residia em mostrar, sistematicamente, a construção da representação do universo de convívio entre brancos e negros, desconstruindo um imaginário perpassado por estereótipos e tipologias. Cada indivíduo, de onde viesse, constituía-se perpassado por tal experiência. Nessa toada, a curadora assistente do módulo, a antropóloga Maria Lúcia Montes, ao definir representação, articulou-a com o imaginário que sustenta a dominação. Afirmou que "re-presentar seria apresentar de novo diante de si, através da imagem, construção do imaginário que assim se dá a ver, entregando-se ao olhar. E, dentro de uma relação dialética, a identidade estaria em jogo como uma prática de alteridade, que exige uma interrogação sobre a nossa própria identidade"[45]. A curadoria almejava matizar as formas de representação das relações sociais no país[46], contribuindo para a desconstrução de mecanismos de dominação – sobretudo étnico-raciais. Essa escolha trazia, de forma inédita, as relações étnico-raciais e o racismo para dentro do sistema artístico expositivo e da celebração do Descobrimento da nação.

Parece fundamental assinalar, com a historiadora Sílvia Lara, que o racismo não é um pecado de origem engatado à escravidão, como tantas vezes afirma o senso comum e alguma produção acadêmica. Essa visão entende a escravidão como um *fato único*, esvaziando suas tensões, lutas, conflitos, sem que haja mudanças em suas características ao longo do tempo. Isso, por outro lado, compromete a historicidade do racismo ao torná-lo "fato decorrente da escravidão, como se fosse uma incômoda permanência do passado"[47]. Nessa direção, o módulo *Negro de Corpo e*

45 Maria Lúcia Montes, "Olhar o Corpo", in *Mostra Redescobrimento. Negro de Corpo e Alma*, 64.

46 Emanoel Araújo, "Negro de Corpo e Alma", in *Mostra do Redescobrimento. Negro de Corpo e Alma, 44.*

47 Sílvia Lara, "Introdução: a história social e o racismo", *História Social* 19 (2010): 16.

Alma buscava atender à demanda histórica do pesquisador Joel Rufino dos Santos a respeito de tornar o *negro irremediavelmente visível* e, portanto, se pensarmos na linha de Sílvia Lara, um sujeito historicamente articulado ao processo de racialização, como prática de poder.

Na epígrafe do catálogo *Negro de Corpo e Alma*, Emanoel Araújo citou a seguinte passagem de Joel Rufino dos Santos, escrita por ocasião daquela exposição de 1988: "O que sucederá – ponhamos por hipótese – se um grupo de pesquisadores recensear criteriosamente a produção da mão, do cérebro e da alma negras na construção da civilização brasileira, exibindo como negro quem negro foi? Não só tornará o negro irremediavelmente visível, alçando-o a representante do país, ao lado do branco, como contribuirá para uma nova definição do Brasil, convincente para as gerações atuais e mais adequada ao nosso ingresso no século XXI"[48]. Ambos aludiam a um processo de desracialização.

Tal partido concorria para a desconstrução de estereótipos raciais, desfazendo afirmações distorcidas sobre tipos negros, denunciando narrativas hegemônicas nas quais esses estereótipos funcionam e desmontando a noção de tipologia social em favor de nomear e identificar os sujeitos sociais e suas experiências. Tal procedimento punha em xeque identidades cristalizadas e homogêneas e cumpria um projeto de mostrar os sujeitos negros numa história pública da experiência dos escravizados e dos afrodescendentes no Brasil, trazendo à baila a diáspora como experiência tanto quanto a cultura material diversificada e complexa da vivência negra e africana no Brasil, encarando sua violência fundante.

Nesse sentido, o conjunto de retratos de negros e escravizados, de africanos e afrodescendentes, no Brasil, desde a exposição de 1988, constitui-se numa estratégia visual de significado político na reconstituição de uma *nominata,* com uma destacada atuação de afro-negros na vida pública brasileira. Ela foi exposta na *Mão Afro-Brasileira: Significado da Contribuição Artística e Histórica* e retomada em *Negro de Corpo e Alma* e, hoje, continua presente no Museu Afro Brasil. Na obra *A Travessia da Calunga Grande,* publicada na coleção Uspiana

48 Emanoel Araújo, "Negro de Corpo e Alma", 42.

comemorativa dos 500 anos do Brasil, seu autor (que trabalhou com Emanoel Araújo na exposição de 1988 – por ocasião das comemorações do centenário da Abolição), Carlos Eugênio Marcondes de Moura, contrapôs essa estratégia dos retratos, da imagem do sujeito e a noção de dignidade ali vista, à própria Calunga Grande entendida enquanto o "mar, Calunga Pequeno é a tumba. Calunga Grande é a enormidade das águas salgadas, Calunga Pequeno é a terra que recebe os corpos e os transforma em semente de uma vida diferente. Pois Calunga Grande também foi tumba e tragou corpos de milhares e milhares de afro-negros reduzidos à escravidão, sequestrados para as Américas pela brutalidade do tráfico naqueles 'campos de concentração flutuantes' que eram os navios negreiros"[49].

Essas escolhas artísticas e intelectuais respondiam, de certa forma, à questão posta pelo historiador Joel Rufino, no prólogo de *A Mão Afro-Brasileira*, quanto à urgência de dar visibilidade a saberes, fazeres e sensibilidades dessa mão, retirando-os do folclore e os reinserindo no campo da cultura. Ele afirmava: "A invisibilidade do negro e do índio aparece como um pacto que não deve ser quebrado, sob pena de sermos obrigados a redefinir o Brasil. [...] A invisibilidade do negro é, como se vê, um suporte, ou corolário, da ideologia da democracia racial, essa maneira pela qual as desigualdades raciais se refletem, invertidas, no plano das ideias"[50]. Logo, a exposição caracteriza-se por um forte teor político ao colocar em pauta o processo de branqueamento e de silenciamento – estratégias fundamentais do processo de invisibilização do mundo africano e dos afrodescendentes –, e, noutra ponta, a dimensão estética constitutiva dos cultos afro-descendentes, que induz à reflexão sobre as formas de sobrevivência das imagens, na medida em que conecta a corporificação das divindades e os objetos, atentando para as condições de performatividade desses mesmos corpos.

Nessa interlocução com Joel Rufino, Emanuel Araújo elaborou a perspectiva de que a alma e o corpo dos negros coalharam a experiência

49 Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *A Travessia da Calunga Grande. Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899)* (São Paulo: Edusp, 2000).

50 Emanoel Araújo, org., *A Mão Afro-Brasileira. Significado da Contribuição Artística e Histórica* (São Paulo: Tenenge, 1988), 7.

no mundo luso-brasileiro. Para Emanoel Araújo e Maria Lúcia Montes, a presença negra ensinaria a redescobrir o Brasil nas manifestações da cultura. A visibilidade dessas experiências se assentariam, de início, nas religiões afro-descendentes no Brasil, em razão do forte elo delas com as culturas africanas, porém nelas não se esgotariam. Maria Lúcia Montes recuperou Araújo ao comentar que são culturas que, sob o peso da escravidão nas Américas, não podem existir senão sob a "forma de fragmentos, no entanto, como num maravilhoso caleidoscópio, incessantemente se recombinam, para produzir novas figuras insuspeitas". Ela continua considerando que "essas formas culturais trazidas pelo outro que se oprime, traduzidas em formas sensíveis, linguagens corporais, ritmo, música, canto e dança, são capazes de impregnar em profundidade o próprio opressor, inscrevendo-se também em seu corpo e marcando-lhe para sempre a alma, vale dizer, o *ethos* de sua cultura"[51].

Pode-se apreender, então, que, desde a exposição *A Mão Afro-Brasileira* (de 1988), com curadoria de Emanoel Araújo, estava publicamente em curso um debate intelectual, antropológico, histórico e artístico acerca da visibilidade do negro e da arte de matriz africana, como estratégia capital de uma política de memória. Essa exposição inscrevia-se no centenário da Abolição, que, assinalam Sidney Chalhoub e Paulo Fontes[52], foi definido pela presença atuante dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, havia uma mudança substantiva em curso nos estudos históricos sobre o mundo do trabalho compulsório no Brasil. O historiador Petrônio Domingues[53] ressalta que a longa dinâmica de lutas negras contra o racismo no Brasil, nessa década de 1980, em torno do comemoração do centenário da abolição, assemelhou-se a uma *nova abolição* pela força da luta e da reivindicação dos direitos civis pelos negros. A Constituição de 1988, por sua vez, contribuiu para tal conjuntura ao evitar a ideia de identidade nacional única, abrindo, assim, as possibilidades de o Estado reconhecer uma série de povos e

51 Maria Lúcia Montes, "O erudito e o que é popular", *Revista USP* 32 (1996-1997): 24.

52 Sidney Chaloub e Paulo Fontes, "História social do trabalho, história pública", *PERSEU* 4 (2009): 219-28.

53 Petrônio Domingues, *A Nova Abolição* (São Paulo: Selo Negro, 2008).

práticas culturais na composição do país. Houve, aí, uma mudança na política de memória que afetou o conceito de patrimônio, o qual se antropologizou e se tornou sensível a qualquer experiência social[54]. No plano internacional, entre as décadas de 1980 e 2000, surgia uma forte mudança nas formas simbólicas e efetivas de rememorar a experiência da diáspora, da escravização das gentes de África e dos afrodescendentes na América, junto a um debate público a respeito da memória da escravidão e da necessidade de políticas de reparação em um plano global[55]. A força desses elementos acima arrolados funcionou como vetores e pano de fundo de primeira grandeza para o módulo *Negro de Corpo e Alma*, acentuando sua intervenção pública e sua eficácia simbólica ao tratar da questão racial e da necessidade de desmontar os mecanismos do racismo em meio a essa megaexposição. Graças a essas variáveis, o Centenário da Abolição engatava-se à celebração dos 500 anos do Brasil, com seu espírito de reivindicação identitária e de luta pelos direitos civis de minorias políticas.

No bojo dessas práticas, percebe-se a experiência da escravidão como elemento da linguagem política, e ela se entrecruza com conteúdos políticos sobre as permanências dessa experiência histórica traumática. Essas exposições realizadas por Emanoel Araújo e seu projeto intelectual, artístico, político e ético lançaram as bases e alicerçaram o Museu Afro Brasil, inaugurado em 2004, dentro do Ibirapuera (SP), no espaço onde o módulo *Negro de Corpo e Alma* aconteceu. Nas intenções da criação desse Museu, Emanoel Araújo propôs um museu lastreado em sua notável coleção de arte afro-brasileira, que seria capaz de colaborar na construção de um país justo e democrático, igualitário do ponto de vista social, aberto à pluralidade e ao reconhecimento da diversidade no plano cultural, que atasse os laços com a diáspora negra, promovendo trocas entre a tradição, herança local e inovação global.

54 Sérgio Miceli, "SPHAN; refrigério da cultura oficial", *Revista do IPHAN* 22 (1987): 44-47; Paulo César Garcez Marins, "Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980", *Estudos Históricos*, 29, n.º 57 (2016): 9-28.

55 Ana Lúcia Araújo, *Public Memory of Slavery. Victims and Perpetrations in the South Atlantic* (Amherst/New York: Cambria Press, 2010).

Em outro sentido, mas na mesma direção, ao derivar o Museu Afro Brasil desse núcleo de exposições feitas entre o final da década de 1980 até 2000, Araújo postulou uma cultura museológica marcada pelo ativismo e se constituiu na mais importante iniciativa museológica de reflexão sobre a diáspora africana e a participação dos africanos e seus descendentes no Brasil[56], negando uma linha evolutiva das tradições africanas ou uma noção de arte primitiva. Em 2000, o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga enfatizou a especificidade desse momento histórico do módulo, com o qual colaborou. Tal momento seria "propício não apenas para as manifestações de natureza simbólica, mas também para reflexões críticas sobre o devir da sociedade brasileira. Se individualmente os politicamente 'negros' e historicamente 'afro-brasileiros' produziram e produzem obras que engrandecem o Brasil, se coletivamente eles contribuíram para a modelação da identidade brasileira, a sua posição coletiva na escala social, na distribuição do produto social, na participação do comando do país, no sistema educativo e nos demais setores da vida nacional deixa a desejar e deveria entrar também na pauta dessa rememoração"[57]. Dessa maneira, essa exposição estratégica e política buscava nomear e opor-se à desigualdade social e a esse *déficit* de cidadania, ao redimensionar a noção de arte afro-brasileira como uma questão do negro de corpo e alma, sendo corpo e alma campos de batalha[58].

Esses mecanismos de visibilidade de *Negro de Corpo e Alma* que fortaleciam a noção de arte afro-brasileira e ajudavam a legitimar a criação do Museu Afro Brasil em São Paulo, conflitavam com o ideário do luso-tropicalismo e da democracia racial. Isso porque o módulo tanto afirmou a diáspora africana, cuja memória se entretece necessariamente com o presente, quanto deu a ver as formas de dominação e agenciamen-

56 O historiador de arte Roberto Conduru propôs a noção de arte afrodescendente no Brasil, embora reconheça a *força sintética* do termo arte afro-brasileira vigente nos circuitos artísticos e midiáticos no Brasil. Roberto Conduru, *Arte Afro-Brasileira*, 75.

57 Kabengele Munanga, "Arte Afro-brasileira: o que é, afinal", in *Mostra do Redescobrimento*, 111.

58 Expressão da historiadora de arte Juliana Bevilacqua, na disciplina conjunta de Pós-Graduação em Artes Visuais e História, ministradas por Claudia Valladão Avolese e Iara Lis Schiavinatto, em 2018, sobre categorias contemporâneas da História da Arte, na UNICAMP. Tal expressão indica a produção artística afrodescendente e afroamericana no Brasil contemporâneo.

tos dos corpos e almas negros. Em si, *Negro de Corpo e Alma* funcionou como uma estratégia que contribuía para a desmontagem dos mecanismos de silenciamento sobre o racismo, por exemplo, ao elencar retratos de negros em vários lugares sociais e ao marcar o trauma da escravidão. Contrapunha-se abertamente à vocação ecumênica e altamente adaptativa do processo de conquista e colonização português, vetorizado pela noção de origem, pela essência identitária portuguesa, pela mestiçagem, pela interpenetração de culturas, que, no conjunto, tornariam o racismo insignificante e a mestiçagem criadora e ativa na linha do luso-tropicalismo e da democracia racial. O módulo tornava o tema do racismo incontornável dentro da comemoração do Descobrimento. Para além de evento, o Descobrimento operava enquanto dispositivo de poder que transforma as relações étnico-raciais em elemento fundante do Brasil.

A noção estética conjurada nesse módulo aborda o que é nevrálgico no presente, ativando uma consciência histórica sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Essa compreensão estética em voga coloca arte e história numa relação em que uma ilumina a outra reciprocamente ao produzirem, juntas, novos significados históricos e artísticos para peças, sujeitos e eventos que antes se encontrariam numa condição de contingência. Trata-se de uma política de memória vincada pela necessidade da visibilidade. Através dela, em sua dimensão estética que conjuga arte, história e antropologia, converte-se algo da ordem de um momento em uma temporalidade carregada de significados. À vista disso, essa política busca permanecer, sobretudo porque, nevralgicamente, agencia as relações entre temporalidades heterogêneas. Não pode, porém, abrir mão de nenhuma delas, dado que essa nervuração do real ocorre em boa parte às custas dos atritos entre tais temporalidades e sujeitos sociais aí enredados em suas experiências históricas.

Essa preocupação reapareceu, em 2004, na exposição *O Imaginário Luso-Brasileiro e a Herança da Escravidão,* novamente com curadoria de Emanoel Araújo. Ali, ele explicitou a relação entre memória e esquecimento, enquanto dispositivo que revela o estigma e a experiência negra, africana e de afrodescendentes a contrapelo de uma história

oficial. Indagar essa memória remeteria à herança traumática da escravidão. Ele dizia:

> "Rever a questão da memória é o que se propõe nesta exposição. A memória negra no Brasil, a memória do negro no Brasil. Negras memórias, em primeiro lugar, memórias do estigma que alimenta o preconceito, tendo como principal motivo o legado do cativeiro. Do estigma que é motivo de longos e permanentes discursos de bem-intencionada denúncia e de tantos estudos acadêmicos sobre a escravidão, por certo importantes achegas a essa arqueologia que, aos poucos, vai descortinando um passado duro, sofrido, dolorido, que deixou chagas ainda não de todo fechadas, no confronto com a impunidade de tanta barbárie perpetrada contra uma raça humana"[59].

A estética desempenha um papel capaz de lidar com o trauma histórico ao conferir-lhe uma possibilidade produtiva de expressar-se, concorrendo para transformar o estatuto imobilizador do trauma.

Esse Museu resultou de uma série de exposições dirigidas por Emanoel Araújo, valendo-se de sua notável coleção, com aproximadamente 6000 peças e sob o incentivo da Lei 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil. Nessa medida, o módulo *Negro de Corpo e Alma* inscrevia-se numa luta pela visibilidade dos negros e por seus direitos no Brasil, que datam desta *nova abolição* de 1988. O Museu Afro Brasil segue a estratégia expositiva, politizada, da abordagem da arte afro-brasileira presente na *Mostra*, adotando-a como seu eixo principal. Isto é, investe na qualidade das peças e nas relações sugeridas entre elas, para afetar e sensibilizar o visitante, por meio de uma exuberância expográfica singular de Emanoel Araújo, com forte senso cênico e

59 Emanoel Auaújo, "Negras memórias, o imaginário luso-afro brasileiro e a herança da escravidão", *Estudos Avançados* 18, n.º 50 (2004): 242.

ritualístico, poucas legendas e uma deliberada vontade de sublinhar a presença da peça exibida[60]. O visitante é convidado a perceber a magnitude das relações étnicas ali presentes. Tais escolhas, por princípio, levam os visitantes e os profissionais envolvidos nessa museologia a refletir sobre a questão ética, de conduta, dentro do museu. Isto põe em causa e procura negar e/ou desmontar uma noção paternalista das relações sociais no Brasil

Considerações finais

Em linhas gerais, pode-se dizer que, em um jogo de escalas que vai do local ao transnacional, esse ciclo de exposições entrelaçado ao ciclo comemorativo dos Descobrimentos promovia e tornava visível, dos dois lados do Atlântico, um amplo e complexo repertório visual mapeado e motivo de reflexão no âmbito da memória disciplinar da história e da história da arte, que era rearranjado e exibido em instâncias raramente vistas, inclusive porque o repertório visual ampliava-se de maneira inaudita e vinha acompanhado de um potente *efeito expositivo* no Brasil entre 1994-2004.

Emergia um investimento na imagem, vista como um *condensado* de jogos de alteridades e temporalidades que convidava a repensar o próprio estatuto da imagem, sua produção, circulação, (re)apropriação, recepção, enredadas a saberes e poderes ou, em um termo, a repensá-la como *dispositivo*. Nessa urgência do tempo presente, uma vertente intelectual e artística insistia na noção de alteridade a agenciar essas temporalidades e as relações travadas entre si, o que tornava visível a questão étnico-racial, em especial de matriz africana no Brasil. Nesse processo de celebração e de contracelebração dos Descobrimentos, eivado pelas etnicidades, talvez se possa pensar que uma parte das exposições – algumas aqui comentadas e entendidas como políticas de memória – refutava o luso-tropicalismo e a democracia racial, visando a seu esgotamento.

60 Roberto Conduru, "Ogun historiador? Emanoel Araújo e a historiografia da arte afro descendente no Brasil", in *Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*, org. Roberto Conduru e Vera Beatriz Cordeiro Siqueira (Rio de Janeiro: CBHA, 2009), 163, http://www.cbha.art.br/coloquios/2008/anais.pdf.

Bibliografia

Acciauoli, Margarida. *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

Aguilar, Nelson, org. *Mostra do Redescobrimento. Negro de Corpo e Alma*. São Paulo: Fundação Bienal, 2000.

Araújo, Ana Lúcia. *Public Memory of Slavery. Victims and Perpetrations in the South Atlantic.* Amherst/New York: Cambria Press, 2010.

Araújo, Emanoel, org.. *A Mão Afro-Brasileira. Significado da Contribuição Artística e Histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988.

Araújo, Emanoel. "Negras memórias, o imaginário luso-afro brasileiro e a herança da escravidão". *Estudos Avançados* 18, n.º 50 (2004): 242-50.

Braga, Teófilo. *Os Centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*. Porto: Tip. A. T. de Silva Teixeira, 1884.

Canclini, Nestor. "O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional". *Revista IPHAN* 23, 1994, 95-115.

Cardim, Pedro, e Mafalda Soares da Cunha. "A internacionalização da historiografia portuguesa", *História da Historiografia* 10 (2012): 146-63.

Castelo, Cláudia. *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.

Catroga, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história.* Coimbra: Almedina, 2009.

Chaloub, Sidney e Paulo Fontes. "História social do trabalho, história pública". *PERSEU* 4 (2009): 219-28.

Chauí, Marilena. *O mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CNCDP. *O Centenário da Índia – 1898 e a memória da viagem de Vasco de Gama*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1998.

Coelho, Teixeira. "A falta de espelho". *Bravo* 31, 2000.

Coli, Jorge. "Primeira Missa e invenção da descoberta." em *A descoberta do homem e do mundo,* org. Adauto Novaes, p. 107-21. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

Conduru, Roberto. "Ogun historiador? Emanoel Araújo e a historiografia da arte afro descendente no Brasil". Em *Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*, organizado por Roberto Conduru e Vera Beatriz Cordeiro Siqueira, 159-66. Rio de Janeiro: CBHA, 2009. http://www.cbha.art.br/coloquios/2008/anais.pdf.

Conduru, Roberto. *Arte Afro-Brasileira.* Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

Connerton, Paul. *Como as sociedade recordam*. Oeiras: Celta, 1993.

Cunha, Mafalda Soares da, e Pedro Cardim. "A internacionalização da historiografia em Portugal no século XXI". *História da Historiografia* 10 (2012): 146-63.

Cunha, Marianno Carneiro da. "Arte Afro-Brasileira". In *História Geral da Arte no Brasil*. Org. Walter Zanini, 972-1033. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

Domingues, Petrônio. *A Nova Abolição.* São Paulo: Selo Negro, 2008.

Enders, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, Kindle.

Greenhalgh, Paul. *Ephemeral Vistas. The Expositions Universelles, Great Exhibitions and worlds fair 1851-1939*. Manchester: Manchester Univ. Press, 1988.

Hespanha, Antonio Manuel, dir. *O Centenário da Índia e a memória da viagem de Vasco da Gama*. Lisboa: CNCDP, 1998.

Hespanha, Antonio Manuel, coord. *Há 500 anos. Balanço de Três anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1996-1998.* Lisboa: CNCDP, 1999.

João, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal* (1880-1960). Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 1999.

Krenak, Aílton. "O eterno retorno do encontro". In *A outra margem do Ocidente,* org. Adauto Novaes, 15-21. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Lara, Sílvia. "Introdução: a história social e o racismo". *História Social* 19 (2010): 15-18.

Lehmkul, Luciene. *Entre a tradição e a modernidade. O café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português*. Tese de Doutoramento, UFSC, 2002.

MacDonald, Sharon, org. *The Politics of Display. Museums, Science, Culture*. Londres/ Nova Iorque; Routledge, 1998.

Magalhães, Joaquim Romero. "Comemorações centenárias e nacionalidade. Relações Luso-Brasileiras". *Revista Convergência Lusíada* 19 (2002): 11-20.

Marins, Paulo César Garcez. "Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980". *Estudos Históricos* 29, n.º 57 (2016): 9-28.

Matos, Sérgio Campos. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do S*éculo *XIX* (1846-1898). Lisboa: Colibri, 1998.

Menezes, Hélio. "Exposições e críticos de arte afro-brasileira: um conceito em disputa". In *Histórias Afro-Atlânticas*, org. Adriano Pedrosa, Amanda Carneiro e André Mesquita, 575-93. São Paulo: MASP/Instituto Tomie Ohtake, 2018.

Miceli, Sérgio. "SPHAN; refrigério da cultura oficial". *Revista do IPHAN* 22 (1987): 44-47.

Montes, Maria Lúcia. "O erudito e o que é popular". *Revista USP* 32 (1996-1997): 6-25.

Morley, David. *Television, Audiences and Cultural Studies*. Londres/Nova York: Routledge, 1992.

Moura, Carlos Eugênio Marcondes de. *A Travessia da Calunga Grande. Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: Edusp, 2000.

Nora, Pierre. *"Entre Mémoire et Histoire" La problematique des lieux em Lieux de mémoire I*. Paris: Gallimard, 1984, p. 17-42.

Pereira, Carlos Alberto Messeder e Micael Herschmann. "La Nave Va... as celebrações dos 500 anos no Brasil. Afirmações e Disputas no Espaço Simbólico". *Estudos Históricos* 14, n.º 26 (2000): 203-15.

Pedrosa, Adriano, Amanda Carneiro e André Mesquita eds. *Histórias Afro-Atlânticas*. São Paulo: MASP/Instituto Tomie Ohtake, 2018.

Rodrigues Nina. "As Belas Artes nos Colonos Pretos do Brasil – A Escultura." *Kósmos*, 8 (agosto 1904).

Schiavinatto, Iara Lis. "Entre comemorações e exposições: notas para um debate de cultura visual. Em Portugal-Brasil. 1994-2204". In *Politica, memoria y visualidad. Siglos XIX a XXI*, org. Rosangela de Jesus Silva e Maria Elena Luceno. Barcelona: Editorial Foc, 2017, Kindle.

Schiavinatto, Iara Lis. "*Educação Sensível*. Memória, imagem e política no mundo luso--brasileiro." Tese de Livre Docência, UNICAMP, 2017.

Thomaz, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

Torgal, Luís Reis, José Amado Mendes e Fernando Catroga. *História da História de Portugal nos S*éculos *XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Referência para citação:

Schiavinatto, Iara Lis. "Entre celebrações e exposições: algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990-2000)." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 49-83.

Práticas da História, n.º 8 (2019): 85-138

Benjamin R. J. Jennings and Stefan Halikowski Smith

British participation in the quincentenary commemorations of the death of Prince Henry 'the Navigator' (1960)

In 1960, Portugal celebrated the five-hundredth anniversary of the death of Prince Henry, a heroic figure acclaimed for his role in the early maritime discoveries. The celebrations lasted several months and were sponsored by the Portuguese state. They included a wide variety of diplomatic, academic and cultural initiatives. These festivities were used as an opportunity to unite the Portuguese populous in the face of various potential threats to the Estado Novo which surfaced during this time. Although they were dismissed by the British foreign office, the Royal Navy and Royal Air Force took the opportunity to participate in a heavily publicized naval review as their 'oldest ally.' A variety of Anglo-Portuguese exchanges occurred in the academic world through a series of state-sponsored history anthologies, an international conference and reciprocal exhibitions on the topic of the Portuguese discoveries. This paper looks at some key individuals that facilitated these exchanges in Britain using the correspondence that they left behind. It shows international outreach in the Estado Novo's official program of celebrations and the pragmatic management of the Anglo-Portuguese alliance.
Keywords: Cultural commemoration; Anglo-Portuguese relations; Infante Dom Henrique of Portugal; Portuguese New State.

A participação britânica nas comemorações do quinto centenário da morte de Dom Henrique, 'o Navegador' (1960)

Em 1960, Portugal comemorou o quinquagésimo aniversário da morte do príncipe D. Henrique, uma figura heróica aclamada pelo seu papel nas descobertas marítimas do século XV. Durante vários meses, as celebrações foram patrocinadas pelo Estado português e incluíram uma grande variedade de iniciativas diplomáticas, académicas e culturais. Essas festividades foram usadas pelo Estado Novo como uma oportunidade para unir a população portuguesa perante potenciais ameaças ao regime durante esse período. Embora o acontecimento tenha sido desvalorizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico, a Marinha Real e a Força Aérea Real britânica aproveitaram a oportunidade para participar num desfile naval muito propagandeado ao 'aliado mais antigo' de Portugal. As trocas anglo-portuguesas ocorreram também no mundo académico através de uma série de antologias de história patrocinadas pelo Estado, uma conferência internacional e exposições sobre o tema das descobertas portuguesas. Usando trocas de correspondência pessoal, este artigo analisa alguns indivíduos-chave, revelando o alcance internacional do programa de celebrações do Estado Novo e a gestão pragmática da aliança anglo-portuguesa.
Palavras-chave: Comemoração cultural; relações anglo-portuguesas; Infante Dom Henrique; Estado Novo português.

British participation in the quincentenary commemorations of the death of Prince Henry 'the Navigator' (1960)

Benjamin R. J. Jennings*
and Stefan Halikowski Smith**

In September 1960, the British Museum held a two-month exhibition entitled 'Prince Henry the Navigator and Portuguese Maritime Enterprise.' This was organised by a committee of academics in London to coincide with the more grandiose festivities occurring in Portugal. That year the 'New State' (*Estado Novo*) sponsored a range of celebrations to mark five hundred years since the death of *Infante dom Henrique*, known since Charles Beazley's biography of 1894 in the English-speaking world as Prince Henry 'the Navigator.'[1] The celebrations in his name took place between the dates of his birth and death; from 4th March to 13th November. The festivities were funded by the government and organised by a special temporary commission called the *Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.* The commemorations included coins and medals released by the *Banco de Portugal*, stamps, firework displays, flower displays, processions on land and river, openings of civic buildings, films and pilgrimages (*romagens*) that took place over eight

* Benjamin R. J. Jennings (benjaminjennings@gmx.co.uk). Blaydes Maritime Centre, University of Hull. HU6 7RX, Hull, UK.

** Stefan Halikowski Smith (s.halikowski-smith@swansea.ac.uk). Swansea University. Singleton Park Campus, Swansea University, Singleton Park, Swansea, SA2 8PP, Wales, UK.

1 C.R. Beazley, *Prince Henry the Navigator. The Hero of Portugal and Modern History, 1394-1460. With an Account of Geographical and Modern Progress Throughout the Middle Ages as the Preparation for His Work* (New York/London: G.P. Putnam & Sons, 1894). Since Peter Russell's respected biography this title has tended to be put in quotes. See Peter Russell, *Prince Henry 'the Navigator'; A Life* (New Haven/London: Yale University Press, 2000).

months. Other preparations were made to showcase the Sagres promontory, and efforts were made to restore the 'Casa do Infante', the Sé Cathedral and parts of the Castelo de São Jorge.[2] There were also events which were part of much larger diplomatic, academic and cultural initiatives.

Prince Henry was re-appropriated as the initiator and standard-bearer for Portuguese expansion, in a mission which was being fulfilled by the *Estado Novo* five hundred years later. This was not unusual; Henry has been remodelled to serve the purposes of various ruling elites throughout Portugal's history.[3] Over time Henry has been elevated variably to statuses of icon of chivalry, Portuguese national spirit, a pioneer of modernity and the spread of civilisation.[4] Only in recent years has this process of re-modelling been examined as a phenomenon in its own right. Peter Russell, a scholar who was active during the 1960 commemorations, advocated this view and challenged many of the preconceptions of Henry on historical grounds.[5] He conceived Henry as a 'culture hero'; someone who took on the idealised characteristics of Portuguese culture over time.[6] In keeping with this tradition, a version of Henry was created in order to suit the pressing political purposes of the *Estado Novo* in 1960. It was not the first *centenário* in his memory: the fifth centenary of Henry's birth in 1894 was celebrated fervently in Portugal, a country in need of restoring hurt national pride after the Ultimatum of 1890 had forced the retreat

2 "Naval Parade Off Portugal," *The Times*, August 9, 1960, 6. *The Times Digital Archive*.

3 Peter Russell, *Prince Henry 'the Navigator': A Life* (New Haven/London: Yale University Press, 2000), 3.

4 See Ivana Elbl, "Henry 'the Navigator'," *Journal of Medieval History* 27, n.º 1 (2002): 79-99.

5 For example, in his 1960 Canning house lecture he challenged Prince Henry's role as a champion of science, see P.E. Russell, *Prince Henry the Navigator, Canning House Seventh Annual Lecture* (London: The Hispanic and Luso-Brazilian Councils, 1960). For more discussion on Russell's contributions to Portuguese historiography, see Maria Cristina Pimenta, "Sir Peter Russell and Portuguese History: The Story of a Great Passion," *e-Journal of Portuguese History* 5, n.º 1 (2007). Also Stefan Halikowski Smith, "Obituary: Sir Peter E.L. Russell," *e-Journal of Portuguese History* 5, n.º 1 (2007).

6 P.E. Russell, *Prince Henry the Navigator: The Rise and Fall of a Culture Hero, Taylorian Special Lecture 10 November 1983* (Oxford: Clarendon Press, 1984). See also Maria Isabel João, *O Infante D. Henrique na Historiografi* (Lisbon: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994).

of Portuguese military forces from territories claimed in Africa since the Discoveries.[7] But it had been also celebrated in England with the Royal Geographical Society holding events in the University of London, which dignitaries like the Duke of York and the future Lord Curzon of India attended –Henry is portrayed against the political backdrop of New Imperialism as a 'figura portuguesa, adoptada e assimilada como inglesa, para incentivar o espírito de aventura'.[8]

Portugal celebrated numerous centenary commemorative events between 1880 and 1960.[9] Only in recent years has this been studied in any detail by historians in Portugal. The approach so far has also been modern; one evidently influenced by cultural studies and seeks to understand the ideology and political purpose behind these commemorative events. This ideology has been theorised in several different ways. Eduardo Lourenço has seen this obsession with the past as a kind of 'hyperidentity', a series of images produced by Portugal about itself, always revealing an obsession with the "Camonian" titles of Portugal's planetary vocation from the 16th century'.[10] Luís Trindade has looked at nationalism, where the growth of a dynamic but alienating modern urban society across northern Europe became seen as a threat to the continent's authentic and traditional rural hinterland where religion continued to hold sway. It is here, he argues, that Portugal was able to provide for itself a kind of mission in the modern world, presenting itself as a 'moral saviour' for Europe, one extending over its overseas territories.[11] Certainly, the *Henrique* commemorations can be seen in a

7 Maria Isabel João, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)* (Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2002).

8 Maria Teresa Pinto Coelho, "Biografia, Comemoração e Império: o Infante D. Henrique, um Vitoriano na Inglaterra finis secular," in *Os Descobrimentos no Mundo de Língua Inglesa*, ed. Maria Teresa Pinto Coelho and John Darwin (Lisbon: Edições Colibri, 2005), 47-75.

9 Maria Isabel João, "Public Memory and Power in Portugal (1880-1960)," trans, Landeg White, *Portuguese Studies* 18 (2002): 96-120.

10 Eduardo Lourenço, *Do Colonialismo como Nosso Impensado* (Lisbon: Gradiva, 2014), 277. For some discussion, see Elsa Peralto, "Fictions of a Creole Nation: (Re)Presenting Portugal's Imperial Past," in *Negotiating Identities: Constructed Selves and Others*, ed. Helena Vella Bonavita (Amsterdam: Rodopi, 2011), 197.

11 See Luís Trindade, *O estranho caso do nacionalismo Português: o salazarismo entre a literatura e a política* (Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, 2008).

wider context of nationalism and the New State (*Estado Novo.*) Public festivities of this kind were promoted by the *Estado Novo* as a tool of upholding the regime.[12]

This cycle of commemoration is interesting for two reasons: it represented a critical moment in the stability of the *Estado Novo*, and that the commemorations included significant participation from British actors in a variety of forms. The *Henrique* commemorations were aimed at a domestic Portuguese audience (including by extension the overseas territories), but they also took place on an international stage. This international element is something which has not received appropriate recognition in the literature. This paper attempts to address this situation by looking specifically at the participation of Britain. The celebrations in 1960 were supported and legitimised by the involvement of Britain alongside other states such as Brazil. Studying this outside perspective provides a useful window onto the Anglo-Portuguese relationship both inside and outside of the state. The paper is separated into three core arguments. Firstly, that British participation in the commemorations had useful political purposes for both respective governments and formed part of their diplomatic relationship. Secondly, that academics were important agents in this engagement, and the results of this exchange can be traced in the historiography. Finally, that pressures within the *Estado Novo* at this time came to dominate both diplomatic relations and the wider public discourse surrounding this commemorative cycle.

Commemoration and diplomacy; the rationale for British engagement

British participation in the commemorations reveals some interesting aspects of Anglo-Portuguese diplomacy. In Portugal, there was a desire for international participation to enrich and legitimise the commemorations. This was

12 See for example David Corkhill and José Carlos Pina Almeida, "Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940," *Journal of Contemporary History* 44, n.º 3 (2009).

realised in a few spectacular events during the climax of the commemorations. For Britain, the commemorations offered an opportunity to reaffirm diplomatic relationships, military cooperation and inspire future trading potential.

To begin, Britain and Portugal have been engaged in what could be considered one of the oldest active alliance between nation states dating back by treaty to 1373, the Treaty of Windsor, and this 'continuous' political friendship was reconfirmed in 1353, 1372, 1373, 1386, 1643, 1654, 1660, 1661, 1703 and 1815.[13] The Anglo-Portuguese alliance (*Aliança Inglesa*) has not always been followed explicitly throughout history and both sides have often opted to utilise or ignore agreements where necessary; witness, for example, the tensions between João IV and Cromwell's party at a time Portugal sorely needed English military assistance in fighting the Guerras da Restauração.[14] Diplomatic relations with Britain during this time were good, cemented by an 'international goodwill' state visit from the Queen in February 1957 (one of many post-Suez fence-mending royal visits of that year) in which she inspected troops, visited the model Restelo housing project, met President Craveiro Lopes (himself a recipient of the Order of the Bath and Royal Victorian Chain) and Mayor Barreto of Lisbon. Footage from the British Pathé Press and Movietone News shows crowds following her every move, and a public holiday was declared in her honour.

Figure 1. HM The Queen and Prince Philip arrive in Portugal. [State visit to Portugal, 1957] Feb 1957. Royal Collection Trust :IN 2003580

13 *600 Years of Anglo-Portuguese Alliance* (London: British Museum, 1973), 7, 15.

14 Stefan Halikowski Smith, "The Portuguese Wars of Restoration, 1641-1668. Lessons for Brexit," British Academy Mid-Career Fellowship Reference: MF18\180357 (September 2018).

Another important factor for the British government was Anglo-Portuguese trade. Portugal was a poor country (during this period Portugal's per capita GDP was only 38 percent of the European Community (EC-12) average), but showed attempts to broaden the economy, and manage it better as the bold 1959-64 six-year development plan testifies.[15] Both countries were also signatories to EFTA (initiated 12 Jan 1960, established 3 May 1960). Harold Macmillan's second government (1959-1963) was keen to pursue trading links.[16] British commitment to trade in Portugal can be demonstrated by the 1959 fair of the Federation of British Industries, billed by *The Times* as the 'biggest Lisbon Trade Fair'.[17] As well as economic interest, it also included a large amount of military participation. What followed was 'a friendly invasion' of Portugal by the British Army, Navy and Air Force, which took place between 29 May and 14 June. Aircraft carrier *H.M.S. Centaur,* three destroyers and a frigate, a contingent of 410 officers and men of the British Army staged a military tattoo, highland dancing and acrobatics. The RAF put on an aerobatic display of Hawker Hunters on the Portuguese national day (*Dia da Raça*) of June 10th. This coincided with a visit by Princess Margaret, and an international football match between Portugal and Scotland.[18] The Federation of British Industries donated 100,000 Escudos (through H.M. ambassador Stirling) to the Portuguese Minister of Defence Botelho Moniz, intended for military charities and in recognition of cooperation in the Anglo-Portuguese military tattoo.[19]

Conditions were ripe for further engagement with Britain, after a period described by the Foreign Office's annual review as one with

15 See Eric N. Baklanoff, "The political economy of Portugal's later Estado Novo: a critique of the stagnation thesis," *Luso-Brazilian Review* 29 (1992).

16 See for example Harold Macmillan's argument in favour of the British Trade Fair in Lisbon. In "British Trade Fair, Lisbon," *Hansard's Parliamentary Debates*, 12 Feb. 1959, vol 599, cc1354-5. url: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1959/feb/12/british-trade-fair-lisbon> [Acc. Feb 2019].

17 "Biggest Lisbon Trade Fair," *The Times*, Apr. 10, 1959, 11.

18 The final score was 1-0 to Portugal. "Hope of British Trade Revival in Portugal," *The Times*, May 8, 1959, 15.

19 C.N. Stirling, annual review for 1959, to Foreign Office, London, 5th January, 1960, in "Annual Review for 1959," *The National Archives*: FO 371/153098.

notably renewed 'cordiality.'[20] The commemorations in 1960 offered the opportunity for more engagement. In Portugal there was a desire for international recognition, which may be understood both as concomitant to Portugal's joining the United Nations in the mid-1950s and breaking its isolation, and as a reaction to the recent political challenges to Salazar by Delgado in 1958.[21] There were external pressures on Portugal to decolonise which heightened the need for recognition and legitimacy. This was voiced in the UN, and elsewhere on the international stage included legal action from India against the legitimacy of Portugal's imperial claims over Goa (1955-1960).[22]

The commemorations in 1960 were funded by the government and organised by a special temporary commission called the *Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.*[23] Organisation started as early as 1954 in the form of various decrees and ordinances. It was led by the President of the *Academia Portuguesa da História* and nineteen members representing various institutions; six commissions and four subcommissions were formed. Regional delegations were named in eleven towns and cities and collaborators were brought in to execute twelve pre-announced projects.[24]

It was the *Comissão das Comemorações* who had the responsibility to champion this iteration of *Dom Henrique* in 1960. Cruz Coelho has analysed the 'credo ideológico' of the Commission at closer quarters, as enunciated in a lengthy published disquisition on the part of its president full of terminology like *fé*, *orgulho patriótico*, *missão coloni-*

20 *Ibidem.*

21 See "A New Opposition: Humberto Delgado and the Bishop of Oporto," in Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar: A Political Biography* (New York: Enigma Books, 2009), 422-50.

22 At the Hague the Indian government had been pressing a case against the legitimacy of Goa. See "Right of Passage over Indian Territory (Portugal v. India)," International Court of Justice, The Hague, url: <https://www.icj-cij.org/en/case/32?fbclid=IwAR1wx9WpheuMx7TrCgBleZbkLc-NXAduhxYlys7lO5Ja2CbV4AV8unODhNfY> [Acc. 2/5/2019].

23 Henceforth shortened to *Comissão das Comemorações.*

24 Maria Helena da Cruz Coelho, "O Infante D. Henrique em Comemorações de morte e vida no século XX," *Revista de Ciências Históricas* IX (1994): 137.

zadora, *comprometimento nacional*.[25] The value of commemoration was tied to the promotion of an international mission which *Dom Henrique* came to represent. This ideology was most explicit in the religious ceremony which closed the commemorations on November 13th 1960. This was held at the Batalha monastery; built to commemorate the Portugal's decisive victory against Castile in 1385 and the burial site of the house of Aviz. It is a site of immense sentimental value, which holds the tomb of Prince Henry himself. In the closing speeches the head of the commission and former foreign minister, Professor Caeiro da Matta, quoted the writings of Salazar saying:

> "We are what we are, not only because of what we were; nor do we live just because we have lived. We live in order to carry on our mission in the world and we affirm the right to fulfil it."[26]

The Henrician commemorations, he argued, came at an opportune moment. It was a time where Portugal, governed by Salazar, stood out as a citadel of Christian unity and order against attacks on their national unity.[27]

This national unity was embodied in Henry as the initiator of Portuguese maritime expansion. The most enduring physical reminder of the commemorations today is the *Padrão dos Descobrimentos* statue in Belém. Situated on the bank of the Tagus, this 52 metre high monument features many of the major figures associated with Portugal's maritime discoveries. Its design had gone through multiple iterations.[28]

25 Cruz Coelho, "O Infante D. Henrique em Comemorações de morte e vida," p. 138 ff, from *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique*, vol. I (Lisbon: Comissão das Comemorações, 1961), 131 ff.

26 Translation belongs to Charles Stirling, Ambassador to Portugal from Great Britain. In: Charles Stirling, Report from British Embassy, Lisbon to "the right Honourable The Earl of Home, etc.," November 16th, 1960, RP 1961/10. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives*: FO 371/153153.

27 *Ibidem.*

28 *O Padrão dos Descobrimentos* (Lisbon: C.A.P.O.P.I., 1960); Annarita Gori, "Historia de una obra

At the helm is Prince Henry, who looks longingly towards the ocean ahead from the prow of a caravel. Representing the inauguration of the Discoveries era (*Descobrimentos*), it became easier to apply this character universally across the Portuguese-speaking world.[29]

The climax of the commemorations was represented by an international naval review and inauguration of the monument in August 1960. This was a celebration of Portugal's strong maritime heritage in front of a large international audience. The naval review served to showcase Portuguese military preparedness, not as a lone ranger but as a team player well integrated in international organisations like NATO. Like Britain, Portugal was a signatory from the organisation's outset in 1949. It was an opportunity to present the armed forces in their modernity. The naval review was performed at Sagres, the south-west continental extremity where Henry had supposedly established his much contested 'school'.[30] The ships, both modern and sail, then travelled toward Lisbon. Two days later there was a ceremony opening the Monument to the Discoveries and naval parades representing Argentina, Belgium, Brazil, Canada, Denmark, France, Great Britain, Holland, Italy, South Africa, Spain, Sweden, U.S.A., West Germany and Portugal.[31] Brazilian president Juscelino Kubitschek (r. 1956-61) was the special guest at these occasions, and would receive the Grand Collar of the Order of Prince Henry – the highest state honour.[32] Other diplomatic visits arranged during this period included those of the

nunca realizada. El Monumento al Infante Dom Henrique y la Autorrepresentación del Estado Novo," in *Historia Contemporánea* 52 (2016): 271-307. See also Ellen W. Sapega, "Accretions of Memory and the Limits of Commemoration in a Lisbon neighbourhood," *History and Memory* 20, n.º 2 (Fall-Winter 2008): 18-38.

29 Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional. A história no Curso dos Liceus, 1895-1939* (Lisbon: Livros Horizonte, 1990), p. 143.

30 See for example P.E., *Prince Henry the Navigator*, *Canning House Seventh Annual Lecture* (London: The Hispanic and Luso-Brazilian Councils, 1960). Also, Francesco Barbarani, "Gli sviluppi del movimento portoghese lungo le coste occidentali dell'Africa," *Economia e Storia* 1, n.º 4 (1980): 575-82 suggests that recent findings do not support the existence of this school.

31 In the build-up, Foreign Office records suggest the dates were modified only slightly to give an extra day for naval events. For a description of the naval events from a British perspective, see "A Window on the World," *The Illustrated London News*, August 20, 1960, 16. Also "Naval Parade Off Portugal," *The Times*, August 9, 1960, 6.

32 Cláudio Bojunga, *JK: o artista do impossível* (Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001).

American President Dwight Eisenhower, the King of Nepal, and monarch of Thailand.[33] British participation was less marked, but through military and academic initiatives, it formed a significant part of the commemorations.

Correspondence archived by the Foreign Office during this period provides a useful window onto the thoughts and organisation behind participation in the commemorative events. Britain was officially invited to take part by letter to the Foreign Minister Selwyn Lloyd in May 1959, who accepted a month later.[34] Although this was the first instance that the Foreign Office heard about it, the Admiralty had been in discussions with the Portuguese and provisionally accepted as early as 1957. The matter was dealt with by the Portuguese Naval Attaché in London.[35] British representation at the review was the cruiser *H.M.S. Bermuda,* and two frigates *H.M.S Lynx* and *H.M.S. Wakeful*, from the Portsmouth command.[36] Portugal had decided that naval representations were limited to a maximum of three ships, presumably not to upstage their own forces as the main attraction. The procession to Lisbon would be led by the Portuguese naval sailing barque *Sagres*.[37] Participation was later extended to include fly pasts of R.A.F., United States, Portuguese, and Spanish air forces, which had something to do with increased engagement resulting from negotiated use of the Lajes air base in the Azores. The Azores was considered a vital link for

33 João Sarmento, *Fortifications, Post-colonialism and Power: Ruins and Imperial Legacies* (London: Routledge, 2011), 27. *Monumenta Henricina, Comemorações do V Centenário,* vol. IV, 263-70.

34 Letter from Abranches Pinto (Portuguese ambassador, London) to Selwyn Lloyd, RP1961 and RP1961/3, 11th May, 1959, and 19th June, 1959. in "Anniversaries and celebrations in Portugal (1959)," *The National Archives*: FO 371/144859.

35 Likely this refers to Commander T.A. Beet, who was mentioned in other correspondence. He terminated his tour on 28th November 1960. The Royal Navy had also visited Setúbal and Oporto at the end of 1959. See: Letter from E.I. Edwards, of Military Branch II, Admiralty, to R.H.H. Tenison of Southern Department, Foreign Office. 13th June, 1959. in "Anniversaries and celebrations in Portugal (1959)," *The National Archives*: FO 371/144859.

36 The *Wakeful* and *Bermuda* dated back to the 1940s, while the *Lynx* was part of a line of modern anti-aircraft frigates. For confirmation of vessels, and other organisational matters see: Letter from the Admiralty to R.H.H. Tenison of the Southern Department, 8th February, 1960. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives*: FO 371/153153.

37 The *Sagres* is present in descriptions of the event. It's role was confirmed to the Foreign Office in: Letter from British Embassy, Lisbon, to Southern Department, Foreign Office. 1st February, 1960. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives*: FO 371/153153.

NATO, but particularly US operations.[38] The official invite was sent to the British Foreign Minister in July.[39] A special invitation was sent to Sir Edward Chiltern the Air Marshal a few days later.[40] British participation was officially confirmed quite late on 2nd August, and three Shackleton aircraft were sent on from RAF Gibraltar.[41] Pictures from the aircraft of the naval review featured in *The Times* and the *Illustrated London News.*[42]

Though it appears that the Foreign Office was also looking for diplomatic representation at the commemorations, they were somewhat disappointed to learn that they would not have it. Leading up to the review, the Chancery (Lisbon embassy) wrote to London that

> "Although we have from time to time and at various levels hinted to the Portuguese that we would be grateful to have some indication from them of the kind of British representation they would like to have at the climax of the Dom Henrique Vth Centenary celebrations in August, we have so far had no success in obtaining any reaction from them."

The F.O. went on to suggest the First Lord of the Admiralty as a suitable representative, given the 'maritime nature' of the occasion.

38 Luís Nuno Rodrigues, "Azores or Angola? Military Bases and Self-Determination During the Kennedy Administration," in *Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary Challenges* (Amsterdam: IOS Press, 2009), 70-71.

39 Letter from Abranches Pinto (Portuguese ambassador, London) to Selwyn Lloyd. 16th July, 1960. RP1961/6. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives:* FO 371/153153.

40 Letter from Abranches Pinto (Portuguese ambassador, London) to Selwyn Lloyd. 23rd July, 1960. RP1961/6. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives:* FO 371/153153.

41 Telegram from Foreign Office, London, to Abranches Pinto (Portuguese ambassador, London), 2nd August, 1960. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives*: FO 371/153153.

42 "A Window on the World," *The Illustrated London News*, August 20, 1960, 16. "Naval Parade Off Portugal," *The Times*, August 9, 1960, 6. "In Memory of a Medieval Venturer," *Times*, August 9, 1960, p. 1. *The Times Digital Archive*.

They soon abandoned this suggestion though, once they learnt that there was no intention to invite diplomatic missions from the United Kingdom.[43]

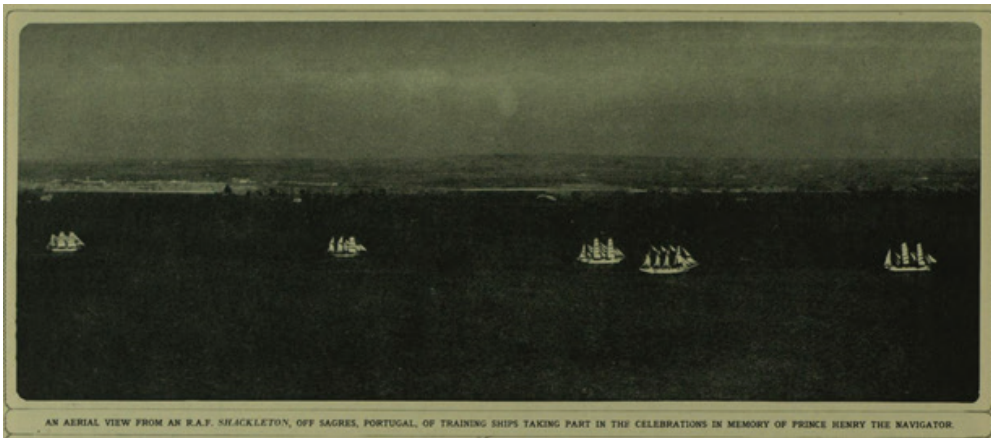


Figure 2. Aerial view of the naval review off Sagres from an R.A.F. Shackleton aircraft. 'A Window on the World', *The Illustrated London News*, (Aug. 20, 1960) p.16. The picture also appeared in "In Memory of a Medieval Venturer." *Times*, 9 Aug. 1960, p. 1. *The Times Digital Archive*.

Figure 3. The Portuguese sailing ship *Sagres* leading the naval units to Belém. 'A Window on the World', *The Illustrated London News*, (Aug. 20, 1960) p.16.

43 See letters from the Chancery of British embassy, Lisbon, to Southern Department, London; 4th April, 1960 and 21st April, 1960. RP 161/4. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives*, FO 371/153153.

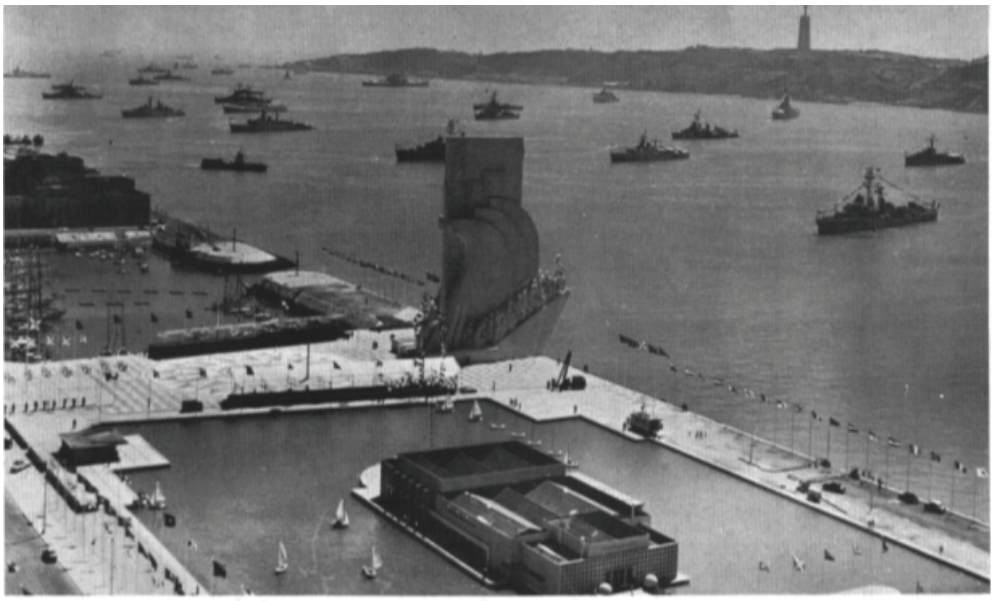


Figure 4. US Navy photo of the Padrão dos Descobrimentos during its inauguration, featuring the tribute of foreign naval vessels. F.C. Huntley (Ed.), *All Hands, The Bureau of Naval Personnel Information Bulletin*, Number 525 (USA: October 1960)

After the events, the British were thanked in a letter from the Portuguese ambassador in London, Abranches Pinto:

> "The Portuguese Government has greatly appreciated the British participation in some of the major events of the special celebrations to mark this great occasion. Indeed, the presence of the Royal Navy and the Royal Air Force units lent exceptional brilliance to the commemorations and contributed greatly to their success. The Portuguese Government feels sure that the traditional ties of friendship between the two countries, thus once more reaffirmed, will continue ever closer within the framework of the common ideals and interests which unite them."[44]

44 Letter from Abranches Pinto (Portuguese ambassador, London) to the Rt. Hon. Earl of Home. 1st September, 1960. RP 1961/7. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives*: FO 371/153153.

The reply from R.F.G. Sarell (Head of Southern Department, Foreign Office 1960-61) was that: "Her Majesty's Government were happy to take advantage of this historic opportunity to re-affirm the traditional ties of friendship which have for so long existed between the United Kingdom and Portugal."[45] Following the commemorations there is evidence that other initiatives were made to continue cooperation. This included another visit in February 1961 by Edward Chiltern who was to present a silver rose-bowl to the Portuguese Air Force, henceforth the object of an annual competition awarded to the most efficient maritime aircrew.[46] Also in December 1960, 400 cadets from Sandhurst took part in a short course of training in Portugal at Santa Margarida.[47] This military cooperation made the refusal of help in Goa in 1961, as we shall see, all the more shocking. The military participation was an important gesture from the British government to contribute to the commemorations. This was not entirely unusual given previous Anglo-Portuguese military cooperation and the diplomatic relations between the respective governments during this time.

British government assistance was also requested in 1959 for an exhibition scheduled to open during the commemorative period called the *Exposição Henriquina*. This exhibition took place between March and November in Belém at the Museu de Arte Popular, a fitting place as it is adjacent to the sea, the *Padrão dos Descobrimentos* monument, and the Jerónimos Monastery. When it opened, the exhibition itself was wide-ranging, featuring a number of rare and significantly important items relating to the Portuguese discoveries. The style of the exhibition is significant as it was more akin to a contemporary art

45 For information on Sarell, see: Colin Mackie, *A Directory of British Diplomats* (London; Foreign and Commonwealth Office, 2014), Vol 2, 435. url: <https://issuu.com/fcohistorians/docs/bdd_part_2_with_covers> [Acc. Jan 2019]. Quote in: Letter from R.F.G. Sarell (Head of Southern Department, Foreign Office) to Abranches Pinto (Portuguese Ambassador, London) 8th September, 1960. RP 1961/7. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives*: FO 371/153153.

46 Letter from Sir Edward Chiltern (Air Marshall) to A.D.M. Ross (British ambassador, Lisbon), 21st December, 1960. RP 1225/2A. in "Visit of Air Marshal Sir Edward Chiltern," *The National Archives*: FO 371/153134.

47 Report from Charles Stirling (British ambassador, Lisbon) to Foreign Office, London, in "Annual Review for 1960," *The National Archives*: FO 371/160725.

exhibition. False walls, careful lighting and theatrics created a more modern and popular feel to the exhibition. The final spectacle of the exhibition was essentially a map of the world with various Portuguese discoveries and colonies laid out across it. Two meridian lines featured across the map representing the limits imposed by the famous Treaty of Tordesilhas (1494). In the build up to the *Exposição Henriquina,* the commission wrote to Charles Stirling, the British Ambassador (1955-60).[48] In it, José Caeiro da Matta requested help with loaning items from British institutions. The letter (probably translated by Stirling) explained that they were to serve in:

> "an exhibition of 'Henriquiana', which will serve to make known via adequate physical representation the essence of the Infante's action as a driving force behind the discoveries [...] This will doubtless be one of the most outstanding events in the Henrician commemorations and will have a major interest both in cultural circles and with the public in general."[49]

The requests were all for original sixteenth-century charts from the British Museum, the National Maritime Museum (Greenwich), and others from the Bodleian Library (Oxford), and the Marquess of Salisbury's library in Hatfield.[50] In return, the Commission offered a copy of the *Portugaliae Monumenta Cartographica*.

This request had more to do with the relevant collections that these British institutions had than the improvement of diplomatic relations, but the choice to request assistance directly from the government

48 For information on Stirling, see Colin Mackie, *A Directory of British Diplomats* (London; Foreign and Commonwealth Office, 2014), Vol 2, 469. url: <https://issuu.com/fcohistorians/docs/bdd_part_2_with_covers> [Acc. Jan 2019].

49 Letter from José Caeiro da Matta (president of the Executive Committee) to Sir Charles Norman Stirling (Ambassador of Great Britain, Lisbon) November, 1959. RP 1961. in "Anniversaries and celebrations in Portugal (1959)," *The National Archives*: FO 371/144859.

50 *Ibidem.*

was an interesting one. Temporary exhibitions had often been used by the Portuguese state to commemorate various aspects of Portuguese culture and heritage throughout its history; theorists have been relatively slow to recognise the museum as a vehicle of the state and 'disciplinary society'.[51] Eleven temporary exhibitions dedicated to similar themes took place between 1940 and 1960. This includes the world exhibition of 1940 in Belém, which coincided with the tercentenary of the Portuguese *Restauração,* the 1947 exhibition commemorating the conquest of Lisbon, the 1953 exhibition commemorating twenty five years of Salazar in office, the 1957 exhibitions promoting industry, the sixth centenary of the birth of Nuno Álvares Pereira, and finally the 1960 exhibition on Prince Henry at the Museu de Arte Popular.[52]

Figure 5. The view from inside the *Exposição Henriquina*, Belém, 1960. *Catálogo da Exposição Henriquina* (Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1960)

51 Tony Bennet, "The political rationality of the museum," in *The Birth of the Museum: History, Theory, Politics* (London: Routledge, 1995), 89-105.

52 See for a more comprehensive list and discussion: Sérgio Lira, *Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda: the Portuguese case during the Estado Novo*, Phd Thesis (University of Leicester, Department of Museum Studies, 2002), 252; Joana Ramalho, "The *Mise-en-scène* of the Empire: The 1940 Portuguese World Exhibition," in *Media and the Portuguese Empire*, ed. José Luís Garcia, Chandrika Kaul, Filipa Subtil and Alexandra Santos (London: Palgrave Macmillan: 2017), 197-216; Ernesto Castrol Leal, "Nuno Álvares: Símbolo e mito nos séculos XIX e XX," *Lusitania Sacra* 12 (2000), 143-83.

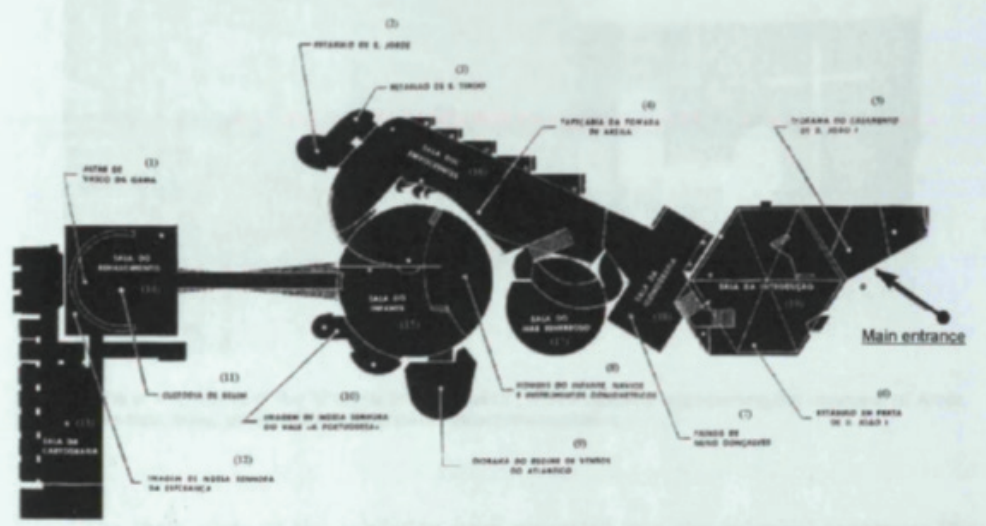


Figure 6. Plan of the *Exposição Henriquina*, Belém, 1960. Sérgio Lira, *Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda: the Portuguese case during the Estado Novo*, p. 222

The request for aid from the *Comissão das Comemorações* was passed onto the Foreign Office in London. They were far from helpful and did not seem to grasp the importance of the occasion or the benefits of engagement. The Foreign Office did not respond, although they contacted the British Council, and skirted responsibility by saying the Commission should get in touch directly with the owners/trustees.[53] The chancery had to correct them about a negligent slip ('not the Spanish ambassador I hope' ..."...I am inclined to wonder whether this delightful conceit was intended or accidental, but it is certainly a happy thought on somebody's part") and told the Portuguese their ambassador should stop with the Chancery for help/advice on obtaining loans. As was written on to the Foreign Office:

53 Telegram from Southern Department, Foreign office, to the Chancery at British embassy, Lisbon. 10th December, 1959. RP1961/6. in "Anniversaries and celebrations in Portugal (1959)," *The National Archives*: FO 371/144859.

> "The point of this, as you will no doubt have realised, is however unimportant and outside Southern Department's field these minor activities in connection with the exposition of "Henriquiana" may seem, the whole affair is really of vast importance to the Portuguese and their pride in their contributions to the spread of civilization. Consequently, anything that H.M. Government can do to help them make the affair a success will earn good dividends."[54]

The London response reported that:

> "we have now heard from Dr. Skelton, who is in charge of the Map Room at the British Museum, that the Portuguese Embassy are handling this matter most efficiently. A London Committee has been set up to deal with all aspects of the Centenary Celebrations and the first meeting was held on February 25. Senhor Dias is Secretary. Mr. Skelton represents the British museum (which is unfortunately precluded by statute from lending) on the committee, Mr. George West of the British Council, who has special duties in connexion with the Anglo-Portuguese Mixed commission and personal ties with Portugal, is on it, and so is Professor Charles Boxer, Camoens Professor of Portuguese at London University. There are 14 members in all... The National Maritime Museum have already agreed to loan the chart asked for. I do not think there is anything we can usefully do to help matters forward at this stage."[55]

The academics sitting on the London committee were also behind a reciprocal exhibition. Their involvement with the commemorations

54 Letter from J.D. Murray (Chancery British embassy, Lisbon) to R. Hanbury-Tenison, Esq., February, 1960. RP 1961/2. in "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives*: FO 371/153153.

55 Letter from R. Hanbury-Tenison, Esq. to British Embassy, Lisbon. 26th February, 1960. RP 1961/2. In "Anniversaries and Celebrations (1960)," *The National Archives*: FO 371/153153.

stretched back a long way through a program of various state-sponsored anthologies and collections of printed historical sources. The practice of commemoration, and the British participation in it, extended much further than military and diplomatic means. To understand the full extent of the participation, it is necessary to look further than through actions of the British government and the various associated diplomats. Academic participation in the commemorations, both in Portugal and Britain, formed a significant part of the *Henrique* commemorations.

Academic involvement in the practice of commemoration

The academic component to the *Henrique* commemorations, was primarily the production, presentation and dissemination of a series of state-sponsored publications. The impetus for these projects can be explained through the strong bonds between government, academia and the *Comissão das Comemorações.* Higher education during the *Estado Novo* is often understood to have been a sector with social prestige, a strong hierarchy, small numbers and with a large amount of government involvement.[56] The strong government involvement is partly a reflection of the dominance that those in academia held in the political elite. The term *cátedracocracia* is sometimes used to describe this autocracy dominated by university chairs, as so many government ministers had previously served as professors.[57] This system produced its own strains. Tremendous pressures were placed on Armando Cortesão, an erstwhile dissident in exile in the 1930s, to come back to Portugal and reconcile himself with the ruling authorities. Not all professional historians working within academia, however, were brought on board so easily. Vitorino Magalhães Godinho, an important historian of the Discoveries, who had been forced in the mid-1940s to move to France to

56Teresa Carvalho, "Shaping the 'New' Academic Profession," in Guy Neave and Alberto Amaral, *Higher Education in Portugal 1974-2009: A Nation, a Generation* (Dordrecht: Springer, 2012), 333-34.

57 Tom Gallagher, *Portugal: A Twentieth-Century Interpretation* (Manchester: Manchester University Press, 1983), 77-82.

continue his career, made numerous critical evaluations of the Salazar regime. In 1954, for example, he labelled Portuguese historical studies to be going through a period of crisis, blaming the attitude of historians, the lack of a scientific environment, the state of the archives, and pedagogic problems.[58]

The celebrations, funding and environment helped to provide momentum to several specialised projects, many of which dated back to the 1940s. The problems described by Godinho, influenced the design of the publications. Most of the publications were extensive anthologies of primary source materials, bibliographies or monographs. Their production required a large amount of cooperation between the National Commission and academia, both within and outside Portugal. Most of these were reference works distributed to major institutions in order to help researchers. The anthology publications were intended as timeless monuments of Portuguese heritage. These works were often extensive, encyclopaedic and set a benchmark for later scholarship; some were later labelled by Godinho "insurmountable."[59]

Table 1 – Colecção Henriquina – In Twelve Volumes (Lisbon, 1958-61):

Title	Translation	Author	Year
História dos Descobrimentos Portugueses	*History of the Portuguese Discoveries*	Damião Peres	1959
Vida e Obra do Infante D. Henrique	*Life and Work of the Prince Henry the Navigator*	Vitorino Nemésio	1959
Descobrimento do Atlântico	*Discovery of the Atlantic*	Costa Brochado	1958

58 Sérgio Campos Matos, "History of Historiography and National Memory in Portugal," *History Compass* 10, n.º 10 (2012): 767. Dale Tomich provides a biography in *Review (*Fernand Braudel Center) 28, n.º 4, In Honor of Vitorino Magalhães Godinho (2005): 305-12, which might be juxtaposed with Godinho's newspaper interviews such as that in the *Jornal de Letras*, April 27, 2011 [online].

59 Quote from 2011 in Luís Adão da Fonseca, "Vitorino Magalhães Godinho," *e-Journal of Portuguese History* 12, n.º 2 (2014).

A Ciência Náutica dos Portugueses na Época das Descobertas	*The Nautical Science of the Portuguese in the Age of Discovery*	Fontoura da Costa	1958
Os Navios do Infante D. Henrique	*The Navy of Henry the Navigator*	Quirino da Fonseca	1958
A Prioridade dos Descobrimentos Portugueses	*The Precedence of the Portuguese Discoveries*	Visconde de Santarém	1958
A Política de Sigilo nos Descobrimentos	*The Policy of Secrecy in the Discoveries*	Jaime Cortesão	1960
Cartografia Portuguesa Antiga	*Ancient Portuguese Cartography*	Armando Cortesão	1960
A Acção Missionária no período Henriquino	*Missionary Action in the Henrician period*	Padre António Brásio	1958
Panorama Económico dos Descobrimentos Henriquinos	*Economic Panorama of Henry's Discoveries*	Amaro D. Guerreiro	1961
O Infante D. Henrique e a Universidade	*Prince Henry and the University*	A. Moreira de Sá	1960
Historiógrafos dos Descobrimentos	*Historiographers of the Discoveries*	Costa Brochado	1960

Table 2 - Major state-sponsored anthology publications during the commemorations:[60]

Title of the publications	Editors	Years of Publication	Volumes
Descobrimentos Portugueses	Silva Marques	1944-1971	4

60 Judite A. Gonçalves de Freitas, "The Memory of Prince Henry the Navigator: Genesis, Formation and Classification of a Monumental Collection of Documents – The Monumenta Henricina," *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo* 2, n.º 2 (2013): 383-84.

Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente	António da Silva Rego	1947-1958	12
Monumenta Missionária Africana (África Ocidental)	Padre António Brásio	1952-1970	14 + 1
Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: lnsulíndia	Artur Basílio de Sá	1954-1988	6
Portugaliae Monumenta Cartographica	Armando Cortesão and Avelino A. Teixeira da Mota	1960-1962	6
Monumenta Henricina	Antonio Joaquim Dias Dinis	1960-1973	12+2

Such an extensive programme of publications offered a great deal of opportunity for scholars to modernise the scholarship on the *descobrimentos* (discoveries). The historiography on the Portuguese overseas empire during this period had many gaps and was often inconsistent. The peripheral situation of Portugal also meant a certain isolation from and failure to engage with other European works.[61] The *Bibliografia Henriquina* (1960) was a work which intended to fix this situation. It was a large reference bibliography of Portuguese and foreign literature since the discoveries and constituted the first of the fifteen volumes (in two parts, 325 and 383 pages respectively) comprising the *Monumenta Henricina.*[62]

61 For a recent summary, see Sérgio Campos Matos, "History of Historiography and National Memory in Portugal," *History Compass* 10, n.º 10 (2012): 765-77.

62 *Monumenta Henricina* (Lisbon/Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960).

The *Monumenta Henricina* was a significant collection of primary sources which can be interpreted an encouragement for historians and researchers to engage with the period of the *decobrimentos*. It was one of many works which included thorough-going collections from national and foreign sources. The selection criteria are important to consider here, and these criteria were important in establishing a lasting national tradition of historiography. Above anything else, these anthologies prioritised expansionist and missionary activity.[63] Most of the works released were tailored to historians and researchers, like the series of talks on different topics related to Henry's age, which came together as the *Homenagem ao Infante D. Henrique* (published in the series Arquivos da Universidade de Lisboa, no. XIX, 1960), but there were also a number of popular works designed for the general public – some, like Villiers' commissioned article for the *National Geographic Magazine*, of a cloying sycophancy.[64] The *Colecção Henriquina*, consists of twelve volumes focusing on different themes of Portuguese history. Damião Peres' *História dos Descobrimentos Portugueses* was the most popular and was republished in 1960 alongside an English translation.

These initiatives provided the driver for foreign collaboration. British cooperation was notable in historic cartography and the construction of the *Portugaliae Monumentae Cartographica*. It includes a wide array of maps, *roteiros*, and discussions on their reproductions and uses; a kind of encyclopaedia of Portuguese maps throughout history and collected from across the world. It is significant for its magnitude, but also the efforts at which were made to make the work accessible. The work was unusually written in both Portuguese and English, with translations side by side. This is significant in part because it made the

63 Judite A. Gonçalves de Freitas, "The Memory of Prince Henry the Navigator: Genesis, Formation and Classification of a Monumental Collection of Documents – the *Monumenta Henricina*," *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo* 2, n.º 2 (2013): 384.

64 Alan Villiers, "Prince Henry, the explorer who stayed home," *National Geographic Magazine* 118, n.º 5 (November 1960): 616-57, for which the author received the title of Commander of the Ordem Militar de Sant'Iago da Espada (Order of St James of the Sword) in 1951. See Afonso Ramos, "Photography and Propaganda in the Fall of the Portuguese Empire: Volkmar Wentzel's Assignments for *National Geographic Magazine*," in Garcia, *Media and the Portuguese Empire*, 258-59.

work more accessible, but also because it encouraged critical engagement with the Portuguese text. It featured extensive collaboration with British researchers and organisations who recognised a unique opportunity to combine skills and resources. For this reason, definitions of an 'academic' and 'professional historian' should be used loosely. British academics served as useful collaborators in the field of maritime discoveries and cartography as the subjects were well established in the UK. Although this refers to British collaboration, these organisations and individuals were concentrated in London. The Hakluyt and Royal Geographic Societies became particularly interested in Portuguese maritime discoveries and supported publications on the topic such as *The Tragic History of the Sea* (London: Hakluyt Society, 1959), a significant collection of primary sources relating famous shipwrecks on the Carreira da Índia, and then in 1968, *Further selections from The Tragic History of the Sea, 1559-1565.* We can also attest to increasing engagement with the Portuguese Discoveries in the *Imago Mundi* journal – an international journal on the history of cartography – and among its contributors.

The publication of the *Portugaliae Monumentae Cartographica* was a long process, taking over five years to come to fruition. It is an example of a project that grew extensively over the course of its production and thus required a great deal of outside help to ensure its completion. Armando Cortesão was a historian who had lived in London between 1935-1946 as an exile of the Portuguese regime. He had maintained a friendship with the historian Charles Boxer and kept up professional contacts in Britain in the years following. In 1952, after working with UNESCO, Cortesão was able to return to Portugal and took up a post as the Chair of Cartography at Coimbra University.[65] The idea of such a work was conceived of in 1955, albeit in a more modest form. It was later that year that Cortesão was approached by

65 Rui Ramos, "A Erudição Lusitanista perante a Guerra (c.1960-c.1970): Algumas Observações sobre a Polémica entre Charles Boxer e Armando Cortesão," in *Os Descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa* (Lisbon: Ed. Colibri, 2005), 189-219; J.S. Cummins and L. de Sousa Rebelo, "The Controversy over Charles Boxer's 'Race Relations in the Portuguese Colonial Empire'1415-1825," *Portuguese Studies* 17 (2001): 233-46.

the *Comissão das Comemorações* to integrate his plans into the wider program of commemorations. The help of Lieutenant-Commander Avelino Teixeira da Mota, who had experience in hydrographic surveying, was assured in 1957. While Cortesão used his London connections, Teixeira da Mota used his contacts in Africa to help provide source materials.[66] These two authors wrote the majority of the work.[67] They forged contacts with the British Museum, where R.A. Skelton was head of its Map Room. Skelton was actively involved in circles of historic cartography in Britain; being an editor of *Imago mundi*, and an active contributor to the Hakluyt and Royal Geographic societies. He was evidently enthusiastic and made a great contribution to the *Monumenta Cartographica* as he is acknowledged highly in the work:

> "Not only has he read all our English texts and proofs, but he always assisted willingly in consulting works which we could not find in Portugal, and with unsparing help and advice of various kinds and in many ways. Without the precious cooperation of this first-class scholar, experienced editor and devoted friend, [Portugaliae Monumentae Cartographica] certainly could not be what it is..."[68]

The work was released in 1960 by the commission with a special preface written by its president José Caeiro da Mata. Included in is a special thanks to Salazar for his support of the endeavour. The preface concludes that the *Monumenta Cartographica* would be "...a work that will find its way into the principle cultural institutions of the World and will remain as a permanent testimony to the debt owed by civilization and the modern World to the Portuguese."[69] To follow this up,

66 See P.E.H. Hair, "The Teixeira da Mota Archive and the Guinea Texts Project," *History in Africa* 10 (1983): 387-94.

67 Armando Cortesão and Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica* (Lisbon: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960), XXXV.

68 *Id, ibid*, XI.

69 *Id, ibid*, XIV.

multiple copies were sent to various institutions around the world, all funded by the Portuguese state. This evidently had a lasting impact; currently Worldcat.org lists that this work is present in 131 institutions around the globe.[70] This is unusual for such an enormous and specialised reference work from this era. The English translation enabled a much wider readership and this seemed to reveal itself in the number of reviews. Importantly, it also fell outside of the typical historically inclined academic readership and into the readership of geographers. It became an icon amongst professional map dealers like Jonathan Potter Limited.[71] Reviews of the work commended the scholarship, the quality of the prints and the generosity of the Portuguese government. The work itself is so large that one review suggested a design for a cabinet and lectern that would be most appropriate to store it.[72] A review in the *Scottish Geographical Magazine* review reckoned it "...an achievement whose magnitude and scholarship render it an event outstanding in the world of learning in the twentieth century."[73] G.R. Crone ended his review in the *Geographic Journal* eloquently: "It would be difficult to imagine a more fitting memorial to Prince Henry than these splendid volumes."[74]

The finale and launch of these grand academic initiatives, was the *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos* organised by the *Comissão das Comemorações* and held between 5-12 September, 1960 in Lisbon. It was a large event, with 800 scholars and organisations attending from 85 different countries. The event itself was filmed and reported on national news. The full program included corollary events such as an official reception from the foreign ministry at the Palácio das Necessidades in Ajuda, a mass with Admiral Thomaz and

70 Worldcat.org (2018), url: <<http://www.worldcat.org/title/portugaliae-monumenta-cartographica/oclc/3056654&referer=brief_results>>.

71 Thomas Bourke, *The Consolation of Maps* (London: Riverrun, 2018), §6.

72 J. Rennard Dean, "Review of Portugaliae Monumenta Cartographica," *International Hydrographic Review* XL (1963).

73 Arthur Davies, "Portugaliae Monumenta Cartographica, a Review," *Scottish Geographical Magazine* 78 (1962): 178

74 G.R. Crone, "Review of Portugaliae Monumenta Cartographia," *The Geographic Journal* 129 (1963).

members of his government, and a display of folk culture. It also included visits to the *Exposição Henriquina* in Belém, the Jerónimos monastery and that at Batalha, where Dom Henrique and his family are interred, the local towns of Alcobaça and Nazaré, and the gardens of Monserrate palace. There was a strong focus on not just presenting the high points of Portuguese culture to the guests, but perhaps more importantly, creating a public display of this presentation as footage in the RTP archives testifies to. The celebrations were designed both to remind Portuguese citizens at home and abroad of their common bonds, but also to divert the populace's attention from unresolved national problems, including mass poverty, an undemocratic government and an unfree press.[75]

Figures 7 and 8. RTP Footage of the *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos* / RTP Archives, (2018), url: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/encerramento-do-congresso-internacional-de-historia-dos-descobrimentos/>; Other photos in Mário Cardoso, 'Congressos. Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, in *Revista de Guimarães* 70 (3-4) Jul.-Dez. (1960), p. 557.

The conference also included 45 *convidados oficiais* (official guests), who were almost exclusively professors and presidents of high ranking research institutions from across Europe. From Britain this included G.R. Crone of the Royal Geographic Society, R.A. Skelton of the British Museum, C.R. Boxer of Kings College London, J.W. Blake of Keele University College of North Staffordshire, Professor Denys Hay of Edinburgh University, and the erstwhile Head of Department

75 Dauril Alden and Michael Cooper, *Charles Boxer. An uncommon life: soldier, historian, teacher, collector, traveller* (Lisbon: Fundação Oriente, 2001) 368-69.

of Portuguese at King's College, London, Sidney George West, who had been author of a book on *The New Corporative State of Portugal,* published in Lisbon in 1937. News of the conference made The Times in the UK, where they reckoned that 800 maritime historians from 85 countries were either taking part or contributing.[76]

Topics were divided into two parts, the first part including: cartography, nautical science, voyages of discovery including recognition and information, causes and consequences of the discoveries. Skelton presented a paper relating the knowledge of Portuguese Atlantic discoveries through a manuscript notebook by one William Worcestre alias Botoner (d. 1481) that turned up in the library of Corpus Christi College, Cambridge.[77] The second part focused on expansion and covered the topics of expansion by the end of the sixteenth-century, expansion in the seventeenth and eighteenth centuries, and the 'civilising actions' (a euphemism for imperialism) of the nineteenth and twentieth centuries. The proceedings of the conference were ultimately presented in the publication of six volumes of the conferences proceedings.[78] They present the wide range of topics on offer at the conference, and includes endorsements and supporting statements from a wide variety of organisations. This notably included the Hakluyt and Royal Geographic societies. The organisers were praised for their efforts to be inclusive, by allowing papers to be presented in English and by using translators where necessary. It is important to recognise that the involvement of international researchers and organisations, while they served to enrich the proceedings, also served to legitimise the commemorations.[79]

A smaller British rendition of the international congress was held in London by the Royal Geographical Society a month later.[80] Dr Eric Axelson, of Witwatersrand University in South Africa, who held a Gul-

76 "Congress on History of Discoveries," *The Times*, September 6, 1960, 9.

77 "English Knowledge of the Portuguese Discoveries in the 15th Century – a new document," in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos* (Lisbon: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961), vol. 2, 365-74.

78 Seven volumes including the index. *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos* (Lisbon: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960).

79 *Ibid*, vol. I.

80 This took place on 17th October, 1960

benkian Foundation Fellowship, gave a paper entitled 'Prince Henry the Navigator and the Sea Route to India'.[81] In the audience was Armando Cortesão, who was there as a representative of the *Comissão das Comemorações*. He had recently been given a Victoria Medal by the Hakluyt Society for his work on the PMC. Alan Burns, President of the Hakluyt Society, was there too.[82]

The British Council had also put on a small program of commemoration in Portugal, likely at the behest of Professor Sidney George West. He had working relationships at Coimbra university and King's College London, and his advocation for a British institute in Lisbon was partially responsible for the creation of the British Council in 1934.[83] The British Council's institute in Lisbon hosted an exhibition on *Luís de Camões* including; 114 books, four pictures and early English translations of *Os Lusíadas* from 1655 and onwards. Most of these items were from the institute's library, but it also included loans from Coimbra University and the private collections of Professor A.A. Gonçalves and Dr George Duff.[84] Coimbra university hosted an 'English week' under the patronage of the British Council.[85]

The most significant act of commemoration to Dom Henrique in Britain was an exhition hosted by the British Museum called: 'Prince Henry the Navigator and Portuguese Maritime Enterprise'. The idea behind this exhibition was from Skelton, and related to his involvement in the *Portugaliae Monumenta Cartographica*. The proposals for this exhibition were submitted in 1959 and the exhibition only ran for two months in September and October. That year there were thirteen other exhibitions, five took place in the King's library and four of the

81 Eric Axelson, "Prince Henry the Navigator and the Discovery of the Sea Route to India," *The Geographical Journal* 127, n.º 2 (Jun 1961): 145-55.

82 Lord Nathan, Eva Taylor, Armando Cortesão and Alan Burns, "Prince Henry the Navigator and the Discovery of the Sea Route to India: Discussion," *The Geographical Journal* 127, n.º 2 (Jun 1961): 155-58.

83 This institute focused most of its efforts on teaching English in Lisbon. For the conditions surrounding the creation of the British Council, see Edward Corse, *A Battle for Neutral Europe; British Cultural Propaganda during the Second World War* (London: Bloomsbury, 2013), 77.

84 "Camoens Exhibition in Lisbon," *The Times*, June 28, 1960, 10.

85 "News in Brief," *The Times*, March 14, 1960.

five exhibitions were commemorations in 1960.[86] Principle Keeper of the Department of Printed Book, Robert Wilson, was unenthralled about these centenary celebrations. Writing on another proposal, to commemorate Count István Széchenyi of Hungary, he remarked: "only a few cases would be needed... the disadvantage is that it would be one more of these not very impressive centenary exhibitions of which, in my view, we have already had a surfeit. The advantage is that it would serve to show something of our riches in foreign, not to say outlandish, material."[87]

Figure 9. The King's Library, British Museum, site of the 1960 exhibition 'Prince Henry the Navigator and Portuguese Maritime Enterprise'. Frederick York, 'The King's Library', a photograph, 1875. Care of Trustees of the British Museum.

The material in Skelton's exhibition was wide ranging; including numerous maps, astronomical objects, early chronicles and paintings.

86 See Joanna Bowring, "Chronology of Temporary Exhibitions at the British Museum," in *British Museum Research* 189 (2012).

87 This was the proposal commemorate Count István Széchenyi of Hungary. Letter from Robert Wilson, Principle Keeper of the Department of Printed Books 1959-1966, To Margaret Scheele (1959). British Library Corporate Archive, London, Box 545, B2 4296, row 5, shelf 1.

These were set amongst the backdrop of the famous collection of Enlightenment books assembled by King George III. This exhibition was commended in *The Times* for its wide-ranging and varied exhibits.[88] The great variety of exhibits reflected the large amount of contributions from various departments of the museum, other museums and other notable individuals. This notably included a rare manuscript (the *Shāh-Jahān nama*) from the royal collection and a map from the Marquess of Salisbury. Other organisations also lent exhibits; five from the National Maritime Museum, two from the Council of the School of Oriental and African Studies at the University of London, and one from the Master and Fellows of Emmanuel College Cambridge. There were also four items lent personally by Charles Boxer, and one from Armando Cortesão.[89] The organisation of material changed only slightly from the initial proposal, the curators opting to display items mostly according to their geographic position rather than the date.[90] The King's library, where the exhibition took place, is a fairly small space. Judging by the number of exhibits, it was likely to be a cramped space. This exhibition was up and running when the Royal Geographical Society held their conference on the Portuguese discoveries, and the delegates were encouraged to attend.[91]

The exhibition catalogue was prefaced with a Foreword by the Museum's Director, Sir Frank Charlton Francis, who was thought by some to favour other departments at the Museum than Printed Books from whose ranks he climbed to the top.[92] The exhibition itself was separated into five sections including; Discovery and Conquest (in which were included a sec-

88 For a full list of items on display, see R.A. Skelton, *Prince Henry the Navigator and Portuguese Maritime Enterprise; Catalogue of an Exhibition at the British Museum September – October 1960* (London: British Museum, 1960); the exhibition review is "Prince Henry The Navigator," *The Times*, September 1, 1960, 12.

89 R.A. Skelton, *Prince Henry the Navigator and Portuguese Maritime Enterprise; Catalogue of an Exhibition at the British Museum September – October 1960* (London: British Museum, 1960).

90 "Sept/Oct HENRY THE NAVIGATOR and Portuguese Maritime Enterprise. An exhibition of printed books, charts, plans, and other illustrative material to mark the fifth centenary of the death of Prince Henry of Portugal, surnamed the Navigator," in *British Library Corporate Archive*: Box 545, B2 4296, Row 5, Shelf 1.

91 *Ibidem.*

92 See Francis's Obituary in *The Times*, September 16, 1988, 20.

tion on Prince Henry, Camões and publication of the Portuguese Discoveries); Settlement and Commerce (organised geographically according to the parts of the world settled), missionary enterprise; nautical science and cartography, and finally a section on Portugal and England. Some key individuals and moments were brought out such as Camões (who had already been the subject of an exhibition held at the British Institute in Lisbon in June of that year and from whose *Lusíadas* the quote 'Por vias nunca usadas não temendo' was ascribed the exhibition's *leitmotif*), Amerigo Vespucci (although Florentine, not Portuguese), and the heroic defences at the repeated sieges of Diu (1531, 1538, 1546). The overall narrative largely tells a story of discovery and overseas establishment with very informative exhibition labels, and provided a kind of snapshot of various parts of this process. Henry is not presented merely as a figurehead of a movement rather than a private individual – the deeply personal and sensitive letter written by Henry to his father on 22 September 1428 reporting on the goings-on at the marriage of the heir to the throne D. Duarte to Leonor of Aragon is included as item 9, and there are also both contemporary facsimile (#7) and later idealised portraits of the man (#12).[93]

The final section of the exhibition entitled 'Portugal and England, 14th to 20th Centuries' presents an interesting story of continuous collaboration over the *langue durée.* The exhibition label explained that:

> "During this long period they [Portugal and England] have been regulated by a series of treaties of friendship and alliance which, taken together, constitute the longest contractual engagement between two states in the diplomatic history of Europe, or indeed the world."[94]

This was supported by a variety of trade agreements, diplomatic correspondence and marriage documents throughout the ages. The

93 R.A. Skelton, *Prince Henry the Navigator and Portuguese Maritime Enterprise; Catalogue of an Exhibition at the British Museum September – October 1960* (London: British Museum, 1960).

94 *Idem, ibidem*, 155.

exhibition finished with a paliamentary statement from Winston Churchill, which described the 600 engagement as 'without parallel in world history.'[95] Evidently, the exhibition presented was one of friendship between nations and admiration of a rich maritime tradition over anything else. The catalogue of the British Museum exhibition, was published by the *Comissão das Comemorações*.

The exhibition itself was short and had limited impact outside of academic circles. As far as the general visitor was concerned, it essentially functioned as an interesting side-piece to the other exhibits in an otherwise larger British Museum. It served mostly as a recognition of the collaboration which had occurred between Portuguese and British academics, but went by fairly unnoticed from the public eye. Later exhibitions on Portugal included 'Portugal and the Orient' (Department of Manuscripts, 1971) and an exhibition marking five hundred years of Camões' epic *Os Lusíadas* (Department of Printed Books and Department of Manuscripts, 1972).[96] This makes a striking contrast with a British Museum exhibition held in 1973 to mark '600 years of Anglo-Portuguese Alliance.'[97] This became a politicised affair and the scene of much commotion due to an official visit from the then Portuguese Prime Minister Marcelo Caetano.[98] His visit to the exhibition coincided with a walk-out of museum employees, a loud demonstration outside and received protest marches before and after his visit.[99] This comparison serves to illustrate some of the international pressure which had developed against the *Estado Novo* during this time. These pressures, both internal and external, came to dominate both diplomatic

95 Taken from *Hansard's Parliamentary Debates*, 392 H.C. Deb. 5 s., coll. 716-17.

96 Called "Portugal and the Orient" (Dept. of Manuscripts) Jan-April 1971, and "Publication of the first edition of the Portuguese epic poem 'Os Lusíadas' by Camoens," (Dept of Printed Books and Dept of Manuscripts) June-July 1972. From Joanna Bowring, "Chronology of Temporary Exhibitions at the British Museum," in *British Museum Research* 189 (London: The British Museum, 2012).

97 See its catalogue *600 Years of Anglo-Portuguese Alliance* (London: British Museum, 1973).

98 See Norrie MacQueen and Pedro Aires Oliveira, "'Grocer meets Butcher': Marcello Caetano's London visit of 1973 and the last days of Portugal's Estado Novo", *Cold War History* 10, n.91 (2010): 29-50.

99 Pedro Aires Oliveira, "Generous Albion? Portuguese anti-Salazarists in the United Kingdom, c.1960–74," *Portuguese Studies* 27 (2011): 203.

relations and the wider public discourse surrounding this commemorative cycle. In 1960, these pressures were only starting to show.

The effects of a divisive political backdrop: deteriorating Anglo-Portuguese relations over the 1960s

There had been a somewhat ambivalent attitude to the dictatorial, even 'totalitarian', elements of the *Estado Novo* from the British government from the time of the Second World War. An absence of criticism has previously been noted by historians looking at British relations with Portugal at this time. Here, Britain's strategic interests took precedent, and Portugal was co-opted from neutrality into a 'neutral collaboration.'[100] But the criticism returned; in the build up to the 1959 British Trade Fair in Lisbon fair, Harold Macmillan was criticised in parliament for his willingness to support a 'totalitarian government.' His defence was that they were always under pressure to increase trade, that Portugal was their oldest ally and that 'trade is one thing and ideological points of view may be another.'[101] Through this period, Salazar was able to stand out as something of a 'good' dictator.[102] There certainly was a sense from the Foreign Office that supporting him, rather than alternative elements in Portugal, was in Britain's best interest. Writing on the celebrations of Salazar's 70th birthday in April 1960, the ambassador Charles Stirling wrote that

> "In a world in which national anniversaries and birthdays of national leaders are so often celebrated with demonstrations of military power, it is refreshing to find the main

100 David Corkhill and José Carlos Pina Almeida, "Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940," *Journal of Contemporary History* 44, n.º 3 (2009).

101 https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1959/feb/12/british-trade-fair-lisbon.

102 The most recent biography of Salazar, by Filipe Ribeiro de Meneses, follows this line of delinking Salazar from totalitarianism as evident in the lack of mass mobilization, the moderate nature of Portuguese nationalism, the careful and ultimately apolitical selection of the narrow elite who ran the country, the rejection of violence as a means of transforming society, and the absence of a "strong party behind the leader." Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar: A Political Biography* (New York: Enigma Books, 2009).

> tributes to a man who has ruled his country for thirty years in the form of bunches of flowers brought by thousands of women."[103]

Yet there was an underlying sense of pessimism about the regime from the British Foreign Office. Their annual review of Portugal for 1959 wrote of a 'troubled atmosphere,' 'a sense of insecurity' and a 'sensation of nervousness' in the first four months of the year. This was caused by the after-effects of the political challenges of Delgado in 1958, rumours that Salazar would resign on his 70th birthday, and a *coup d'état* from officers which 'had been nipped in the bud.'[104] The Foreign Office kept a track of Delgado in following years.[105] The internal instability revealed itself again the fiftieth anniversary of the foundation of the Portuguese republic, which took place in October 1960.[106] This anniversary took place alongside anti-government demonstrations and clashes with the police.[107] While censored in the Portuguese press, photos of police beating protesters were printed by the *Daily Telegraph.*[108] This was one of many critical pieces on Portugal to feature in the British press between 1959 and 1960.[109]

103 Report from C.N. Stirling (British Ambassador, Lisbon) to Selwyn Lloyd, (Foreign Secretary), RP 1961, 5th May, 1959. in "Anniversaries and celebrations in Portugal (1959)," *The National Archives*: FO 371/144859.

104 C.N. Stirling, annual review for 1959, to Foreign Office, London, 5th January, 1960, in "Annual Review for 1959," *The National Archives*:, FO 371/153098

105 After comments from Delgado on the Portuguese regime made the press, there were voices in the Foreign Office which were concerned that he might have been pushing the general hospitality which Britain traditionally showed to political dissidents in foreign countries. in *The National Archives*: "Visits to UK," FO 371/153142. See also "Proposed conference in London of Portuguese exiles and General Delgado," FO 371/160250.

106 See José Miguel Sardica, "The Memory of the Portuguese First Republic throughout the Twentieth Century," *e-JPH* 9, n.º 1 (2011): 76-82.

107 The literature often points to the importance of student movements during this time. See Guya Accornero, *The Revolution Before the Revolution: Late Authoritarianism and Student Protest in Portugal* (London: Berghahn Books, 2016). Also Miguel Cardina, "On student movements in the decay of the Estado Novo," *Portuguese Journal of Social Science* 7, n.º 3 (2008): 151-64.

108 See *Daily Telegraph*, October 8, 1960.

109 See for example Patrick Smith, "Light and Shade in Dr. Salazar's Portugal," *The Listener*, July 9, 1959; "Decaying Regime," *The Times* April 25, 1959; "What Britain Can Do For Portugal," *The Times*, November 27, 1959.

Existing historiography tends to be drawn towards the endgame of the *Estado Novo*, diagnosed via the rapidly changing and uncertain situation in Portugal. Uncertainty was voiced through the Foreign Office including both internal factors relating to the *Estado Novo*'s survival, and external factors in its overseas territories, and particularly Africa. Britain had its own experience on decolonisation, one which had been openly embraced at a far earlier date in India (15 August 1947), and the resulting ideological differences put a considerable strain on Anglo-Portuguese relations. This issue of decolonisation formed an almost permanent backdrop to Anglo-Portuguese engagement, as well as the message of the commemorations themselves.[110]

The most worrying and damaging actions for Anglo-Portuguese relations came from the external arena. Portugal came under considerable international pressure in the UN general assembly from September 1960.[111] We have mentioned the situation in Angola and Guiné Bissau. This was compounded by a massacre at Mueda in northern Mozambique on 16 June 1960, where a number of demonstrators were shot.[112] Criticism along the lines of decolonisation came to bite, which was high on the agenda given the recent happenings in parts of Africa and Portugal, which was lined up for the candidacy for the western European security council seat to replace Italy, lost votes from four major allies and were ultimately unsuccessful. According to the Foreign Office, this was due to the lobbying of 'Afro-Asians' and particularly Jawaharlal Nehru, Prime Minister of India, on the cusp of authorising the invasion of Goa.[113] Furthermore, the US put pressure on

110 Pedro A. Oliveira, "Live and Let Live: Britain and Portugal's Imperial Endgame (1945–75)," *Portuguese Studies* 29, n.º 2 (2013): 186-208. Also Miguel Bandeira Jerónimo and António Costa Pinto, "The International and the Portuguese Imperial Endgame: Problems and Perspectives," *Portuguese Studies* 29, n.º 2 (2013): 137-41.

111 15th Session, New York. For more information and a catalogue of proceedings and resolutions, url: <https://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/15>.

112 This encouraged support for the independent guerilla organization FRELIMO and is often seen as an important catalyst in the beginning of the wars in Mozambique. Malyn Newitt, *A History of Mozambique* (Bloomington: Indiana University Press, 1995), 521.

113 Britain voted in Portugal's favour. Report from Charles Stirling (British ambassador, Lisbon) to Foreign Office, London, *The National Archives*: "Annual Review for 1960," FO 371/160725. At the International Court of Justice, The Hague, India had been pressing a case for Goa. This had ruled largely in Portugal's favour. See "Right of Passage over Indian Territory (Portugal v. India)," International Court of Justice, The Hague, url <https://www.icj-cij.

Portugal, although Portugal tried to put forward the case that they were entitled to more NATO support because their overseas possessions should be seen as an asset to the alliance.[114] This pressure ultimately resulted in the humiliating UN general resolution which affirmed the 'Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples' (14 December 1960).[115] Salazar's stubborn rejection of independence movements in Africa culminated in the outbreak of a guerrilla war in Angola in 1961, which was censored by both the United States and the United Kingdom in United Nations' resolutions.[116]

The potential damage to Anglo-Portuguese relations was continually noted within the Foreign Office, and it was the subject of much discussion. C.N. Stirling (British ambassador to Portugal 1955-1960) wrote a bleak memorandum on to the question of Anglo-Portuguese relations the day after attending the closing religious ceremony at the Batalha monastery. He suggested three possible ways forward: the first being to "...write off Portugal as an ally in the interests of our African policy." This he argued was risky given the effects on other NATO allies but also required thought on "...what steps we should take to divest ourselves of our legal obligations under the Anglo-Portuguese Alliance." The second option was to avoid any commitment, and the third was to "...treat the Afro-Asians on this point as though they were adults...and tell them frankly where we stand."[117] None of these courses of action were particularly favourable, but he admitted that "We should at least have a clear cut policy."[118]

org/en/case/32?fbclid=IwAR1wx9WpheuMx7TrCgBleZbkLcNXAduhxYlys7lO5Ja2CbV4AV8unO-DhNfY> [Acc April 2019].

114 As summarised in C.N. Stirling, "Annual Review for 1959" to Foreign Office, London, in *The National Archives*: FO 371/153098.

115 The full declaration can be found on the UN website: <https://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml> [Acc. Feb 2019].

116 Historians have given various reasons for this, ranging from the elite's lack of vision for an exit strategy, to the dictatorial nature of the state. See, for example, an interview with Salazar in the 4 May 1962 issue of the New York-based *Life* magazine, A.O. Salazar, *Portuguese Problems in Africa: Complete Version of the Interview Granted by the Portuguese Prime Minister to 'Life': The Only Version Approved for Publication* (Lisbon: Secretariado Nacional de Informação, 1962) 6.

117 This 'third course' was based on the case that; the Portuguese are their allies, and though their system of government is different, it is not inherently immoral, and in the Portuguese territories the people have good chances of prosperity unlike many other parts of the world.

118 Letter from C.N. Stirling (British ambassador, Lisbon) to A.D. Wilson (Assistant under-secretary

R.G. Sarell, Head of the Southern Department, was consistently appreciative and clear of the importance of Portugal to the UK. On several occasions he wrote to his colleagues stressing the importance of Portugal.

> "Portugal is not only this country's oldest ally. She is a fellow member of NATO and EFTA. The Federation of British Industries last year organised a trade fair in Portugal, this showing the importance attached to Anglo-Portuguese trade. It is therefore important that something should be done to demonstrate H.M.G.'s continuing faith in the value of Anglo-Portuguese relations to offset the damage in New York."[119]

Sarell insisted that Britain should find ways of supporting Portugal outside of colonial matters generally. In a letter of 30th December, marked secret, he tried to take the measure of the Anglo-Portuguese Alliance, explaining that:

> "The actual terms of the Alliance bear no relation to the present day conditions...I realise fully the difficulties to which this policy must give rise, not least to our embassy at Lisbon. It will also constantly face us with disagreeable decisions. This, I think, we can only accept, while trying to minimise the harm which flows from it."[120]

Explaining 'the need to retain Portuguese goodwill', Sarell suggested multiple ideas. This included; further reciprocal visits by government ministers, a visit of ships of the Royal Navy to Portuguese

for foreign affairs) November 14th 1960. RP 1051/6. in *The National Archives*: "Political Relations with UK," FO 371/153111.

119 Letter from R.F.G. Sarell to J.D. Murray, 9th November, 1960. RP 1051/5. in *The National Archives*: "Political Relations with UK," FO 371/153111.

120 Letter from R.F.G. Sarell to J.D. Murray, 6th December, 1960. RP 1051/6. in *The National Archives*: "Political Relations with UK," FO 371/153111.

ports which could be reciprocated, entertainment of Portuguese officials passing through London, invitations to leading Portuguese industrialists and economic ministers, loan finance for the Portuguese development plan or further reductions on the duties on heavy wines to foster the port trade.[121]

Two direct ministerial visits were consequently held during this commemorative period. In the spring of 1960, the Portuguese minister for foreign affairs visited London for three days.[122] Dr Marcello Mathias' visit was reported in *The Times*, where together with his counterpart, Selwyn Lloyd, African matters, and trade were addressed in a 'frank and comprehensive exchange'.[123] Mathias met the Prime Minister, President of the Board of Trade and the Minister of State at the Colonial Office. Part of the program included a visit to the British museum to see exhibits connected with Henry the Navigator. This was a few months before Skelton's exhibition officially opened.

The Portuguese goodwill Sarell spoke of was also retained through engagement with the Anglo-Portuguese Society in London. This was founded in 1958 and was closely associated with Portuguese diplomats.[124] In an unusual gesture, the new Secretary of State, Lord Alec Douglas-Home, delivered a speech at the society's annual dinner on 8th December 1960. Reasons for the attendance were part diplomatic; continuing the positive engagement from the Henrique commemorations. But it also appears that there was pressure from the society's secretary Mr Short on the Foreign Office. As director of overseas operations of the English Electric Company, Mr Short was interested in a bid for the large hydroelectric schemes on offer through Portugal's six-year development plan. In any case, the Foreign Office decided that: 'The

121 Letter from R.F.G. Sarell to J.D. Murray, 9th November, 1960. RP 1051/5. in *The National Archives*: "Political Relations with UK," FO 371/153111.

122 This took place between 8th and 12th March 1960 including travel arrangements. For a comprehensive account of the organisation and visit itself, see "Visit by Secretary of State for Foreign Affairs." in *The National Archives*: FO 371/153114.

123 "Trade With Portugal To Be Studied," *The Times*, March 12, 1960.

124 For more information on the Anglo-Portuguese society and their history, see url: <https://www.apsociety.co.uk/> [Acc January 2019].

presence of the new Secretary of State at the Societies would thus be particularly opportune and would certainly be very welcome to the Society and to friends of this country in Portugal.'[125] Douglas-Home's speech drew on Anglo-Portuguese common interests, spoke of 'centuries of friendship' and suggested 1960 as a positive year for the society, when the Foreign minister was in London, and a year which "has reminded us that in 1460, Henry the Navigator [...] was a grandson of an English Princess – so far back have our ties gone..." "All of us will know", it concluded, "that we have in you a staunch and steadfast friend."[126] Abranches Pinto, the Ambassador sent a letter of sincere thanks to Home afterwards.[127]

This 'continuous' political friendship continued to deteriorate, however, over the 1960s.[128] In part this was due to the differing attitude towards decolonisation in England and Portugal, and Salazar's stubborn rejection of independence movements in Africa: in 1963, the Angolan rebellion, having attracted outside interference from militantly socialist states like Cuba, spread to Guinea Bissau.[129] It is quite telling that Salazar called upon the British alliance in the run-up to an Indian invasion of the Goan colony in 1961 to ask Britain for staging facilities for Portuguese reinforcements sailing to India. The answer came late and anyway was negative. Britain's excuse was its own commitments to the Commonwealth, which prevented them from acting against India. A third flashpoint issue followed on from the new Labour government's banning of certain arms to Portugal in 1964, and the suspicion that arms were making their way from Mozambique and Angola into Ian Smith's Rhodesia following his Unilateral Declaration of Independence

125 E.J.W. Barnes, (signed also by A.G.M. Ross) on the Anglo-Portuguese Society dinner, 25th August, 1960, RP 1051/3. in "Political Relations with UK," *The National Archives*, FO 371/153111.

126 Secretary of State's Speech at the Anglo-Portuguese Society Dinner on December 8, 1960, RP 1051/7. in "Political Relations with UK," *The National Archives*, FO 371/153111.

127 Letter from Abranches Pinto to Home, 13th December, 1960. RP 1051/9. in "Political Relations with UK," *The National Archives*, FO 371/153111.

128 *600 Years of Anglo-Portuguese Alliance* (London: British Museum, 1973) 7, 15.

129 BBC Documentary *Cuba! Africa! Revolution!* [published on youtube October 14, 2017].

in 1965.[130] The upshot was the nationalisation of the British financed Lisbon Tramway Co. and the Anglo-Portuguese telephone company, the stoning of the British Council's headquarters and burning of Union Jack flags, a leaflet campaign to boycott British goods and the British Embassy's being flooded with white feathers (a symbol of cowardice).

Sometime during the 1960s, collaboration between Portuguese and British history academics also appears to have been stifled. It would be wrong though to suggest that this was entirely to do with international politics, although we do find British artists like F. E. McWilliams pulling out of a collaborative modern art exhibition in Portugal which was supported by the Gulbenkian Foundation and the British Council in 1962 as a protest against Portuguese violence in Angola.[131] The conclusion of the state-sponsored publication of Portuguese anthologies and histories had the largest impact on this dissipation. The commission, which had always been a temporary affair, officially disbanded along with the associated funding from the Portuguese state once the main projects were finished. There were also financial strains on the state from the colonial wars to consider.

Figure 10. The British Art of the Twentieth Century exhibition: paintings by Francis Bacon, Roger Hilton (in the background) and Graham Sutherland. Oporto, Museu Nacional de Soares dos Reis, 1962 (© Tate, London 2012).

130 A good summary of these events is in Hugh Kay, "The Anglo-Portuguese alliance in the 20th century," in *600 Years of Anglo-Portuguese Alliance*, 44-48.

131 Leonor de Oliveira, "Politics, Diplomatic Relations and Institutional Promotion through Modern Art – The British Art of the Twentieth Century Exhibition in Portugal, 1962," in *RIHA Journal* 0072, 19 July 2013, §75.

Moving forward in scholarship required significant time from the broader academic community to dissect and make use of these large works: perhaps the most significant exercise of taking stock was that conducted by Pierre Chaunu, author of *L'Expansion européenne du XIIIe au XVe siècle* (Paris: Presses Universitaires de France, 1969), with an English translation following ten years later in 1979. Despite continuing British contributions to the historiography of the Portuguese discoveries during these years, Anglo-Saxon scholarship was quite laggard in embracing the exciting new methods and approaches of continental historians: the work of the French *Annales* school, of which Vitorino Magalhães Godinho was the strongest proponent concerning the Discoveries, only came on to the horizon with systematic English translations from the late 1960s, for example.[132] The rapid growth of the university sector in Britain meant far larger students cohorts to teach.[133] There was also an increase in interest toward Portuguese studies during this time, represented by numerous university appointments in Britain and increased engagement in Lisbon from the British Council.[134]

In any case, the academic collaboration does not appear to have been reciprocated from Portugal. This can be seen for example in the lack of Portuguese contributions of the *Imago Mundi,*which by this point had established itself as the leading international journal on the history of cartography. Between 1935 and 2010 they had only seven Portuguese contributions among many other international contributions.[135] This is despite funding from the Calouste Gulbenkian Foundation since the early 1960s, and the fact that Portuguese navigation remained a popular topic. Cortesão, Skelton and Crone were editors

132 George Huppert, "The *Annales* Experiment," in Michael Bentley, *Companion to Historiography* (London/New York: Routledge, 1997), 873-74.

133 Thomas William Heyck, "The idea of a university in Britain, 1870-1970," in *History of European Ideas*, vol. 8 (1987), 215; Malcolm Tight, *The Development of Higher Education in the United Kingdom since 1945* (London: Open University Press, 2009), 61.

134 Largely a result of the expansion of higher education sector, and the growth in student numbers. See Malcolm Tight, *The Development of Higher Education in the United Kingdom since 1945* (London: Open University Press, 2009).

135 Matthew H. Edney, "A Content Analysis of *Imago Mundi*, 1935-2010," *Imago Mundi* 66 (2014): 107-31.

and managers of the journal by 1962. There was continued optimisism in historic cartography and its international networks, as demonstrated in an international symposium in 1964 which organised by editors of the *Imago Mundi*.[136] Skelton went on to help with other British Museum exhibitions including 'The Mapping of Britain, 13th-19th Centuries' (1964).[137] In these years Skelton maintained correspondence with a huge array of international scholars and this is most notable within his papers.[138]

As for other Portuguese-based initiatives promoting international engagement, the Calouste Gulbenkian Foundation must be mentioned. Named after its founder, who bequeathed his assets in the form of the foundation, the organisation was created in 1956 primarily to promote intercultural engagement. Upon its founding, branch offices were established quickly in London (1956) and a cultural centre in Paris (1965).[139] This foundation invested hugely in the artistic field, particularly in contemporary art.[140] In 1962, in association with the British Council, the foundation organised a contemporary art exhibition entitled 'British Art of the Twentieth Century' in various Portuguese cities. However, many artists pulled out of the exhibitions owing to the controversial politics of the *Estado Novo* and their engagements

136 C. Koeman, "Symposium on the History of Cartography Held at the XXth Congress of the International Geographical Union in London, 17-18 July 1964," *Imago Mundi* 19 (1965): 9.

137 Although there is little to suggest direct involvement through his papers, he kept a newspaper clipping of the event. Also, considering the subject matter and the position he held at the British Library, it is almost certain he had a role to play in this exhibition. Alberta Auringer Wood, *Professional Papers, Correspondence, Etc. of Raleigh Ashlin (Peter) Skelton 1906-1970*," (St. John's, Nfld. : The University, 1989).

138 Auringer Wood, "*Professional papers, correspondence, etc. of Raleigh Ashlin (Peter) Skelton (1906-1970)*," (St. John's, Nfld. : The University, 1989).

139 "Our Story," UK Branch, Calouste Gulbenkian Foundation Online, url: <<https://gulbenkian.pt/uk-branch/about-us/story/>>; Robert Hewison and John Holden, *Experience and Experiment: The UK Branch of the Calouste Gulbenkian Foundation, 1956-2006* (London: Gulbenkian Foundation, 2006); José de Azeredo Perdigão, *Calouste Gulbenkian Foundation. Chairman's Report* III (1 January 1963 – 31 December 1965) (Lisbon: Fundacão Calouste Gulbenkian, 1967).

140 Its first act in the UK was to grant Durham University £60.000 to build the Museum of Oriental Art and Archaeology in 1957. In the same year it granted £75.000 to the Royal College of Art. Their grants to British institutions are regularly listed in British newspapers o this time. See also Leonor de Oliveira, "Exposições: construir a história da arte (1957-1961)," in *SIAM. Series Iberoamericanas de Museología* 6 (2012): 101-10.

in Africa.[141] In the years that followed, the foundation continued to be an active proponent of cultural engagement between Portugal and other international partners. During the commemorations in 1960 though, the Gulbenkian Foundation spent a great deal of its time and energy in France. They arranged an exhibition of Gulbenkian's pictures at his house in Paris, and were engaged in negotiations with the government to move all the collections to Lisbon.[142]

There was an implicit authority in the narrative presented for the commemorations and at times this authority could be quite direct. The work written by Godinho to coincide with the commemorations in 1960, was initially rejected by the committee that had endorsed it in 1962.[143] Zealous historians could also be quick to defend accusations against the established narrative. In Peter Russell's Canning House lecture in 1960, he doubted Henry's place as a champion of navigational science in the famed Sagres school.[144] This was controversial enough that, as Peter Russell later the claimed, the *Comissão das Comemoraçõe*s bought up the remaining printed copies for destruction.[145] Charles Boxer, the foremost British scholar of the Portuguese overseas empire, was notably quiet about the *Infante Dom Henrique* during the commemorations. In 1963 he released a monograph *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825* (Oxford University Press:1963). In it he challenged the notion that the Portuguese empire was 'colourblind', and that it did not invariably present a picture of harmonious integra-

141 Leonor de Oliveira, "Politics, Diplomatic Relations and Institutional Promotion through Modern Art – The British Art of the Twentieth Century Exhibition in Portugal, 1962," *RIHA Journal* 0072 (2013).

142 "Gulbenkian Collection Exhibits in Paris," *The Times*, October 7, 1960. See also information on the Gulbenkian Foundation website: url: <https://gulbenkian.pt/museu/en/the-founders-collection/about-the-collection/> [Acc. Feb 2019].

143 The work was called *A economia dos Descobrimentos Henriquinos* (The Economy of the Discoveries with Prince Henry the Navigator). Luís Adão da Fonseca, "Vitorino Magalhães Godinho," *e-Journal of Portuguese History* 12 (2014).

144 P.E. Russell, *Prince Henry the Navigator*, *Canning House Seventh Annual Lecture* (London: The Hispanic and Luso-Brazilian Councils, 1960). Also discussed in P.E. Russell, *Prince Henry the Navigator: the rise and fall of a culture hero* (Oxford: Oxford University Press, 1984).

145 Stefan Halikowski Smith, "Obituary: Sir Peter E.L. Russell," *e-Journal of Portuguese History* 5, n.º 1 (2007).

tion.[146] This challenged ongoing sociological thought in Portugal and Brazil, particularly the ideas of 'Luso-tropicalism' and Gilberto Freyre.

The arguments between historians were, quite unusually, thrust into the limelight. Cortesão, who was once a close friend, launched public attacks at Boxer for his comments. They featured in both Portuguese and British press, set to a political backdrop of other colonial problems. This included headlines such as; 'Dr. Boxer and Dr. Salazar slug it out' (*Financial Times*), and 'de Lusófilo honesto, a Lusófobo de má-fé ou a reviravolta do Professor Boxer' (*Diário Popular*).[147] Boxer responded publicly with an article written in Portuguese and addressed to Cortesão, published by the *Diário Popular*.[148] He sent a copy and a personal note to to Sidney George West, former head of department of Portuguese at King's College London (1936-1941) and Boxer's collegue. In it he explained that, despite the fear of making 'matters worse', he 'must not ignore Cortesão's attacks'. He explained:

> "I don't know if they will print it, as in this present hysterical mood they would rather treat the matter as an affair of personalities than as a sober historical controversy. But, like Luther, "here I stand; I can no other.""[149]

These debates continued well into the years following the commemorations. Although they took place largely outside of the scope of the commemorations, the academic initiatives from the commemorations exposed Portuguese scholarship to a much wider and interna-

146 See Charles Boxer, *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825* (Oxford: Oxford University Press, 1963).

147 English translation: "From an honest Lusophile to a Lusophobe full of bad faith: the changing face of Professor Boxer." Newspaper articles: Observer, "Dr. Boxer and Dr. Salazar slug it out," *Financial Times*, June 25, 1964, and "De Lusófilo honesto, a Lusófobo de má-fé ou a reviravolta do Professor Boxer," *Diário Popular*, December 27, 1963.

148 C.R. Boxer, "Reposta a Artigos de Armando Cortesão," *Diário Popular*, January 24, 1964.

149 C.R. Boxer, A note sent to Sidney George West headed: "Dear George," 20th January 1964, Received 23rd January 1964. Copy in "BOXER, Professor Charles Ralph (1904-2000)," *College Archives*, King's College London: KCLCA K/PP78.

tional readership. The resulting debate, although often censored by the state, helped to modernise the history of the *descobrimentos*.

Conclusions

We have argued in this paper that there is value in studying commemoration from an outside perspective. It is based on the idea that commemoration was an international affair; performed as a national story which is both defined against others and supported by others through participation. The *Henrique* commemorations are unique for the varied military, diplomatic and academic initiatives; the climax of which was the international naval review and inauguration of the *Padrão dos Descobrimentos* in August 1960. British participation was marked primarily through participation in the naval review and close cooperation between academics. As far as the British government was concerned, the case for participation was twofold. There was an economic argument in the prospect of further trade through the EFTA, and prospects for foreign investment through the six year development plan. There was also the argument for close military cooperation based on membership of NATO and Portugal's strategic maritime location. Good diplomatic relations enabled this Anglo-Portuguese engagement. British diplomats had become accustomed to celebrating the achievements of their allies and their participation is not surprising.

Taking the idea of participation broadly allowed us to include a variety of actors in the mix. It has been demonstrated that academics were important agents for exchange and collaboration between Britain and Portugal during the commemorative period. These were, most of the time, the result of personal networks and professional connections. In Portugal, the state used its strong ideological links in academia in order to promote a cultural narrative with an implicit authority. These links help to explain the significance attached to academic publications and other academic initiatives within the program of commemorations. The methods of selection in the publications can be shown to respect academic criteria of excellence and relevance, but they also

continued a tradition in historiography focused on a 'golden age' that is difficult to overturn in scholarship. British collaboration provided some outlets for international research, and the history of the *descobrimentos* was made more accessible through a variety of research-oriented publications.

We have suggested that following the Henrician Quincentenary, collaboration between Portuguese and British history academics appears to have been stifled. More generally too, however Portuguese centenaries seem to have lost their momentum. The celebrations for Pedro Álvares Cabral (1968) and Vasco da Gama (1969), for example were modest by comparison. Cultural engagement after the Henrique commemorations was increasingly conducted through organisations such as the Gulbenkian Foundation and the British Council, rather than directly through the state. 1960 represents something of a critical moment for the *Estado Novo*. The pressures which surfaced during this time are certainly visible through the perilous diplomatic relations, and the deteriorating situation of Portugal was discussed with much vigour amongst diplomats in Britain. The driver for this conversation was the treatment of Portugal at the UN from the opening of the general assembly in September 1960. After this time the public discourse also became more fractious and this is clearly demonstrated in the debates from prominent academics which made the press.

The best summary of the commemorations from a British perspective comes from the British Ambassador to Portugal, Charles Stirling. He left his post shortly after the religious ceremony at the Batalha Monastery which closed the commemorations on 13th November, 1960. Just before he retired from his long and distinguished career in the Foreign Office, he managed to finish the customary annual review for 1960. His attitude sums up the general feeling in the British government toward these commemorations and ultimately, their value. In his annual report, he reminded the Foreign Office of the:

> "evident desire of the Government to make the régime more popular. It is perhaps typical of the sentimental na-

ture of the Portuguese that they should have apparently resorted for this purpose to an appeal to romantic nationalism.

He went on:

"Innumerable 'acts of homage' culminated in a visit by the President of Brazil who presided jointly with the President of the Republic over an international Naval Review. Some people said at the time, and I was inclined to agree with them, that it was a scandal to waste so much money on ceremonial in a poor country, but it may be that Dr. Salazar knows his people best, for now that it is all over, it would almost appear that the concentrated speechifying, drum-beating and flag-waving have in fact drawn the Portuguese closer together and made them, if anything, a little more united than they have been in recent years."[150]

Archival Sources

British Library Corporate Archive, London.
College Archives, King's College London
Gale Historical Newspapers.
Hansard's Parliamentary Debates.
RTP Archives Online, url: <https://arquivos.rtp.pt/>
The National Archives, Kew.
The Times Digital Archive.

150 FO 371/153098 "Annual Review for 1959" (Although named 1959 it covers the year 1960) 21st Dec 1960 by C.n. Stirling and sent to Home.

Bibliography

"A Window on the World." *The Illustrated London News*, August 20, 1960.

600 Years of Anglo-Portuguese Alliance. London: British Museum, 1973.

Accornero, Guya. *The Revolution Before the Revolution: Late Authoritarianism and Student Protest in Portugal*. New York: Berghahn Books, 2016.

Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Lisbon: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

Alden, Dauril and Michael Cooper. *Charles Boxer. An uncommon life: soldier, historian, teacher, collector, traveller.* Lisbon: Fundação Oriente, 2001.

Anderson, Robert. "Writing University History in Great Britain, from the 1960s to the Present." *CIAN – Revista de Historia de las Universidades* 20 (2017): 17-40.

Axelson, Eric. "Prince Henry the Navigator and the Discovery of the Sea Route to India." *The Geographical Journal* 127, n.º 2 (Jun 1961):145-55.

Baklanoff, Eric N. "The political economy of Portugal's later Estado Novo: a critique of the stagnation thesis." *Luso-Brazilian Review,* 29 (Summer 1992): 1-17.

Barbarani, Francesco. "Gli sviluppi del movimento portoghese lungo le coste occidentali dell'Africa." *Economia e Storia* 1, n.º 4 (1980): 575-82.

Beazley C.R. *Prince Henry the Navigator. The Hero of Portugal and Modern History, 1394-1460. With an Account of Geographical and Modern Progress Throughout the Middle Ages as the Preparation for His Work.* New York/London: G.P. Putnam & Sons, 1894.

Bennet, Tony. *The Birth of the Museum: History, Theory, Politics.* London: Routledge, 1995.

Bentley, Michael. *Companion to Historiography*. London/New York: Routledge, 1997.

Bojunga, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

Bonavita, Helena Vella. *Negotiating Identities: Constructed Selves and Others.* Amsterdam: Rodopi, 2011.

Bourke, Thomas. *The Consolation of Maps*. London: Riverrun, 2018.

Bowring, Joanna. "Chronology of Temporary Exhibitions at the British Museum." *British Museum Research* 189. London: The British Museum, 2012.

Bruce, Neil. *Portugal: The Last Empire*. London: David and Charles, 1975.

Butel, Paul. *The Atlantic*. London: Routledge, 1999.

Butlin, Martin. "The Bicentenary of William Blake." *The Burlington Magazine* 100 (1958): 40-45.

Cardoso, Mário. "Congressos. Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências." *Revista de Guimarães* 70, n.º 3-4 (Jul.-Dec. 1964): 360-66.

Catálogo do Exposição Henriquina. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1960.

Coelho, Maria Helena Cruz. "O Infante D. Henrique em Comemorações de morte e vida." *Revista de Ciências Históricas* IX (1994): 135-50.

Coelho, Maria Teresa Pinto, and John Darwin, eds. *Os Descobrimentos no Mundo de Língua Inglesa*. Lisbon: Edições Colibri, 2005.

Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique. Lisbon: Comissão Executiva dos Commemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

Corkhill, David, and José Carlos Pina Almeida. "Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940." *Journal of Contemporary History* 44, n.º 3 (2009).

Corse, Edward. *A Battle for Neutral Europe: British Cultural Propaganda during the Second World War*. London: Bloomsbury, 2013.

Cortesão, Armando, and Avelino Teixeira da Mota. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisbon: Comissão Executiva dos Commemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

Crone, G.R. "Review of Portugaliae Monumenta Cartographia." *The Geographic Journal* 129 (1963): 547-48.

Cummins, J.S., and L. de Sousa Rebelo. "The Controversy over Charles Boxer's "Race Relations in the Portuguese Colonial Empire"1415-1825." *Portuguese Studies* 17 (2001): 233-46.

Curto, Diogo Ramada. "The Debate on Race Relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer's Position." *Electronic Journal of Portuguese History (e-JPH)* 11, n.º 1 (2013): 1-63.

Davies, Arthur. "Portugaliae Monumenta Cartographica, a Review." *Scottish Geographical Magazine* 78 (1962): 178-80.

De Groot, Jerome. *Consuming History: Historians and heritage in contemporary popular culture*. London/New York: Routledge, 2009.

Dean, J. Rennard. "Review of Portugaliae Monumenta Cartographica." *International Hydrographic Review* XL (1963).

Diffie, Bailey W., and George D. Winius. *Foundations of the Portuguese Empire 1415-1580*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

Edney, Matthew H. "A Content Analysis of *Imago Mundi,* 1935-2010." *Imago Mundi* 66 (2014): 107-31.

Egerton, F.C. *Salazar, Rebuilder of Portugal*. London: Hodder and Stoughton, 1943.

Elbl, Ivana. "Henry 'the Navigator'." *Journal of Medieval History* 27, n.º 1 (2002): 79-99.

Fonseca, Ana Mónica, and Daniel Marcos. "French and German Support to Portugal: The Military Survival of the 'Estado Novo' (1958-1969)." *Portuguese Studies Review* 16, n.º 2 (2008):103-19.

Fonseca, Luís Adão da. "Vitorino Magalhães Godinho." *e-Journal of Portuguese History* 12 (2014).

Freitas, Judite A. Gonçalves de. "The Memory of Prince Henry the Navigator: Genesis, Formation and Classification of a Monumental Collection of Documents – The *Monumenta Henricina*." *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo* 2, n.º 2 (2013).

Gallagher, Tom. *Portugal: A Twentieth-Century Interpretation*. Manchester: Manchester University Press, 1983.

Garcia, José Luís, Chaudrika Kaul, Filipa Subtil and Alexendra Santos, eds. *Media and the Portuguese Empire*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017.

Gori, Annarita. "Historia de una obra nunca realizada. El Monumento al Infante Dom Henrique y la Autorrepresentación del Estado Novo." *Historia Contemporánea* 52 (2016): 271-307.

Guedes, Armando Marques. "Queen Elizabeth's Visit to Portugal," talk in conference 'The End of the Portuguese Empire in a Comparative Perspective' held at Institute of Commonwealth Studies, London, 2011 [draft available on www.academia.edu]; film footage on youtube.com.

Hair, P.E.H. "The Teixeira da Mota Archive and the Guinea Texts Project," *History in Africa* 10 (1983): 387-94.

Halikowski Smith, Stefan. "The Portuguese Wars of Restoration, 1641-1668. Lessons for Brexit.' British Academy Mid-Career Fellowship Reference: MF18\180357 (September 2018).

Hewison, Robert and John Holden. *Experience and Experiment: The UK Branch of the Calouste Gulbenkian Foundation, 1956-2006.* London: Gulbenkian Foundation, 2006.

Heyck, Thomas William. "The idea of a university in Britain, 1870-1970." *History of European Ideas* 8 (1987): 205-19.

Homenagem ao Infante D. Henrique (Lisbon: Arquivos da Universidade de Lisboa, 1960). Online copy courtesy of the British Library, London, identifier number: EAP636/4/40 [URL accessed 20 July 2018].

Huntley, F.C., ed. *All Hands, The Bureau of Naval Personnel Information Bulletin* 525 (October 1960).

Jerónimo, Miguel Bandeira, and António Costa Pinto. "The International and the Portuguese Imperial Endgame: Problems and Perspectives." *Portuguese Studies* 29, n.º 2 (2013): 137-41.

João, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960).* Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian; Lisbon: FCT, 2002.

João, Maria Isabel. *O Infante D. Henrique na Historiografia.* Lisbon: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

João, Maria Isabel. "Public Memory and Power in Portugal (1880-1960)." *Portuguese Studies* 18 (2002): 96-120.

Klobucka, Anna. "Lusotropical Romance: Camões, Gilberto Freyre and the lsle of Love." *Portuguese Literary & Cultural Studies 9: Post-Imperial Camões*, 121-38. North Dartmouth: Tagus Press, 2002.

Koeman, C. "Symposium on the History of Cartography Held at the XXth Congress of the International Geographical Union in London, 17-18 July 1964." *Imago Mundi* 19 (1965): 9.

Lambert, Peter, and Phillip Schofield, eds. *Making History: An Introduction to the History and Practices of a Discipline.* London: Routledge, 2004.

Leal, Ernesto Castro. "Nuno Álvares: Símbolo e mito nos séculos XIX e XX." *Lusitania Sacra* 12 (2000): 143-83.

Lira, Sérgio. "Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda: the Portuguese case during the Estado Novo." Ph.D. thesis. University of Leicester, Department of Museum Studies, 2002.

Lourenço, Eduardo. *Do Colonialismo como Nosso Impensado.* Lisbon: Gradiva, 2014.

Mackie, Colin. *A Directory of British Diplomats.* London; Foreign and Commonwealth Office, 2014.

MacQueen, Norrie, and Pedro Aires Oliveira. "'Grocer meets Butcher': Marcello Caetano's London visit of 1973 and the last days of Portugal's Estado Novo." *Cold War History* 10, n.º 1 (2010): 29-50.

Makler, H. *The Portuguese industrial elite.* Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.

Matos, Sérgio Campos. *História, mitologia, imaginário nacional. A história no Curso dos Liceus, 1895-1939.* Lisbon: Livros Horizonte, 1990.

Matos, Sérgio Campos, "History of Historiography and National Memory in Portugal." *History Compass* 10, n.º 10 (2012): 765-77.

Meneses, Filipe Ribeiro de. *Salazar: A Political Biography.* New York: Enigma Books, 2009.

Miller, Edward. *That Noble Cabinet, A History of the British Museum*. London: Andrew Deutsch, 1973.

Monumenta Henricina. Lisbon/Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

Nathan, Lord, Eva Taylor, Armando Cortesão and Alan Burns. "Prince Henry the Navigator and the Discovery of the Sea Route to India: Discussion." *The Geographical Journal* 127, n.º 2 (Jun 1961): 155-58.

Neave, Guy, and Alberto Amaral. *Higher Education in Portugal 1974-2009: A Nation, a Generation*. Dordrecht: Springer, 2012.

Newitt, Malyn. *A History of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

O Padrão dos Descobrimentos. Lisbon: C.A.P.O.P.I., 1960.

Oliveira, Leonor de. "Politics, Diplomatic Relations and Institutional Promotion through Modern Art – the British Art of the Twentieth Century Exhibition in Portugal, 1962." *RIHA Journal* 0072, 19 July 2013, §75, online at: < https://www.riha-journal.org> [Acc June 2018].

Oliveira, Leonor de. "Exposições: construir a história da arte (1957-1961)." *SIAM. Series Iberoamericanas de Museología* 6 (2012): 101-10.

Oliveira, Pedro Aires de "Live and Let Live: Britain and Portugal's Imperial Endgame (1945–75)." *Portuguese Studies* 29, n.º 2 (2013): 186-208.

Oliveira, Pedro Aires. "Generous Albion? Portuguese anti-Salazarists in the United Kingdom, c.1960–74." *Portuguese Studies* 27 (2011): 175-207.

"Skelton, Peter Raleigh Ashlin." *Oxford Dictionary of National Biography Online* (2004).

Peralta, Elsa. "Fictions of a Creole Nation: (Re) Presenting Portugal's Imperial Past." In *Negotiating Identities: Constructed Selves and Others*, edited by Helen Vella Bonavita, 193-217. Amsterdam: Rodopi, 2011.

Perdigão, José de Azeredo. *Calouste Gulbenkian Foundation. Chairman's Report* III (1 January 1963 – 31 December 1965). Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

Pereira, Luís Filipe Raposo. "Museu de Arte Popular: Memórias de Poder." PhD Thesis. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes, 2008.

Pimenta, Maria Cristina. "Sir Peter Russell and Portuguese History: The Story of a Great Passion." *e-Journal of Portuguese History* 5, n.º 1 (2007).

Robinson, Richard. *Contemporary Portugal*. London: George Allen and Unwin, 1979.

Rodrigues, Luís Nuno. "Azores or Angola? Military Bases and Self-Determination During the Kennedy Administration." In *Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary Challenges*, org. by Luís Nuno Rodrigues and Sergiy Glebov, 68-78. Amsterdam; IOS Press, 2009.

Russell, P.E. *Prince Henry the Navigator*, *Canning House Seventh Annual Lecture.* London: The Hispanic and Luso-Brazilian Councils, 1960.

Russell, P.E. *Prince Henry the Navigator: The Rise and Fall of a Culture Hero, Taylorian Special Lecture 10 November 1983*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

Russell, Peter. *Prince Henry 'the Navigator'; A Life*. New Haven/London: Yale University Press, 2000.

Salazar, António de Oliveira. *Portuguese Problems in Africa: Complete Version of the Interview Granted by the Portuguese Prime Minister to 'Life': The Only Version Approved for Publication*. Lisbon: Secretariado Nacional de Informação, 1962.

Sapega, Ellen W. "Accretions of Memory and the Limits of Commemoration in a Lisbon Neighbourhood." *History and Memory* 20, n.º 2 (Fall-Winter 2008): 18-38.

Sardica, José Miguel. "The Memory of the Portuguese First Republic throughout the Twentieth Century." *e-JPH* 9, n.º 1 (2011): 76-82.

Sarmento, João. *Fortifications, Post-colonialism and Power: Ruins and Imperial Legacies*. London: Routledge, 2011.

Schaub, Jean-Frédéric. "The Internationalization of Portuguese Historiography." *e-Journal of Portuguese History (e-JPH)* 1, n.º 1 (Summer 2003).

Schneider, Alberto Luiz. "Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista." *Estudios Históricos* 26 (2013).

Silva, J. da. "Medal commemorating the 5th centenary of the death of Henry the Navigator." (1960) National Maritime Museum, Greenwich, London: MEC2235.

Silva, Sandra Cristina Gonçalves da. *A Exposição de Belém: Novos elementos para a construção de uma "memória"* (Lisbon: Universidade Aberta, 2008).

Skelton, R. A. *Maps, A Historical Survey of their Study and Collecting.* University of Chicago Press, 1972.

Skelton, R.A. *Prince Henry the Navigator and Portuguese Maritime Enterprise; Catalogue of an Exhibition at the British Museum September – October 1960.* London: British Museum, 1960.

Tight, Malcolm. *The Development of Higher Education in the United Kingdom since 1945*. London: Open University Press, 2009.

Trindade, Luís. "The System of Nationalism: Salazarism as a Political Culture." In *The Making of Modern Portugal*, org. Luís Trindade, 249-69. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

Trindade, Luís, *O estranho caso do nacionalismo Português: o salazarismo entre a literatura e a política*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

Vargas, Carlos, Christina Sarmento and Patrícia Oliveira. "Cultural networks between Portugal and Brazil: a postcolonial review." *International Journal of Cultural Policy* 23, n.º 3 (2017): 300-11.

Verovšek, Peter J. "Collective memory, politics, and the influence of the past: the politics of memory as a research paradigm." *Politics, Groups, and Identities* 4, n.º 3 (2016): 529-43.

Villiers, Alan. "Prince Henry, the explorer who stayed home." *National Geographic Magazine* 118, n.º 5 (November 1960): 616-57.

Wood, Alberta Auringer. *Professional Papers, Correspondence, Etc. of Raleigh Ashlin (Peter) Skelton 1906-1970*. Newfoundland: Memorial University of Newfoundland, 1989.

Referência para citação:

Jennings, Benjamin R. J. and Smith, Stefan Halikowski. "British participation in the quincentenary commemorations of the death of Prince Henry 'the Navigator' (1960)." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 85-138.

Práticas da História, n.º 8 (2019): 139-161

Jaime Rodrigues

Vicente de Almeida d'Eça e a historiografia marítima em 1898

O artigo faz uma crítica à abordagem militar da historiografia marítima portuguesa, construída, sobretudo, em torno de efemérides e escrita por oficiais da Marinha de Guerra. A crítica está centrada principalmente em um texto de Vicente de Almeida d'Eça (1852-1929), vice-almirante da Armada lusa, e nas concepções de história nele embutidas. O texto, intitulado "O marinheiro português através da história", foi apresentado como conferência a uma plateia popular em Lisboa em 1898. Nesse contexto, o marinheiro ressurgia como figura paradigmática e atemporal, sendo marcado pelas mesmas características desde o século XVI. O interesse em revisitar esse texto deve-se ao fato de que ele suscita uma análise sobre o protagonismo dos sujeitos históricos, o nacionalismo, a invenção de tradições e as perspectivas imperiais portuguesas em fins do século XIX.

Palavras-chave: Historiografia portuguesa, historiografia marítima, história marítima.

Vicente de Almeida d'Eça and the maritime historiography in 1898

The article criticizes the military approach of Portuguese maritime historiography. This historiography was made mostly on the occasion of important anniversaries and the studies were written by Navy officials. The critique focuses mainly on a writing authored by Vicente de Almeida d'Eça (1852-1929), vice-admiral of the Portuguese Navy, and this article analyses the conceptions of History embedded in it. The text, entitled "The Portuguese sailor through History", was presented as a conference to a popular audience at Lisbon in 1898. In that context, the Portuguese sailor resurfaced as a paradigmatic and timeless figure, being recognized by the same characteristics since the 16th century. The interest in revisiting this text is due to the fact that it enables an analysis of the protagonism of historical subjects, nationalism, the invention of traditions and Portuguese imperial perspectives in the late 19th century

Keywords: Portuguese historiography, maritime historiography, maritime history.

Vicente de Almeida d'Eça e a historiografia marítima em 1898

Jaime Rodrigues*

Apresentação

Neste artigo, reflito sobre a concepção de história apresentada por Vicente de Almeia d'Eça em 1898, durante uma conferência dirigida a um público não acadêmico, por ocasião da celebração do quarto centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia. A reflexão se concentra na figura do marinheiro no imaginário dos oficiais da Marinha e, eventualmente, na cultura histórica portuguesa de fins do século XIX e ao longo do século XX, bem como na periodização que d'Eça propôs para o estudo da História Marítima lusa, focando sua atenção em personagens consagrados da época das grandes navegações.

Para isso, utilizo como fonte principal o texto da conferência de 1898, intitulado "O marinheiro português através da história". Nesse texto, editado de forma resumida nos *Anais da Academia de Estudos Livres*, instituição em que o evento se deu, o marinheiro ressurgia como figura paradigmática e atemporal, sendo marcado pelas mesmas características desde o século XVI. Para verificar possíveis desdobramentos das propostas de análise de d'Eça, abordo também alguns autores que escreveram suas obras posteriormente, no século XX. A intenção é verificar a persistência de interpretações oriundas do século XIX, em meio às mudanças no regime político (da Monarquia à República) e à nova configuração do império colonial no contexto da partilha de África e da

* Jaime Rodrigues (jaime.rodrigues@unifesp.br). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Estrada do Caminho Velho, 333 - Guarulhos - SP, 07252-312, Brasil. Este texto integra uma pesquisa que contou com o apoio da CAPES, sob a forma de Bolsa de Pesquisador Sênior no Exterior.

disputa por territórios naquele continente por outras potências europeias, em meio ao que Portugal tentava fazer valer a força da tradição de sua História Marítima e colonial. O interesse em revisitar esse texto deve-se ao fato de que ele suscita uma análise sobre o protagonismo dos sujeitos históricos, o nacionalismo, a invenção de tradições e de perspectivas imperiais portuguesas em fins do século XIX.

Dividi o texto em tópicos não estanques, abordando primeiramente a figura de Vicente de Almeida d'Eça, sua formação, os cargos ocupados por ele e a importância do mesmo nos quadros da intelectualidade lusa em fins do século XIX, bem como a escolha do tema e indicações acerca do público presente à conferência proferida por ele. Em seguida, atento para a proposta de periodização da História Marítima portuguesa feita pelo autor e as figuras emblemáticas que caracterizariam cada um dos recortes temporais propostos para o estudo dessa história. Por fim, procurei estabelecer um diálogo eletivo com tradições anteriores e possíveis desdobramentos das concepções e propostas de d'Eça na literatura histórica do século XX.

O autor, o tema e o lugar da conferência

Em 1898, em meio às comemorações do quarto centenário da chegada dos navegadores portugueses à Índia, a Academia de Estudos Livres promoveu uma série de conferências sobre o tema. Uma delas foi feita em 12 de abril por Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1852-1929), homem de vasto currículo. Na publicação do resumo da conferência, sublinhava-se ser ele, naquela altura, capitão-tenente da Armada portuguesa, lente da Escola Naval e membro de entidades científicas e literárias importantes, como a Sociedade de Geografia de Lisboa (que ele presidiria entre 1922 e 1924), o Instituto de Coimbra e a Academia de Estudos Livres. Acrescente-se à sua biografia as funções de historiador, oceanógrafo, deputado às Cortes e sócio da Academia das Ciências de Lisboa[1]. Como professor, ele teve uma carreira longa. Foi regente de Geo-

1 Carlos Manuel B. Valentim, "Eça, Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'," in *Dicionário de historiadores portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*,

grafia no Liceu de Lisboa em 1889, fixando os conteúdos escolares dessa disciplina desde fins do século XIX até as reformas curriculares levadas a cabo em Portugal nos primeiros tempos republicanos, quando os projetos de sociedade do regime recém-instalado agiram sobre o sistema educativo com o objetivo de moldar um novo homem e uma nova nação lusa[2]. Eça foi nomeado lente de História Marítima e Direito Marítimo Internacional na Escola Naval, onde atuou de 1885 até sua morte, acumulando os cargos de professor e diretor da biblioteca da instituição entre 1885 e 1888[3]. O jovem Eça ingressara na Marinha em 1870 e, anos depois, prosseguiu engajado em Angola, onde esteve de 1874 a 1876.

Sua atividade intelectual, de acordo com Carlos Valentim e o alentado verbete escrito por este sobre Eça no *Dicionário de historiadores portugueses*, revela a influência da historiografia marítima e naval anglo-saxónica, particularmente de Alfred Thayer Mahan (1840-1914), professor e oficial da Marinha dos Estados Unidos que propugnava a centralidade do poder naval como fator de grandeza dos Estados. Seus estudos tornaram-se influentes desde fins do séulo XIX e, sobretudo, nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial[4]. Em Portugal, Eça foi um de seus principais seguidores, embora as doutrinas de Mahan tenham continuado a impactar as ações da Armada durante o Estado Novo. Considerada a inspiração nos trabalhos do estadunidense, fica evidente a percepção do nosso autor sobre a importância da força marítima como instrumento político dos Estados nacionais e a ideia de que a História Marítima deveria focar seus estudos na política externa e marítima dos Estados, deixando em segundo plano a narrativa sobre

coord. Sérgio Campos Matos (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, s/d.).

2 Manuel de Azevedo A. Igreja, "A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de História e Geografia de Portugal e História, 2º e 3º ciclos do ensino básico: da Reforma Curricular (1989) à Reorganização Curricular (2001)" (Dissertação de Doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2004).

3 Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico português, tomo XIX* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1908), 334-35; Sérgio Campos Matos e Luís Aguiar Santos, "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)", *Revista de História das Ideias*, 29 (2008): 434; Valentim, "Eça, Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'".

4 Jon Tetsuro Sumida, *Inventing Grand Strategy and Teaching Command: The Classic Works of Alfred Tayer Mahan Reconsidered* (Washington: The Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999), 6.

as sucessivas guerras navais. Ainda que a tática, a estratégia e a arte naval tivessem seu lugar na História Marítima, seu tema principal seria a "história do uso do mar pelos homens"[5].

Ao longo de sua carreira, Eça recebeu honrarias como a comenda da Ordem Militar de Avis, medalhas por comportamento militar exemplar, reconhecimento intelectual pela organização de um congresso marítimo e colonial em Lisboa em 1901 e a designação para compor o comitê que levaria a cabo as comemorações do quarto centenário da morte de Vasco da Gama, em 1924[6]. Dirigiu ainda a Escola Superior Colonial, criada em 1906 para instruir os funcionários destinados a ocupar cargos da administração ultramarina.

Lições de História Marítima Geral, de 1895, livro adotado na Escola Naval e que projetou Eça como historiador, inclui-se entre os muitos títulos que ele publicou sobre temas variados[7]. Diferentemente de uma concepção corrente que privilegiava a tática militar na historiografia referente ao mar, nessa obra o autor militava por uma História Marítima como "história do uso do mar pelo homem", englobando "a expansão portuguesa, a colonização, as viagens marítimas, os navios e os grandes protagonistas dos descobrimentos"[8], adotando uma periodização que manteria em outros escritos seus.

Nessa e em outras obras, assim como em sua prática docente, Eça considerava que os profissionais da Marinha de Guerra eram os mais aptos para escrever a História Marítima portuguesa: "Só eles poderiam 'compreender o conjunto de minúcias da obra historiográfica", crença que confirmava a postura positivista de Eça e o predomínio dessa interpretação da História em seu tempo. O projeto foi vitorioso, na medida em que a cultura histórica portuguesa sobre o mar, no século XIX e em boa parte

5 Valentim, "Eça, Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'".

6 Silva, *Dicionário bibliográfico português, tomo XVIII* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1906), 327-32; Matos e Santos, "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)", 454.

7 Jorge Manuel Moreira Silva, *A Marinha e a História: dois séculos de historiografia naval*. Lisboa: s/e, 2016), 63-66. Para uma lista dos títulos de autoria de d'Eça, ver Valentim, "Eça, Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'".

8 Matos e Santos, "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)", 452.

do século XX, seria modelada pela produção de oficiais da Armada, tanto na historiografia como na divulgação científica, por meio de opúsculos, revistas especializadas e conferências públicas[9]. Aqui, vou me deter em uma dessas iniciativas: a conferência "O marinheiro português através da história", proferida por Eça na Academia de Estudos Livres em 1898[10]. Ainda que Eça seja autor de uma obra vasta e relevante, a conferência que analisarei aqui pode ser tratada como uma síntese da produção intelectual dele até àquele momento, um documento portador de uma concepção de História em diálogo com seu tempo e seus pares. O texto da conferência também pode ser entendido como material de divulgação para além do público costumeiro de leitores espontâneos, estudantes da Academia de Marinha e especialistas universitários em História. Ressalto, também, a ocasião da efeméride como momento importante para a reflexão e a divulgação, no qual o interesse de um público mais amplo e a apresentação em um ambiente não acadêmico se justificavam, demonstrando o esforço de popularização de um certo saber histórico nos meios populares. Eça foi enxemplar no âmbito da divulgação científica em seu tempo, produzindo textos para leitores interessados em História e consumidores dos livros da *Biblioteca do Povo e das Escolas*, "coleção popular [...] que tinha como objetivo a 'educação científica do povo', para alcançar o progresso e a civilização" e na qual ele publicou sete títulos entre 1883 e 1889[11].

Tão importantes quanto o convidado e o tema da conferência eram o lugar onde ela aconteceu e os objetivos da instituição promotora do evento. Espécie de universidade popular com estatutos aprovados em 1889 – embora tivesse iniciado seu funcionamento alguns anos antes, por iniciativa de maçons –, a Academia de Estudos Livres funcionava na Escola Marquês de Pombal, sendo a conferência de d'Eça apresentada na populosa e operária freguesia oitocentista de Alcântara, em Lisboa. Tratava-se de uma entidade voltada à "educação permanente dos adultos, não à sua alfabetização nem à educação escolar dos jovens", atuante

9 Matos e Santos, "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)", 449 e 431.

10 Vicente Almeida d'Eça, "O marinheiro português através da história", *Anais da Academia de Estudos Livres* 6 (1898): 5-21.

11 Valentim, "Eça, Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'".

por meio de conferências, cursos livres, visitas de estudo e divulgação científica e cultural fora do ambiente tradicional das salas de aulas[12].

A atuação de Eça, da Academia de Estudos Livres e a ênfase na divulgação do conhecimento histórico dialogavam com práticas que, vindas de meados do século XIX, veiculavam representações sobre o passado em diferentes meios de difusão cultural. Ao debruçar-se sobre o tema, Sérgio Campos Matos mencionou as coleções de vulgarização popular, as revistas e os almanaques como exemplos de veículos de difusão, aos quais podemos acrescentar as conferências populares tais como a proferida por Eça no final do Oitocentos, em plena efeméride vascaína. Na análise de Matos, o tema destacado tanto na historiografia como nas obras de divulgação era "precisamente o da explicação da autonomia e permanência histórica de Portugal como nação e Estado independente, apesar de todas as vicissitudes ocorridas ao longo de sete séculos e a definição do paradigma do grande homem e da sua função social"[13]. A seu modo, a conferência de Eça construiu uma interpretação nessa linha, tendo em conta as influências de Mahan e das práticas historiográficas portuguesas de seu tempo, afirmando o poder marítimo como esteio da autonomia nacional e identificando o "marinheiro português" como cumpridor de uma função social que garantiu no passado (e garantiria no presente e no futuro) a permanência da nação e de seus domínios coloniais.

A proposta de d'Eça para o estudo da História Marítima portuguesa

Discutir a glória marítima de Portugal em conferências populares revela a centralidade do tema na formação cívica dos portugueses que frequentavam eventos como esses. Naquela altura, ninguém parecia mais adequado para discorrer sobre o assunto em uma ocasião celebrativa: Vicente de Almeida d'Eça era um historiador produtivo, prolixo, um homem do mar, um militar e um colonialista convicto. Esses qualifica-

12 Joaquim António de S. Pintassilgo, "Imprensa de educação e ensino, universidade populares e renovação pedagógica", *Cadernos de História da Educação* 5, n.º 86 (jan./jun 2006): 86.

13 Sérgio Campos Matos, "História, Positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX", *Penélope* 8 (1992): 51-71.

tivos podem ser mais bem demonstrados a partir de uma apresentação do conteúdo da conferência de 1898, momento em que ele já era um consagrado historiador das glórias lusas no mar.

Nessa condição, Eça propôs uma periodização da história marítima do país em "cinco atos". Ao apresentá-la, deixou claro o papel que, como conferencista, ele deveria desempenhar naquelas celebrações tão importantes: "apertar os laços que devem unir todos que a elas concorrem, para um fim excelente e útil: bem servir a nossa Pátria"[14]. A História estava ao serviço da pátria e o marinheiro português era seu protagonista. Estreitar esses laços foi uma tarefa cumprida com eficiência por Eça. É certo que a empreitada não foi exclusivamente dele, sendo corrente em seu tempo uma visão positivista segundo a qual "a memória histórica que incute confiança, força e resistência a uma nação" e as tradições mais gloriosas de Portugal se encontravam no mar, ainda que a Marinha fosse ignorada pela sociedade portuguesa, na avaliação do conferencista[15].

A rigor, a proposta era periodizar a "história do marinheiro português", mas logo fica claro que o protagonismo dado ao marinheiro no título era apenas um pretexto. No período inicial da história marítima portuguesa, correspondente à primeira dinastia e ao início do tempo dos Avis, o mérito tinha sido a criação da Marinha de guerra e a ação naval que garantiu a independência do país na Batalha do Tejo contra os castelhanos, em 1384.

O segundo período estava focado no infante D. Henrique, que não era marinheiro, mas mereceu a deferência "porque ele soube conhecer, adivinhar, fazer sair para a vida as qualidades que caracterizaram o marinheiro português". O mar, o Atlântico sobretudo, era pouco conhecido e devassado, mas o marinheiro português tinha um destino histórico e heroico a cumprir, sendo a missão de D. Henrique rasgar novos horizontes. Eça afirma serem muitos os nomes de destaque nesse

14 Eça, "O marinheiro português através da história", 7.

15 Matos e Santos, "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)", 433.

período, tendo dificuldades para escolher Gil Eanes, Cabral, Diniz Fernandes, Pedro de Cintra ou Diogo Cão para sintetizar os feitos desse "segundo ato" da história marítima lusa. A escolha recaiu sobre Bartolomeu Dias, "que teria chegado à Índia se lho não impedisse a pequenez dos seus navios e uns restos de temor, aliás justificadíssimos, dos seus companheiros"[16]. O mar ao tempo de D. Henrique era entendido como "vasto, amplíssimo, imagem do infinito, imponente, majestoso, [lugar] onde o homem se encontra pequeno quando o contempla, mas se reconhece grande quando o domina na luta". Era esse o "teatro dos trabalhos do marinheiro português", que o entregaria "manietado e manso ao uso das outras nações pasmadas"[17].

O "terceiro ato", centrado no "extraordinaríssimo espetáculo do nosso século XVI", representa o auge dos feitos marítimos, "o apogeu da glória do marinheiro português, ligado com o brilhantismo das façanhas militares". Observando aquele século, "se sente mais [...] invejoso de não ter nascido nele". O dilema apontado no período anterior persistia: qual seria o nome cujos feitos sintetizariam o terceiro ato? A persistência do nominalismo, da personagem-síntese, embasava o tratamento do marinheiro português sempre no singular. As navegações do século XVI uniam a aventura (com a menção a Fernão Mendes Pinto), o conhecimento científico (representado pelo naturalista Garcia da Orta), a crença religiosa (representada pelo frade João dos Santos), a genialidade criativa (pela referência ao poeta Camões) e a vontade política (a partir do exemplo de Afonso de Albuquerque), "todos eles [...] marinheiros, todos eles conheciam, de ciência certa e praticada, os segredos do mar e o modo de o vencer"[18].

O quarto período deixava de lado "a série de fatos conhecidos", sobre os quais o autor nada tinha a ressaltar: "Bem pode dizer-se que tudo se perdeu, menos a valentia e a aptidão marítimas." Sem especificar o "tudo", é certo que Eça referia-se à perda dos territórios e

16 Eça, "O marinheiro português através da história", 10-16.

17 *Idem*, *ibidem*, 11.

18 *Idem*, *ibidem*, 16-17. O autor destaca ainda os nomes e feitos de Vasco da Gama, Corte Real, D. Francisco de Almeida e D. João de Castro, p. 17-18.

do domínio do comércio oriental desde o século XVII. A atividade marítima só ressurgiria pela ação do grande ministro da marinha da segunda metade do século XVIII, Martinho de Melo e Castro, quando "se introduzem e aperfeiçoam os novos métodos da organização militar naval, regulariza-se a hierarquia das guarnições dos navios, aplicam-se os novos preceitos de tática [...], chega-se na construção naval a esse protótipo da beleza [que era] a nau de três pontes [...]". Novamente, destacavam-se a Armada e seus feitos militares, sobretudo pelo destaque à figura do vice-almirante Manuel da Cunha Souto Maior. Este último estivera na liderança da esquadra que transferiu a Corte para o Rio de Janeiro[19] e, com issso, deixava-se de fora uma menção óbvia ao fato de que Melo e Castro fora introduzido no governo pelas mãos do Marquês de Pombal.

Pombal foi uma espécie de divisor de posições políticas em Portugal em vida e, sobretudo, após seu falecimento. A partir do centenário de sua morte, em 1882, e ao menos até aos anos que se seguiram à implantação da República no país, em 1910, a apropriação de sua figura por diferentes grupos políticos em Portugal pode ser percebida no farto material publicado sob a forma de opúsculos, panfletos, historiografia e literatura de ficção[20]. Toda ausência é reveladora: neste caso, ao deixar de mencionar o marquês em um escrito de fins do século XIX, Eça se posiciona em um espectro político conservador, posição reforçada pela ação colonialista do autor na África de Oitocentos. As ações relativas ao continente em fins daquele século realçavam o papel de militares e intelectuais do porte de Eça na retomada do passado marítimo português como dado de interesse popular e de construção de uma memória nacional(ista)[21]. O período situado entre a Restauração e a ascensão de Pombal firmou-se nos meios historiográficos – da Armada, mas não só – como tempo de decadência. Nas palavras de um graduado militar, escritas em 1935, a explicação continuava válida quase nos mesmos

19 *Idem*, *ibidem*, 18-19.

20 Guilherme P. das Neves, "Marquês de Pombal", in *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808),* dir. Ronaldo Vainfas (Rio de Janeiro: Objetiva, 2000), 179.

21 Matos e Santos, "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)", 449-50.

termos postos em fins do século XIX por Vicente d'Eça. Nessa data, o oficial Raul César Ferreira afirmava: "É Martinho de Melo o último obreiro dessa passada fulgurante grandeza", em que a ampliada esquadra militar significou um "poder marítimo verdadeiramente formidável". D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sucessor de Melo e Castro na Secretaria da Marinha e Ultramar, era um "acérrimo partidário da Aliança Inglesa, [e] leva-nos a uma subordinação que nos arrasta para a decadência"[22].

A última fase da periodização da História Marítima lusa por Eça englobava a atualidade de fins do século XIX, marcada pela expansão africana pós-Conferência de Berlim, pela atualização das pretensões portuguesas no continente face ao novo imperialismo europeu e pelo vapor como força propulsora das embarcações. Mesmo com todas essas novidades, "o marinheiro português se revela o mesmo"[23], fruto da secular tradição de engajamento da gente lusa nas lidas marítimas. Haviam mudado os instrumentos, as causas dos naufrágios, os navios e os materiais: todavia, o caráter do marinheiro mantinha-se intacto. Na periodização proposta, obliterava-se quase todo o século XIX, como já se fizera com o século XVII, decerto por ser um tempo marcado pela perda de cerca de dois terços da Armada, pela invasão franco-espanhola em Portugal, por novas perdas coloniais e pela diminuição do prestígio de potência nas décadas que se seguiram à independência do Brasil[24]. Onde não havia glória, não era necessário escrever uma narrativa: era assim a História na concepção de Vicente d'Eça.

Na conferência popular, o autor também expôs parte de seu método. De acordo com ele, na escrita da História era preciso definir o *agente*, o *instrumento* e o *campo de aplicação* para estudar a *ação*, sinônimo do *fato*. A história de Portugal, ao menos suas páginas mais brilhantes,

22 Raul César Ferreira, *Marinhas e marinheiros: crónicas, estudos, críticas etc.* (Lisboa: Tip. H. Torres, 1935), 54; Luís de Oliveira Ramos, *D. Maria I* (Mem Martins: Círculo de Leitores; Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010), 196.

23 Eça, "O marinheiro português através da história", 20-21.

24 António Marques Esparteiro, "Causas do declínio da Marinha portuguesa no século XIX (1793-1834)", *Anais do Clube Militar Naval* 10-12 (1975-1976): 1-140; Jorge Manuel Moreira Silva, *A Marinha de Guerra portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851): adaptação a uma nova realidade* (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009), 17-19.

havia sido escrita com as quilhas das naus e caravelas. Esse modo de encarar a história se faz claro quando compreendemos que, para Eça – como de resto para a quase totalidade dos historiadores da Marinha de seu tempo[25] –, a glória dos descobrimentos no século XVI representava o auge português na História. Afirmar a escrita da história com as quilhas de naus e caravelas (mas não de navios de outras tipologias e de séculos posteriores) era uma metáfora para o protagonismo que seu texto pretendia dar ao marinheiro, gente da parcela iletrada da população que contribuiu para a glória, mas não deixou nada escrito de sua própria lavra. Estudar o marinheiro português através da história, como prometia o título da conferência, parecia anunciar um tributo. No método enunciado, o agente era o marinheiro português, o navio era o instrumento, que operou no mar como campo de aplicação; isso posto, estavam reunidas as condições para "compreender essa epopeia maravilhosa que é a História Marítima de Portugal"[26].

Na versão de Eça, Portugal havia se envolvido nas lidas marítimas por duas razões principais. Uma delas era o território estreito e extenso, repleto de muitos portos que fizeram dos portugueses "*naturalmente* um *povo marítimo*". História natural como história humana era um modo comum de abordar o processo histórico, neste caso lançando sobre a formação territorial um olhar atemporal e a-histórico que afirmava terem sido as fronteiras sempre as mesmas, como uma espécie de predestinação. A segunda razão da empresa marítima lusa estava nos "elementos étnicos" mais afeitos ao contato com o mar: no Entre Douro e Minho, fenícios, gregos e "muito sangue normando"; de Lisboa para o sul, "sangue árabe". Toda essa gente, transformada em antepassados diretos dos portugueses em um processo de formação amistoso, passou a se dedicar à navegação durante a Reconquista como se isso fosse uma predestinação inconsciente para a fusão dos povos a fim de realizar a obra da expansão marítima, cuja inteligibilidade só ganharia clareza no

25 Francisco Contente Domingues e José Varandas, "Recursos para História Marítima Portuguesa, 1200-1700: um projecto de investigação face ao estado da arte", *Cuadernos de Estudios Borjanos* 50-51 (2008): 291-303.

26 Eça, "O marinheiro português através da história", 6.

futuro. Ao longo do processo, novos elementos aperfeiçoaram a mistura, como os cruzados flamengos e os marinheiros catalães, maiorquinos e genoveses[27].

A agência do marinheiro português começava com a organização metódica e previdente da viagem, feita em terra. Em Portugal, isso ocorrera desde muito cedo e de modo peculiar, pois o recrutamento dos marinheiros desde a época da navegação a remo recaía sobre homens livres, e não forçados, como ocorria em outras nações[28]. Previdência e liberdade somaram-se ao concurso de estrangeiros contratados como os primeiros almirantes e os introdutores de instrumentos náuticos mais sofisticados.

Antes dos marinheiros de outros povos da Europa, esse agente paradigmático e anônimo que era o marinheiro português teria lidado com diferentes aspectos na sua relação com o mar: "bom tempo; tempestade; diferenças com as latitudes; os frios dos mares do Sul; *fenômenos estranhos*; *Sant'Elmo*, *tromba marinha*; *trovoadas* dos trópicos; [...] as *calmas* [...]"[29]. Entendendo tudo isso, era possível "determinar a *psicologia* do marinheiro português". Parte de suas características vinha dos dados étnicos, sendo que do sangue árabe teria herdado a poesia, a tendência para o idealismo e o amor: "o português é altamente amoroso, mais que nenhum outro povo; o marinheiro muito mais"[30]. Destacavam-se seis características psicológicas principais no marinheiro português: a indiferença ao perigo, a tenacidade, a modéstia desafetada ("pouco amigo de falar")[31], a tristeza e o espírito religioso que o consolava nos perigos: "[...] o marinheiro irreligioso embriaga-se; o crente faz

27 *Idem*, *ibidem*, 9 e 7, respectivamente. Destaques no original.

28 *Idem*, *ibidem*, 9-10.

29 *Idem*, *ibidem*, 11, destaques no original; Fernando Branco, *Novelas marítimas: episódios da vida do marinheiro a bordo* (Lisboa: Sá da Costa, 1929), 58 e 266-77.

30 Eça, "O marinheiro português através da história", 12.

31 Definido por uma antiga gíria de bordo, desaparecida juntamente com os navios à vela: o *talha-ao-laes*, "tipo sério, de poucas falas, andar bamboleado e cachimbo ao canto da boca, muito lavado e saindo raras vezes de bordo [...]. As praças novas tratavam-no por senhor, naturalmente porque o viam sempre pouco comunicativo. De fato poucas vezes tomava parte na conversa dos outros e as suas opiniões eram sempre azedas [...]". Óscar de Carvalho, *Histórias de marinheiro* (Porto: Imprensa Moderna, 1951), 142.

uma promessa. O render dos quartos do leme, as ave-marias a bordo são fatos da vida cotidiana do marinheiro que ainda hoje impressionam o observador"[32]. Por fim, destacava "a obediência consciente da necessidade de cumprir e confiada no valor de quem comanda. Como particularidade do trato entre marinheiros e oficiais deve dizer-se que o *tu* não é deprimente, é a intimidade afetuosa resultante da vida a bordo e das especialidades do caráter português"[33].

Ao tratar da obediência, a intimidade tornava-se quase igualdade. Mas Eça traiu seu argumento de viés psicologizante e rendeu-se aos indícios de que a obediência fora forjada no tempo, ao admitir terem havido revoltas, por exemplo, a bordo dos navios de Bartolomeu Dias e de Vasco da Gama: "mas depois, quando a confiança se afirmou, não houve marinheiro mais obediente, mais sofredor e menos exigente"[34]. No início havia revoltas, mas depois elas cessaram: na interpretação da História por Eça, a transformação histórica era dada apenas pela passagem do tempo, quase nada devendo à ação humana.

Ao longo da História, nos termos de Eça, o marinheiro português cumprira missões variadas. Primeiramente, ajudara a constituir o Portugal independente; em seguida, fora o responsável pelos descobrimentos – tarefa à qual se somaram depois o guerreiro/fidalgo/homem d'armas, outro paradigma nacional, ainda que "bem depressa o fidalgo se fez marinheiro, os ofícios confundiram-se [...]". Finalmente, à época de sua conferência, o marinheiro atuava "cooperando na afirmação do nosso domínio africano, e sempre audaz, modesto, disciplinado e sofredor"[35].

IV. Diálogos e desdobramentos

O marinheiro português de Vicente Almeida d'Eça era uma personagem inventada. Essa invenção não provinha apenas da imaginação

32 Eça, "O marinheiro português através da história", 12.

33 Eça, "O marinheiro português através da história", 12.

34 Eça, "O marinheiro português através da história", 13.

35 Eça, "O marinheiro português através da história", 13 e 21, respectivamente.

patriótica e das certezas positivistas do autor, mas bebia sim em uma tradição com raízes no século XVI e nos relatos de naufrágios, tornados em gênero literário em Portugal desde então. Tais relatos despertavam e mantinham o interesse popular na época em que foram escritos, editados ou reeditados, funcionando como obras de divulgação e tendo no conjunto dos marinheiros da Carreira da Índia um sujeito coletivo, anônimo e dotado de talentos, sentimentos e coragem para enfrentar as adversidades. Estudiosos mais recentes também reconheceram os aspectos históricos, psicológicos e antropológicos dos relatos de naufrágio que, diferentemente dos roteiros de navegação, escritos em linguagem eminentemente técnica e de circulação restrita, contavam histórias de marinheiros e navios no mar. Se boa parte do século XVIII não merecera menção alguma na periodização de Eça, autores como Damião Peres notaram também a estagnação da historiografia dos descobrimentos nessa mesma época, de certo modo contornada pela reedição dos relatos compilados entre 1735 e 1736 por Bernardo Gomes de Brito sob o título de *História Trágico-Marítima*, que mantiveram a popularidade do tema[36]:

> "Talvez o sucesso do público possa também ser explicado pelo grande envolvimento dos portugueses com o empreendimento comercial e marítimo do país. [...] Mas a explicação mais plausível para o sucesso daquelas narrativas é o gosto por histórias trágicas, profundamente arraigado no imaginário coletivo [...]"[37]

36 Kioko Koiso, "Contactos dos portugueses com os africanos através dos testemunhos não referidos na História Trágico-Marítima", in *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência* (Lisboa: IICT, 2012), 2; Matos e Santos, "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)", 450; Giulia Lanciani, *Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII* (Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979), 11.

37 Maria Angélica Madeira, "Notícias sobre a História Trágico-Marítima", *Lugar Comum* 7 (jan./abr. 1999): 93-94.

O impacto da época das grandes navegações manteve-se na memória coletiva não apenas pela sobrevivência dos relatos de naufrágio impressos em papel. As constantes reedições desses textos, o privilégio do tema das navegações no ensino de História, os meios de divulgação cultural, a historiografia e a literatura de ficção, entre outros recursos, alimentaram e ressignificaram essa memória no decorrer dos séculos XIX e XX e até aos dias de hoje. Uma rápida passagem por algumas obras dessa natureza deixa isso mais claro.

Em um escrito de 1935, Quirino da Fonseca narrou as *Viagens maravilhosas de aventureiros portugueses dos tempos idos*, com o sugestivo subtítulo *vulgarização de episódios da história marítima e colonial dos portugueses*. Em sete capítulos, cada um deles centrado na viagem de um marinheiro, desfilam episódios da glória marítima lusa, de uma volta ao mundo em 1522 a histórias que tinham como palcos as rotas para a Índia, a América e a África[38]. Esse caráter de miscelânea se faria presente em outras obras, como em uma coletânea de contos e narrativas não ficcionais de vários autores editada pela Liga Naval Portuguesa no mesmo ano de 1935[39], nas biografias de marinheiros dos séculos XVI e XVII engajados nas rotas do Oriente[40] ou de marinheiros galegos que trabalharam a serviço de Portugal, valendo-se da contiguidade geográfica e de uma certa identidade étnica e linguística para participar da "Expansão Marítima Portuguesa [que] é um dos maiores enigmas da História"[41]. Para o público infanto-juvenil também foram elaborados materiais de linguagem e diagramação apropriados a essa faixa etária, como o livro ilustrado *Famosos marinheiros*, que divulgou em Portugal os nomes de importantes marujos britânicos e incluiu referências

38 Quirino da Fonseca, *Viagens maravilhosas de aventureiros portugueses dos tempos idos: vulgarização de episódios da história marítima e colonial dos portugueses* (Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1935).

39 Liga Naval Portuguesa, *No mar: episódios da vida dos marinheiros* (Lisboa: J. Rodrigues & Cia, 1935).

40 Manuel Teixeira, *Marinheiros ilustres relacionados com Macau* (s.l.: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988).

41 Fernando Alberto G. Pedrosa, "Marinheiros galegos em Portugal", in *III Colóquio Portugal e a Europa, séculos XVII a XX: atas* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1992), 57-62.

elogiosas aos homens do mar lusos, como Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, perfilados a John Hawkins, Francis Drake e Lord Nelson, "o maior dos Almirantes Britânicos"[42]. Na linha de divulgação, destaca-se ainda a *Revista da Armada*, editada desde 1971 até hoje sem interrupções e que, em seu primeiro número, identificava no marinheiro, nos oficiais, sargentos e funcionários civis seu público-alvo, pretendendo, entre outras coisas, publicar textos "glorificando os nossos heróis e feitos passados e presentes"[43]. A partir de janeiro de 1976, o comodoro Antônio Júlio Malheiro do Vale manteve nessa revista a coluna "Conversa entre marinheiros", entrevistando homens ligados à Marinha de guerra tratando de temas afeitos aos seus ambientes de trabalho e também de fora dele, na perspectiva de que "toda a gente tem a sua história"[44].

Passados pouco mais de vinte anos desde a Revolução dos Cravos, José Tengarrinha observou que a historiografia portuguesa ainda se detivera pouco sobre a época moderna – o que pode ser notado, sobretudo, quando o recorte abrange a atividade marítima entre o século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. O autor atribuiu isso à recorrência da historiografia e da política institucional do tempo de Salazar na "ação civilizadora" de Portugal para legitimar suas ações coloniais coevas[45]. A avaliação é diversa daquela de Ângela Barreto Xavier, para quem o tema tem sido abordado recorrentemente pelos historiadores portugueses, "com exceção de um breve interregno pós-25 de Abril que, por razões óbvias, correspondeu a uma estigmatização política da empresa expansionista", tendo a expansão uma forte relevância na memória coletiva portuguesa, "reactivada em textos, monumentos, pontes, eventos, exposições"[46]. Tendo chegado até aqui, podemos vislumbrar que essa recorrência e a construção da memória coletiva antecedia o Estado Novo português e tinha raízes fincadas no positivismo e no

42 *Famosos marinheiros* (s.l.: Serviço de Imprensa e Informação da Embaixada Britânica, s.d.).

43 *Revista da Armada* (jul.1971): 3.

44 *Revista da Armada* (jan. 1976): 16-17 e 20-21.

45 José Tengarrinha, "La historiografía portuguesa en los últimos veinte años", *Ayer* 26 (1997): 19-63.

46 Ângela Barreto Xavier, "Tendências na historiografia da expansão portuguesa: reflexões sobre os destinos da história social", *Penélope* 22 (2000): 141.

nacionalismo que atravessaram a época salazarista para sobreviverem ao longo de quase todo o século XX na historiografia de cunho militar e também em outros meios, acadêmicos ou não. Da virada do século XIX até às primeiras décadas do século XXI, o lugar das atividades marítimas e dos marinheiros dos séculos XVIII e início do XIX mereceu alguma atenção, ainda no âmbito da historiografia militar.

A Marinha de guerra portuguesa, como instituição que reuniu informações e intelectuais preocupados em pensar questões que lhe são afeitas, destacou-se ao editar uma obra do vice-almirante Abílio Cruz Jr.[47]. O autor evitou o uso da expressão "política naval" ao se referir à segunda metade do século XVIII, optando por analisar a "política marítima", que considera mais adequada ao estudo de um período em que "as atividades no mar eram tratadas muitas vezes em conjunto e mesmo os navios podiam exercer a função de guerra e mercante". Nessa altura, era o Brasil a parte mais importante dos domínios coloniais, sendo as frotas que ligavam os portos americanos ao Reino obrigadas a contar com o fretamento de embarcações estrangeiras, motivando uma "apreciação extremamente negativa em relação à marinha mercante" que o autor procura reverter em seu livro[48]. Entre os temas atinentes à atividade da marinha mercante na segunda metade do século XVIII, Cruz Jr. destacou as idas e vindas do sistema de proteção às frotas; a construção do Hospital da Marinha em Lisboa; a reforma do Arsenal após o terremoto de 1755 e a dispensa de centenas de operários do Arsenal nas décadas finais de Setecentos; as transformações administrativas na Marinha, com a criação do Conselho do Almirantado e das Intendências nas colônias, além da Junta do Comércio e das companhias-gerais de comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba; a adesão aos novos instrumentos e métodos náuticos; a disciplina a bordo; a sobrevivência da Carreira da Índia, o movimento portuário no Reino e o recrutamento militar e para a marinha mercante.

47 Abílio Cruz Jr., *O mundo marítimo português na segunda metade do século XVIII (ensaio)* (Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2002).

48 *Idem*, *ibidem*, 41-43.

Considerações finais

Sem a pretensão de inventariar a totalidade das obras e remeter a todas as abordagens sobre a História Marítima portuguesa, é perceptível o elo que une a narrativa histórica à construção do Estado nacional e ao patriotismo em boa parte do que foi escrito acerca desse tema. É sabido que as efemérides se mostram como momentos privilegiados para uma retomada da memória e da cultura histórica, seja de forma revisionista, seja para reiterar fórmulas explicativas enraizadas. As efemérides multicentenárias, como a da chegada de Vasco da Gama à Índia e da morte de Pombal, propiciaram reflexões críticas ou laudatórias. Mas também ensejaram uma tradição e uma durabilidade de certo modo reconfortante para o conjunto dos que compartilham e preservam a memória tradicional evocada.

A especificidade que observo no texto de Vicente de Almeida d'Eça no conjunto da produção historiográfica sobre as glórias marítimas lusas, escrita por diferentes autores em diferentes temporalidades, reside justamente no protagonismo que ele tenta construir no título de sua conferência. Tal protagonismo se realiza de forma peculiar, atribuído a um sujeito coletivo nomeado no singular como se ele se confundisse com os traços desejados por setores da elite para o povo que se queria ter no momento em que a conferência foi proferida. As ideias de caráter nacional e de missão histórica, construídas ao longo do tempo, criaram características inventadas e que, desconfio, ainda persistem, mesmo que parcialmente, no imaginário contemporâneo dos portugueses e de estrangeiros que os analisam – a julgar, por exemplo, pela discussão que vem tendo lugar de destaque na imprensa lusa nos últimos anos acerca da criação de um Museu dos Descobrimentos em Lisboa ou da conveniência de o governo atual pedir desculpas devido ao colonialismo e à escravização de africanos implementada nos domínios coloniais ao longo dos séculos.

Eça mencionou várias dessas características em sua conferência de 1898 e, se pretendia apresentar o caráter dos marinheiros, reforçou deliberadamente o caráter nacional português em simbiose com o desse grupo profissional. Os marinheiros eram fruto de uma plasticidade

racial dada pela convivência e sucessão de povos desde a Antiguidade; tinham coragem para enfrentar os perigos, reagindo a eles com indiferença; eram insistentes, modestos e tristes, sendo esta última característica expressada na saudade e no fado, conforme notaram homens do porte de Camões. A religiosidade e a obediência coroavam o rol que definia o marinheiro, confundido com o próprio português enquanto nacionalidade.

Eça sempre usou o singular para se referir ao protagonista dessa história: escreveu "o marinheiro português", nunca "os marinheiros portugueses", e escolheu personagens heróicos para exemplificar cada intervalo de tempo na sua periodização da história marítima nacional. O marinheiro português era um paradigma nacional antes mesmo de a nação existir. Por isso ele é citado no singular, nunca no plural que poderia remeter ao coletivo, à classe, ao ofício, à categoria profissional e ao conflito. Sendo paradigmático e tratado no singular, o marinheiro português era abordado mais a partir de uma "psicologia" do que da História.

O tema do medo do mar mereceu em seu texto apenas uma breve referência, ao tratar da época de Bartolomeu Dias. Persistir na noção de medo poderia contradizer o atributo que se queria destacar no marinheiro singular e paradigmático, qual seja, o destemor ou a coragem. Nesse momento, Eça estava em sintonia com tradições antigas, que circularam em textos avulsos e, desde o século XVIII, quando foram agrupados na coletânea intitulada *História Trágico-Marítima*, que impactaram fortemente e de maneira duradoura o imaginário luso sobre o mar[49]. A existência do medo[50] não foi nem poderia ser negada por

49 Bernardo Gomes de Brito, compilador, *História Trágico-Marítima, em que se escrevem cronologicamente os naufrágios que tiveram as naus de Portugal, depois que se pôs em exercício a navegação da Índia*, 2 v. (Lisboa: Officina da Congregação do Oratório, 1735-1736). Brito reuniu doze relatos de naufrágios em dois volumes, e a obra teve reedições em 1904/1905, 1938, 1942 (em 6 volumes, por Damião Peres), 1955-1956 e 1998 (em espanhol).

50 Jean Delumeau, *História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada* (São Paulo: Cia. das Letras, 2009); Flor Trejo Rivera, "Pecadores y tormentas: la didáctica del miedo", in *Los miedos en la Historia,* Elisa Speckman, Claudia Agostoni e Pilar Gonzalbo Aizpuru, eds. (México: UNAM, 2009); Airton Felix S. Souza, "Medos no mar, medos do mar: as representações do sentimento de medo nos relatos de viagens pelo Atlântico entre os séculos XVI e XVII", *Revista Escrita da História* 5, n.º 9 (jan./jun. 2018).

Eça, mas o que ele valorizou foi a coragem, a superação do temor para levar adiante a conquista inexorável. Em fins do século XIX, quando da conferência comemorativa em homenagem a Vasco da Gama e seus comandados, a mira estava na renovada noção do ultramar e naquilo que fora possível salvar dos inglórios tempos posteriores ao período áureo das grandes navegações: a África. O marinheiro português estava sendo reconvocado por Eça para garantir a manutenção dos domínios africanos. Suas qualidades tradicionais – plasticidade racial, coragem, insistência, modéstia, tristeza, religiosidade e obediência – eram a chave para enfrentar a nova conjuntura, frente aos novos concorrentes e ao continuado declínio do poderio luso.

BIBLIOGRAFIA

Branco, Fernando. *Novelas marítimas: episódios da vida do marinheiro a bordo*. Lisboa: Sá da Costa. 1929.

Brito, Bernardo Gomes de (compilador). *História Trágico-Marítima, em que se escrevem cronologicamente os naufrágios que tiveram as naus de Portugal, depois que se pôs em exercício a navegação da Índia*. 2 v. Lisboa: Officina da Congregação do Oratório, 1735-1736.

Carvalho, Óscar de. *Histórias de marinheiro*. Porto: Imprensa Moderna, 1951.

Cruz Jr., Abílio. *O mundo marítimo português na segunda metade do século XVIII (ensaio)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2002.

Delumeau, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

Domingues, Francisco Contente, e José Varandas. "Recursos para História Marítima Portuguesa, 1200-1700: um projecto de investigação face ao estado da arte". *Cuadernos de Estudios Borjanos* 50-51 (2008): 291-303.

Eça, Vicente Almeida d'. "O marinheiro português através da história". *Anais da Academia de Estudos Livres* 6 (1898): 5-21.

Esparteiro, António Marques. "Causas do declínio da Marinha portuguesa no século XIX (1793-1834)". *Anais do Clube Militar Naval* 10-12 (1975-1976): 1-140.

Famosos marinheiros. S.l.: Serviço de Imprensa e Informação da Embaixada Britânica, s.d.

Ferreira, Raul César. *Marinhas e marinheiros: crónicas, estudos, críticas etc*. Lisboa: Tip. H. Torres, 1935.

Fonseca, Quirino da. *Viagens maravilhosas de aventureiros portugueses dos tempos idos: vulgarização de episódios da história marítima e colonial dos portugueses*. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1935.

Igreja, Manuel de Azevedo Almeida. "A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de História e Geografia de Portugal e História, 2º e 3º ciclos do ensino

básico: da Reforma Curricular (1989) à Reorganização Curricular (2001)". Dissertação de Doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2004.

Koiso, Kioko. "Contactos dos portugueses com os africanos através dos testemunhos não referidos na História Trágico-Marítima". *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2012.

Lanciani, Giulia. *Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

Liga Naval Portuguesa. *No mar: episódios da vida dos marinheiros*. Lisboa: J. Rodrigues & Cia, 1935.

Madeira, Maria Angélica. "Notícias sobre a História Trágico-Marítima". *Lugar Comum* 7 (jan./abr. 1999): 93-94.

Matos, Sérgio Campos. "História, Positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX". *Penélope* 8 (1992): 51-71.

Matos, Sérgio Campos, e Luís Aguiar Santos. "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)". *Revista de História das Ideias* 29 (2008): 434-54.

Neves, Guilherme Pereira das. "Marquês de Pombal". In *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*, dirigido por Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Pedrosa, Fernando Alberto Gomes. "Marinheiros galegos em Portugal". *III Colóquio Portugal e a Europa, séculos XVII a XX: atas*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1992.

Pintassilgo, Joaquim António de Sousa. "Imprensa de educação e ensino, universidade populares e renovação pedagógica". *Cadernos de História da Educação* 5, n.º 86 (jan./jun. 2006).

Ramos, Luís de Oliveira. *D. Maria I*. Mem Martins: Círculo de Leitores; Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010.

Revista da Armada 1, n.º 1 (jul. 1972).

Revista da Armada 51, n.º 5 (jan. 1976).

Rivera, Flor Trejo. "Pecadores y tormentas: la didáctica del miedo". In *Los miedos en la Historia*, organizado por Elisa Speckman, Claudia Agostoni, e Pilar Gonzalbo Aizpuru. México: UNAM, 2009.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*, Tomos XVIII, XIX e XX. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, 1908, 1911.

Silva, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha e a História: dois séculos de historiografia naval*. Lisboa: s.e., 2016.

Silva, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha de Guerra portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851): adaptação a uma nova realidade*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.

Souza, Airton Felix Silva. "Medos no mar, medos do mar: as representações do sentimento de medo nos relatos de viagens pelo Atlântico entre os séculos XVI e XVII". *Revista Escrita da História* 5, n.º 9 (jan./jun. 2018). http://www.escritadahistoria.com/revista/index.php/reh/issue/current/showToc.

Sumida, Jon Tetsuro. *Inventing Grand Strategy and Teaching Command: The Classic Works of Alfred Tayer Mahan Reconsidered*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

Teixeira, Manuel. *Marinheiros ilustres relacionados com Macau*. S.l.: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988.

Tengarrinha, José. "La historiografía portuguesa en los últimos veinte años". *Ayer* 26 (1997): 19-63.

Valentim, Carlos Manuel Baptista. "Eça, Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'". In *Dicionário de historiadores portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, coord. Sérgio Campos Matos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, s/d. http://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_eca10.htm.

Xavier, Ângela Barreto. "Tendências na historiografia da expansão portuguesa: reflexões sobre os destinos da história social". *Penélope* 22 (2000): 141-79.

Referência para citação:

Rodrigues, Jaime. "Vicente de Almeida d'Eça e a historiografia marítima em 1898." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 139-161.

Práticas da História, n.º 8 (2019): 163-197

Nuno Domingos

The death of a football player. Eusébio and the struggle for Portuguese History

The death, in 2004, of Eusébio da Silva Ferreira, considered the greatest African footballer of all time, was followed by a process of nationalization, led by the Portuguese state, and the player's body was moved into the National Pantheon, a site devoted to the celebration of the country's heroes. Born in the capital of colonial Mozambique, Eusébio came to Portugal at the age of 18, where he played and represented the national team. The celebration of Eusébio as a Portuguese hero offered the state a vehicle, able to narrate the traumatic end of its empire and evoke the virtues of the colonial experience. Tapping into the affective economy generated by football, the official biographical construct of 'people's hero' elides the edification of a violent and uneven colonial society in Mozambique, and reifies a symbolic order created during the Portuguese colonial rule.

Keywords: Portugal, nationalism, colonialism, popular culture, football, Mozambique.

A morte de um futebolista. Eusébio e a luta pela história portuguesa

A morte em 2014 de Eusébio da Silva Ferreira, considerado o maior jogador de futebol africano, deu origem a um processo de patrimonialização conduzido pelo Estado português, que levou o seu corpo ao Panteão Nacional, lugar de celebração dos heróis nacionais. Nascido na capital de Moçambique colonial, Eusébio veio para Portugal com 18 anos, onde jogou e representou a seleção portuguesa. A celebração de Eusébio enquanto herói português ofereceu ao Estado um meio de narrar o processo traumático do fim do seu império, evocando as virtudes de uma excecional experiência colonial. Explorando a economia afetiva gerada pelo futebol, a construção biográfica oficial "de um herói do povo" oculta o processo de edificação de uma sociedade colonial violenta e desigual e reifica o lugar social do subordinado.

Palavras-chave: Portugal, nacionalismo, colonialismo, cultura popular, futebol, Moçambique.

The death of a football player. Eusébio and the struggle for Portuguese History

Nuno Domingos*

The state institutionalisation of a national hero

On 3 July 2015, the body of the footballer Eusébio da Silva Ferreira, born 25 January 1942 in Lourenço Marques, the capital of the then Portuguese colony of Mozambique, was moved into the National Pantheon (Panteão Nacional), where he joined an array of other dignitaries of the nation. A year and a half after his death on 5 January 2014, Eusébio was granted the highest honour afforded to a Portuguese citizen. Eleven times Portuguese champion and the highest goal scorer over seven seasons, Eusébio won the European Cup and reached the final of this competition on three other occasions, was the highest goal scorer in Europe in 1968 and 1973, as well as in the 1966 World Cup, held in England, and he remains the highest scorer for Benfica of all time (473 goals in 440 matches). His name often appears in the lists of the world's best ever players and he is regarded as the greatest African footballer of all time.

Eusébio was the first sportsman, but also the first black person, to be welcomed in the National Pantheon. He was not, however, the first person from a working-class background and without extended formal education to be granted the honour of entering the Pantheon – given

* Nuno Domingos (nmrdomingos@gmail.com). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal Bettencourt, n.º 9, 1600-189 Lisboa, Portugal.

a few years earlier, to the fado-singer Amália Rodrigues (1920-1999). The elevation of Amália and Eusébio to the status of national heroes signalled the state's acknowledgment of two popular figures among the Portuguese population, two personalities who did not sit easily alongside the existing residents of the Pantheon: four presidents of the Republic; three writers, all of them with an active political voice; and a military officer that opposed the Estado Novo regime, which ruled Portugal between 1933 and 1974[1]. It was the Estado Novo, headed by António de Oliveira Salazar, that reopened the Panteão Nacional in the Igreja de Santa Engrácia in 1966, decades after the Republican government had first given this building the role of celebrating national heroes. Yet, unlike the other Pantheon residents, Amália and Eusébio had not strut on the political stage, even though it was common among some opponents of the Salazar regime to consider their star status to be part of an apparatus of cultural control that included football, fado and the Catholic cult that originated in Fátima.

According to the law that reconfigured the function of the National Pantheon, published in 2000, the Pantheon is "meant to pay homage to, and perpetuate the memory of, Portuguese citizens that have distinguished themselves for their services to the country, in the exercise of high public office, high military service, in the expansion of Portuguese culture, through literary, scientific and artistic creation, or in the defence of the values of civilization, for the benefit of humanity and the cause of freedom"[2]. While Amália Rodrigues's voice can be seen – albeit unorthodoxically, some will argue – within the category of 'artistic excellence', as defined by the above criteria, Eusébio's talents raised more questions. The resolution by the Portuguese Parliament to grant Eusébio a place in the Pantheon was intended to pay homage to "the national symbol, the charitable person, the exceptional footballer and sportsman, thus evoking his status as a key reference in the dis-

1 Presidents Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Sidónio Pais and Óscar Carmona, writers Almeida Garrett, Aquilino Ribeiro and João de Deus, the military officer and politician Humberto Delgado. After Amália Rodrigues, but before Eusébio, the poet Sophia de Mello Breyner Andresen joined this select group.

2 Law 28/2000, 29/11/2000.

semination and globalisation of the image and relevance of Portugal in the World"[3].

The official celebration of these performers, while approaching the political establishment to the habits and consumption practices of large sectors of the population – and more significantly the male population – was also testimony to the importance attributed to popular culture disseminated by the mass media in the construction of Portuguese nationalism. Such trend promotes, within an expanded media-pervaded public space, the banalisation of nationalism through popular culture, making the space for the symbols of national heroism to shift[4].

This meant that the navigators from the time of the "discoveries", the African explorers, the heroes of the African wars of the late 1800s, the key politicians, writers and scientists, all of those that had helped narrate the nation through the education system, the commemorative monuments, the state rituals, statuary, toponymy, and historiography, now had to share that space with popular singers and sports personalities. While, in the history of Portugal, there had always been heroes from the lower classes – anti-state heroes, social bandits, religious figures usually co-opted by the Catholic Church, and patriot heroes integrated into the narratives of the state, alongside collectively celebrated anonymous heroes, these were never granted the honour of a spot in the site where the state enshrines the heroes of the nation's elite. Eusébio and Amália brought the football field and the musical stage onto a universe that, until then, had been limited to the battlefield, the space of the institutions that represent the state, universities and the rarefied world of scientific or literary genius[5].

3 Resolução da Assembleia da República, n.º 21/2015.

4 On the relation between popular culture and nationalism, see Orvar Lofgren, "The Nationalization of *Culture*", *Ethnologia* XlX (1989): 5-23; Tim Edinsor, *National Identity, Popular Culture and Everyday Life* (Oxford: Berg, 2002); Michael Billig, *Banal Nationalism* (London: Sage, 1995).

5 On the Portuguese social identity see, among others, José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal*, 2 vol. (Lisbon: Editorial Estampa, 1985); Francisco Bethencourt and Diogo Ramada Curto, eds., *A Memória da Nação* (Lisbon: Livraria Sá da Costa, 1991); Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade* (Porto: Edições *Afrontamento*, *1994*); João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional* (Lisbon: Publicações Dom Quixote, 2000): Vitorino Magalhães Godinho,

The placing of Eusébio in the National Pantheon allowed the Portuguese state to make official an exemplary personal history, celebrating the player and the man but also, at one and the same time, engendering a narrative of Portuguese national history that accommodates the traumatic end of its empire and reintegrates the colonial experience into contemporary discourses on national identity. This biographical account plays into the imagination of an idealised, universalistic and harmoniously integrated Lusophone cultural space. Eusébio's qualities as a 'man of the people', evoked to justify his presence in the Pantheon, naturalised social classifications of the popular classes, historically produced by the social and political elites[6]. In the Portuguese colonial context, these qualities encapsulate the desired behaviour of the assimilated African[7]. The official biographical construction of Eusébio seeks to establish and cement principles of division and representation of a geographical, but also social and historical, colonial space that was already legible, to a large extent, by the majority of the population. However, this reinforcement of a shared national identity – where formal and informal nationalisms are superimposed[8] – operates through its appropriation of other social intimacies, "other idioms of identity formation"[9], namely, in this particular case, those that emerge from the practical and symbolical exchanges that operate as a bond between football fans[10].

Portugal: A Emergência de uma Nação (Lisbon: Colibri, 2004); Sérgio Campos Matos, *Consciência Histórica e Nacionalismo – Portugal, séculos XIX e XX* (Lisbon: Livros Horizonte, 2008); José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX* (Lisbon: Tinta-da-china, 2008); Luís Trindade, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português* (Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, 2008); José Manuel Sobral, Jorge Vala, eds., *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social* (Lisbon: ICS, 2010); José Manuel Sobral, *Portugal, Portugueses: uma identidade nacional* (Lisbon: FFMS, 2014) and Fernando Catroga, *A Geografia dos Afectos Pátrios. As Reformas Político-Administrativas (séculos xix-xx)* (Coimbra: Edições Almedina, 2014).

6 As part of a process of moral integration into a symbolic order. See Pierre Bourdieu, *Language and symbolic power* (Cambridge: Polity Press, 1991).

7 Jeanne Penvenne, *African Workers and colonial racism. Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962* (London: James Currey, 1995).

8 Thomas Hylland Eriksen, "Formal and informal nationalism", *Ethnic and Racial Studies* 16 (1993): 1-25.

9 Michael Herzfeld, *Cultural Intimacy, Social Poetics in the Nation-State* (New York: Routledge, 1997), 4.

10 Nuno Domingos, *Football and Colonialism. Body and Popular Culture in Urban Mozambique* (Athens: Ohio University Press, 2017), 9-12.

An economy of affections

The nationalisation of Eusébio's life story would not have been possible without the political appropriation of the bonds created between the football fans and the player. An apparently banal leisure activity, football becomes a serious matter, inasmuch as individuals invest their time in them, and project their expectations desires and aspirations onto it[11]. Without the spectacularisation of modern sports and its insertion into wider forms of popular culture, which turned Eusébio into a popular hero, the use of his biography as a legitimate vehicle for the construction of a national narrative, over a period that coincided with the outbreak of the colonial wars, would have been impossible[12]. Eusébio, the popular idol, was someone onto which desires and expectations were projected, of which Salazar's Estado Novo was always wary, but which it ultimately attempted to use for its own purposes[13]. In Portugal and through the Portuguese colonies, Eusébio was a key protagonist of a relation between football as a spectacle and the everyday lives of countless people, namely the fans of his Club, the popular Benfica of Lisbon. The protagonist of a global spectacle that brought individuals together and represented them in national and international competitions, Eusébio reached world fame through the European victories of Benfica and through his performance in the 1966 World Cup. The culture industries' means of dissemination, radiating especially from the Anglo-Saxon world, later turned him into a contemporary visual icon

11 Eric Dunning, "The Figurational Dynamics of Modern Sport" *Sportwissenschaft* 9, n.º 4 (1979): 358–59; Norbert Elias and Eric Dunning, eds, *The quest for excitement: sport and leisure in the civilizing process* (Oxford: Basil Blackwell, 1986).

12 Jennifer Schultz and Ronald L. Breiger. "The strength of weak culture", *Poetics 38,* n.º 6 (2010): 610-24.

13 Marcos Cardão, "Um significante instrumental. Eusébio e a banalização do lusotropicalismo na década de 1960", in *Esporte, Cultura, Nação, Estado. Brasil e Portugal,* ed. Vítor Andrade de Melo, Fábio de Faria Peres and Maurício Drumond (Rio de Janeiro: 7Letras, 2014), 172-88. Despite this late instrumentalization of football by the Estado Novo, the use of sports games in the colonial terrain as part of a large policy of indirect rule and cultural domination does resemble in length and efficiency what was documented for the English case. On the Portuguese case see Domingos, *Football.* On the English experience see, J. A. Mangan, ed., *The Cultural Bond: Sport, Empire, Society* (London: Frank Cass, 1992); Brian Stoddart, "Sport, Cultural Imperialism, and Colonial Response in the British Empire", *Comparative Studies in Society and History* 30, n.º 4 (October 1988): 649–73; Roger Hutchinson, *Empire Games: The British Invention of Twentieth-Century Sport* (Edinburgh: Mainstream Publishing, 1996).

and a piece of the collective memory of a generation, alongside other 1960s figures of popular culture. Although Eusébio, mainly through his performances with the Portuguese team, had a widespread national reputation, he was not unanimous. In the domestic competitions, Benfica's opponents considered him a menace. Such internal clashes, which divided the fans, were sharper in relation to the other Lisbon major club, Sporting Clube de Portugal, who fought for his transfer from colonial Lourenço Marques. These disputes, considerably important for the formation of personal identifications and beliefs, coexisted with the recognition of Eusébio's football excellence.

The uncountable joys Eusébio's genius afforded to his football fans cemented a collective memory, transmitted through personal, familial and media narratives. Unsurprisingly, the response to his death was emotional and immediate. Thousands of people made their way to the Sport Lisboa e Benfica stadium, with the expectation of seeing the player's body for one last time. In the attempt to find a reason for this affection for Eusébio, many "common people" were asked to speak in front of television cameras and to radio and newspaper journalists. Their public discourse, however, grounded in affects and an everyday practical reason that translates awkwardly into words, seemed to prove the argument of those who consider football a form of alienation and who view its "common" fans as "second-class" citizens, whose rationality is shrouded by an inexplicable bond. In the face of this explanatory vacuum, it would fall on politicians and high official of the state, representatives of the Catholic Church and a set of specialists, media punters, opinion-makers and celebrities – the "professionals of representation" – to provide the most acceptable explanation for the shared economy of happiness and intimacy generated by football[14]. It was these official voices that made the greatness of Eusébio legible: they commented on the athlete and the man, and on his relation to the national memory. These discourses, enunciated on the radio, television and in newspaper articles by these authoritative voices, would later inscribe themselves

14 Pierre Bourdieu, *Language and symbolic power* (Cambridge: Polity Press, 1991), 243.

in the nation's official memory, in a more systematic and organised fashion, on the occasion of the transference of Eusébio's body to the Pantheon and, later, in the commemorative exhibition organised at the Portuguese Parliament, inaugurated in 2015.

Genuine, simple and humble

After his death, compliments to Eusébio's genuineness, humbleness and simplicity spread. These qualities were invoked as a justification for the transference of his body to the National Pantheon. The official discourse passed into law the various and consensual discourses about the player, many of them coming from the political sphere in the first place[15].

The then President of the Republic, Cavaco Silva, stated that Eusébio had "exceptional human qualities", namely "humility and amiableness". In the preface to a biography of the player published in 2012, Cavaco Silva expressed a similar point of view: "His hours of glory did not go to his head and anyone who knows Eusébio admires his simplicity, his kind heart, his sense of solidarity"[16]. The then Prime Minister, Pedro Passos Coelho, described Eusébio as "a generous and compassionate man" who took "Portugal's flag and pride to the four corners of the world", thus bringing together "Lusophone peoples". The Minister for the Presidency, Luís Marques Guedes, highlighted "captivating simplicity and congeniality". The then leader of the main opposition party, António José Seguro, lamented the loss of a man who, through "his magic on the football pitch and with his simplicity, spread Portugal's name around the world and made us proud to be Portuguese". The official statement by the other party in the government coalition, CDS-PP, recalled "a talented and humble man (...) who lived for his passion, football". The leader of this party, Paulo Portas, described Eusébio's general demeanour as "simple and cheerful". In a press release, the Left

15 Statements compiled at http://www.ionline.pt/artigos/portugal/veja-aqui-reaccoes-morte-eusebio accessed at 18/1/2018.

16 João Malheiro, *Obrigado Eusébio* (Lisbon: Estar Editora, 2000), 10.

Block (Bloco de Esquerda) defined Eusébio as "a national symbol and a symbol of Lusophone Africa". Marcelo Rebelo de Sousa, the most popular television pundit and now President of the Republic, underlined Eusébio's importance for "national unity". Unlike others, "who are born among the people and who forget they are of the people", Eusébio "never forgot his background". "One of the reasons for Eusébio's success, just like Amália", Rebelo de Sousa continued, "is that he was of the people: he was born of the people and died of the people". The former President of the Republic Mário Soares stated, more spontaneously and a little off-key, that Eusébio was "a modest and very friendly man (...) a simple person, with little education, but very pleasant to be around".

Common and oft-repeated, these assessments were presented as justification for a football player to join other notable personalities of the nation in the Pantheon. This was despite the fact that there is no indication that those Eusébio was joining were especially known or valued for their 'simplicity' or 'humility', namely because their office or position demanded personal qualities habitually associated with statesmen and those of political sphere in general, a space where the natural naiveté attributed to Eusébio could hardly be presented as a necessary trait. The text approved by all the parties with a seat at Assembleia da República read as such: "Sporting success, however, is not more impressive than his humane side: glory never went to his head and all those who knew him personally admired his simplicity, humility and sense of solidarity. (...) For his sporting achievements, for a grandeur that goes beyond the country's borders, as well as for his generous and humble personality, Eusébio da Silva Ferreira has become a popular hero and a symbol of our country, honouring Portugal and making the Portuguese proud"[17].

A state ceremony

The rendering of Eusébio's memory by officialdom, a mode of ritual that ultimately led to his body being interred in the national Pantheon,

17 Assembleia da República. 2015. Honras de Panteão Nacional a Eusébio da Silva Ferreira, Projecto de Resolução n.º 1232/XII, 9/1/2015.

was a highly staged moment, geared to generate a sense of communion around the celebration of a national symbol. The acclamation of Eusébio expressed the attempt by political agents and other social elites to reinforce a moral consensus, one dimension of which was the recognition of a national history and, in particular, the place of empire within that narrative. The reiterated appeals to unity, echoed in so many of the speeches heard during the ceremony, should also be interpreted within the frame of Portugal's dire economic situation at the time of the ceremony, which led to the application of heavy austerity measures that undermined the already fragile Portuguese social contract[18]. This state ritual was a performance conceived with television viewers in mind, transmitted live by dozens of reporters from an array of media organisations, including at least five television channels.

In prominent and symbolically-charged places, throughout the ceremony, one found politicians, the officials from the club and national football organisations, church members, his family, professional colleagues and notable figures of Portuguese life. Eusébio's fans, unlike what had occurred in the ceremonies after his death, with the funeral as its climax, were less keen to participate in this official ceremony[19]. Placed on a horse-drawn cart, accompanied by 54 mounted soldiers and 22 police motorbikes, the urn then made its way to the Portuguese Football Federation's headquarters and later to the Portuguese Parliament. In both places, the ritual was re-enacted along the same lines: high officials from the Federation first, and Members of Parliament later, gathered briefly around the cart, and it quickly went on its way.

The more relevant perspectives, from the point of view of the construction of a national memory, were arguably those made by members of the Cath-

18 Headed by a troika of institutions: the European Commission, the Central European Bank and the International Monetary Fund.

19 There is example of this right at the start of the ceremony, when the body was being taken from the Lumiar cemetery, access to which was blocked by the police ("There are very few common people at Largo da Luz... 30 to 40 people", the RTP reporter informed) (RTP, Transladação de Eusébio para o Panteão Nacional, 2015). At the Luz seminary in Lumiar, where the private mass was held, the SIC TV reporter noted that there were "more police officers than fans" (SIC, Eusébio no Panteão, 2015).

olic Church[20]. The private mass, led by father Delmar Barreiros was transmitted live on all television channels, explicitly engaged in the rhetoric of symbolic (and not necessarily civic) integration 'of the weak' into the national narrative.

> "Today is a great day, great for us, as Christians, great for us a people, and our fatherland is celebrating... we are welcoming a hero, he whom the people made a hero," "[I]t is from among the simple folk [that emerge those that will honour us. One need only think at the sailors of a bygone era, to see the kind of people who made us great. When we chant out our national anthem, there comes that phrase that makes us shiver: *amid the mists of memory, oh fatherland one hears the voice of your venerable forefathers, who shall lead you into victory.* Who are these venerable forefathers, our ancestors? The great, the great are not only the learned, but likewise the farmers, sailors, soldiers, all those whose lives dignify Him, and dignify the fatherland [...], this fatherland has its heroes, citizens of the calibre of Eusébio, and can thus be proud of itself, and so this is a day to rejoice, a day of national pride, as is the will of the people, and there is a saying, of the people, that tells us that the voice of the people is the voice of God"[21].

Meanwhile, on the SIC news channel, Father Vítor Melícias, who conducted Eusébio's funeral mass, extended this religious and patriotic

20 The historical role that the Catholic Church had within the construction of a Portuguese national grandeur was closely linked to the imperial experience. On the colonial presence of the Portuguese Catholic Church in Africa see, Miguel Bandeira Jerónimo, *The "Civilising Mission" of Portuguese Colonialism, 1870-1930* (London: Palgrave, 2015). On the presence of the Catholic Church in Mozambique see Éric Morier-Genoud, "The Vatican vs. Lisbon. The Relaunching of the Catholic Church in Mozambique, ca. 1875–1940", *Basler Afrika Bibliographien Working Papers* (Basel: *Basler Afrika Bibliographien,* 2002); Kathleen Sheldon, "I Studied with the Nuns, Learning to Make Blouses: Gender Ideology and Colonial Education in Mozambique". *The International Journal of African Historical Studies* 31, n.º 3 (1998) **:** 595-625; Michel Cahen, "L'État Nouveau et la Diversification Religieuse au Mozambique, 1930–1974. I. Le Résistible Essor de la Portugalisation Catholique (1930–1961)", *Cahiers d'Études Africaines* 40, n.º 2 (2000): 322; José Augusto Alves de Sousa, *500 Anos de Evangelização em Moçambique* (Maputo/Braga: Paulinas, 1998).

21 SIC, Eusébio no Panteão, 3/7/2015.

rhetoric, bolstered by a discourse on Portuguese universalism, so often associated with Portuguese Catholicism:

> "Eusébio as a Christian" gave "strength to all of us, the Portuguese, to dignify our symbols, to dignify our values, those values that define Portuguese identity and which have led our way through history. [...] A people that can take pride in itself and its history. [...] A Portuguese people that had a share in, that was a part and an agent within this wondrous space that today we call Lusophony, a man that came from a different ethnic background, from a faraway land, but that came to live as a Portuguese person, in the deepest sense that Portugueseness contains, the sense of universality, the plural understanding among cultures, religions and races, even in his humility, as he came from a poor neighbourhood, close to Maputo, then Lourenço Marques, to join a people that did not know him... and became integrated, and integrated himself as a great Portuguese"[22].

The rest of the speeches were saved for the final stage of the ceremony, next to the National Pantheon. No one from Mozambique was invited to speak at this ceremony. At the Pantheon, many people tried to see the ceremony, but the official protocol kept them far away from the group of notables invited by the state[23]. In the funeral eulogy at the Pantheon, Eusébio's former teammate António Simões praised his talent as a player and highlighted how he has earned the respect of all politicians across the ideological spectrum. Assunção Esteves, the president of the Portuguese Parliament, reinforced the idea of universality, associated with Eusébio: in Eusébio one sensed "the joy of the purest innocence", he was "a maker of joyous feelings", "he generated a positive

22 SIC, Eusébio no Panteão, 3/7/2015.

23 As pointed out by a TV reporter from SIC: ("The police blocked any access to the pantheon area, and the only people there are those who live in the vicinity") (SIC, Eusébio no Panteão, 2015).

cohesion that brought everyone together", he was "a celebration of all our consensuses". President Cavaco Silva then underlined the role of that ceremony as a much-needed example of national union at a time of crisis:

> "The charitable man", responsible for "the globalisation of Portugal's image around the world", celebrated "by unanimous decision among the MPs and parliamentary groups", "a gesture by the people's representatives, that reflects the people's own feelings", "as a sportsman, as a human being, he was always above, far above, the petty quarrels and controversies that mark our everyday, the admiration we all have for his outstanding personality is shared by all the Portuguese and cuts across ideological divisions and club sympathies, so Eusébio in fact is a heritage that belongs to all of us" (...) Eusébio had a remarkably humble attitude towards the greatness of his genius, admired by millions, and he addressed each and every one with a natural simplicity that is the trademark of the truly great, those that have nothing to prove and have no need to show off... his service to Portugal knew no bounds... today, the tears of Eusébio are Portugal's tears, a champion in sport, a legend in football, he is the embodiment of a unity among all the Portuguese, but also across the Lusophone world...".

In the countless interviews with the many notables present at the ceremony, from the General-Secretary of the Portuguese Communist Party to the party on the farthest right of the political spectrum, CDS-PP, praise for Eusébio's humility, simplicity, and authenticity was echoed. The ceremony did not allow room for the exercise of politics as such, that is to say, for dissent and debate. The electoral stakes were too high: Eusébio's exemplary narrative emerged unscathed. On television, commentators underlined the consensual atmosphere, even

though a handful of journalists, mostly reporters on the ground, did occasionally, point out the elitist contours of the ceremony[24]. Still, even for reporters, the risk of upsetting the emotional consensus was significant and potentially harmful not only to the appeasing tones of the nationalist ritual, but also to viewer ratings.

The praise of Eusébio's qualities, his simplicity and humbleness, though they may be worthy of praise in their own right, must be understood through their historical genealogy as well as within their current context of enunciation. This stereotyped representation was less present among teammates and football fans. On the contrary, many statements described Eusébio, the "King" as he was known by his football colleagues, as being ruthless to his opponents, a professional feared for his talent and very much aware of his own worth. In fact, there were plenty of descriptions of Eusébio in the press and on the radio that depicted him as a brilliant player whose unique talent was bolstered by a forceful personality. He was characterised as a skilled, bold and fearless professional. The interpretative frame among the intimate community of football fans was complex and therefore in contrast with the narrow view served by state officials and by a set of notable public sphere figures, especially after his death. This official fabrication is not merely, or necessarily, the outcome of a programmatic or intentional stance, bound to specific political circumstances. It should be related to processes of naturalisation of a particular relation of power reproduced not only by the inheritance and permanence of objective inequalities but also through the action of a system of hegemonic symbolic classifications produced by the elites on the popular classes[25]. The enunciation of what it means to be humble, simple or naive has its roots in the historical institutionalisation of power relations that had a specific unfolding within the colonial world and particularly in Mozambique's capital, Lourenço Marques.

24 As it was the case of the reporter from the TVI news channels, who said: "this is a ceremony that is not a ceremony for the people; there aren't as many fans as you'd expect" (TVI, Eusébio no Panteão, 2015).

25 Bourdieu, *Language,* 129-31.

A singular Portuguese citizen

While the official celebration of Eusébio in 2016 granted the Portuguese state a figure who was able to narrate its recent past, how, we may ask, does the life of this footballer serve as an illustration of the nation's memory? Eusébio embodied a portion of Portuguese twentieth-century history, namely the closing period of its empire, a troubled time for a nation that had built its nationalism by reclaiming the historical feats of colonial expansion, particularly since the end of the nineteenth century. In fact, Eusébio's biography had started to be shaped long before his death. Its initial moment can probably be traced back to the publication of his autobiography in 1966, written on the basis of a series of interviews with a journalist from Emissora Nacional (the state radio), Fernando F. Garcia[26]. In this book, translated and published across various European countries, a biographical model emerged to account for Eusébio's trajectory from his origins to stardom, a model that has since been replicated countless times, and more explicitly recuperated after he passed away.

During the period in which Eusébio became a vehicle for the dissemination and globalisation of the image and relevance of Portugal in the world, a role that was highlighted in the official document that sealed the transference of his body to the Pantheon, the Estado Novo government was attempting to hold on to an empire that was under threat on three fronts, in Angola, Mozambique and Guinea. As a fundamental justification for the continuation of its colonial world, Portugal argued for the existence of a historical and cultural unity, an integrated Lusophone space that was socially and racially harmonious, unlike the colonial territories of other European powers, which were then going through a process of decolonization[27].

When Eusébio arrived at the metropole in December 1960, black individuals made up a marginal number of the population of Lisbon. While, in the sixteenth century, imperial networks had brought a size-

26 Eusébio da Silva Ferreira, *My name is Eusébio* (London: Routledge, 1967).

27 Cláudia Castelo, *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)* (Porto: Afrontamento, 2001).

able contingent of African slaves to Lisbon, this flow had decreased and, in the nineteenth century, the black population in Lisbon was scarce, only to almost entirely disappear later[28]. This demographic shift did not, however, restrict the circulation of representations of African people. The exotic and scornful image that had been appended to Africans remained present in popular novels, light theatre, comedies and fairground shows. Often represented as a valet or servant, with bizarre accents and awkward turns of phrase, Africans were a constant target of sneer and mockery[29]. Well into the twentieth century, these representations of Africans in contemporary metropolitan Portugal persisted in literary works, images, newspapers, comic books, advertising campaigns and jokes[30]. They existed alongside, and in articulation with, popular images of the African continent, wherein Africans were depicted as wild, cannibals and exotic beings, to be exhibited in colonial exhibitions. The presentation of the African as a member of a civilization that was defined as inferior and backwards by the science of the time legitimised the civilising mission of Portuguese colonialism[31].

In the early decades of the twentieth century, the Portuguese system of *indigenato* (indigenous status) granted a specific form of citizenship to most colonised peoples, a model that officially ceased in 1961. Eusébio was an *indígena* until July 1959, when, having completed his third-year exam, he obtained the status of *assimilado* (assimilated)[32]. If the Estado Novo regime had contributed to the dissemination of a generalised paternalistic racism, attempting to couch itself in scientific discourse, the post-World War II international context, brought about by the beginning of the process of African decolonization, demanded a different rhetoric, to which the Lusotropicalist theory of the Brazilian sociologist Gilberto Freyre lent

28 Isabel Castro Henriques, *A Herança Africana em Portugal* (Lisbon: CTT, 2009).

29 José Ramos Tinhorão, *Os negros em Portugal. Uma presença silenciosa* (Lisbon: Caminho, 1988).

30 Henriques, *A Herança Africana.*

31 Frederico Ágoas, "Estado, universidade e ciências sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972), in *O Império Colonial em Questão,* ed. Miguel Bandeira Jerónimo,(Lisbon: Ed. 70, 2012), 317-48; Jerónimo, *The Civilising Mission.*

32 António Simões, *Eusébio. Como nunca o viu* (Lisbon: D. Quixote, 2015), 18.

a scientific weight[33]. The international defence of the Portuguese colonial project, from the 1951 constitutional change onwards, recast as an overseas project: that of a Portuguese society that had assimilated Africans, and folded these territories into the nation[34].

As it was presented to foreigners Eusébio's dazzling career offered an example of the integration of an African into Portuguese metropolitan society. Receiving ample media coverage, his military conscription in 1963 showed how this illustrious Mozambican man had joined the war effort, even though fighting in Mozambique only began in 1964 and Eusébio was never in the war zone. The athlete also took part in the campaigns in support of the Portuguese soldiers organised by the National Feminine Movement (Movimento Nacional Feminino)[35]. In December 1966, he would receive the Silver Medal of the Order of Prince Henry (Ordem do Infante D. Henrique) and was received, alongside the other national team players, by Salazar. During a brief conversation, the dictator allegedly said to Eusébio that he was a national treasure, which would have been the reason why his transference to a number of foreign clubs was blocked, against the player's will[36]. In various interviews, the footballer addresses this situation as well as the exchange of words he had had with Salazar, whom he addressed as 'godfather'. In a recent interview, Eusébio acknowledged his wish, at the time, to continue his professional football career abroad and spoke of his visit to Milan in 1966, to sign for Inter, a transfer that, according to Eusébio, was barred by Salazar personally[37].

33 Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire: Racialized Representations during Portuguese Colonialism* (New York: Berghan, 2013). See, among other works by Freyre: Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou* (Lisbon: Livros do Brasil, 1951); *Integração Portuguesa nos Trópicos* (Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, 1958); *O Luso e o Trópico* (Lisbon: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário do Infante D. Henrique, 1961). During the Portuguese Estado Novo some scholars, like the anthropologist Jorge Dias, consolidated this perspective through their works. See Jill Dias, "Elementos fundamentais da cultura portuguesa", in *Ensaios Etnológicos* (Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, 1950).

34 See Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno* (Lisbon, 1979); Malyn Newitt, *A History of Mozambique* (Bloomington: Indiana University Press, 1995).

35 Cardão, 'Um significante'.

36 Ana Santos, *Heróis desportivos: Estudo de caso sobre Eusébio: De corpo a ícone da Nação (*Lisbon: Instituto do Desporto de Portugal, 2004).

37 Eusébio da Silva Ferreira, 'Interview by P. Candeias and B. Roseiro', *Expresso, Revista Única*, November 12, 2011, 48.

Eusébio's autobiography, published in 1966, comes short of expressing the player's closeness to the Portuguese political regime. Eusébio's military conscription is explicitly mentioned, something that was deemed relevant in the context of the ongoing colonial war[38]. The most emphatically political moment in the book deals with an official reception to the national team in the wake of the 1966 World Cup, where players were awarded medals by Salazar ("spoke words of high esteem for us"[39]). At the time, Salazar's words must be interpreted within the frame of the international criticisms that targeted the country engagement in the African wars: "The World championship passes, but your effort and sportsmanship endure, making more speak of Portugal in the highest terms during those days when you were able to honour the Country"[40].

However, more than sweeping ideological statements, this narrative produces a descriptive apparatus that naturalises the history of a social and imperial structure. As a singular individual with an outstanding and unparalleled talent, Eusébio was presented as someone aligned with an everyday moral compass, embodied in a set of institutions that offered the appropriate social and labour frame: the school system, the church, the traditional family, the employer or company (in this case, his club), the national team, and the state. His story is also the history of these institutions, so present in the colonial endeavour, and of the legitimacy of its moralities. Between the 1966 autobiography and the exhibition in the Portuguese parliament in 2015 very little changed in the biographical account of Eusébio's formative period. Using the bounteous *memorabilia* provided by the Benfica museum, but also images from the various stages of his life, the exhibition appeared as a staging of Eusébio's 1966 autobiography, supplemented by the sporting achievements that followed. Very few biographical elements offered any kind of resistance to this official narrative[41].

38 Ferreira, *My name*, 83.

39 *Idem*, *ibidem*, 158.

40 *Idem*, *ibidem*, 159.

41 When Eusébio died, some commentators argued over the degree to which he was subject to

The naturalisation of colonial society

The exemplary life of Eusébio, as expressed in his autobiography, narrates a sporting and personal life and, more subtly, the social landscape in the colonial city of Lourenço Marques. This particular historiography reify a collective imaginary anchored on a chronology of salient moments that together produce a moral narrative.

Living in a precarious house in Mafalala, in the suburb of colonial Lourenço Marques, Eusébio was raised by his mother, Elisa Anissabeni. His father, Laurindo António da Silva Ferreira, a mestizo Angolan who worked in the railroad and died at the age of 37, is excluded from the biographical portrait. Described as a diligent student and a devout Catholic who gradually falls in love with football, young Eusébio stands out in neighbourhood matches, where he played for an informal group known as "the Brazilians". He later moved to the "downtown" matches, and played for Sporting de Lourenço Marques, and, finally, was transferred to Lisbon's Benfica. There is no mention in his autobiography that, only at age 16, did he cease to be *indígena.* The elision of his mother's surname contributed to this process of de-indigenisation.

Eusébio's autobiography describes the neighbourhood he grew up in as you would describe a tourist destination, expressed according to the structure of feeling of its European readership, who expected the exotic Africa that was so abundantly represented in the western popular culture[42]. It was simultaneously, however, a portrait of an integrated Africa that was, furthermore, modernized by the colonizer: "The native quarter, a Negro district, had a special life and colour that I have never forgotten and which I even now remember with nostalgia [...] "the district

political instrumentalisation during the Estado Novo, given Salazar had blocked his move to a major European club. In the various biographies of Eusébio published between then and now this fact is sometimes repeated and explained through a wider framework of labour exploitation pursued by the Portuguese state. See Malheiro, *Obrigado*; Afonso de Melo, *Viagem em redor do Planeta Eusébio* (Lisbon: Primebooks, 2004), Simões, *Eusébio.* Less common are references to Benfica's unfavourable treatment of Eusébio when his career was in decline, or later when he became an employee of the club, prior to gaining his place as the club's key symbol.

42 John M. Mackenzie, *Imperialism and Popular Culture* (Manchester: Manchester University Press, 1986).

of Xipamanini is a world full of movement, where there is everything, from cinema to trade" [...] "In all this coming and going we come across native women, picturesque in their robes, slender and elegant, carrying their children on their backs"[43]. What Eusébio, however, loved about his neighbourhood was, he says, the old indigenous street market, where "there was everything" for "a hurried multitude of African and Europeans[44] ("Our districts are like that", he concludes, "– colourful, lively, hectic).[45] Eusébio "was very attached" to his "neighbourhood and very seldom ventured outside these 'domains'"[46]. In one of his rare visits to downtown Lourenço Marques[47], he discovered a "city of pleasures and mysteries unknown": "Everything happened to me and astonished me: cafés, boulevards, people, many people, a new throng to which I was not accustomed. [...] men and women eating and drinking wonderful things that were even beautiful for the eye to see, and which I had never yet tasted"[48]. Reading the description, Eusébio sounds like a tourist in his own city, of which he knew nothing beyond the suburb in which he lived.

The representation of modern Portuguese cities in Africa, namely the "European" city centres – organised, safe, lively and white – had long been a concern of the organs of colonial propaganda[49]. Eusébio's story continued to reproduce this image, as is also shown in the well-known 1990 comic book *Eusébio. Pantera negra*, a resounding commercial success, the contents of which follow the 1966 autobiographical account: "It's 1942, the capital of Mozambique, Lourenço Marques, nowadays Maputo, is, at the time, a beautiful and developed city", the narrator tells us.[50]

43 Ferreira, *My name*, 6.

44 *Id., ibid.*

45 *Id., ibid.*

46 *Id., ibid.*, 7.

47 *Id., ibid.*, 8

48 *Id., ibid.*.

49 As shown in works like Oliveira Boléo's *Monografia de Moçambique* (Lisbon: Agência Geral do Ultramar: 1971); Alexandre Lobato, *Lourenço Marques, Xilunguíne: Biografia da cidade* (Lisbon: Agência Geral do Ultramar, 1970) or in the newsreels *Actualidades de Moçambique*, promoted by the propaganda state agency *Agência Geral do Ultramar* and showed in Mozambique's cinemas from 1956..

50 Eugénio Silva, *Eusébio. Pantera Negra* (Lisbon: Meribérica/liber 1990), 3.

In fact, Eusébio lived in the poor suburbs of Lourenço Marques, which had over 100,000 residents[51]. A large portion of this population was a labour force contingent reproduced at a low cost in an unsanitary environment[52]. This labour force, carefully identified by a system of urban surveillance, was mostly employed in domestic service, in docks and on the railways, public works, in the series of private companies as well as in informal commerce. In the suburban neighbourhoods, the individuals also built and struggled for the city, created religious, sporting and associative institutions, and sought ways to deal with a coercive and racist political system and its precarious economic situation, features of the specific brand of Portuguese apartheid in Lourenço Marques, as described early by Marvin Harris[53].

This miserable suburb, divided by and discriminated against by the racism of the colonial state, was absent from Eusébio's autobiography, or from the multiple reverberations of his trajectory until the present, which includes the exhibition at the Portuguese Parliament. Also absent from these accounts is the history of the institutionalisation of football in this Mozambican suburb, fostered by the clubs that were clustered in the Associação de Futebol Africana (African Football Association), founded in 1924[54]. Up until 1959, these clubs could not take part in the competitions of the other association in the city, the Associação de Futebol de Lourenço Marques (Lourenço Marques Football Association), which gathered the white settlers' clubs[55]. Because of his

51 On the history of Lourenço Marques during the twentieth century, see Lobato, *Lourenço Marques, Xilunguíne:* António Rita-Ferreira, "Os Africanos de Lourenço Marques", *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique* 9, série C (1967- 1968): 95-491; Penvenne, *African Workers:* Valdemir Donizetti Zamparoni, "Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890-c.1940" (PhD thesis., Faculdade Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998); Nuno Domingos, *Football and Colonialism.* On the centrally of labour migration in the south of Mozambique, including the urban space, see Patrick Harries, *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa*, c.1860-1910 (Portsmouth: Heinemann, 1993).

52 Penvenne, *African Workers.*

53 Marvin Harris, *Portugal's African "wards": A First-hand Report On labor and Education in Mozambique* (New York: American Committee on Africa, 1958).

54 Domingos, *Football.*

55 On similar situations of colonial discrimination in sport, see Phyllis Martin, *Leisure and society in colonial Brazzaville* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995); Laura J. Fair, *Pastimes and Politics: Culture, Community, and Identity in Post-Abolition Urban Zanzibar,*

talent, and benefitting from having attained the status of an assimilated, Eusébio broke through the racial barrier and began his professional trajectory in a context where metropolitan clubs had privileged access to the colonial market[56].

According to his exemplary narrative, Eusébio lived in a society that was pacified, ordered along the lines drawn by Portuguese culture. After his arrival in Lisbon, he once again expresses awe of the modern urban world, to which he was nevertheless able to adapt. As in the colonial space, his behaviour in the metropole remained exemplary, so the narrative goes, something that could be attested through his unwavering work ethic but also his stable family life. The player's marriage to the Mozambican Flora Bruheim, a young *mestizo* woman from Lourenço Marques, is offered as the *dénouement* to a teenage love that was, at first, unrequited. More than a personal mismatch, the initial barrier to their encounter was the class difference between Flora, who belonged to the *mestizo* elite, the great-granddaughter of a German, and the poor and uneducated Eusébio[57]. The lack of a compatible family tree, in the case of Eusébio, was ultimately compensated by the media and popular consecration of Benfica's star player.

In Lisbon, already married, the humble African from the Mafalala would behave privately in the way fitting the role of the "head of the family" (*pater familias*) in Salazar's Portugal[58]. Entitled to rights that were denied to women, the husband was the head of the family unit, which was, in theory, of a different mould from that associated with the African, indigenous and polygamous family life, from which Eusébio came from, and which the colonial regime deemed primitive and bar-

1890–1945 (Athens: Ohio University Press, 2001); Bea Vidacs, *Visions of a Better World: Football in the Cameroonian Social Imagination* (Berlin: LitVerlag, 2010).

56 On the labour trajectories of players from Portuguese colonies, see Todd Cleveland, *Following the Ball: he Migration of African Soccer Players across the Portuguese Colonial Empire, 1949–1975* (Athens: Ohio University Press, 2017).

57 On the class contradictions within this colonial elite, see Jeanne Marie Penvenne, "João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique", *The Journal of African History* 37, n.º 3 (1996): 419-64.

58 Anne Cova and António Costa Pinto, "Women and Salazarism", in *Political and Historical Encyclopedia of Women*, ed. Christine Fauré (New York: Routledge, 2003), 397-405.

baric. Newspapers and magazines at the time helped to crystallise the image of Eusébio as a "family man"[59]. Photographed at home with Flora, he lived in Linda-a-Velha, away from the city centre, "comfortably, but dispensing with luxuries" or extravagances. Bruheim looked after the domestic space and Eusébio was established as the devoted husband.

Eusébio's marriage to Flora Bruheim lasted until his death. The media then reproduced the familiar story of this quiet family man, even though former teammates and friends often talked about Eusébio as someone who enjoyed parties, who spent a significant amount of time in social gatherings rather than at home, and who was keen to enjoy the pleasures of life. As the national team coach Fernando Santos told a RTP reporter, in the context of the ceremony at the Pantheon, "he was also amazing off the pitch, around a lunch or dinner table"[60]. During this TV programme, with a degree of restraint and composure, journalists told similar stories of Eusébio's social life, typical of professional footballers who spent so much of their life away from the domestic sphere[61].

The historical construction of "the good boy"

Two years after the birth of Eusébio, the *Regulamento dos Serviçais Indígenas* [Regulation for Indigenous Servants] came into force[62]. This law was applicable mostly to 'native populations; that lived in colonial cities or their outskirts, as is the case with Lourenço Marques. According to its rationale, the *indígena*, a category that applied only to the African population, which was the overwhelming majority, was essentially defined as a servant. Their presence in the urban space depended on their labour activity. The vast majority of Africans in an urban

59 *Flama*, June 10, 1966.

60 RTP, Transladação de Eusébio para o Panteão Nacional, Radio Televisão Portuguesa, July 3, 2015.

61 Journalist José Manuel Freitas, on TVI, said that Eusébio enjoyed life's pleasures (TVI, Eusébio no Panteão, July 3, 2015) and the journalist David Borges, on the SIC programme, said that "Eusébio was not a saint, he was a man, with a man's weaknesses" but "in time he became aware of his institutional weight, as an ambassador for Portuguese football and, furthermore, an ambassador for the Portuguese state". SIC, Eusébio.

62 Law n.º 5565, 12/6/44 (revised in 1949, Law n.º 7798, 2/4/49).

context continued to be classified under the category of the *indígena*, even if the process of adaptation to the city had opened the way for these populations to gain habits and competences that did not fit easily into the legal description of the *indígena*, officially sanctioned by the Portuguese state. If the colonial government had established the possibility of an *indígena* to attain the status of 'civilised', through a process of 'assimilation' that rhetorically justified the colonial venture, the number of 'assimilated people' continued to be, up until the end of the indigenous statute in 1961, extraordinarily marginal when set against the whole of the population, namely in the colony of Mozambique[63].

In his work on the making of an African working class in Lourenço Marques, Jeanne Marie Penvenne makes reference to the figure of the "good boy" ("bom rapaz")[64]. This urban type embodied a specific model of behaviour that resulted from the labour and urban insertion of Africans in the colonial city. More than a racial, cultural, or ethnic category, the "good boy" was a social type defined by the individual's conformity to the rules of 'European civilization', and its Christian mould, but especially recognised through a particular work ethic, which translated into the figure of a compliant, pacified worker, who fully accepted established hierarchies. In Lourenço Marques this labour status was inseparable from skin colour. Furthermore, being a "good boy" was not a status that one could acquire for good, but rather one that needed to be established and reasserted each and every day by means of the right "theatrical" performance. The cunning dimension of this performance, carried out by suburban black youth that sought work in the city centre, had a clear strategic dimension, all the while expressing the uneven conditions underlying the everyday interactions within the terrain of the colonizers and their institutions. By adjusting themselves to the expectations of the employers and other authority figures, these Mozambican workers, coming from suburban neighbour-

63 In 1955 there were 4555 assimilated, 0,08% of the total population. David Hedges, *História de Moçambique, vol. 2. Moçambique no auge do Colonialismo, 1930-1961* (Maputo: Livraria Universitária de Maputo, 1999), 182.

64 Penvenne, *African Workers*, 126.

hoods such as Mafalala, Xipamanine and Chamanculo, chose to adopt a servile and pacified stance, which was more effective as a means of gaining employment, which of course was essential for their survival[65].

The performance of this role had then to be sustained during the whole period of employment. The servility of the "good boy", his humility and simplicity, somewhat akin to the model of the god-fearing Christian, allowed them to avoid the violence and humiliation imposed by state authorities and employers, who continuously invoked the African's laziness as a justification for punishment. Access to civilisation did not merely imply meeting a series of objective conditions, such as language proficiency, rejection of traditional customs, holding a job; it also forced African workers, and suburban residents, more generally, to become subaltern. While this role cut across a wide range of labour interactions and distinct urban encounters, it applies all the more clearly, a fortiori, to the context of a labour market characterised by the constant obsequious presence of the domestic servant[66]. The models of a paternalistic relation, reproducing the idea that Africans were akin to overgrown children, generated their own control apparatuses, namely through the threat of violence. The existing channels for social mobility demanded an air of respectability from the worker that was grounded on a latent and often manifest violence[67].

Eusébio's social mobility hinged on his talent but also, in equal measure, on him adopting an exemplary labour attitude, in the form of simplicity and humility. This celebrated image offered a contrast to the widespread image of the worker, incapable of handling the demands of the modern world, incapable of taking on responsibility, immature, childish, prone to drunkenness and bad company, which included the risk of politicisation. Historically, this model had in African indigenous people, a category considered culturally distinct from metropolitan

65 *Id., ibid.*

66 Based on data from 1960, Rita-Ferreira concluded that 56% of total wage employment was in the domestic service. António Rita-Ferrreira, "O emprego assalariado em Moçambique", *Indústria de Moçambique* 3, n.º 8, (August 1970): 281.

67 Penvenne, *African Workers.*

workers, its superlative example, its archetype[68]. The African's escape route from his primordial condition, which was categorised and defined as that of the *indígena*, implied their transformation into the 'respectable worker': such was the price to pay for integration into modern life. In Eusébio's autobiography there is a recurrent insistence on this respectability, obvious, for example, when he defends himself against criticism by his former coach, Béla Guttmann, who accused him of leading a loose, undisciplined life. Eusébio was keen to point out that his life was professional and domestic, despite the temptations he was subjected to[69].

When this process of assimilation, such as in the case of Eusébio, was mediated by an entertainment industry that could transform an anonymous person into a mass idol, the state, ill-prepared to handle the specificities of these new markets built on celebrity, had to search for an adequate response, regulating and co-opting the process, and, in exceptional cases, even granting them state honours.

The politics of the subordinate

In the Portuguese colonial context, the political repertoire that characterised the actions of the 'good boy' remained difficult to convert into any form of collective action. Unlike in other colonial contexts, the so-called "late colonialism" under the Estado Novo maintained the prohibition of political and trade union association beyond official legal frameworks[70]. The context of war led to an increase in surveillance and repression. The impossibility of organised political and labour representation, while not avoiding the political significance of self-subor-

68 See David Goodhew, *Respectability and Resistance: A History of Sophiatown* (Westport: Praeger, 2004).

69 Ferreira, *My name*, 125.

70 On the late colonial period in Mozambique, see also Jeanne Marie Penvenne, *Women, Migration & the Cashew* Economy in Southern Mozambique: 1945-1975 (Rochester, NY: James Currey, 2015) and Miguel Bandeira Jerónimo and António Costa Pinto, "A Modernizing Empire? Politics, Culture and Economy in Portuguese Late Colonialism", in *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*, eds. Miguel Bandeira Jerónimo and António Costa Pinto (Hampshire: Pallgrave, 2015).

dination strategies[71], limited the capacity for political intervention of these populations, who had never been called upon by the political establishment for any kind of participation, nor were they ever granted an active voice. Yet the distance created between the population and issues of a political nature was one of the dimensions of the social contract that defined the participation of the subaltern in colonial public space, something that in other colonial contexts had begun to change after the Second World War[72].

Despite the specificities of the Portuguese colonial situation, which made it especially violent and coercive, and where the racial question was a determining and established means of governance, this political impossibility also defined the political public space in the metropole. Historically limited to dominant groups, political participation was organised along clear dividing-lines, between the elites and the general population, which led to the systematic exclusion of subordinate groups from public and political engagement. The long established mistrust of the people's participation in public affairs, namely in terms of the right to vote, justified the existence of a non-universal suffrage – even during the Republican period, prior to Estado Novo – that excluded the poor, the uneducated, and women, and that reproduced a logic of the patron-client system[73]. The Estado Novo reinforced these tendencies. In the metropolitan context, the regime reified countless declensions of the "good boy", whether it be the "rural man" bound to a cultural community that was aestheticized and staged by state propaganda, thought to be obliging, hardworking and subservient, or "the good wife", under the thumb of the 'head of the family', the urban wholesome and compliant worker, integrated by the corporative system and entrepreneurial paternalism[74]. Within this longstanding framework, the colonized, the

71 James C. Scott, *Weapons of the Weak. Everyday forms or peasant resistance* (New Haven: Yale University Press, 1985).

72 Frederick Cooper, *Citizenship between Empire and Nation: Remaking France and French Africa, 1945-1960* (Princeton: Princeton University Press, 2014).

73 Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto and Nancy Bermeo, eds., *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000* (London/Portland: Frank Cass, 2003).

74 On the rural population, see Vera Maques Alves, *Arte Popular e Nação no Estado Novo:*

indigenous, the black, were the objects of a radicalised version of this paternalism.

In contrast with the subaltern condition, devoid of political rights, which had been naturalised within the Portuguese sphere, foreign academics and journalists sought to interpret Eusébio as a political, quasi-militant figure individual, in the mould of other notable black athletes throughout the twentieth century[75]. The Mozambican footballer, after all, was one the greatest black athletes in history, the best African player of all time, having come from a background marked by colonial inequality. The imperialist and racialist contours that shaped his trajectory made him an even more relevant figure, namely because sport had been converted into a means and field of struggle against racial discrimination and for anti-colonial movements[76].

Through the process of digging for a politicised angle to Eusébio's discourse, academics and journalists continued to receive evasive answers and the standard retreat into the world of football. "I am football", Eusébio defined himself in an interview[77]. Faced with the insistence of the interviewer, who considered Eusébio to be the most famous African in the world after Nelson Mandela[78], the Mozambican player replied: "I do not get mixed up in politics, I don't like politics, my only politics is football"[79]. The same evasive stance blocked the questions he was asked about the tumultuous 1970s, ones that addressed the colonial war, a subject he declined to comment upon[80]. In a more recent

A Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional (Lisbon: ICS, 2013). On the gender issue, see Inês Brasão, *Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo* (Lisbon: Deriva/Outro Modo, 2017).

75 Ben Carrington, *Race, Sport and Politics. The Sporting Black Diaspora* (London: Sage, 2010): William L. Vand Deburg, *African-American Heroes in their times, 1960-1980* (Chicago: University of Chicago Press, 1997), 84-126.

76 *Id., ibid.* See also Peter Alegi, *Laduma: Soccer, Politics and Society in South Africa* (Natal: University of *KwaZulu- Natal* Press, 2004); John Nauright, *Sport, Cultures and Identities in South Africa* (London: Leicester Universty Press, 1997), 124-56.

77 Gary Armstrong, "The Migration of the Black Panther: an interview with Eusébio of Mozambique and Portugal", in *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, eds. Gary Armstrong and Richard Giulianotti (Hampshire: Palgrave, 2004), 247-68.

78 *Id., ibid*, 253.

79 *Id., ibid*, 263.

80 *Id., ibid*, 261.

interview he once again rehearsed his position towards the world of politics: "My politics is a football at my feet! [...] My politics has always been and always will be football. That's where I can discuss with and talk to any politician in the world — when the ball's on my feet, I am in my element"[81]. He further added that the name for which he became known, "the black panther" ("a pantera negra"), given to him by the *Daily Express* journalist Desmond Hackett after a match between England and Portugal at Wembley, in 1961, had caused trouble for him, given its echo of the North American political movement, the "Black Panthers", which he had no wish to be associated with[82].

Despite his outstanding sporting career and the social mobility that came with, by keeping away from politics Eusébio was not simply giving voice to a personal view, Though it is true that the detachment from politics is common in his particular field of activity, in that usually football does not mix with politics, his attitude should be interpreted by considering other pervasive constraints. This stance took him back to where he came from, a landscape shared with the other inhabitants of colonial Mozambique, particularly the urban workers and servants of Lourenço Marques.

The arrival of a black man from Mozambique, with no formal education, an idol to his fans for his genius in a minor art, was anchored on services rendered to the nation, performed in the contentious context of the end of an empire, but also to the persistence of the qualities that historically defined the condition of the subaltern, particularly the imperial subaltern. Hence, Eusébio's humility and simplicity, qualities that could be worthy of praise in a number of circumstances, and evoked on the occasion of the death of a noteworthy citizen, the fitting moment for hyperbolic praise, should, however, be interpreted within the frame of wider processes of social classification and categorisation. The use of these classifications reveals how this operates as an interpretive instrument of political culture and of power relations that

81 Ferreira, 'Interview', 43.
82 Simões, *Eusébio*, 41

are embodied in institutions but which survive in habits, bodies, and representations. Put another way, in the face of Eusébio's silence and the lack of any historical counterpoint to his exemplary narrative, the power to represent the subordinate and to speak of, and in the name of, the subordinate, even when he or she is exceptional, survives in those who have enough power to generate a representation of a football player that also operates as a representation of Portugal, its empire and particularly of Mozambique's history.

Conclusion

Named a hero of the people, Eusébio was placed in the Portuguese Pantheon for his popularity in an activity that was widely appreciated, but also because he was "a man of the people" who had, according to his biographical narrative, exemplary behaviour, who was simple, humble, and genuine, who did not forget where he came from, and where he should not tread. Yet, on the football pitch, to the unhappiness of his rivals, Eusébio proved ruthless, intransigent and talented, qualities that would end up defining the relation between fans and his art, though mediated by mass media.

The co-optation of his life by official discourse on Portuguese national memory left Mozambique out of the commemorations. This was in spite of the circumstances in which Eusébio's career unfolded, closely intertwined with the country's recent history and the recurrent reference, by Portuguese authorities, to his role in the creation of the very idea of Lusophony. However, by managing and circumscribing the terms in which Eusébio's history was told, the Portuguese state also controlled a period of Mozambican history in which it was its imperial ruler. The acclamation of Eusébio as a monument to Portuguese history was also a means of narrating colonial history in order to tailor it to contemporary Portuguese nationalism. The official story of Eusébio fits well with a narrative about Portugal's colonial history whose causalities are explained through cultural values: the Mozambican player sacrificed himself to honour Portugal and his club, even when, in fact,

he wished to pursue his professional career, for a higher wage, in foreign clubs[83].

Somewhat perversely, this official narrative feeds on an economy of affections – of happiness, fulfilment, disappointment and resentment – offered by football, the key reason for its scale, as a screen where aspiration, imaginations and desires for social participation of those who have no voice in the account of Eusébio's story, including himself, are projected. More than forty years after the revolution of 25 April 1974, which put an end to the Estado Novo regime and paved the way for the end of the Portuguese empire in Africa, Eusébio's story continues to narrate the history of empire and Portugal's place in the world along lines that are, in many ways, similar to the representation generated in the 1960s. The conversion of football's economy of happiness into a nationalist capital reified the condition of the subordinate, even when he is a notable figure, and once again elided the aspirations, desires and the logic of practices of football fans. Simultaneously this narrative device becomes a means to re-narrate, through an exceptional biography, the history of Mozambique under Portuguese rule.

83 At a particular scale, this rationale replied the debate about the economic nature of the Portuguese colonial venture. Much in accordance to the Portuguese diplomacy R. J. Hammond supported the argument about the weakness of the economic factors in the Portuguese colonial experience. Years later Gervase Clarence-Smith sustained that those factors were very much present and were central to understand the Portuguese third empire. See Richard James Hammond, *Portugal and Africa, 1815–1910: A Study in Uneconomic Imperialism* (Stanford: Standford University Press, 1966) and Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire (1825-1975): a study in economic imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985).

References

Ágoas, Frederico. "Estado, universidade e ciências sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972)". In *O Império Colonial em Questão,* edited by Miguel Bandeira Jerónimo. 317-48. Lisbon: Ed. 70, 2012.

Alegi, Peter. *Laduma: Soccer, Politics and Society in South Africa*. Natal: University of KwaZulu-Natal Press, 2004.

Alexandre, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno*. Lisbon: Sá da Costa, 1979.

Almeida, Pedro Tavares, António Costa Pinto, and Nancy Bermeo, eds. *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*. London/Portland: Frank Cass, 2003.

Alves, Vera Marques. *Arte Popular e Nação no Estado Novo: A Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*. Lisbon: ICS, 2013.

Armstrong, Gary. "The Migration of the Black Panther: an interview with Eusébio of Mozambique and Portugal". In *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, edited by Gary Armstrong and Rirchard Giulianotti, 247-68. Hampshire: Palgrave, 2004.

Bethencourt, Francisco, and Diogo Ramada Curto, eds. *A Memória da Nação.* Lisbon: Livraria Sá da Costa, 1991.

Billig, Michael. *Banal Nationalism*. London: Sage, 1995.

Boléo, Oliveira. *Monografia de Moçambique.* Lisbon: Agência Geral do Ultramar, 1971.

Bourdieu, Pierre. *Language and symbolic power*. Cambridge: Polity Press, 1991.

Brasão, Inês. *Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo*. Lisbon: Deriva/Outro Modo, 2017.

Cahen, Michel. "L'État Nouveau et la Diversification Religieuse au Mozambique, 1930–1974. I. Le Résistible Essor de la Portugalisation Catholique (1930–1961)". *Cahiers d'Études Africaines* 40, n.º 2 (2000).

Cardão, Marcos. "Um significante instrumental. Eusébio e a banalização do lusotropicalismo na década de 1960". In *Esporte, Cultura, Nação, Estado. Brasil e Portugal*, edited by Victor Andrade De Melo, Fabio de Faria Peres and Maurício Drumond, 172-88. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

Carrington, Ben. *Race, Sport and Politics. The Sporting Black Diaspora*. London: Sage 2010.

Castelo, Cláudia. *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 2001.

Catroga, Fernando. *A Geografia dos Afectos Pátrios. As Reformas Político-Administrativas (séculos XIX-XX*). Coimbra: Edições Almedina, 2014.

Clarence-Smith, Gervase. *The Third Portuguese Empire (1825-1975): a study in economic imperialism.* Manchester: Manchester University Press, 1985.

Cleveland, Todd. *Following the Ball: The Migration of African Soccer Players across the Portuguese Colonial Empire, 1949*–1975. Athens: Ohio University Press, 2017.

Cooper, Frederick. *Citizenship between Empire and Nation: Remaking France and French Africa, 1945-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

Cova, Anne, and António Costa Pinto, "Women and Salazarism". In *Political and Historical Encyclopedia of Women*, edited by Christine Fauré, 397-405. New York: Routledge, 2003.

Deburg, William L. Vand. *African-American Heroes in their times, 1960-1980*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

Dias, Jill. "Elementos fundamentais da cultura portuguesa". In *Ensaios Etnológicos*. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, 1950.

Domingos, Nuno. *Football and Colonialism. Body and Popular Culture in Urban Mozambique*. Athens: Ohio University Press, 2017.

Dunning, Éric. "The Figurational Dynamics of Modern Sport", *Sportwissenschaft* 9, n.º 4 (1979): 358–59.

Edinsor, Tim. *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*. Oxford: Berg, 2002.

Elias, Norbert, and Éric Dunning, ed. *The quest for excitement: sport and leisure in the civilizing* process. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

Eriksen, Thomas Hylland. "Formal and informal nationalism". *Ethnic and Racial Studies* 16 (1993): 1-25.

Fair, Laura. P*astimes and Politics: Culture, Community, and Identity in Post-Abolition Urban Zanzibar, 1890–1945*. Athens: Ohio University Press, 2001.

Ferreira, Eusébio da Silva. *My name is Eusébio.* London: Routledge, 1967.

Ferreira, Eusébio da Silva. "Interview by P. Candeias and B. Roseiro", *Expresso, Revista Única*, November 12, 2011, 48.

Flama, June 10, 1966.

Freyre, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Lisbon: Livros do Brasil, 1951.

Freyre, Gilberto. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

Freyre, Gilberto. *O Luso e o Trópico.* Lisbon: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário do Infante D. Henrique, 1961.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Portugal: a Emergência de Uma Nação.* Lisbon: Colibri, 2004.

Goodhew, David. *Respectability and Resistance: A History of Sophiatown*. Westport: Praeger, 2004.

Hammond, Richard James. *Portugal and Africa, 1815–1910: A Study in Uneconomic Imperialism.* Stanford: Standford University Press, 1966.

Harries, Patrick. *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, c.1860-1910*. Portsmouth: Heinemann, 1993.

Harris, Marvin. *Portugal's African "wards": A First-hand Report on Labor and Education in Mozambique.* New York: American Committee on Africa, 1958.

Hedges, David. *História de Moçambique, vol. 2. Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961.* Maputo: Livraria Universitária de Maputo, 1999.

Henriques, Isabel Castro. *A Herança Africana em Portugal*. Lisbon: CTT, 2009.

Herzfeld, Michael. *Cultural Intimacy, Social Poetics in the Nation-State*. New York: Routledge, 1997.

Hutchinson, Roger. *Empire Games: The British Invention of Twentieth-Century Sport*. Edinburgh: Mainstream Publishing, 1996.

Jerónimo, Miguel Bandeira, and António Costa Pinto. "A Modernizing Empire? Politics, Culture and Economy in Portuguese Late Colonialism". In *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*, edited by Miguel Bandeira Jerónimo and António Costa Pinto. Hampshire: Pallgrave, 2015.

Jerónimo, *Miguel Bandeira. The 'Civilising Mission' of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. London: Palgrave, 2015.

Law n.º 5565, 12/6/44 (revised in 1949, Law n.º 7798, 2/4/49).

Leal, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisbon: Publicações Dom Quixote, 2000.

Lobato, Alexandre. *Lourenço Marques, Xilunguíne: Biografia da cidade.* Lisbon: Agência Geral do Ultramar, 1970.

Lofgren, Orvar. "The Nationalization of Culture". *Ethnologia* XlX (1989): 5-23.

Mackenzie, John M. *Imperialism and Popular Culture.* Manchester: Manchester University Press, 1986.

Malheiro, João. *Obrigado Eusébio.* Lisbon: Estar Editora, 2000.

Melo, Afonso de. *Viagem em redor do Planeta Eusébio.* Lisbon: Primebooks, 2004.

Mangan James Anthony, ed. *The Cultural Bond: Sport, Empire, Society.* London: Frank Cass, 1992.

Martin, Phyllis. *Leisure and society in colonial Brazzaville.* Cambridge: Cambridge University Press 1995.

Matos, Patrícia Ferraz. *The Colours of the Empire: Racialized Representations during Portuguese Colonialism.* New York: Berghan, 2013.

Matos, Sérgio Campos. *Consciência Histórica e Nacionalismo – Portugal, séculos XIX e XX.* Lisbon: Livros Horizonte, 2008.

Mattoso, José. *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal*, 2 vol.. Lisbon: Editorial Estampa, 1985.

Morier-Genoud, **Éric**. "The Vatican vs. Lisbon. The Relaunching of the Catholic Church in Mozambique, ca.1875–1940". *Basler Afrika Bibliographien Working Papers.* Basel: Basler Afrika Bibliographien, 2002.

Nauright, John. *Sport, Cultures and Identities in South Africa* (London: Leicester Universty Press, 1997).

Neves, José. *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX.* Lisbon: Tinta-da-china, 2008.

Newitt, Malyn. *A History of Mozambique.* Bloomington: Indiana University Press, 1995.

Penvenne, Jeanne Marie. "João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique". *The Journal of African History* 37, n.º 3 (1996): 419-64.

Penvenne, Jeanne Marie. *African Workers and colonial racism. Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962.* London: James Currey, 1995.

Penvenne, Jeanne Marie. *Women, Migration & the* Cashew Economy in Southern Mozambique: 1945-1975. Rochester, NY: James Currey, 2015.

Rita-Ferreira, António. "Os Africanos de Lourenço Marques". *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique* 9, série C (1967-1968): 95-491.

Rita-Ferrreira, António. "O emprego assalariado em Moçambique". *Indústria de Moçambique* 3, n.º 8, (August 1970); 279-84.

Santos, Ana. *Heróis desportivos: Estudo de caso sobre Eusébio: De corpo a ícone da Nação.* Lisbon: Instituto do Desporto de Portugal, 2004.

Santos, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade.* Porto: Edições Afrontamento, 1994.

Schultz, Jennifer, and Ronald L. Breiger. "The strength of weak culture". *Poetics 38*, n.º 6 (2010): 610-24.

Scott, James C. *Weapons of the Weak. Everyday forms or peasant resistance.* New Haven: Yale University Press, 1985.

Sheldon, Kathleen. "'I Studied with the Nuns, Learning to Make Blouses': Gender Ideology and Colonial Education in Mozambique". *The International Journal of African Historical Studies* 31, n.º 3 (1998): 595-625.

Silva, Eugénio *Eusébio. Pantera Negra.* Lisbon: Meribérica/Liber, 1990.

Simões, António. *Eusébio. Como Nunca o Viu* (Lisbon: D. Quixote, 2015), 18.

Sobral, José Manuel, and Jorge Vala, eds. *Identidade Nacional, inclusão e exclusão social*. Lisbon: ICS, 2010.

Sobral, José Manuel. *Portugal, Portugueses: uma identidade nacional*. Lisbon: FFMS 2014.

Sousa, J. A. Alves. *500 Anos de Evangelização em Moçambique*. Maputo/Braga: Paulinas, 1998.

Stoddart, Brian. "Sport, Cultural Imperialism, and Colonial Response in the British Empire", *Comparative Studies in Society and History* 30, n.º 4 (October 1988): 649–73.

Tinhorão, José Ramos. *Os Negros em Portugal. Uma presença silenciosa*. Lisbon: Caminho, 1988.

Trindade, Luís. *O Estranho Caso do Nacionalismo Português*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

Vidacs, Bea. *Visions of a Better World: Football in the Cameroonian Social Imagination*. Berlin: LitVerlag, 2010.

Zamparoni, Valdemir Donizetti. "Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890–c.1940". PhD thesis, Faculdade Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

Referência para citação:

Domingos, Nuno. "The death of a football player. Eusébio and the struggle for Portuguese History." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 163-197.

"Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimentos Portugueses, ciclo 1997-2000"

António Manuel Hespanha*

Comemorações e história crítica

O que escrevo neste testemunho não tem grande novidade: decorre da revisitação de uma experiência de há vinte anos, quando fui responsável pela Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (vulgo Comissão dos Descobrimentos).

Historiador, professor e investigador, com compromissos intelectuais conhecidos com uma conceção crítica da história, foi convidado, sem o esperar, para dirigir esta Comissão. A questão que hoje anima o debate cultural e político apresentou-se-me, então, também como uma questão de coerência pessoal. Eu tinha a noção de que aquele organismo era um elemento da política cultural – e, até certo ponto, da diplomacia – dos governos, tanto do governo socialista que me nomeou, como do anterior, um governo social-democrata liberal.

Dava para perceber que as respetivas leituras que os governos faziam dos "descobrimentos" eram diferentes. A política anterior, encarnada por um intelectual de imagem vincada – Vasco de Graça Moura – tendia para uma versão mais "heroica" e "sacralizadora" da história portuguesa, adotando pontos de vista próximos do luso-tropicalismo, aconchegados na expressão ambígua de "encontro de culturas". Não se caía na propaganda nacionalista dos anos de 1940, mas subentendiam-se os aspetos menos amáveis, realçando antes a empresa técnica e cien-

* Este testemunho foi enviado pelo historiador António Manuel Hespanha à *Práticas da História* aquando da sua participação no seminário "Descobrimentos: Política, Memória, Historiografia", organizado pela revista em 21 de Junho de 2018.

tífica, a aventura da viagem, os esplendores da cultura, tudo envolvido numa linguagem universalista ao gosto destes tempos inaugurais da "epopeia da globalização". Os socialistas insinuavam uma leitura diferente. Desejavam uma narrativa histórica mais "moderna", que valorizasse mais a inovação, a aurora da modernidade, o cosmopolitismo, o diálogo intercultural, de acordo com o modelo que, em Espanha, tinha orientado os seus correligionários nas grandes celebrações do "Quinto Centenário", uma fórmula ridiculamente amputada que etiquetou mais uma fase de celebração da "*hispanidad*" latino-americana.

Percebi que, aceitando o cargo, eu escolhia um espaço estreito de manobra, entre o compromisso com uma história desmistificadora, fiel às fontes, cultivando a pluralidade de leituras e o relativismo dos olhares, e uma encomenda de reforçar os cimentos de identificação da comunidade e de enriquecer as relações de Portugal com o mundo contemporâneo. O esforço para combinar as duas coisas passou a ser a linha de força do programa de comemorações para esses três anos.

Isso ficou claro logo no programa oficial do ciclo de 1997 a 2000, em que o foco estava na expansão para Oriente, nomeadamente para a Índia, um cenário carregado das memórias que tinham suportado o principal da ideia de "gesta dos descobrimentos e das conquistas", mas também cheio de histórias de confrontos violentos com os nativos. E, para mais, tentando dialogar com um universo de interlocutores que tinham inventado e desenvolvido o tópico historiográfico dos "subaltern and postcolonial studies".

O espírito das Comemorações (1997-2000)

Os primeiros textos programáticos da Comissão procuraram esclarecer desde logo o espírito que guiava as comemorações neste novo ciclo. Logo no "Programa Estratégico"[1] da Comissão, editado poucas semanas depois de a nova equipa ter tomado posse, podia-se ler:

1 "Programa estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses", in António Manuel Hespanha, coord., *Há 500 anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1996-1998* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999), 93-94.

> "A própria expressão "descobrimentos" comporta um evidente enviesamento eurocêntrico. Porque, sendo descobridores, os portugueses (os europeus) foram também descobertos. O seu olhar sobre os outros não deve obliterar a forma como os outros nos olharam ou como eles se olhavam a si mesmos. A compreensão histórica do momento que comemoramos não deve ser amputada de qualquer das perspectivas deste confronto intercultural, até porque a acção dos portugueses – os seus projectos, as suas estratégias, as suas avaliações, os seus resultados – teve também em conta tanto as imagens por eles suscitadas nos outros como as imagens que os outros tinham de si mesmos. As comemorações devem ser, portanto, a ocasião de restaurar esse complexo jogo de imagens e de reverberações provocado pela interacção de várias culturas, por vezes radicalmente diferentes."

Pouco depois desse, o texto de que se extraíram os parágrafos seguintes[2] é um dos primeiros a caraterizar o objetivo central das comemorações.

> "Desde 1986 que se vêm desenrolando as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, cujo programa culminará no fim do milénio.
>
> A comemoração dos descobrimentos tem a ver com o nosso passado, mas não se esgota num mero reviver do passado. Esta evocação surge agora – como já surgiu há cem anos – sob a pressão de preocupações e anseios colectivos quanto ao nosso presente e quanto ao nosso futuro.
>
> Para uns, mais saudosistas, a memória dos descobrimentos é, possivelmente, a compensação de uma grandeza

2 António Manuel Hespanha, "Com que espírito se comemoram os descobrimentos portugueses", publicado no jornal espanhol *ABC*, 1997.

nacional que julgam perdida. Para outros, mais optimistas, é, porventura, uma fonte de inspiração para um futuro mais dinâmico, ousado e aberto ao mundo. Para outros, finalmente, é simplesmente uma das formas de disseminar mais saber sobre Portugal e, como isto, de o tornar mais inteligível, para os portugueses e para os outros.

O programa oficial das comemorações dos descobrimentos deve ter em conta, sobretudo, este último objectivo. Promover saber verdadeiro e rigoroso sobre o mundo dos Descobrimentos Portugueses e divulgar este saber, com eficácia e serenidade, no nosso mundo de hoje.

Um saber verdadeiro e rigoroso é sempre – tal como a realidade o é – um saber complexo e susceptível de muitas leituras. A expansão portuguesa inaugurou uma multifacetada rede de dares e de tomares, passível de avaliações contraditórias. Nem todos ganharam, nem todos perderam, com o novo mundo que os portugueses ajudaram a criar. E mesmo hoje, nem todos – em Portugal, na Europa ou nesse mundo por nós tocado – estão de acordo sobre o balanço que deve ser feito, na perspectiva da história do mundo, da nossa aventura de há 500 anos. A única forma de esclarecer esta questão é enriquecer continuamente as perspectivas – diferentes, antagónicas – sobre ela, mostrando todas as suas facetas e evitando juízos unilaterais ou simplistas.

Este conhecimento rigoroso e justo dos descobrimentos constitui a melhor base de entendimento e relacionamento futuro com essa enorme comunidade mundial que, por causa dos nossos descobrimentos e navegações do passado, tem algo a ver, ainda hoje, com Portugal. Desde logo, a comunidade da lusofonia, nela incluindo o mundo dos países de língua oficial portuguesa, bem como as outras comunidades de língua portuguesa espalhadas pelo mundo, desde as Antilhas e a Califórnia a Malaca e a Timor. Mas também as áreas em que deixámos memórias, monumentos, formas de

cozinhar, cantigas... Ou as áreas que nos marcaram a nós, nas artes, na língua, na economia.

A grande utilidade destas comemorações é, porventura, esta de pôr de novo em relação Portugal e este mundo. Reconhecer laços antigos e quase esquecidos, esclarecer mal-entendidos da história, assumir responsabilidades pelo bom e pelo mau, inventariar patrimónios comuns, empreender a sua valorização na perspectiva do presente e do futuro e criar novos laços e relações que o tenham em conta. Neste sentido, a comemoração dos Descobrimentos Portugueses pode ser entendida como uma peça valiosa de uma diplomacia inteligente e aberta.

Para isso, é essencial que as comemorações não tenham um tom exclusivista.

É essencial que sejam ecuménicas, que procurem envolver todos, com escrupuloso respeito da especificidade dos vários pontos de vista. De facto, os contactos que abrimos com outros povos foram aventuras a dois, passíveis de leituras cruzadas ou mesmo conflictivas. A riqueza da nossa história reside precisamente nisso, nas contínuas interpelações que fizemos ao mundo e nas reacções que elas suscitaram.

Mas é também essencial que se libertem de qualquer tom passadista. Ou seja, é também essencial que se projectem sobre o presente e sobre o futuro, como um convite a repetir a aventura de então, a ousar ousar de novo. A recriar, nos tempos de hoje, a atitude de curiosidade que leva à descoberta e à inovação técnica e científica. A restabelecer um espírito de saudável auto-confiança nas possibilidades próprias.

O passado histórico de Portugal, com os legados vivenciais e culturais que ele criou, com a habituação à diferença que ele acabou por desenvolver, constitui um enorme capital ao serviço, não apenas da compreensão ecuménica entre

os povos, mas ainda da projecção da imagem de Portugal no mundo. Por isso é que as comemorações das viagens e contactos culturais dos portugueses têm que continuar a prolongar, a vários níveis, essa experiência do encontro e que continuar a suscitar o interesse por Portugal nos grandes centros de criação da cultura contemporânea."

A ética das comemorações

Um ano depois, na sessão solene de comemoração da partida de Vasco da Gama na sua primeira viagem, isso mesmo foi claramente reafirmado. A data era crucial e o lugar – a Sociedade de Geografia de Lisboa, uma instituição com um viés tradicional e um passado de celebrações nacionalistas da Expansão – também não podia ser mais emblemático para afirmar o novo rumo das comemorações.

"O temário das comemorações de Vasco da Gama, tal como tem sido por nós proposto, tem gerado alguma (pelo menos) perplexidade. A insistência no "olhar dos outros", a recusa do etnocentrismo, o descentramento da gesta portuguesa não tem caído bem a todos. A propósito do destaque que demos ao "olhar do outro", não faltará quem ponha a questão: porque é que nos havemos de ocupar da Índia e das suas culturas[3] quando o que se comemora em Portugal este ano é a chegada dos portugueses à Índia?

Já tenho vestido o meu guarda-pó de historiador e explicado que este olhar contextual é a condição para fazer boa história. E que, por sua vez, as comemorações só serão boas se se apoiarem nessa tal boa história. Embora eu ache que este argumento é bastante bom, creio, no entanto, que há quem pense que pode haver boas comemorações apenas

3 Alude-se aqui à grande exposição com que se abria o programa comemorativo da Índia, "As culturas do Índico", comissariada pela antropóloga Rosa Maria Pérez, no Museu Nacional de Arte Antiga, em 1998.

baseadas numa história assim-assim ou mesmo sem qualquer base histórica. Como admito até que alguns pensem que a história boa é a história à portuguesa.

Uns e outros, achando fraca a desculpa, tenderão a pensar que se adoptamos uma atitude táctica, filiada na actual preocupação pela correcção política e reforçada por más consciências ideológicas de cepa internacionalista e terceiro-mundista.

Vou hoje tentar pôr a questão na sua incómoda, presunçosa, mas verdadeira sede que é, afinal, a sede da moral das relações entre os povos e as culturas.

Colocar a questão neste nível implica, desde logo, excluir o calculismo político que consistiria em alinhar a estratégia das comemorações por objectivos meramente tácticos, como "não incomodar os indianos", "piscar o olho aos africanos", "ser simpático para com os ameríndios". Se, com princípios correctos, se conseguir isto, tanto melhor. Mas, a comandar a táctica tem que estar algum princípio moral relativo ao relacionamento entre nós e os outros. Que, se for justo, contribuirá mais para o bom entendimento do que mil boquinhas e chilreios bem-intencionados.

Não gosto nada de falar de moral, até porque raramente sei explicar bem a que melhor sinto. Mas procurarei, em dois ou três parágrafos, explicar porque é que, do ponto de vista moral, temos, nós os portugueses, que nos esforçar muito em reconstruir uma imagem, na Europa, uma imagem não deformada do Outro.

Fomos nós, há cerca de 500 anos, que mais contribuímos para modelar aqui a imagem do Oriente. Comerciantes, missionários, viajantes, capitães, homens de letras e homens de ciência, oriundos de Portugal ou levados pelos portugueses, descreveram o Oriente. Como sempre acontece, essa descrição foi unilateral. Foi-o pelo enviesamento

próprio de quem vem e vê de fora. Mas foi-o também pelo carácter auto-apologético, "imperial" e "de cruzada" que caracterizou, fundamentalmente, a expansão portuguesa. Não falamos muitas vezes disso. Ou falamos menos disso do que de um alegado natural ecumenismo lusitano. O silêncio até se compreende, em termos dos chamados "respeitos humanos". Também não temos, nós os portugueses de hoje, que pedir desculpas a ninguém pelo que se foi passando, desde há quinhentos anos, nas relações entre nós e os outros.

Mas temos hoje o dever – que se cumpre com actos e não com piedosas, anacrónicas e inúteis desculpas – de tentar revelar o Oriente inabsorvível, incompreensível, indomável, radical e escandalosamente outro que os nossos cronistas não descreveram, que os nossos santos não catequizaram, que os nossos heróis não conquistaram, que os nossos reis não governaram, que os nossos mercadores nunca compraram, que os nossos sábios não entenderam, que os nosso salões não albergaram e que, finalmente, os nossos antropólogos exotizaram. Mas no qual alguns portugueses por amores vários se perderam, pelo qual alguns outros traíram ou apostasiaram e que talvez apenas alguns poucos dos nossos poetas tenham cantado ou, indizíveis as palavras, tenham calado.

Afastada a festa, deixada a história em paz, este é o grande desafio moral que se nos coloca. Saber se temos hoje a vontade e a força para corrigir aquilo que os nossos antepassados, com vontade e força, foram enviesando durante quinhentos anos.

A relação com o outro – no plano individual ou colectivo – é uma interminável dívida de abertura e de compreensão. Se não a pagarmos até ao fim, não seremos os únicos devedores insolventes. Mas devemos, pelo menos, estar dispostos a fazer, neste momento simbólico, uma primeira entrada."[4]

4 Antonio Manuel Hespanha, "Editorial", *Oceanos*, Número especial *Culturas do Índico*, 34 (abril-junho 1998): 7.

Este era um texto que colocava a verdadeira questão forte, a da ética da comemoração – a que é que o ato de lembrar a expansão portuguesa nos obrigava ética e civicamente? E a resposta era forte – a desenviesar aquilo que tínhamos contribuído para enviesar. Nada mais, mas também nada menos. Se se somar a isto o facto de um dos dois palestrantes de honra da sessão ter sido Sanjay Subrahmanyam, o autor de uma desmistificadora biografia de Vasco da Gama[5] (que a mal informada e preconceituosa imprensa portuguesa classificava de ultrajante), logo se compreenderá a reação de indignação de alguns círculos.[6] Talvez a mais significativa tenha sido uma "Carta dos 98", assinada por igual número de "personalidades culturais", da extrema-direita à extrema-esquerda, e publicada na imprensa na primavera de 1998. Aí se acusava a Comissão de ter vergonha da história pátria, de desconhecer ou trivializar os feitos dos portugueses e, de caminho, de estar mais voltada para a comemoração da morte de Filipe I do que para a exaltação dos heróis patriotas. O interessante deste documento é a sua abrangência, que desmente que o nacionalismo apenas se abriga à direita. Como escrevi em 1998,

> "As elites portuguesas a partir da "geração de 70", preocupadas com a alegada "decadência" nacional, aplicaram ao país uma terapêutica comemorativa de vários gostos e feitios, que compreendeu os centenários de Camões, do Marquês de Pombal, de Santo António e da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. Hoje, não falta quem integre as comemorações dos descobrimentos numa estratégia de recuperação da auto-estima, ferida pelo fracasso colonial e por um alegado internacionalismo e deterioração dos

5 Sanjay Subrahmanyam, *The Career and Legend of Vasco da Gama* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997), traduzido para português no ano seguinte, ver Sanjay Subrahmanyam, *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*, pref. Luís Filipe Tomás, trad. Pedro Catalão (Lisboa: CDCDP, 1998).

6 Para os textos da polémica em torno das comemorações do ciclo da Índia, ver António Manuel Hespanha, coord., *Há 500 anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1996-1998* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999). (N. da E.)

> "valores nacionais" consequentes ao 25 de Abril. Aparentemente, não são apenas aqueles que definiam Portugal como uma nação essencialmente pluri-continental e pluri-racial, do Minho a Timor, que acham que a consciência nacional ficou afectada pela perda das colónias e que, por isso, precisa de ser retemperada, ou com a memória das grandezas passadas, ou com a celebração do ecumenismo português, por vezes definido numa versão muito próxima do luso-tropicalismo dos anos 50. Como se, perdidas as colónias reais, permanecessem colónias virtuais, alojadas numa irredente "portugalidade", de que seriam traços característicos a comunidade da língua, a partilha harmónica da cultura, a tolerância racial e o enraizamento numa história comum."[7]

E, com isto, acabam por alinhar numa história de celebração acrítica mais uma série de setores do espetro político-ideológico, incluindo pessoas que se situam à esquerda e que leem este luso-tropicalismo reacondicionado como sinónimo de um humanismo cosmopolita.

A ideologia implícita das comemorações

Era sobretudo a estas novas modalidades de história nacionalista que se dirigia um texto de 1998 no qual se sondava a ideologia implícita dos últimos ciclos europeus de comemorações.

> "A referência aos valores subjacentes às comemorações não é inútil. Porque as comemorações também têm uma função muito importante de formação cívica, na medida em que propõem leituras da "identidade", dos "valores nacionais", da "essência nacional", do "destino colectivo". A França, por exemplo, organizou as comemorações de 1989 em torno da ideia de "mãe da democracia ocidental", propon-

7 António Manuel Hespanha, "Comemorações e formação cívica", *Há 500 anos...*, 17.

do-se – nessa conjuntura de despique com a cultura política americana e de confronto com o modelo político soviético – como precursora e modelo da cultura política do Ocidente. A Espanha, por sua vez – numa conjuntura interna de redesenho democrático da identidade espanhola e de recomposição da sua política externa, na Europa e na América –, propôs-se como "grande e tradicional potência europeia" (o que continua a fazer com as comemorações de Filipe II)[8] e, para o mundo americano, como berço da "hispanidade" comum, embora introduzindo a nota do "encontro de culturas", com que se distanciava do conceito franquista e castiço de "hispanidade" e pretendia acolher (com pouco êxito, diga-se de passagem) as correntes indigenistas dos vários países latino-americanos.

Em Portugal, os valores ligados à comemoração dos descobrimentos evoluíram nestes últimos cinquenta anos. Em 1940, tratava-se ainda da celebração do Império Colonial como produto das "virtudes da Raça" e como "missão civilizadora". Em 1960, aquando das Comemorações Henriquinas, sendo já problemáticas no ambiente internacional tanto a ideologia imperial como a missão civilizadora, a tónica foi posta em três temas – o da missionação (suscitada também pela figura ascética do Infante), o da prioridade dos descobrimentos portugueses e, já, o das descobertas científicas.

Em 1986 abre-se um novo ciclo comemorativo, na esteira do ciclo colombino espanhol, já em marcha e já com lições a serem tomadas. Falar em "Descobrimento" começava a ser pouco menos do que inaceitável, pois remetia para uma concepção eurocêntrica da história do Mundo. Não é que não fosse verdade que os europeus tinham então descoberto outras terras e outras gentes. Mas como a cultura

8 Enquanto com as de Carlos III propunha exemplos de "modernização" social e política.

europeia se assumia como A Cultura e A Civilização, a expressão "Descobrimentos" sugeria que A Civilização tinha então descoberto uma metade da humanidade que vivia na incivilização e na incultura. O que, aliás, o imperialismo europeu não tinha deixado de repetir com todas as letras, sobretudo a partir do século XIX. Ou seja, o que se tornava inaceitável, não era que uma cultura local – a europeia – descobrira outras culturas também locais, que uns nativos (naturais de um lugar) tivessem descoberto outros nativos. O que levantava reacções era que só então os povos não europeus tivessem sido descobertos (tocados) pela Cultura, que os nativos tivessem sido visitados pelos não nativos, pelos "não locais", pelos "universais". Para além de que esta ideia de "descobrimento" colocava os europeus no lado activo, viril, seminador, da história do mundo, remetendo os não europeus para a situação de passivos, pacientes, objectos, para o lado "feminino" da história, prolongando essa metáfora habitual e não inocente da natureza das culturas não europeias como culturas femininas (passivas, não racionais) (Índia), pacientes/enfermas (Turquia), dormentes (China).

A metáfora com que se substituiu a do descobrimento foi a do "encontro". Mas este tema do "encontro de culturas", juntamente com o da inovação científica e tecnológica, vêm a tornar-se centrais no novo ciclo comemorativo aberto em 1986.

Portugal, saído havia dez anos de uma situação colonial, recompunha a sua memória colectiva de forma a poder torná-la partilhável com o conjunto do mundo lusófono. A imagem identitária de um Portugal ecuménico e moderno era adequada tanto à tarefa de educação cívica pós-colonial, como a este projecto de partilha da memória.

Em si mesma, a ideia de "encontro" é uma ideia neutra. Nada se diz acerca de como foi o encontro, se pacífico,

se guerreiro, se igual, se desigual, se benéfico, se prejudicial. Nem muito menos se diz quem ganhou ou perdeu, e o quê, com o evento. Mas a palavra sugere igualdade e bilateralidade e aponta para uma leitura amável da história em que europeus e não europeus se encontram amigavelmente, pondo em comum culturas e aproveitando mutuamente disso. O carácter desigual, conflitual, frequentemente brutal, dos contactos é discretamente silenciado. Do mesmo modo, o balanço histórico foi insinuado por expressões de sentido positivo como "diálogo de culturas" e "abertura do mundo". Pelo que sugere, mas, sobretudo, pelo que tenta esconder, esta nova formulação do "encontro" é um expediente retórico bastante mais demagógico do que o anterior.

É por isso que a reflexão histórica e antropológica tem recusado esta retórica amável e tem insistido num estudo rigoroso e justo das modalidades dos "encontros" e das suas consequências. Ou seja, uma partilha mais autêntica e mais corajosa das memórias tem que recusar estas fórmulas roseamente equívocas.

Apesar disso, o espírito colectivo que se promoveu com a ideia de "encontro de culturas" acabou por ter aspectos positivos. Um pouco independentemente da "verdade histórica" criou-se uma imagem do "espírito português" como ecuménico, não discriminador, fraternal. Descontado o que pode ter de perversamente auto-justificador, esta imagem tem funcionado como um factor de promoção dos valores humanistas e anti-racistas."

E concluía-se:

"A clarificação da memória da expansão só pode resultar do cultivo de uma abordagem mais complexa e plural da história, a tal estratégia que foi expressamente adopta-

da em 1996. Por razões de rigor técnico; pela adequação a uma pedagogia ecuménica; e, finalmente, pelo sentido ético ligado ao dever de reparar enviesamentos culturais na abordagem do outro."[9]

Uma epistemologia da história crítica

"Todos estes problemas se põem em relação, por exemplo, à história da expansão portuguesa.

Ela é, por um lado, uma empresa intelectual, a conduzir com o distanciamento e estraneidade antes referidos.

Mas é também uma componente da cultura actual e, por isso, do senso comum, quer de portugueses, quer de estrangeiros com quem os portugueses contactaram. Com a história – normalmente nas suas versões mais simplificadas e mais propagáveis –, portugueses e estrangeiros justificam as imagens que têm das suas identidades e legitimam as estratégias de relações mútuas insinuadas pelos respectivos imaginários. História e imaginação política colectiva (uma espécie de diplomacia do senso comum) potenciam-se uma à outra, dando-se mutuamente justificações e construindo um mundo cada vez mais sólido de certezas acerca de si mesmos e acerca dos outros. Os frutos deste enlace entre o documento e o sentimento não podem ser senão o impressionismo, o preconceito e a arrogância.

Qualquer instância que pretenda introduzir alguma racionalidade neste processo de formação dos imaginários políticos – seja a comunidade dos historiadores, seja uma entidade a quem compita uma intervenção cultural neste domínio – não pode ter senão uma política – a de problematizar a visão adquirida das coisas, dificultando que esta

9 António Manuel Hespanha, "Comemorações e formação cívica", *Há 500 anos...*, 18-19.

seja dada como assente e, com isto, introduzindo disfunções nos mecanismos de produção de imaginários colectivos simplistas.

Isto implica, desde logo, não acrescentar senso comum ao senso comum, cultivando uma história convencional, antecipável, domesticada, amável, a-problemática. Porque isto não é apenas redundante. É também legitimador, contribuindo para que a inércia das ideias assentes se prolongue e, prolongando-se, se consolide e ossifique.

Implica, como segunda obrigação, acrescentar complexidade (novos factos, novas perspectivas, novas avaliações) às visões correntes. Desconfiar da evidência, surpreender novos enfoques, surpreender pelo testemunho inesperado, avançar pela contramão. Porque isso dá conta da primeira característica das coisas, que é a sua inabarcável complexidade. E porque, ainda que as coisas não fossem assim, dá conta da incapacidade de um olhar para dominar todos os ângulos de visão.

Implica, finalmente, apresentar as novas visões como se elas fossem tão precárias e preconceituosas como as anteriores. Porque nem a reflexão – sobre a história ou sobre o presente – se fecha alguma vez em aquisições definitivas, nem os actuais analistas beberam, mais do que os anteriores, da fonte da eterna sabedoria.

Na base de um programa deste tipo, creio que é fácil encontrar consensos, mesmo acerca das histórias incómodas da história. Consensos não, porventura, quanto aos resultados, às leituras, às avaliações. Mas, pelo menos (que já é demais), quanto às metodologias intelectuais e às atitudes morais."[10]

10 António Manuel Hespanha, "Editorial", *Oceanos*, Número especial *Diápora e Expansão. Os judeus e os descobrimentos portugueses*, 29 (janeiro-março 1997): 5.

A "história incómoda"

Esta linha de rumo implicava também uma estratégia para lidar com a "história incómoda". Esse foi um tema a que também não se fugiu e que abordei num número da revista *Oceanos*[11] dedicado aos judeus na história de Portugal. Reutilizo alguns parágrafos.

> "A história dos judeus em Portugal é uma história incómoda. Apesar de tudo quanto se possa encontrar – e algo há-de haver – de harmónico e de fecundo nos contactos da comunidade judaica com o ambiente humano neste canto da Europa, o certo é que, durante quase cinco séculos, os judeus não tiveram em Portugal a sua Terra Prometida.
>
> Esta não é, evidentemente, a única história incómoda da história de Portugal. Tal como a história de Portugal não é, nos dias de hoje, a única história incómoda, a este e outros propósitos.
>
> Em muitos sentidos e em graus variados, a história é, de resto, sempre uma história incómoda, pois o certo é que nós nunca nos podemos rever nos enredos do passado.
>
> Que fazer, então, com as histórias incómodas que a história conta?
>
> Desde há umas décadas que os historiadores aprenderam o suficiente acerca da ruptura histórica para não dramatizarem estes desencontros entre a sensibilidade do presente e as sensibilidades que modelaram as acções humanas no passado. Os historiadores sabem que, no passado, os quadros de valores eram outros, como outras eram as leituras do mundo e a panóplia dos sentimentos. A ideia de ruptura trouxe consigo a consciência da multi-dimensionalidade do homem, do carácter "local" das suas culturas e, consequentemente, da descontinuidade radical entre o pas-

11 *Idem, ibidem.*

sado e o presente. E esta descontinuidade tanto liberta o passado das categorias de avaliação do presente, como liberta o presente das responsabilidades do passado.

Para os historiadores, umas das condições para fazer "boa história" é justamente esta des-responsabilização emocional e ética perante os objectos estudados. O passado foi o que foi e não pode ser reformatado. E a sua escrita – sob forma de história – visa hoje, justamente, conhecê-lo integralmente, na sua lógica e axiologia locais, encerrando-o nesse estatuto de coisa definitivamente feita, que apenas nos interessa para nos chocar com a sua alteridade e contribuir para nos dar tanto a irredutível diversidade do humano como a precariedade das nossas actuais certezas.

No entanto, e para a cultura do senso comum, a história é sobretudo continuidade. Aqui, ela é a narrativa da familiaridade, na qual se constroem e se avaliam os legados do passado para a nossa identidade, se tecem diálogos através dos tempos entre nós e os que se diz serem os nossos maiores. Da história supomos receber um legado quasi-biológico, um património material e um ambiente cultural. Tendemos a supor que essa herança constitui o casco da nossa identidade. E, como acontece sempre que irrompe a metáfora da herança, consideramo-nos tanto proprietários do seu activo como responsáveis pelo seu passivo.

Do ponto de vista moral, a responsabilidade histórica não é, no entanto, fácil de justificar. Basicamente, apenas somos responsáveis pelo que fazemos nós próprios, na sociedade nacional ou internacional dos dias de hoje. Aqui é que temos que provar, segundo os padrões de avaliação dos nossos dias, os méritos das nossas condutas. Como também é hoje e perante os homens de hoje, que temos que arcar com as responsabilidades – que nenhuma história nem nenhum futuro remirá – pelos nossos erros e pelos nossos crimes.

A ideia de responsabilização histórica nem sequer é moralmente muito saudável. Em nome da responsabilização histórica, muitos crimes se cometeram já. Para não ir mais longe, lembremo-nos do peso que teve, no anti-semitismo europeu, uma alegada responsabilização histórica do povo judaico pela morte de Cristo. Além de que as "reparações históricas" frequentemente nos distraem de iniquidades que, ao mesmo tempo e de consciência aliviada, continuamos a cometer, não sobre comunidades históricas – de que, frequentemente, nem descendentes deixámos que ficassem –, mas sobre comunidades concretas hoje realmente existentes, cujo destino poderá, no entanto, vir a ser o mesmo."

Temos de nos desculpar hoje dos factos históricos do passado?

Como disse em 1998[12],

"Muito próxima desta questão anda a questão das "desculpas".

Tem estado ultimamente em uso o pedido de desculpas colectivas. Se não me engano, foi Paulo VI quem, pela primeira vez, pediu desculpas aos "irmãos separados" pelas injustiças do proselitismo católico. Seguiu-se Willy Brandt, pedindo desculpas aos judeus pelo Holocausto. Ulteriormente, outros actos de desculpas têm tido lugar. Um dos últimos, o pedido de desculpas, pelos chefes de Estado espanhóis e portugueses pela expulsão dos judeus no início da época moderna e do Papa João Paulo II pelos crimes da Inquisição. Pessoalmente, adiro em geral aos sentimentos de "injustiça histórica" que estiveram na origem desses actos de contrição. Mas, por razões próximas das anteriormente expostas, não concordo com a fórmula.

12 António Manuel Hespanha, "Comemorações e Patriotismo", *Há 500 anos...*, 22.

Depois, esta ideia de uma culpa impessoal e infinitamente transmissível é uma aberração. A culpa funda-se na responsabilidade por um mal causado, por acção ou por omissão. Assim, não pode atingir senão aqueles que estiveram na sua causa. Muito menos se transmite de geração em geração. Isto mesmo, escrevi-o num editorial de *Oceanos*, dedicado à diáspora judaico-portuguesa, justamente para explicar o que me parecia ser moralmente correcto em relação a essa "história incómoda".

A ideia que me parece moralmente correcta, neste contexto, é justamente essa outra de, metodicamente, fazer o balanço correcto do que se passou na história, percebendo a complexidade dos factores que coincidiram numa mesma conjuntura para a produção de resultados que nós, hoje, consideramos negativos. E – feito isto e independentemente de uma maniqueísta imputação de responsabilidades às gerações actuais – trabalhar, pela positiva, para reparar as consequências actuais de erros alheios passados. Se se enviesaram negativamente imagens dos outros, contribua-se hoje para as rectificar; se no passado se explorou injustamente, ajude-se hoje fraternalmente; se se causou bloqueamentos e atrasos, incentive-se hoje o desenvolvimento."

Anexos ao depoimento

Excerto do texto inaugural "Why should we revisit orientalism?", do seminário organizado por Rosa Maria Pérez, António Manuel Hespanha, "From Orientalism to Postcolonialism (Arrábida, 14-16 de julho de 1999).[13]

"The relationship between the cultures of different continents, as mediated by Imperialism, is a central aspect of modern history. Although Portuguese historiography (and to a smaller degree, anthropology) have a long tradition of Oriental studies, there is little debate on Orientalism and postcolonialism.

13 Rosa Maria Pérez e António Hespanha, *From Orientalism to Postcolonialism. Towards a debate on Portuguese oriental perspectives*, Estudos Gerais da Arrábida, CNCDP/Fundação Oriente, julho 1999.

In some cases, also Portuguese historiography is not aware of the complexity of western approaches to the East, and of the need to understand the dualities and polarities that are inherent to them. In other cases, it has not arrived to a West-East discourse liberated from the colonial legacy and from many inherent representations of colonialism.

In a shallower level, the colonial predicament is caused by a unilateral choice of sources or methods. Native sources, written in local languages (even if local languages are actually so spread as the Arabian ...), become inaccessible. Common European historical methodology, centred on written sources, becomes useless. The native voices become inaudible, not only because of ideological filters, bur already because of "technical" obstacles.

Historical technologies are not a fate. They express a deeper commitment of the writing of history to a broader social and intellectual context. This social and intellectual context frames, namely, academic elections concerning the curricula. Actually, it is not a fact of nature that Historical Demography is more important than Persian or Chinese; that Swahili symbology of power is a lesser decisive topic than courtier culture in Renaissance. But this broader context frames also academic evaluation, turning in a minor shortage the complete ignorance of native sources or even of native history.

Nevertheless, in a deeper level, colonial predicament is rooted in a pervasive pre- comprehension of human history and of Portuguese history. Letting the first topic unconsidered, a brief remark on the second. Portuguese common sense historical narrative has been severely biased. Firstly, by the nationalistic and imperialistic political trend, during the forties and the fifties. Secondly, in the last forty years, by luso-tropicalism, a self-justifying "sociological" vision of Portuguese expansion, developed by the Brazilian sociologist Gilberto Freire, according

to which Portuguese nature promoted an extremely positive eugenic and cultural intercourse in the tropics. Common sense and even the implicit culture of learned historians was moulded in such amenities. The reactions against any attempt to criticize this eulogistic vision is heavily punished by public opinion and considered by many professional historians as a rendition to political correctness. Recent reactions to tentative moves to incorporate strange points of view in the commemorative discourse are the last example of this kind of reactions. The aim of this seminar is to map theoretical implications of colonial and post- colonial biases, specially concerning orientalism, and to formulate proposals to overpass them."

Correspondência com ativistas indianos em Goa:

"Lisbon, 8.6.97

Dear Mr. Prabhaker Sinari (*Navhind Times*, Pangin)

Through the Portuguese Embassy, I've got a copy of your article "Vasco da Gama: more buccaneer than hero", which I have read with attention. As probably yourself, I'm a historian, working on the political and legal history of modern Europe. The historical facts you quoted about Gama's voyage are basically consensual within the academic community. Also your interpretation about European expansion is quite familiar or even sympathetic to European (and Portuguese) current historiography. Unfortunately – as you should agree –, there is no Nation and no Culture that could invoke a past clean from oppression, greed or violence.

What I would like to clarify is that the Portuguese official program of commemorations, in India or anywhere, has not the

slightest intention of cleaning or rewriting our common history. As historian, I am fully aware that history is complex and often uncomfortable for our current views and evaluations. And as a citizen, I don't belong (as also the most significant part of the present generation of Portuguese intelligentsia, who was mostly committed with the opposition towards authoritarianism and colonialism) to those who want to restore the past or to glorify history because it has been our history.

All we want, as organisers of the commemorations (the act of "keeping the memory", all the memory, every memories), is to take advantage of the occasion – where funding and logistic means are easier to find – to make historical sources available, to sponsor honest research, to implement academic programs of studies, to exchange expertise in our common legacy, to preserve cultural and artistic legacy. In a spirit of reciprocal respect, even towards prejudice, that old or recent history can explain, but against which universalism, generosity and fairness shall progressively prevail.

And I must stress that this commitment to a mutual better knowledge and understanding has, in the case of our Commission, twofold expression, as we have conceived and implemented a program to commemorate in Portugal the 50th anniversary of the Independence of India, which includes concerts and exhibitions on Indian culture and arts and, as far as I know, is the only one organised by an European governmental institution in continental Europe.

I hope that this letter can lead to a fair judgement of our activities, with which we intend to serve a peaceful and friendly relationship between our Peoples.

Sincerely yours. Prof. António Manuel Hespanha. General-Commissioner"

Uma carta idêntica foi enviada ao promotor de uma marcha cívica contra as Comemorações de Vasco da Gama:

> "Dear Sir.
>
> Through the Goan press, I knew that you are proposing the organisation of civic activities against the commemoration in India of Vasco da Gama's voyage. As Chairman of the Commission for the Commemoration of the Portuguese Discoveries, in charge of organising official programs of cultural and scientific activities concerning the Portuguese Navigations throughout the world, I would like to clarify the spirit of our Commission, because I am sure that it will never hurt Indian feelings or national pride. We are aware and we understand that the Portuguese historical voyages can be read under different points of view, even by the Portuguese academic community. We fully respect all of them. Because the basic spirit of our program is to take advantage of the visibility of these great dates of the world history to promote better mutual knowledge and better understanding for the future between Portugal and Peoples and Cultures with which we share common history and common values [...]" (a carta segue idêntica à anterior)

Referência para citação:
Hespanha, António Manuel. ""Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimentos Portugueses, ciclo 1997-2000"." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 198-220.

As histórias da história de África

Entrevista a Isabel Castro Henriques
por Elisa Lopes da Silva* e Bárbara Direito**

Isabel Castro Henriques é uma das mais destacadas historiadoras de África em Portugal. Esta entrevista, realizada em Dezembro de 2018, foi uma escolha deliberada para um número da *Práticas da História* com um dossiê dedicado à história da comemoração dos "Descobrimentos Portugueses". Tal permite, mais uma vez, desnaturalizar a perspectiva dos estudos históricos elaborados a partir do centro europeu e olhar de forma mais aprofundada para a forma como a disciplina da história tem contado África e os africanos. Acompanhando o percurso científico e profissional de Isabel Castro Henriques, desenvolvido entre as universidades de Paris e de Lisboa, conversámos sobre a relação entre história e ideologia colonial e a academização da história de África em Portugal, processo no qual foi uma figura pioneira. Durante a sua longa carreira, foi autora de obras como *Commerce et changement en Angola au XIXème siècle* (1995), *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX* (1997), *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade* (2000), *O Pássaro do Mel. Estudos de História Africana* (2003), *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África – Séculos XV-XX* (2004), *Território e Identidade – A Construção da Angola Colonial* (2004), ou *A*

* Elisa Lopes da Silva (elisa.silva@ics.ul.pt). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal Bettencourt, n.º 9, 1600-189 Lisboa, Portugal.
** Bárbara Direito (barbaradireito@gmail.com). CIUHCT, Centro Internuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Caparica, Edif. VII, Piso 2, 2829-516 Caparica, Portugal.

Herança Africana em Portugal (séculos XV-XX) (2009). Entre 1996 e 2004 pertenceu ao Comité Científico Internacional do Projecto "A Rota do Escravo", da UNESCO, tendo também sido comissária científica de exposições e museus sobre escravatura e sobre a história dos africanos em Portugal. Entre outras obras, Isabel Castro Henriques publicará em breve *A Descolonização da História. Portugal, a África e a desconstrução de mitos historiográficos*. Nesta conversa, abordámos também a evolução das diferentes historiografias de África, em particular desde as independências africanas, feitas a partir do continente europeu e africano. Partindo do seu interesse pela cultura material e visual, conversámos ainda sobre musealização da história de África, acompanhando debates recentes sobre o anunciado "Museu das Descobertas" e a restituição de objectos e obras de arte trazidos das ex-colónias.

Um percurso intelectual e académico

Elisa Lopes da Silva e Bárbara Direito (ELS e BD): *Queremos começar esta entrevista com algumas perguntas sobre o seu percurso académico. Começou na Universidade de Paris com uma licenciatura e um mestrado em História, depois de um curto período de tempo (1964-1966) inscrita na licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fez depois o Diplôme d'Études Approfondies* (DEA) *e o Doutoramento também em França. Porque é que foi estudar para Paris? E como é que se começou a interessar por História de África? Outra forma de fazer a pergunta seria: como é que a sua biografia a levou a escolher trabalhar a História de África?*

Isabel Castro Henriques (ICH): O meu interesse pelas questões africanas surgiu na adolescência, em finais dos anos 1950, princípios de 1960. Tinha sempre em casa publicações estrangeiras, sobretudo revistas francesas e inglesas, que falavam e mostravam em imagens as várias situações que se iam vivendo no mundo. E o mundo interessava-me: viajei muito de carro desde os 10 anos, sempre nas férias grandes, durante anos, por toda a Europa, com os meus pais, que me mostra-

vam as diferenças e as particularidades de cada espaço, de cada gente, de cada cultura. Por outro lado, ia adquirindo uma formação aberta à diversidade: entrei aos 3 anos (em 1949) para o Liceu Francês (ainda era a École Française, instalada no Príncipe Real) e lá fiquei até aos 11 anos, quando fui para o liceu português, deixando então o ensino francês (nunca perdi nem a língua, nem o gosto pela cultura francesa) e seguindo uma formação portuguesa. De entre as situações mundiais que mais me marcaram, estão sem dúvida as que dizem respeito aos tempos que se viviam então nos EUA. Foi assim que contactei pela primeira vez com questões como os direitos civis, a perseguição aos negros americanos, as situações de tortura, as execuções, notícias e relatos que me perturbavam particularmente: recortava textos e imagens, alguns dos quais tenho guardados até hoje.

Houve um outro episódio da minha vida que também me marcou muito. A minha família tinha uma quinta na zona do Ribatejo onde passava sempre, com os meus pais e os meus irmãos, uns largos dias no Verão: a velha cozinheira da casa, a senhora Maria, era negra e conversava comigo. Contou-me que era de Angola e que tinha sido vendida como escrava em São Tomé quando era criança. Como é que era possível que uma pessoa que eu conheci com 10, 12, 14 anos tivesse sido vendida como escrava? Já não havia escravos... A escravatura tinha sido abolida, mas na sua memória persistia esse facto doloroso da infância: tinha sido vendida como escrava. Não sei se de facto foi ou não vendida, mas, para ela, essa era uma situação real. Na altura eu nada sabia nem de história, nem de África, mas hoje penso que ela terá sido levada criança para São Tomé, acompanhando a mãe angolana e serviçal para as roças de cacau, e depois entregue provavelmente a uma família de roceiros portugueses, separada da mãe e acabando por vir parar a Portugal. Bem tratada na quinta como doméstica da altura, nunca perdeu a memória terrível de uma suposta escravização em São Tomé.

Em 1966 tive o meu primeiro contacto com África, depois de dois anos lectivos inscrita e frequentando o curso de História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, curso que me parecia cinzento e vazio, sem dar conta das realidades do mundo, tido como

fechado e pequenino. Não me interessava, embora tivesse feito algumas poucas cadeiras. O Pedro foi então enviado para o serviço militar obrigatório em Angola e eu fui atrás: casámos no Huambo, então Nova Lisboa. Corria o ano de 1966, a guerra estava instalada no Norte e as notícias chegavam e criavam muitas interrogações sobre a legitimidade portuguesa da guerra, numa terra que era dos africanos. Fiz algumas viagens para o Sul, que me marcaram muito: vi terras e gentes novas e dei-me conta da rica realidade cultural das populações e dos sítios que cruzei. Mas vi também, na cidade do Huambo, uma realidade colonial diferente daquela que eu tinha aprendido aqui. Havia discriminação? Havia. Havia, por exemplo, cinema para os pretos e cinema para os brancos. Não havia nenhuma placa que dissesse "este é cinema de brancos, este é cinema de pretos", mas havia uma prática que instalava os brancos (e alguns assimilados) no cinema Ruacaná, enquanto os pretos iam para o cinema São João, onde havia um ecrã que se via dos dois lados. Assisti a vários episódios de violência verbal e de desprezo praticados por portugueses contra africanos, todos tratados por tu e reduzidos a uma situação de inferioridade. Onde estavam as tão faladas harmonia social e igualdade entre todos, brancos e negros? Nunca as encontrei...

Entretanto, regressámos a Portugal, tinha nascido a minha primeira filha, Inês, e o país parecia agora cada vez mais pequeno e mais retrógrado. Decidimos então – com a ajuda dos meus pais – partir para a Europa, estudar em Paris, onde o Maio de 68 acabara de acontecer. Instalámo-nos em Paris em 1970: a Inês, com 3 anos, foi para a *maternelle*, eu e o Pedro inscrevemo-nos na universidade, em História e em Antropologia, respectivamente. O espaço universitário francês era uma festa, cheio de conhecimento, de debates, de riqueza e de pluralidade intelectual e cultural. Durante os anos que se seguiram vivi a universidade francesa, aprendi a estudar, a debater, a pensar e aprendi também que a África e os africanos tinham uma longa e documentada História. Fiz todo o curso de História – *DUEL, Licence, Maîtrise* – na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, percorri milhares de vezes os corredores da velha e sempre estimulante Sorbonne, as aulas eram fascinantes, lugares de reflexão, de aprendizagem e de muito trabalho...

Que distância em relação às aulinhas cinzentas da Faculdade de Letras de Lisboa! Estruturada em disciplinas de base obrigatórias que abrangiam os diferentes períodos da História, a licenciatura apresentava um leque de disciplinas opcionais muito vasto, sobre as várias regiões do mundo, incluindo também o ensino das metodologias e das outras áreas das ciências sociais. As ciências sociais, a sua interligação e a sua importância para o estudo da História, na esteira da reflexão de Braudel, estavam de facto fortemente presentes na formação académica do historiador. E o movimento do Maio de 1968 tinha injectado grandes mudanças no quadro do pensamento, do conhecimento, e naturalmente nos programas dos cursos universitários.

Fiz cadeiras de Antropologia, Sociologia, História de Arte, Arqueologia, e muitas opcionais de História, como História da China, História da Rússia, História dos Estados Unidos, História da América Latina e, obviamente, História de África. Era a História de África que mais me interessava. Não se tratava da história dos europeus – ou dos franceses – em África, mas da história das sociedades africanas, múltiplas e diversas, os africanos ocupando o lugar central como agentes da sua própria história.

Desde 1972 passei a integrar regularmente e a participar nas muitas actividades que se desenrolavam no *Centre de Recherches Africaines* (CRA), o centro de estudos, de pesquisa e de investigação africanas da Sorbonne. Este centro era extremamente dinâmico, multiplicavam-se as palestras e nele participavam os grandes pensadores, historiadores, antropólogos que trabalhavam sobre África: George Balandier, Raymond Mauny, Yves Person, Jean Devisse, Jan Vansina, Jack Goody, Catherine Coquery-Vidrovitch, Claude Meillassoux e tantos outros. Este centro foi efectivamente um espaço de formação, de debate, de reflexão, de aprendizagem extraordinário, também envolvendo africanos, nomeadamente da Escola de Dakar, que tinha importantes ligações com França. Era um mundo de "africanistas" – o termo tendo posteriormente sido rejeitado –, um mundo de gente interessada na África e na sua autonomia e singularidade histórica e cultural, que não pensava a África como apêndice da Europa, como acontecia em Portugal,

onde a África era essencialmente "portuguesa", uma extensão do país situada no Ultramar. A velha linha de reflexão hegeliana, já há muito ultrapassada na Europa de então, continuava a marcar o pensamento e o conhecimento portugueses da África: os africanos não tinham escrita, não tinham cultura, não tinham Estado, não tinham religião, logo não tinham história. No princípio dos anos 1980, já professora assistente do departamento de História da Faculdade de Letras – para onde entrei em finais de 1974 –, quando inscrevi a minha tese de doutoramento na Universidade de Paris I e depois a registei na Faculdade de Letras, um então professor catedrático da Faculdade de Letras disse-me que 'aquilo' não era história, porque era um estudo sobre grupos africanos e os africanos obviamente não tinham história, eram sim objecto de estudo da antropologia, a ciência que estudava as "sociedades primitivas" na época colonial, e não já na década de 1980! A minha tese de doutoramento era sobre comércio e mudança na Angola oitocentista e tratava essencialmente da história e das dinâmicas sociais, económicas e políticas de três nações africanas, três sociedades da região – os Lundas, do grande império lunda, os Quiocos, organizados em pequenas mas activas unidades políticas e os Imbangalas do reino de Kasanje. Uma história muito complexa, estudada na longa duração e no cruzamento das mais diversas fontes para compreender o século XIX, e muito marcada também, durante séculos, pelas relações com os portugueses. Mas não era história... A minha universidade (Paris I), onde eu aprendi a história de África, acolheu e felicitou o meu trabalho, defendido no início de 1993, e dirigido pelo historiador e professor Jean Devisse.

Fazer História de África em Portugal

ELS e BD*: O regresso a Portugal em 1974 e a introdução da História de África no plano de estudos do curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa: como foi?*

ICH: Defendi a dissertação de *Maîtrise* sobre a circulação das plantas, a introdução da cana-de-açúcar e o sistema de plantação baseado na

mão-de-obra escrava africana em São Tomé nos séculos XV-XVII em finais de 1974 e regressei a Portugal. Entrei então como assistente na Faculdade de Letras de Lisboa, onde outros 'estrangeirados', quer dizer, vindos do estrangeiro, integravam já a universidade, aberta a todas as propostas de ensino inovadoras. Corria o início do ano lectivo 1974-1975 e propus então ensinar História de África. Ao longo de vários anos fui introduzindo a África no ensino da história: foi a primeira cadeira de História de África na Universidade Portuguesa. Introduzi cadeiras gerais, cadeiras e seminários temáticos sobre História de África que passaram a integrar o *curriculum* de História, e o meu trabalho, pois estava sozinha a leccionar esta matéria, era imenso – e tinha ainda a minha segunda filha, Mariana, recém-nascida –, contando com muitos estudantes portugueses e africanos que escolhiam estudar África.

Éramos muitos os professores 'estrangeirados' na FLUL e o ensino, apesar de múltiplas derrapagens, beneficiou com a diversidade de temas, de disciplinas, de debates, de novidades introduzidas. Nos finais da década de 1980, quase todos os 'estrangeirados' foram despedidos. Éramos todos assistentes, tínhamos contratos a termo, e os catedráticos (saneados pelos estudantes nos tempos imediatos ao 25 de Abril e reintegrados posteriormente) que dirigiam o Conselho Científico entenderam que o trabalho não tinha sido bem desempenhado, por isso os contratos não foram renovados. Não se podia propriamente dizer que era porque tinham ideias progressistas... mas foi efectivamente um saneamento político.

Também cheguei a ser despedida, mas o facto de ter sido membro do Conselho Directivo da Faculdade impediu, nesse momento, o meu despedimento, por ter direito a uma sabática de um ano, remetendo a decisão para o fim dessa licença. Fui para Paris, onde tinha já concluído em 1983 – sempre na Universidade de Paris I – o *DEA* (*Diplome d'Études Approfondies – Histoire de l'Afrique*), para continuar o meu doutoramento. O ano passou e fiquei 'esquecida' na Faculdade, o que levou à renovação automática do meu contrato, e à impossibilidade de ser despedida num prazo de dois anos. Nesse tempo acabei o doutoramento e passei automaticamente a professora auxiliar. Mas ainda estive um

ano, 1993-1994, sem distribuição de trabalho docente no Departamento de História, dando apenas aulas interdepartamentais, organizadas pelo Conselho Directivo e pelo Conselho Científico da Faculdade. No ano seguinte, a situação do Departamento de História mudou com a reforma dos antigos professores catedráticos, e pude enfim ser reintegrada e participar no ensino da História.

ELS e BD: *Como é que foi a convivência institucional entre a História de África e a História dos Descobrimentos ou da Expansão, entre essas duas abordagens historiográficas a África, na Faculdade de Letras?*

ICH: No pós-25 de Abril houve uma preocupação por parte dos professores mais jovens, quer dizer, menos graduados na carreira académica, muitos formados nas instituições portuguesas e marcados pela relevância que a historiografia portuguesa atribuía à época dos Descobrimentos, em inovar o ensino e a reflexão relativos à História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa, adoptando perspectivas menos luso-tropicalistas e ditirâmbicas desse fenómeno histórico e procurando os ensinamentos de alguns historiadores portugueses marcados pela historiografia braudeliana, muito particularmente Vitorino Magalhães Godinho e Luís de Albuquerque. Essa abertura do ensino da História dos Descobrimentos permitiu alguma complementaridade – na abordagem de questões teóricas e conceptuais comuns, na partilha de documentos e de fontes, na participação em debates historiográficos sobre a África cruzando as perspectivas africana e europeia – com o ensino inovador e recente da História de África, que eu introduzira e mantinha desde 1974, apesar de alguns acidentes de percurso, que emergiram no quadro da docência e da intervenção pedagógica de professores 'seniores', sobretudo catedráticos. A minha cadeira de História de África foi proibida e chegou a ser substituída por uma outra intitulada História da Expansão Portuguesa. Esta modificação concretizou-se apenas no título, porque continuei a dar o mesmo conteúdo: História de África. Os alunos da altura movimentaram-se e fizeram abaixo-assinados abran-

gentes, dirigidos a intelectuais e políticos de então, denunciando o que se estava a passar na Faculdade de Letras. No ano seguinte, a cadeira voltou a chamar-se "História de África". Sempre tive o apoio estudantil e as relações com os colegas dos Descobrimentos foram sempre de cooperação e partilha de conhecimentos.

ELS e BD: *A situação alterou-se a partir de meados dos anos 90, quando obtém o doutoramento. A academia ficou mais apaziguada em relação a estes temas?*

ICH: Estive e pude leccionar na Faculdade de Letras sem grandes problemas. Passei nos concursos, fiz a agregação. Tinha boas relações com os professores de outros departamentos, que aliás sempre me apoiaram, por exemplo no campo da antropologia e da geografia os professores Viegas Guerreiro e Ilídio do Amaral, mas também o professor Manuel Ferreira, da área das literaturas. Os problemas eram sempre com a História, com aquele peso do passado, da mitologia colonial. Criei, entretanto, programas novos na área dos estudos africanos – a licenciatura, o mestrado e o doutoramento em História de África –, frequentados por muitos alunos africanos, alguns estrangeiros (em particular europeus/estudantes Erasmus), e também, naturalmente, portugueses, alguns com fortes vivências africanas, os chamados 'retornados'. Entretanto, depois da agregação passei a associada e ainda concorri a catedrática, num concurso em que fiquei em segundo lugar. Sabia que não ia passar: estava marcada pelo meu percurso polémico no Departamento de História, para além do facto dos catedráticos serem, apesar de uma maioria docente feminina, sempre os homens. Ao longo de décadas, só duas mulheres foram nomeadas catedráticas em História no século passado e a situação perdura até hoje.

A UNESCO e a memória da escravatura

ELS e BD: *Mas teve uma carreira internacional, aprofundada com a relação de colaboração com a UNESCO iniciada no final dos anos 90. Esta perspectiva historiográfica sobre história de África, que desenvolve*

a partir dos estudos feitos na Universidade de Paris, consolidou-se com a participação no projecto internacional "*A Rota do Escravo", a partir de 1996, projecto cuja rede nacional coordenou a partir de 1997. Quer falar-nos um pouco dessa relação com a UNESCO?*

ICH: Em 1995, já depois do doutoramento, fui convidada para integrar o *Comité Scientifique pour la Protection du Patrimoine Culturel Africain* da UNESCO, com o apoio do professor Jean Devisse, que foi o meu orientador de tese. Foi nessa altura que se começou a pensar, na UNESCO, de uma maneira mais séria e precisa sobre as questões do património imaterial. Entretanto, a UNESCO criou o projecto "A Rota do Escravo" e o secretário-geral da instituição, Federico Mayor, convidou-me em 1996 para fazer parte do Comité Científico Internacional do Projecto, onde estive até 2004. Fiz vários trabalhos nesse âmbito, em estreita cooperação com a direcção do projecto, em particular com o grande pensador africano Doudou Diène, tendo desenvolvido actividades de investigação, de divulgação, de publicação, de educação relativas às questões da escravatura e do tráfico de escravos. Tive, e tenho até hoje, uma relação muito forte com esse projecto. Foi, aliás, nesse âmbito que organizei em Portugal, em 1997, o Comité Português do Projecto UNESCO "A Rota do Escravo", que funcionou até há dois anos atrás, altura em que a sua intervenção para alargar o conhecimento da história das questões esclavagistas no mundo, de consciencializar a sociedade portuguesa para a importância histórica do fenómeno da escravatura e para a sua actualidade, de estimular o estudo, o ensino, a publicação, a difusão da questão esclavagista atingiu pelo menos alguns dos seus objectivos, sendo o momento de parar para pensar em formulações futuras.

Mas embora tenha desenvolvido estes trabalhos, as questões da escravatura – mais rigorosamente da escravização das populações africanas – não esgotavam as minhas áreas de interesse intelectual e de investigação histórica, pois que os africanos eram muito mais do que pessoas escravizadas, e a sua história milenar não se limitava à questão esclavagista, embora esta fosse uma questão central da sua história e da história do mundo.

Esta é uma das questões que não deve ser esquecida no debate actual sobre a criação dos museus da escravatura. A minha posição assenta na minha perspectiva de historiadora de África, que procura analisar as questões africanas a partir dos fenómenos endógenos, e não a partir do exterior, desconstruindo preconceitos. No contexto da escravatura, em particular atlântica, os africanos aparecem como mercadorias, objectos, a quem foi retirada pelos europeus esclavagistas e comerciantes de escravos a sua condição humana. A maioria destes homens e mulheres foram escravizados, pois eram livres ou dependentes, integrados nas famílias (linhagens) africanas e desempenhando funções precisas e reconhecidas nas sociedades de origem. Muitas são as formas e as características desta dependência, quase sempre provisória, dispondo de estatutos protectores, muito variáveis consoante as regiões e as culturas africanas. Uma longa e dura operação de escravização europeia dos africanos, que começou ainda em terras africanas antes de continuar nas Américas, retirou-lhes a sua identidade africana (família, grupo, sociedade, território, religião, cultura) e transformou-os em coisas para exportação. A fixação da figura do escravo identificado pela cor negra da pele contribuiu para transformar o africano em escravo 'natural'. A fórmula africano=negro=escravo identifica uma sinonímia que conjuga as vertentes cultural, biológica e social fixando uma ideia que marcou fortemente a ideologia colonial e se mantém ainda activa na panóplia dos preconceitos ocidentais. Este preconceito que permite ver num africano negro um escravo deve ser desconstruído, pois é absurdo e historicamente errado. A minha preocupação é: construir um Museu da Escravatura não poderá contribuir para perpetuar o preconceito que permite olhar todos os africanos como escravos? Não seria mais correcto, historicamente rigoroso e culturalmente abrangente e informativo, criar um Museu de África onde as singularidades civilizacionais africanas e as realidades históricas africanas pudessem exprimir-se na sua plenitude e diversidade?

Nas diversas cadeiras que leccionei, as formas e técnicas de escravização dos africanos, os escravos e o tráfico negreiro faziam parte do programa, mas não constituíam nas cadeiras gerais tema único, nem

central, porque se tratava de estudar a história de África. Embora tenha leccionado na década de 1990 um seminário de mestrado consagrado exclusivamente a essa temática. Trabalhei sobre a escravatura africana praticada pelos europeus no início dos anos 1970, porque a minha tese de mestrado tinha essencialmente duas vertentes. A vertente da circulação das plantas, e nessa circulação das plantas e nessa distribuição e integração de plantas novas em África vinha a cana-de-açúcar, e a cana-de-açúcar levou-me para São Tomé, e, por sua vez, São Tomé levou-me para a economia de plantação e obviamente a economia de plantação significava trabalho escravo. Portanto, trabalhei sobre a problemática da escravatura a partir de 1972 a propósito do caso de São Tomé quinhentista, pondo precisamente em causa as teorias defendidas na época segundo as quais não se tratava de escravatura, mas sim de servidão, como afirmava desde os anos 60 o geógrafo santomense Francisco Tenreiro, investigador e poeta de grande talento, mas marcado pelas teses luso-tropicalistas da época. Nessa altura e até há alguns anos, a questão da escravatura era um tema tabu, fechado e silenciado. Hoje em dia está mais banalizado, no espaço público e também académico, tratado por vezes de forma leviana, superficial, sem o rigor histórico necessário, como "coisa da moda", mas também através de estudos interessantes que se têm vindo a multiplicar.

ELS e BD: *A altura em que começa a trabalhar com a UNESCO no projecto* "A Rota do Escravo" *coincidiu com o apogeu da comemoração dos "descobrimentos portugueses", com a realização da Expo'98. Como viu a imagem dos países africanos projectada na Expo 98 (nos pavilhões, por exemplo)? E como é que acha que foram articuladas no espaço público e na investigação académica estas* várias narrativas sobre África? *Chegou a colaborar com a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP)?*

ICH: A minha actividade intelectual na década de 1990 foi marcada por uma profusão de acontecimentos ligados à organização e participação em eventos científicos, à publicação de textos e à realização de

actividades ligadas ao ensino e à cultura, quer no âmbito das minhas relações intensas com a UNESCO (Paris), mas também com instituições portuguesas que prosseguiam um apoio diversificado em relação ao estudo e ao conhecimento do mundo. Nesse período, e durante 20 longos anos, partilhei a vida com um intelectual excepcional, Alfredo Margarido, anticolonialista dos tempos duros, dotado de um conhecimento enciclopédico *tout azimut,* com quem aprendi uma panóplia imensa de coisas simples e complexas em muitas dimensões do saber, que me obrigaram alargar a minha concepção do trabalho criativo, intelectual e participativo. Foi neste contexto que, desde o início dos anos 90, colaborei com a CNCDP, na organização e participação de eventos científicos (seminários, conferências, colóquios nacionais e internacionais), publicações, em particular, na revista *Oceanos* e em outras actividades científico-culturais, como foi o caso de uma exposição sobre cidades em Moçambique, intitulada "Espaços e Cidades em Moçambique", que elaborei em 1998, no âmbito de um projecto sobre as cidades nos vários espaços coloniais portugueses. Foi a primeira de várias exposições temáticas que organizei posteriormente, sempre numa perspectiva histórica, articulando texto e imagem, e procurando dar ao documento iconográfico a sua densidade histórica. Satisfazia-me e satisfaz-me particularmente o facto de este instrumento de conhecimento – a exposição – poder circular, ir longe, caminhar por vários territórios, chegar a públicos diversos por vezes isolados, sem acesso à história e à cultura, distantes de qualquer fonte de conhecimento.

Quanto às narrativas de África veiculadas pela Expo 98, nomeadamente através das imagens oferecidas nos seus pavilhões, pareceram-me na altura pobres, superficiais, muito frágeis do ponto de vista do conhecimento histórico que as sustentava. O conhecimento da história africana era ainda recente, tinham passado 20 anos sobre o 25 de Abril, e a historiografia portuguesa, muito marcada por uma forte ideologia colonial, tinha dificuldade em libertar-se dos mitos e das construções ideologicamente elaboradas para fazer da História a arma de legitimação do colonialismo português. Tanto mais que a gesta dos "Descobrimentos" continuava a dominar o conhecimento historiográfico nacional.

Creio, por isso, que tais narrativas não tiveram qualquer impacto significativo na produção académica ou no espaço público português, com vista a alargar a visão histórica de África.

A questão da escravatura continuou a mobilizar os meus esforços de historiadora e de membro do projecto UNESCO "A Rota do Escravo". Organizei um colóquio em Évora sobre escravatura, que teve uma forte participação estrangeira, nomeadamente americana, porque um dos temas em debate era a influência dos escravos nas Américas, nomeadamente no Brasil, mas também na zona das Caraíbas. Uma das reuniões do Comité Científico Internacional da UNESCO em Portugal, associada a um seminário internacional, na Torre do Tombo, também deu origem a um livro[1] sobre ideologia, religião, direito e escravatura, que organizei juntamente com Louis Sala-Molins, filósofo francês que consagrou um longo e árduo trabalho à escravatura na perspectiva da filosofia e das teorias filosóficas.

ELS e BD: *Não houve vontade de transformar esse trabalho, de o levar para o espaço público? Não era possível ou não era esse o objetivo?*

ICH: Sim, claro que um dos objectivos centrais do Comité Português da "Rota do Escravo" era alargar o conhecimento da questão esclavagista, desenvolvendo acções nas escolas, nos centros culturais, em diversos espaços públicos, articulando formas pedagógicas e lúdicas capazes de suscitar o interesse das pessoas. Mas não era um tema politicamente correcto. Não convinha tratar esse tema e, portanto, tivemos sempre algumas dificuldades, muitas de natureza financeira, embora tenhamos contado, nesta época, com o apoio empenhado da Comissão Nacional da UNESCO. Aliás, quase todos os presidentes da UNESCO foram sempre pessoas particularmente sensíveis a esta questão, nomeadamente o escritor Eugénio Lisboa e, mais tarde, o embaixador Fernando Andresen Guimarães, bem como a secretária-executiva Manuela Galhardo

1 Isabel Castro Henriques e Louis Sala-Molins, org., *Déraison, esclavage et droit. Les fondements idéologiques et juridiques de l'esclavage et de la traite négrière* (Paris: UNESCO, 2002).

e a sempre empenhada Dra. Anna-Paula Ormèche, que apoiaram activamente os trabalhos – colóquios, publicações, exposições – levados a cabo pelo Comité Português do Projecto UNESCO "A Rota do Escravo". Depois, mais tarde, nos anos 2014/2015, não posso precisar, a Comissão Nacional da UNESCO passou a ser dirigida directamente, a nível de presidência, pelo próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros, e tinha apenas uma secretária-executiva. Precisando de um apoio para uma das actividades do Comité, procurei falar com ela e percebi que o tema a incomodava: "Isso é um tema um pouco difícil, sobre o qual nós não podemos falar muito", disse ela, que naturalmente não deu qualquer seguimento ao meu pedido. Aliás essas manifestações de incomodidade perante o tema da escravatura repetiam-se, centradas em personagens portuguesas, em encontros internacionais, organizados pela UNESCO, em que a questão da escravização secular dos africanos era o tema central do encontro. Hoje acho que seria diferente porque o assunto entrou no espaço público.

ELS e BD: *Quando é que acha que se deu o momento de viragem da visão sobre a escravatura no espaço público em Portugal? E o que é que explica essa mudança?*

ICH: Acho que a mudança se deu em 2011/2012. Um pouco antes disso, escrevi um livro, encomendado pelos CTT (Correios de Portugal), intitulado *A Herança Africana em Portugal*[2] (2009). Até então o meu foco tinha sido sobretudo África, mas com esse pedido desviei o meu olhar das questões africanas para Portugal, para estudar o tema dos africanos instalados no país numa perspectiva histórica de longa duração. O projecto dos CTT, organizado em torno da problemática das diferentes heranças culturais em Portugal, interessou-me muito, até porque, do ponto de vista demográfico e do ponto de vista temporal, a herança africana foi aquela que teve um 'peso' mais forte em Portugal, mais

2 Isabel Castro Henriques, *A Herança Africana em Portugal – séculos XV-XX* (Lisboa: CTT – Correios de Portugal, 2009).

longo e constante, mesmo sendo o menos visível, em termos de grandes produções, construções e marcadores culturais conhecidos e estudados.

ELS e BD: *No seu livro* A Herança Africana em Portugal, *a relação com a imagem e a cultura material* é exemplar. *Foi responsável pela pesquisa iconográfica? As legendas não são identificativas, as legendas são em si discurso historiográfico. A História de África foi desenvolvida pelo recurso ao estudo da cultura material e visual, processo no qual a Arqueologia, a Antropologia e a História da Arte foram essenciais. Como vê estas abordagens e usos metodológicos, sobretudo na sua relação com metodologias mais centradas na cultura escrita?*

ICH: Desde que estudei em Paris, a imagem, o documento iconográfico, surgiram sempre como um documento histórico, uma fonte, e não como uma ilustração de um qualquer texto ou de uma qualquer situação histórica. As diversas disciplinas que fiz na área da História da Arte e da Arqueologia permitiam-me aprender a olhar e a trabalhar os documentos desta natureza. Lembro-me que o primeiro trabalho que fiz para a universidade francesa, em 1970, foi para a cadeira de História da Rússia, em que escolhi fazer um estudo de História Urbana sobre a cidade de Moscovo. Foi completamente inovador em relação àquilo que eu tinha aprendido na Faculdade de Letras. Tive muita dificuldade, nunca tinha aprendido. Lembro-me que os meus colegas franceses começavam a preparar os seus *exposés* uma semana antes da apresentação, e eu andei uns dois meses a estudar para poder fazer uma coisa bem estruturada. E trabalhei sobre imagens da cidade e sobre cartografia da cidade nos séculos XVII e XVIII. E continuei a seguir sempre este método de trabalho nos vários estudos que fiz na universidade francesa, também porque aprendi com os muitos professores/historiadores que tive, discípulos da Escola francesa dos *Annales* que acreditavam, como dizia Lucien Febvre, que tudo aquilo que o homem toca, diz e fabrica dá informações sobre si próprio e fornece documentos que nos permitem a nós, historiadores, analisar as situações e fazer história.

O livro *A Herança Africana em Portugal* tem, efectivamente, essa preocupação. O livro saiu no princípio de 2009 e foi muito falado na altura. No lançamento, na Feira do Livro, apareceram muitos africanos pedindo o livro, mas o livro era caro e eu não podia oferecer nenhum. A situação marcou-me: queria chegar realmente às pessoas. Por isso decidi organizar a exposição a partir da minha investigação e do livro, publicando também um catálogo acessível, intitulado Os *Africanos em Portugal: História e Memória*. A exposição foi feita num suporte de cerca de vinte *roll-ups* de dois metros de altura por um metro de largura, muito fáceis de montar. A exposição ficou pronta em 2011 e continua a circular – vai a escolas, a liceus, a universidades, a arquivos, às freguesias, aos centros culturais, sempre acompanhada dos catálogos. Já foi a Angola, a São Tomé, a Cabo Verde, a Paris, a Espanha, ao Brasil. Entretanto, comecei a ser contactada por outro tipo de pessoas, por exemplo do sector do turismo cultural, mas também por associações africanas, como a Associação de Cabo Verde, que queriam mostrar a exposição. E também fui contactada, por exemplo, pela Associação Batoto Yetu Portugal, e por outras entidades que em 2016 começaram a organizar visitas guiadas aos lugares de memória dos africanos na cidade de Lisboa, nas quais eu também às vezes participo, como uma espécie de guia turística! Julgo que estas iniciativas despertaram depois o interesse das Juntas de Freguesia e da própria Câmara Municipal de Lisboa, que começou a organizar outras acções similares.

Há também um movimento internacional de divulgação da memória da escravatura e do tráfico de escravos, nomeadamente na Europa, para o qual em muito contribuiu o projeto "A Rota do Escravo". O projecto teve, de resto, um alcance global e desenvolveu nomeadamente uma acção pedagógica muito importante junto das escolas. Eu própria fui a escolas do ensino secundário falar aos alunos, por exemplo, ao liceu de Lagos, explicar a exposição e a questão da presença dos africanos em Portugal. E os miúdos, entre os 13 e os 17 anos, ouviram com interesse e colocaram perguntas.

ELS e BD: Não era possível em *1998, mas 20 anos depois foi.*

ICH: Foi possível até um pouco antes. Fui a Lagos há mais tempo, em 2009/2010 por causa da descoberta de um 'cemitério' de escravos africanos (155 esqueletos de homens, mulheres e crianças, a maioria do século XV-XVI, encontrados num local que serviu de lixeira urbana durante séculos) na cidade algarvia e nessa altura a exposição esteve lá. Hoje existe em Lagos um Museu da Escravatura. Também levei lá outra exposição que organizei para a UNESCO (Paris) sobre os lugares de memória da escravatura e do tráfico de escravos nos países africanos de língua portuguesa. Essa exposição foi o resultado de um trabalho internacional, levado a cabo por um grupo de investigadores que organizei, com elementos – historiadores – dos vários países africanos de língua portuguesa: uma angolana, uma moçambicana, um guineense, um cabo-verdiano e um santomense. Fizemos um trabalho de pesquisa intensa nos cinco países entre 1998 e 2000, com resultados muito interessantes, reveladores das diferentes sensibilidades nacionais – e diversas dentro de cada nação – perante esta problemática e dando conta de formas de silenciamento da escravatura e do tráfico de escravos em África, sobretudo em Moçambique e na Guiné, contrariamente, por exemplo, a Angola, onde o tema era já objecto de debate. Os países mudaram, e hoje os estudos africanos sobre esta matéria são já mais numerosos. Na Guiné, por exemplo, foi organizado e inaugurado em Cacheu, em 2016, um museu da escravatura, intitulado Memorial da Escravatura e do Tráfico de Escravos, de que fui consultora científica.

ELS e BD: *Na sua opinião, o que é que justifica que a escravatura tenha sido tratada de forma diferente nestes vários países?*

ICH: Cheguei apenas a uma conclusão provisória e sumária, pois a questão exige uma investigação mais profunda que, creio, está por fazer. Parece-me que o Islão pode ter alguma relevância nesta questão. Estamos em Moçambique e estamos na Guiné, portanto dois países

fortemente islamizados. O Islão em Moçambique continuou até ao século XX a desenvolver o tráfico de escravos. Não, não se pode dizer que foi o Islão, mas alguns Árabes, embora o Islão aceitasse e não condenasse com determinação. Nós sabemos que uma parte importante da escravatura contemporânea se desenrola no quadro de correntes relacionadas com uma parte do mundo árabe. No Arquivo Histórico de Moçambique existem fotografias do século XX de escravos acorrentados em caravanas no interior de África a caminho da costa oriental africana para serem exportados pelos navios árabes, no âmbito de um comércio negreiro do Índico com quase dez séculos de existência. Sublinhe-se que a actualidade da problemática foi também uma das questões que marcaram de forma significativa o Projecto UNESCO "A Rota do Escravo". Diria que a escravatura se foi recompondo e reorganizando, metamorfoseando, num processo interno de transformação de dentro para fora, criando-se novas formas de escravatura. Mesmo quando foi abolida a escravatura em finais do século XIX, em África, pudemos assistir à emergência de formas novas de violência no âmbito do sistema colonial, do trabalho forçado, que foram certamente formas novas de escravatura.

Historiografias de África

ELS e BD: *As histórias imperiais dos países europeus foram-se transformando também nos últimos vinte anos, nomeadamente na relação com a historiografia emanada da UNESCO* – A Rota do Escravo *e a* História Geral de África*, por exemplo. Como vê a relação da historiografia mais directamente promovida pela UNESCO e as historiografias desenvolvidas dentro de um enquadramento nacional europeu, nomeadamente pelos antigos países imperiais como Portugal?*

ICH: Em primeiro lugar, a *História de África* da UNESCO, começou por ser elaborada na década de 60, e a verdade é que, apesar da participação de historiadores e pensadores africanos como Cheick Anta Diop, reclamando-se da corrente historiográfica pan-africanista que emergiu

na América a partir de meados do século XX, ficou marcada pelos conhecimentos existentes e organizados no quadro das historiografias coloniais, procurando embora, desde essa altura, ultrapassar perspectivas eurocêntricas, recorrendo igualmente aos avanços verificados nas décadas de 50-60 no domínio das ciências sociais e da interdisciplinaridade entre diferentes matérias, em que se incluía a história. Se muitos foram os intelectuais europeus que quiserem proceder a uma revisão da história de África, desmontando ideologias e mitologias do passado que organizavam as historiografias europeias, a emergência de escolas historiográficas africanas particularmente importantes formou jovens historiadores, multiplicou a elite intelectual africana e deu voz nos seus escritos aos actores históricos fundamentais que eram, naturalmente, os africanos. A verdade é que nos vinte anos que decorreram entre os anos 1960 e os anos 1980 se verificou uma importante evolução na produção historiográfica e durante os anos 80-90 procurou-se sistematicamente libertar a história africana das marcas coloniais, descolonizar a escrita europeia da história africana, procurar outros caminhos para as historiografias africanas, multiplicando temáticas históricas muito ligadas aos problemas com os quais as sociedades africanas se confrontam na actualidade. Outros caminhos centrados precisamente na África e nas sociedades africanas contemporâneas. Nos anos 90, praticamente na viragem do século, assistimos a um momento importante de mudança da historiografia mundial, e também da historiografia africana contemporânea cada vez mais internacionalizada, com a multiplicação de redes de investigação, de projectos de pesquisa, de organização conjunta de eventos científicos à escala mundial. Os historiadores africanos estão hoje plenamente integrados nas dinâmicas historiográficas mundiais.

No caso da historiografia portuguesa e da sua relação com África, a situação de mudança tem sido lenta e poucos são os historiadores que trabalham a história de África, quer numa perspectiva endógena, privilegiando as dinâmicas internas, quer numa linha efectivamente liberta da dominância da história dos "descobrimentos" e da expansão portuguesa. Até 1974, a historiografia portuguesa passou ao lado da evolução da historiografia europeia centrada no estudo dos Outros, a

situação colonial impedindo a eliminação dos "óculos do colonialismo" e uma visão do mundo liberta da valorização exclusiva dos heróis e das práticas coloniais. Esta situação colonial impôs na sociedade portuguesa a consolidação de uma poderosa ideologia colonial, que fixou, através da escola, do ensino, da formação, um quadro de desvalorização sistemática dos africanos, reforçado pela guerra colonial. Multiplicaram-se contos, histórias, anedotas, bandas desenhadas, imagens que davam conta da selvajaria do preto, da maldade do preto, da antropofagia do preto, da preguiça do preto, do preto ladrão e do preto bêbedo. Muitas histórias para crianças e para jovens mostravam a natureza negativa e desqualificada do africano. A maioria da população portuguesa, que andava na escola nas décadas de 1940, 50, 60, aprendeu esta realidade, complementada com o heroísmo dos portugueses na sua tarefa de descobrir e civilizar o mundo. Foi, pois, um trabalho ideológico muito insistente, muito rigoroso, muito forte, muito marcante do imaginário português e muito formatador das consciências dos homens e mulheres portugueses, desde crianças até adultos, dispondo de uma frágil escolarização. Quando chegou o 25 de Abril, em 1974, assim se pensava a África e os africanos.

ELS e BD: *A História da Expansão, nas suas várias designações, também conheceu uma certa renovação interna.*

ICH: Exactamente. Penso que é evidente que a partir do 25 de Abril, sobretudo nos anos 80 e 90, vai havendo cada vez mais uma transformação da própria historiografia portuguesa, com o contributo de jovens historiadores, de intelectuais exilados que regressam ao país, com uma vontade de caminhar rapidamente na abertura de caminhos novos para alargar o conhecimento. Isso é verdade. É impossível não o dizer. Essa historiografia renovou-se. A renovação mais lenta, mais demorada, centrou-se numa historiografia portuguesa preocupada em valorizar os Outros, preocupada em organizar-se em torno dos Outros, em falar dos Outros, dando-lhes voz e ouvindo-os, não como apêndi-

ces da História de Portugal, mas essencialmente como figuras centrais, agentes principais de uma história autónoma, liberta precisamente da visão do passado.

ELS e BD: *A História de África, tal como a pratica, tem devolvido centralidade histórica às sociedades africanas na sua complexidade. No entanto, esta perspectiva tem sido mobilizada, por vezes, em favor da ideia de um protonacionalismo dos jovens Estados africanos, saídos dos processos de independência. Como vê a relação entre a História de África, praticada na perspectiva dos africanos, e o processo de afirmação nacional dos Estados africanos? Como* é que *o afrocentrismo praticado na História de* África *contribuiu para a afirmação e legitimação dos Estados nacionais africanos?*

ICH: Do ponto de vista da historiografia africana, assistimos a partir dos anos 1960-70 à emergência de correntes historiográficas afrocêntricas, com várias tendências, algumas das quais podemos designar de nacionalistas, procurando valorizar os africanos sem olhar crítico, centrando a história sempre nos feitos e nos heróis africanos, ignorando ou desvalorizando as relações com os "outros", com os europeus em particular, e o impacto dessas relações nas sociedades africanas. Essa historiografia afrocentrada, como dizia um historiador belga de História de África, é uma historiografia eurocêntrica de "pernas para o ar", que segue o mesmo percurso redutor da historiografia colonial, utiliza as mesmas metodologias, os mesmos conceitos e as mesmas categorias de análise, invertendo simplesmente as posições dos agentes da história. Se esta perspectiva historiográfica mobilizou sobretudo jovens historiadores do período pós-independências africanas, permitindo dar força à consolidação de uma consciência nacional então necessária e afirmar e legitimar os novos Estados, os seus trabalhos, centrando-se de uma forma mecânica na denúncia do colonialismo e nas resistências africanas ao poder colonial, foram ultrapassados pelas gerações seguintes, que têm vindo a organizar a história sobretudo para estudar e compreender

os mecanismos históricos geradores das situações vividas hoje na África contemporânea. Esta historiografia mais redutora do conhecimento histórico africano não se generalizou no continente, nem o seu impacto foi decisivo na escrita da história. Podemos ver hoje, no volume IX da *História Geral da África* da UNESCO (no prelo), em que participam muitos historiadores africanos, qual o tipo de trabalho historiográfico que elaboram, marcado pelos avanços da historiografia mundial contemporânea, as perspectivas que adoptam, as preocupações teóricas e metodológicas, as temáticas privilegiadas, as heranças historiográficas que concentram, por vezes, um pan-africanismo fundador da historiografia africana renovado: os seus estudos revelam uma consciência historiográfica aguda e uma vontade de esclarecer os percursos de uma história africana complexa, incluindo os espaços do mundo onde as diásporas africanas se concentram e as contribuições africanas para o conhecimento global são visíveis.

Também é importante ter em linha de conta a noção de pós-colonialismo e o modo como se olha a África nesse quadro teórico. Sabemos que as teorias fundadoras do pós-colonialismo têm as suas raízes em França e nos Estados Unidos, abrangem o estudo global da história dos muitos colonizados do século XX, reclamando-se de uma historiografia destinada a desmontar e a esclarecer a *história colonial*, numa perspectiva pós-colonial. Não estaremos aqui perante uma recuperação do conceito de colonial, como se africanos ou asiáticos, das várias origens, das várias nações, imaginemos nigerianos, tanzanianos, senegaleses, indianos, indonésios, não pudessem ter uma história autónoma para lá de uma história colonial? Ou dito de outra maneira: reforçar a existência de uma história colonial, que é essencialmente uma preocupação das historiografias e do pensamento ocidentais e não africanos, não será uma forma de reduzir a história dos Outros à relação com os europeus?

Não podemos ver nesta noção de pós-colonialismo a exaltação do colonialismo que forneceu a força para impor às sociedades africanas um perfil de sociedades dominadas, esquecendo que as independências derivam de um movimento destinado a recuperar as formas perdidas de autonomia? Não se tratará de uma ratoeira ideológica que recom-

põe os marcadores da desigualdade civilizacional e que garante, na sua dimensão-mundo, a consolidação das hierarquias da globalização, a emergência contínua de novas formas de hegemonia? A ineficácia do *pós* é evidente: não se dissolve o mundo no *pós*, pois todo ele responde às condições do *ante*.

A história dos muitos Outros é uma história autónoma, longa no tempo, muito para além da história colonial e dos tempos do colonialismo, que permite compreender todo o seu percurso e todo o seu passado histórico. Já em meados do século XIX, uma das figuras fundadoras da historiografia africana panafricanista e do pensamento africano anticolonial, o afro-antilhês, depois liberiano, Edward Blyden, afirmava que na muito longa história multimilenar africana, a colonização e a dominação colonial europeias, corolário lógico e previsível da escravatura e do tráfico negreiro, não representavam mais do que um momento a ser rapidamente ultrapassado.

Aqui há uns anos tive acesso à gravação de uma entrevista dada pelo Rei Ekuikui II do Bailundo (Angola) a dois jornalistas angolanos, exercendo assim uma das suas funções reais: organizar o discurso histórico e fixar e guardar a história do seu povo. Durante toda a entrevista, que é mais um monólogo da palavra ritualizada do rei, sem intervenções, nem perguntas, nem comentários dos jornalistas, que respeitosamente ouvem e gravam o discurso real, marcado por actos simbólicos que manipulam em particular objectos da natureza, Ekuikui II fala da história do Reino do Bailundo. O seu discurso recupera factos históricos, por um lado, oriundos da tradição oral do grupo, por outro lado, baseados no conhecimento do discurso historiográfico da região, permitindo-lhe traçar, sem cronologia, a evolução histórica do reino, sobretudo facilmente compreensível para os ouvintes atentos e conhecedores da história local. Durante as várias horas da entrevista, os portugueses foram apenas rapidamente solicitados duas vezes no discurso do rei: a primeira alusão surge para referir a introdução de missionários americanos na região, levada a cabo pelos portugueses; a segunda é a que se refere ao suicídio do comerciante português Silva Porto, que teve lugar no Bailundo em finais do século XIX. Porque a História do Bailundo

não é a história dos portugueses. A História do Bailundo é a história daquelas populações que migraram, que se estabeleceram, que fundaram e organizaram um reino que sofreu transformações económicas, políticas, religiosas num longo período da história até à actualidade, englobando naturalmente o curto período da colonização portuguesa do século XX, que transparece no discurso a partir de factos históricos que sabemos que tiveram lugar na época da dominação colonial. Por exemplo, a requisição de trabalhadores da região para as plantações de café do norte de Angola é apresentada como migrações africanas e não como um facto organizado pelo poder colonial português. Mas é uma história consistente, é um longo relato extramente interessante. Fala das dinâmicas económicas, das mudanças sociais, da organização da sociedade, das diferentes movimentações políticas, de como os reinos se organizaram ao longo da história. A marcação do tempo não é uma marcação datada, como acontece na maioria dos estudos dependentes da tradição oral. É marcada por fenómenos, por eventos, por acontecimentos de natureza diversa, que implicam um conhecimento prévio do período histórico e da história regional.

A musealização da história de África em Portugal

ELS e BD: *A História de África tem atendido à complexidade das sociedades africanas, da organização social às trocas comerciais. Essa atenção às dinâmicas históricas e internas do continente africano foi também o aspecto que resolveu destacar na exposição "Contar* Áfricas*!"*[3]*, com a escolha de uma estatueta usada no comércio intra-africano. Esta exposição distancia-se das narrativas mais comuns das grandes exposições. Teve oportunidade de ver a exposição e analisar de perto as outras peças escolhidas?*

ICH: Vi a exposição. Constatei que algumas peças são objetos efectivamente africanos, como a estatueta que eu escolhi, que permitem contar as rea-

3 A exposição "Contar Áfricas!" decorreu entre 25 de Novembro de 2018 e 21 de Abril de 2019, no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, e definiu-se como "exercício científico-metodológico". Para mais informações sobre a exposição, consultar: https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/nova-exposicao-contar-africas/ (acedido a 27 de Julho de 2019).

lidades internas africanas. A estatueta de madeira oitocentista que propus representava um comerciante songo (Angola) montado num boi-cavalo, e tinha como objectivo pôr em evidência a secular importância da actividade comercial nas economias e nas sociedades africanas, implicando modos de organização e de gestão muito estruturados e ritualizados que revelavam a racionalidade económica africana. A presença de pássaros esculpidos, símbolos dos espíritos e da fertilidade reprodutiva necessária aos bons negócios, integrando a pequena escultura, regista a dimensão religiosa, sagrada, ritual que marca a esfera comercial, como marca toda a vida social africana.

Mas a exposição apresentava outro tipo de objectos, fruto das relações dos africanos com o exterior. Por exemplo, um objeto de certa forma pomposo, um casaco de homem feito em tecido de fibra vegetal. Oriundo de Cabo Verde, utilizando matéria-prima e técnica africanas, era a cópia de um modelo europeu. Portanto, é diferente do objecto intrinsecamente africano. Digamos que os africanos não o fabricaram para uso próprio, é certamente uma encomenda. Tal como a caixa de hóstias e os marfins, que são igualmente encomendas portuguesas. Os africanos não trabalhavam o marfim daquela maneira. Consoante as regiões, o marfim tinha várias funções sociais, era utilizado pelas populações, fabricavam olifantes, comerciavam as presas de elefante ou guardavam-nas como objectos raros assegurando o prestígio e o poder dos chefes. O marfim não era, de uma forma geral, uma matéria para esculpir objectos destinados a desempenhar uma função ritual/sagrada, como as estatuetas, as esculturas, os cachimbos, fabricados com outras matérias-primas. Mas sublinhe-se a capacidade técnica dos africanos na resposta hábil às encomendas do exterior: o objecto encomendado também se torna um objecto africano, servindo em particular para assegurar as relações comerciais e sociais com os europeus.

ELS e BD: *Cada investigador teve essa liberdade de escolher "Contar África" a partir de peças africanas ou encomendadas noutros países.*

ICH: Completamente. Seria interessante ter nesta exposição um texto escrito pelos africanos, em língua africana e em suporte de folha de ba-

naneira. Há documentos angolanos em particular que são escritos por africanos em folha de bananeira ou em folha de papel, numa língua local, mas também às vezes em língua portuguesa. Porque desde o século XVII foram muitos os africanos que aprenderam com os missionários a ler e escrever português, os ambaquistas de Angola, por exemplo.

ELS e BD: *Num registo das interpenetrações entre as várias sociedades em presença em territórios africanos, parece-nos particularmente sugestiva a escolha, para abertura da exposição, de um documento oficial, escrito em português, mas com funções de comunicação entre dois reinos africanos. O documento foi escolhido por Ricardo Roque*[4] *e julgamos que visa destacar o facto de a própria carta não ter apenas uma função informativa burocrática, entre um e outro reino, mas ter também uma função de feitiço – ou seja, a carta tinha poderes mágicos. E assim são-nos sugeridas outras funções de uma carta oficial, mesmo quando é portadora da palavra burocrática de uma sociedade organizada, num determinado contexto cultural.*

ICH: Exactamente. Acho que foi uma boa ideia do Comissário da Exposição, António Camões Gouveia. De uma forma geral, os objectos escolhidos 'contam' a África, 'falam' das realidades históricas africanas, quer sejam marcados pelas matrizes culturais seculares africanas, quer resultem da africanização de propostas ou encomendas exteriores, mas nem sempre os textos e as interpretações apresentados são suficientes e reveladores da pertinência cultural e das muitas dinâmicas veiculadas pelos objectos. Penso que falta nesta exposição talvez um catálogo consistente capaz de colmatar as lacunas do conhecimento patentes nas fichas e nas brochuras publicadas. Também não é claro para um turista que visite a exposição a importância do facto de esta se realizar no

4 A escolha de Ricardo Roque da carta de D. Sebastião Agombe, Dembo Qilumbo Quiacongo, a D. Sebastião Francisco, Dembo Caculo Canzega (1913), do Arquivo dos Ndembu, assentou no trabalho de Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos, em particular na publicação da obra *Africae Monumenta. A apropriação da escrita pelos africanos* (Lisboa: IICT, 2002). Mais informações sobre a "carta com feitiço", aqui: http://www.buala.org/pt/vou-la-visitar/arquivo-da-exposicao-contar-africas.

Padrão dos Descobrimentos: teria sido interessante enquadrar também a exposição nessa perspectiva.

ELS e BD: *Imaginamos que tenha uma visão muito própria sobre o Museu dos Descobrimentos ou Museu da Descoberta. Tem acompanhado o debate?*

ICH: Assinei a carta aberta que me chegou da Ângela Barreto Xavier e da Filipa Vicente, publicada no *Expresso*. É uma polémica que me causa algum desconforto, porque se assistiu a posições muito ideologizadas, mas também supérfluas e pouco consistentes do ponto de vista reflexivo, a muitas opiniões repletas de certezas, quando, para mim, a questão é complexa, difícil de resolver, suscitando-me muitas interrogações, muitas dúvidas.

A questão da expansão portuguesa no mundo durante vários séculos é certamente uma das questões históricas centrais da História de Portugal: porque não organizar então um museu relacionado com a expansão portuguesa, que abordasse esse fenómeno histórico e as diferentes vertentes que o marcaram? Como designá-lo, é questão que exige reflexão. Eu diria que um Museu dos Descobrimentos – período que engloba os séculos XV e XVI – é redutor do ponto de vista da longa duração e da complexidade da expansão, e consequentemente da história portuguesa. Além disso, recupera o conceito de Descobrimentos sobre o qual importa reflectir. Para além de veicular a ideia falsa do descobrimento de espaços novos do mundo que seriam desconhecidos, quando não o eram, em primeiro lugar, para as populações que os habitavam e que dispunham de uma história e de culturas plurisseculares – mesmo se recusadas pelos portugueses da época –, e em segundo lugar, para as muitas relações intercivilizações já existentes, é também um conceito que adquiriu uma força historiográfica e uma utilização ideológica de legitimação das politicas portuguesas ultramarinas no último quartel de Oitocentos, e que veio a reforçar-se durante o período colonial, contribuindo para a consolidação de uma ideologia colonial de violên-

cia e de desvalorização dos Outros. Nesta visão valorizam-se os heróis portugueses, os projectos e as acções do Estado colonial nos espaços colonizados, procedendo-se, no mesmo movimento, à desclassificação e inferiorização das populações dominadas. É, pois, um conceito que assenta nas ideias de supremacia e hegemonia portuguesas nas relações com os Outros, e na recusa do reconhecimento das suas histórias, das suas identidades e das suas dinâmicas civilizacionais.

Depois, o recurso à noção de "descobertas" aparece como uma frivolidade que recupera a terminologia francesa (*découvertes*) ou inglesa (*discoveries*), para não enfrentar a carga ideológica do conceito de descobrimentos.

Uma primeira questão é saber se efectivamente é urgente, se é necessário e se se justifica no quadro cultural português de hoje, construir um museu consagrado à expansão portuguesa. Um museu que mostre os percursos e os particularismos culturais, sociais, económicos, religiosos, científicos e técnicos desse fenómeno histórico que marcou a vida dos portugueses ao longo de muitos séculos, pondo em evidência a totalidade do processo expansionista, com os seus aspectos positivos – desenvolvimento tecnológico, conhecimento científico, novos saberes nas áreas da botânica, da zoologia, da geografia, dos mares e dos rios, da navegação e muito mais – e também negativos – a escravização das populações africanas, o tráfico negreiro, a escravatura, a exploração dos ecossistemas, das naturezas, das riquezas, as relações desiguais, as formas de destruição cultural e física dos Outros. Uma profusão de questões que decorrem de séculos de viagens, de explorações, de contactos e de relações entre povos e culturas do mundo.

Uma segunda questão, de natureza prática e que já foi colocada, tem que ver com os conteúdos museológicos de um tal museu: onde estão as colecções destinadas a preencher uma tal instituição museológica? O que expor? Porque a verdade é que todos os objetos que poderiam ser utilizados, que responderiam a essas necessidades museológicas – pinturas, esculturas, objectos diversos, mapas, documentos, etc. – estão espalhados por uma série de museus e de arquivos portugueses, integrando as respectivas colecções. Seriam esvaziadas? As pinturas

que estão, por exemplo, no Museu de Arte Antiga, que se referem a esta temática, passariam para o novo museu?

Não é naturalmente possível trabalhar a questão da expansão sem falar dessa vertente comercial singular que foi o tráfico negreiro organizado no continente africano para satisfazer as necessidades de mão-de-obra escravizada nas Américas e depois o desenvolvimento do sistema esclavagista, nomeadamente no Brasil.

Tem sido sugerido que seria criada, no interior desse Museu das Descobertas, uma secção sobre o tráfico de escravos e a escravatura, factos históricos que atingiram a sua plenitude dramática nos séculos XVII e XVIII. Pelo que sendo um museu centrado nos descobrimentos portugueses, a questão não seria talvez irrelevante, mas muito aquém da sua dimensão real. Por outro lado, o fenómeno histórico da escravatura atlântica teve um impacto mundial de uma imensa amplitude, que não pode reduzir-se a um aspecto da expansão portuguesa ou europeia: a criação das novas sociedades americanas, a organização cultural, nacional, identitária de novos espaços do mundo, o alargamento, o conhecimento e os sincretismos culturais e religiosos, a construção do capitalismo europeu, a destruição de sistemas sociais e culturais africanos, a dimensão geográfica e temporal plurissecular do fenómeno, os sistemas modernos de exploração das humanidades que emergiram... O fenómeno esclavagista foi-se transformando e adquiriu novas formas no quadro actual da globalização.

Por todas estas razões, surgiu ainda a proposta de um Memorial em Lisboa, para homenagear e lembrar as populações escravizadas, mas também se formou a ideia de organizar na capital um Museu da Escravatura, à semelhança daquele que foi inaugurado em Lagos em 2016, na sequência das descobertas arqueológicas de mais de 150 esqueletos de homens, mulheres e crianças africanos datados dos séculos XV a XVII, que tiveram lugar nessa cidade algarvia, em 2009. É uma ideia que considero pertinente dentro desta lógica de compreender a escravatura como um fenómeno mundial, no tempo e no espaço. Mas é também um museu 'redutor', se quisermos sobretudo pôr em evidência, valorizar e desmontar o silenciamento que houve em torno das

sociedades de África. Não vou retomar os argumentos que já apresentei nesta entrevista, mas relembro o que disse: a instituição museológica a criar para mostrar historicamente e culturalmente a África de forma rigorosa, abrangente e informativa, seria provavelmente um Museu de África, onde as singularidades civilizacionais e as realidades históricas africanas pudessem exprimir-se na sua plenitude e diversidade. Temos em Lisboa um Museu do Oriente, teria sentido histórico um Museu de África, continente com o qual as relações de Portugal foram as mais intensas, continuadas, seculares e continuam privilegiadas, para além das muitas comunidades africanas que viveram e deixaram marcas no passado e permanecem hoje no país.

ELS e BD: *Para terminar, e porque temos estado a falar de cultura material e de museus, qual é a sua opinião acerca do debate que tem havido em França e na Alemanha em relação à restituição dos objectos e obras de arte trazidos das ex-colónias? Pode ser um assunto que venha a surgir em Portugal?*

ICH: É uma questão difícil de abordar. Muitos objetos são africanos ou indianos ou indonésios. Alguns, possivelmente muitos, foram pilhados, outros foram recolhidos, outros foram oferecidos, outros ainda foram comprados. Estes objetos têm origens diferentes, que é preciso estudar, analisar, perceber caso a caso antes de definir o que fazer. É preciso pelo menos perceber essas múltiplas origens. O comerciante e explorador português Silva Porto, que viveu várias décadas na Angola do século XIX, e que deixou uma documentação escrita muito importante para o conhecimento da história dessa região africana, conta, num dos seus relatos que, um dia, um quioco lhe bateu à porta para lhe vender uns 'bonecos', como eram designadas as estatuetas africanas nesses textos da época. Silva Porto comprou os 'bonecos', objectos então muito solicitados na Europa do final de Oitocentos, à procura do exótico e das colecções dos povos 'primitivos'. Refira-se que os quiocos eram hábeis escultores, as suas estatuetas sendo utilizadas ritualmente por eles e

por outras populações angolanas como os lundas. A natureza simbólica ligada ao culto dos antepassados exigia manipulações específicas destes objectos para os sacralizar. Tal situação impedia a sua comercialização, o que nos leva a admitir que os objectos propostos a Silva Porto não tinham passado pelos rituais de sacralização. Para compreender esta situação, podemos pensar que ela se integra na vivência e nos interesses dos quiocos, na segunda metade do século XIX, em desenvolver as práticas comerciais com os europeus, multiplicar os negócios, integrar e usar objectos e técnicas europeias capazes de lhes permitir a modernização das suas estruturas tradicionais. Será que estas estatuetas foram trazidas para Portugal integrando o espólio de Porto e encontrando-se provavelmente numa das instituições que o conservam, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, por exemplo?

Mas estes objectos africanos ou de outra origem que existem entre nós podem ser de natureza diferente, móveis e imóveis, objectos de laboração e trabalho das populações locais ou encomendas, ou ainda produzidos de outras formas. A questão também se pode colocar a respeito de bens imóveis, como construções, por exemplo. Temos em Portugal construções que marcam a nossa história, mas foram obras de Outros que por cá passaram, se fixaram, produziram. O Templo de Diana deverá ser entregue a Roma? E o Castelo dos Mouros, em Sintra... entregue aos Árabes? Parece absurdo... mas a questão pode, nesta lógica de restituição de objectos, não ser irrelevante.

O que nos leva à questão do património português no mundo, questão que tem sido objecto de estudos, de publicações, de reflexões. Se pensarmos que os castelos mouros integram o património português, por que razão a fortaleza de São Jorge da Mina, no Gana, não é património ganês, sendo reclamado pelos portugueses, não pelos ganeses, como património português? Quais os critérios que definem a pertença patrimonial? O projecto, o modelo, o sistema de produção e de trabalho, os materiais e as técnicas utilizadas, os trabalhadores, o uso e a utilização através da história? Certamente uma vasta panóplia de critérios, que devem, no entanto, ser igualmente respeitados para definir uma qualquer construção, seja ela na Europa ou em qualquer outra região do mundo.

ELS e BD: *A própria questão de atribuir nacionalidade ao património, seja ele português ou ganês, dificilmente nos permite sair do enquadramento nacional de uma história que estuda territórios antes de se afirmarem como nações ou Estados.*

ICH: A maioria destas construções é 'mestiça', fruto do cruzamento e da intervenção de várias humanidades, de vários sistemas, de várias técnicas. Mas a sua localização num território específico tem um sentido histórico nacional, agindo na vida das populações, o que remete, naturalmente, estas construções para o património dos espaços nacionais onde estão inscritas. Mesmo que as nações que hoje existem e as integram sejam recentes, existiam já as suas matrizes históricas e culturais, que naturalmente foram evoluindo e se fixando ao longo dos séculos, marcadas pelas diferentes conjunturas que se foram sucedendo no tempo.

ELS e BD: *Consegue fazer um balanço da influência científica da História de África nos espaços de língua portuguesa que estudou? A História de África está finalmente descolonizada?*

ICH: Creio que a vossa questão aborda dois problemas diferentes, que se podem cruzar, mas que exigem reflexões autónomas. O primeiro problema remete para a situação actual do conhecimento, da produção científica e cultural, mas também do ensino e da formação nos espaços de língua portuguesa, o que envolve uma multiplicidade de questões, mesmo se as reduzirmos a um único país. Eu não estudei especificamente espaços de língua portuguesa, o que eventualmente poderia ter acontecido se a minha perspectiva historiográfica africana se organizasse em torno de uma concepção colonial portuguesa ou então nacionalista da história. Estudei particularmente, em termos regionais, a história da África ocidental central, onde se situam as sociedades angolanas, que ao longo de séculos ocuparam territórios de fronteiras variadas, que não se limitavam ao espaço da Angola colonial, depois Angola indepen-

dente, cujas fronteiras datam do século XX. Se privilegiei nas minhas investigações as realidades oitocentistas e coloniais do século XX, foi sempre numa perspectiva de longa duração, que recuava a matrizes por vezes longínquas no tempo, marcada pela vontade de compreender os fenómenos históricos que emergiram em quadros relacionais entre africanos, e também entre africanos e europeus, sobretudo portugueses, centrando a minha reflexão histórica nas dinâmicas africanas, nos movimentos sociais, económicos, políticos das 'nações' africanas regionais, nos seus projectos, nas suas escolhas, nas suas formas de construir e gerir a sua história que é a história de África. Uma história fixada oralmente, transmitida de geração em geração, preservada pelos mais velhos e por aqueles que tinham essa função social, também registada através da escrita de alguns africanos, uma história igualmente fixada nos relatos europeus, sobretudo a partir do século XIX, que permitiu organizar histórias escritas e construir lentamente, na articulação do escrito e do oral, uma historiografia regional, hoje designada como angolana. A historiografia angolana foi um processo complexo, marcado também por construções historiográficas muito ideologizadas no século XX, em perspectivas antagónicas, como são as que caracterizam a historiografia colonial e a historiografia dos movimentos anticoloniais de libertação nacional. Hoje, a historiografia angolana, que conta já com uma produção e um ensino universitário de décadas, com investigadores e professores que se têm vindo a multiplicar e a actualizar no quadro de uma historiografia mundial, centra os seus trabalhos, a sua reflexão, a escolha dos métodos e categorias de análise e os seus caminhos de pesquisa nas problemáticas contemporâneas africanas e angolanas, abordadas na perspectiva histórica. As limitações que ainda permanecem e que decorrem da marca pesada das historiografias do século passado, em particular colonial e o seu oposto anticolonial, associadas às situações vividas na história recente de Angola – a guerra colonial/de libertação nacional e a guerra civil –, vão sendo ultrapassadas graças ao estudo de fontes variadas, às múltiplas contribuições nacionais e internacionais, a uma consciência histórica mais sólida que se vem afirmando à escala global.

O segundo problema da questão que me colocaram tem que ver com aquilo que chamou indirectamente "a descolonização da História de África". A construção escrita da História de África, ou dito de outra maneira a construção da historiografia africana, foi um processo complexo muito ideologizado que se iniciou em meados do século XIX, tendo como matrizes fundadoras as correntes pan-africanistas que emergiram nos EUA e nas Antilhas, através de pensadores americanos negros que procuraram fixar, valorizar e consciencializar as massas negras americanas da existência de uma longa história de África, marcada por dinâmicas civilizacionais múltiplas. Estes intelectuais e as suas propostas teóricas e históricas vieram a desempenhar um papel relevante na emergência de uma elite intelectual africana que se afirmou no século XX. A utilização do conceito de História e a escolha da dimensão histórica africana tornaram-se categorias fundamentais na construção dos nacionalismos africanos e instrumentos de reflexão e luta contra o colonialismo europeu. Esta perspectiva historiográfica pan-africanista coincidiu no tempo com uma historiografia colonial que naturalmente, e apesar das múltiplas formas que adquiriu, se centrava na valorização dos projectos e das acções europeias em África e na sua legitimidade, e no mesmo movimento na desvalorização cultural, histórica, civilizacional dos povos africanos. A partir dos anos 1950-1960, a historiografia africana integrou novas correntes de pensamento e de construção da sua história, incluindo contribuições disciplinares oriundas sobretudo das ciências sociais e ideologias e teorias formuladas no mundo ocidental, que propiciaram a abertura de novos caminhos, novas temáticas, novos conceitos, novos problemas, que consolidaram a escrita contemporânea da História de África. O que pode então significar "descolonizar a História de África", se ela resulta de um processo de construção longo, plural, complexo, internacional e interdisciplinar? A História de África não é a história colonial, embora a história colonial também tenha contribuído para a sua construção e fixação escrita. A História de África não tem que se descolonizar... A descolonização é um processo que lhe é simplesmente externo e que diz respeito às historiografias ocidentais que, essas sim, forneceram leituras históricas deformadoras

da história de África, baseadas nos valores e nos princípios teóricos do colonialismo europeu.

Como definir *descolonizar*, que conteúdos atribuir a esta noção hoje banalizada?

A natureza hegemónica da colonização e do colonialismo impôs a noção eurocêntrica de descolonização, nos princípios dos anos 60, ignorando o papel dos povos dominados no processo da sua libertação e reduzindo no mesmo movimento a importância das independências, umas obtidas pacificamente, outras, como no caso português, conseguidas após anos de guerra, de violências, de combates, de destruições.

Muitos historiadores (e outros) utilizaram (e utilizam) abundantemente esta categoria, por comodidade ou não, tendo-a banalizado na maioria das sociedades ocidentais, confundindo-a com as independências, como se o passado pudesse ser eliminado. O que quer dizer 'descolonização'? A retirada da potência colonizadora? As operações desencadeadas pelos movimentos de independência? Um acto justo que demonstra o reconhecimento europeu da violência colonial? Uma benesse oferecida pelos colonizadores aos colonizados? Um processo político? Económico? Social? Intelectual? A ambiguidade do termo permite evitar pensar a colónia na sua globalidade, cria/reforça a noção de 'situação pós-colonial', que se segue à 'situação colonial', antecedida pela 'situação pré-colonial', categorias sem consistência que recusam a autonomia histórica e cultural do Outro.

O discurso e a linguagem dos historiadores ocidentais não estão ainda totalmente descolonizados... Dito de outra maneira, são as historiografias ocidentais que ainda não se descolonizaram completamente, tarefa urgente para pensar o mundo global. É o caso da historiografia portuguesa, muito tempo marcada por mitos e estereótipos legitimadores do colonialismo português e falsificadores das realidades sociais e culturais africanas, negando aos africanos a existência de uma história autónoma e a sua condição de sujeitos e de agentes da História. Descolonizar a história é libertar a reflexão histórica dos valores fundamentais da dominação colonial, através do conhecimento das nossas reali-

dades do passado, desconstruindo mitos historiográficos persistentes redutores do Outro, introduzindo abordagens inovadoras de problemas históricos do passado, recorrendo a uma panóplia alargada de instrumentos teóricos e conceptuais que a interdisplinaridade nos permite utilizar, mas também devolvendo a palavra aos silenciados da história e reconhecendo a autonomia e a singularidade dos seus percursos históricos seculares.

Referência para citação:
Henriques, Isabel Castro. "As histórias da história de África." Por Elisa Lopes da Silva e Bárbara Direito. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 221-257.

Vitorino Magalhães Godinho e a questão da escravatura

Diogo Ramada Curto*

No centenário de Vitorino Magalhães Godinho, é natural derrapar no elogio fácil ou, no extremo oposto, na contestação deste ou daquele argumento. Confesso que, durante os meus anos de aprendizagem junto do mestre, sempre preferi o caminho da frontal provocação. Bastava, é claro, referir, à sua frente, alguns nomes e, a partir deles, evocar os seus respectivos programas, para suscitar a discussão. Assim acontecia, sobretudo, com um conjunto de intelectuais franceses, a começar por Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault, Pierre Bourdieu ou o mais jovem, à época, Roger Chartier. Qualquer um destes autores pôs em causa as análises estruturais e o projecto de uma história total, tal como foram propostos por Lucien Febvre e Fernand Braudel, que Magalhães Godinho adoptara como guias das suas investigações, ainda antes de partir para França. Considerando, note-se bem, ter sido discípulo do primeiro e colega do segundo, como várias vezes nos repetiu.

Repare-se, também, que a reacção a tais provocações nada tinha de novo. Em 1968 – quase dez anos decorridos desde que defendera o seu Doutoramento de Estado na Sorbonne, na situação em que se encontrava fora da universidade portuguesa por ter sido demitido pela segunda vez, por razões de perseguição política – escrevera, contra os que punham em causa o seu projecto de fazer história: "Discuta-se

* Diogo Ramada Curto (dcur@fcsh.unl.pt). Instituto de Política e Relações Internacionais (IPRI), NOVA FCSH. Rua de D. Estefânia, 195 - 5ºD, 1000-155, Lisboa, Portugal.

Lévi-Strauss, Barthes, tudo quanto se queira: mas faça-se a análise estrutural da nossa sociedade, da nossa economia, das nossas maneiras de sentir, pensar e de nos comportarmos"[1]. De qualquer modo, será inútil vir agora a terreiro para reconstituir o sentido de tais provocações – tão escusado quanto o exercício mais ou menos hagiográfico que consistiria em lhe fazer o elogio – e repetir a classificação das suas acções, distribuídas pela investigação, o ensino e a intervenção cívica.

O exercício que me proponho realizar é de um outro teor. Ou seja, não se trata nem de elogiar o mestre a quem tantos, nos quais me incluo, são devedores de muitas lições acerca da maneira de fazer história, e não só, também acções de vida e de consciência cívica; nem de uma provocação baseada num confronto, tal como todos os que lhe fomos próximos tentámos fazer, numa espécie de luta de gerações. O objectivo deste exercício, assumidamente de carácter analítico, consiste em procurar situar a relevância da escravatura ou, mais precisamente, da mão-de-obra e do tráfico de escravos no interior da obra de Magalhães Godinho. O problema colocado por uma análise deste tipo – e que, por isso mesmo, servirá de fio condutor – diz respeito ao peso atribuído à escravatura, no interior de um processo mais vasto de expansão e de construção de um império colonial.

Definido o objectivo e formulado o problema, mesmo que de forma sumária, será necessário começar por enunciar alguns obstáculos. A primeira barreira diz respeito ao facto de este exercício se mostrar contrário à preocupação englobante, orientada sobretudo para a percepção das grandes estruturas, que percorre toda a obra de Magalhães Godinho. Ao particularizar um único aspecto, o da escravatura, não estaremos a ir no sentido contrário ao da intencionalidade do mestre? Ora, no decurso da própria análise, julgo que será possível demonstrar que a questão da mão-de-obra e do tráfico de escravos está por todo o lado, sendo difícil de acantonar numa outra gaveta, devido ao facto de manter relações constantes com as mais diversas estruturas económicas e sociais. Aliás,

1 Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios. Sobre História de Portugal*, vol. 1 (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968), xi.

a preocupação em perceber conjuntos, denominados "complexos histórico-geográficos", a uma escala macro e nos diversos ritmos temporais, a começar pela longa duração, correspondeu, no trabalho de Magalhães Godinho, a outros esforços que se afiguraram constantes.

Antes de mais, refiro-me às sucessivas tentativas de elaboração de planos, arrumados sempre em função da apreensão de estruturas dinâmicas, e destinados a responder a ideias de conjunto. Nesta sequência, repare-se no facto de a obra de Godinho ser atravessada por constantes reformulações, revisões e aperfeiçoamentos. Os quatro volumes de *Ensaios*, a que se seguiram dois de *Estudos e Ensaios*. A nova terceira parte que a primeira edição em português de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* acrescentou à edição francesa (havendo uma quarta parte relativa aos aspectos culturais que chegou a ser pensada, mas que não se concretizou). As quatro edições de *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, com uma última em 1980 e que não voltou a ser publicada, livro que resultou de um "trabalho analítico" mais vasto, inicialmente concebido como *Estrutura e Conjuntura da Economia Portuguesa, Séculos XV-XIX*, em vários volumes, nos quais se trataria, "sempre que possível estatisticamente, as finanças públicas, os movimentos de preços e comerciais, as viragens estruturais e suas relações com a política económica, algumas ideologias, a textura das relações fundamentais da sociedade"[2]. A composição de *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*, que aproveita e reorganiza textos publicados anteriormente.

Em todas essas obras prevalece a ideia de um plano de conjunto, acompanhado pela sua permanente revisão e melhoramento. Depois, na organização de todos esses planos e abordagens de conjunto, Godinho explicitou as suas filiações intelectuais, tal como sucedeu em relação a Sérgio, Cortesão, Veiga Simões ou Duarte Leite, ou como teve o cuidado de fazer em relação aos referidos historiadores franceses e a outros que tanto presava, como todos os que praticaram uma história económica fundada na reconstituição de séries de preços (Hamilton, Labrousse,

2 Vitorino Magalhães Godinho, entrevista conduzida por António Borges Coelho, *Seara Nova* 1480 (Fevereiro 1969): 56.

Meuvret, etc.)[3]. Fê-lo, estou convencido, de forma militante, tal como se através de tais referências ficasse assinalada a sua inserção numa espécie de trabalho colectivo que tanto presava. Por último, o estudo das estruturas incluía uma particular atenção aos ritmos temporais que se sobrepunham: do tempo longo e das curvas de preços à necessidade de estabelecer periodizações e assinalar mudanças, das inércias associadas a arcaísmos e persistências do Antigo Regime a uma constante atenção aos factores de modernização.

Um primeiro momento da história económica e social

Dois livros iniciais balizam um primeiro momento de construção de uma obra, correspondendo a sua feitura ao período anterior à partida para França: *A Expansão Quatrocentista Portuguesa: Problemas das origens e da linha de evolução* (Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1944) e *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, t.º I (Lisboa: Terra Editora, 1947). Através dessas duas obras, será possível reconstituir meia dúzia de directrizes de um programa de investigação que começava a ser cumprido: (i) em primeiro lugar, pretendia-se fazer uma história económico-social do processo da expansão europeia e das grandes transformações que provocara, sem com isso descurar o ponto de vista dos próprios europeus; (ii) em segundo lugar, impunha-se estudar, também na perspectiva económico-social, os continentes não europeus até à expansão europeia, tomando em linha de conta o "ponto de vista dos indígenas com que os europeus contactaram"[4]; (iii) em

3 *Idem*, *Introdução à História Económica* (Lisboa: Livros Horizonte, 1970), 185. Tentativas de organização de tais listas de autores, que indicam inserção e gosto pelo trabalho colectivo, são extensivas à historiografia brasileira, conforme se pode ver em *Idem*, *Ensaios*, vol. I, 289.

4 *Idem*, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, t.º I (Lisboa: Terra Editora, 1947), 10. Um dos pontos mais altos da atenção dada por Godinho à relevância das sociedades e economias não europeias encontra-se, mais tarde, na explicação acerca da crise do ouro da Mina e da Guiné, quando pôs a tónica não tanto na concorrência europeia pelos mercados africanos, mas nos conflitos que dividiam os comerciantes magrebinos dos negros que procuravam controlar os mercados sahelianos, mas não contavam com o apoio do império sonrhai do Gao; era neste quadro que os portugueses viam a sua influência diminuir, pois "a presença xerifiana em Tombuctu e em Gao, um império estendendo-se do Mediterrâneo às margens do Senegal e do Níger, que sombria ameaça não representava para as feitorias e resgates portugueses no litoral atlântico!". *Idem*, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 1 (Lisboa: Arcádia, 1963-1965), 193-202, *maxime* 201.

qualquer destes casos, existe uma preocupação pelas fontes – muitas delas a dormir "o sono dos arquivos, praticamente inacessíveis a quem se aventura a querer ascender a uma visão de conjunto"[5] – conforme já começara a demonstrar com a publicação dos *Documentos sobre a Expansão Portuguesa* (Lisboa: Gleba, 1943, 1945, 1956); (iv) depois, haveria que considerar tanto uma preocupação pela história de Portugal, a começar pelas suas estruturas económicas, a desenvolver sempre a par de uma outra respeitante à história universal; (v) bem como uma directriz mais interdisciplinar, segundo a qual seria preciso articular a história económica e social com a aprendizagem da economia e da sociologia, isto é, trata-se de defender a todo o custo o projecto de uma "historiografia com fundo sociológico", uma "historiografia de base sociológica, porque científica"[6]; (vi) uma última directriz assume a forma de combate e de crítica, incluindo a denúncia frontal, tantas vezes desqualificada através da sua redução ao gosto pela polémica.

Exemplo de uma atitude militante de combate por uma história preocupada em compreender os grandes conjuntos da história universal e, por isso mesmo, capaz de criticar as perspectivas mais míopes encontra-se, por exemplo, no prefácio que Godinho escreveu para a *História Económica da Grécia*, de Gustavo Glotz (1946; intitulada em francês *Le Travail en Grèce: histoire* économique *de la Grèce*, Paris: Félix Alcan, 1920), bem como nalgumas das notas à tradução portuguesa de Gordon Childe, *O Homem Faz-se a Si Próprio* (1947), ambas as obras integradas na série "A Marcha da Humanidade" das Edições Cosmos[7].

5 *Idem*, *ibidem*, 10-11.

6 Vitorino Magalhães Godinho, *Comemorações e História (A Descoberta da Guiné)* (Lisboa: Seara Nova, 1947), 50-51.

7 Gordon Childe, *O Homem Faz-se a Si Próprio: o progresso da Humanidade desde as suas origens até ao fim do Império Romano*, trad. e notas de Vitorino Magalhães Godinho e Jorge Borges de Macedo (Lisboa: Cosmos, 1947), 170 [No qual, em nota, Godinho opõe, à interpretação do autor acerca da escravatura, uma ideia sugerida por Jacques Pirenne]. Pela mesma época, Antonino de Sousa e Flausino Torres fizeram um uso extenso das obras de Glotz, nomeadamente no seu livro intitulado *Primeiro Império Comercial*, vol. I – *Evolução Política e Social* (Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1946), 207-08. Quatro aspectos desta última obra afiguram-se relevantes, aproximando-se de algumas das preocupações de Magalhães Godinho: (i) a emigração para as colónias gregas tinha como motivos capitais razões de natureza económica, *idem*, 43; (ii) a expansão colonial vai a par com a "formação de uma classe de mercadores", *idem*, 49, 62-63; (iii) esta última entra em conflito com a "aristocracia agrária", tendo em vista decidir a direcção da sociedade, *idem*, 49, 201; (iv) uma sociedade mais comer-

No interior das tentativas destinadas a dar a conhecer os caminhos de uma história universal, para assim quebrar com o provincianismo de uma história nacional, multiplicavam-se os quadros de conjunto.

O tratamento da escravatura, enquanto mercadoria associada a formas de exploração económica e social, impunha-se[8]. E não adiantava escamotear estas mesmas realidades, para continuar a alimentar mitos de celebração dos heróis. Talvez, por isso mesmo, com o propósito claro de desfazer tais mitos, num texto que tem mais o formato de um manifesto sobre as Comemorações da Descoberta da Guiné, contra Avelino Teixeira da Mota, Godinho recorreu a uma linguagem bem directa, pelo menos em duas passagens para sustentar que não mais seria possível repetir as histórias fantasiosas de um infante D. Henrique caracterizado por um quadro tão simples, de luta pela Fé e pelo sonho de dar novos mundos ao mundo, pois uns "impertinentes [entre os quais Godinho se incluía, ao lado de Duarte Leite, lembraram-se] de estudar as fontes em vez de se masturbar em glórias"; ou, mais adiante, desferindo contra os mitos alimentados pelo mesmo Teixeira da Mota, "E que treta é essa do bom tratamento dos escravos!"[9].

Flausino Torres escreveu, então, uma das críticas mais duras de uma obra de Magalhães Godinho. A respeito da *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, t.º 1.º (Lisboa: Terra Editora, 1947), considera que dois dos seus propósitos não são alcançados: por um lado, o europocentrismo não é banido do estudo sobre Marrocos, porque apenas se atende ao modo como os europeus exploraram e dominaram outras sociedades; por outro lado, porque a intenção de se passar da descrição à explicação não é alcançada, porque não se explica a relação entre as classes sociais e a sua mentalidade, nem se procura entender o modo como esses grupos sociais se escalonam ou se foram sobrepondo na hierarquia social da época. Mais concretamente, acusa Flausino

cial e rica favorece a democracia, conforme se comprovava através do exemplo da Grécia Antiga e do século XX, "é o que sucede tanto na democracia comercial grega como nas democracias capitalistas do século XX", *idem*, 65.

8 Vitorino Magalhães Godinho, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa: Problemas das origens e da linha de evolução* (Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1944), 113-14.

9 Godinho, *Comemorações e história.*

Torres, não se expõe "a situação do escravo e da mulher" e nada diz acerca da "vida social dos trabalhadores, além da referência apressada à organização dos moços de fretes de Fez"[10]. Como interpretar o azedume desta crítica, proferida por parte de quem tinha ingressado no Partido Comunista Português e andava na órbita de Bento de Jesus Caraça? Mera dissensão de um comunista em relação a quem o não era? Manifestação de rivalidade no seio de um círculo intelectual ligado à Cosmos, onde Godinho acabou por desempenhar o papel de sucessor?

O certo é que, na década de 1950, a presença de Godinho em França e o seu labor como historiador do Império português decorreram a par das lutas anticoloniais, organizadas a partir de França, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Por exemplo, em 1955, na revista *Présence Africaine*, Mário Pinto de Andrade, sob o pseudónimo de Buanga Fele, escreveu um importante artigo no qual criticou a ideologia colonial portuguesa do luso-tropicalismo. Considerou-a uma impostura. No seu entender, Gilberto Freyre baseara-se numa "falsa interpretação da génese da expansão marítima portuguesa", e a ela contrapôs precisamente a visão fornecida por Magalhães Godinho, quando este escreveu: "Os portugueses construíram no século XVI um Império comercial cuja alma eram as especiarias; a sua razão a pirataria e o saque; os seus nervos os canhões"[11].

As duas edições de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*

Tendo defendido a sua tese em 1959, Magalhães Godinho ensinou entre 1960 e 1962 na antiga Escola Colonial, integrada na Universidade Técnica em Setembro de 1961. Foi demitido por ter apoiado o movimento estudantil e ter denunciado, pela sua incompetência, o mentor

10 Flausino Torres, recensão de Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, t.º 1.º (Lisboa: Terra Editora, 1947), *Seara Nova* I, fasc. II (Junho 1948): 112-14.

11 Mário Pinto de Andrade, "Qu'est que c'est le Luso-Tropicalisme?", *Présence Africaine* 4 (1955): 24-25 [tradução portuguesa "O que é o Lusotropicalismo?", in Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, *Quem é o Inimigo?*, vol. I (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978), 225-33].

da referida escola, Adriano Moreira, que servia então como Ministro do Ultramar, durante o período em que Manuel Lopes de Almeida era Ministro da Educação. Depois, Godinho viveu, durante quase uma década, do seu trabalho como autor e das suas colaborações em diferentes projectos editoriais. As duas edições da tese defendida inicialmente em francês e publicada com o título *L'Économie de l'Empire Portugais aux XVe et XVIe siècles* (Paris: S.E.V.P.E.N, 1969) e, em português, com um enorme aparato gráfico e em grande formato, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2 vols. (Lisboa: Arcádia, 1963-1965, 1971) têm uma enorme diferença, a qual tem sido pouco ou nada notada. É que a edição francesa é composta por duas partes: a primeira sobre a moeda e as economias monetárias e pré-monetárias; a segunda respeitante ao comércio das especiarias. Enquanto a edição portuguesa surgiu acrescentada de uma terceira parte intitulada "Economia de subsistência e mão-de-obra".

Vale a pena debruçarmo-nos sobre as três partes que compõem a edição portuguesa e procurar compreender a organização da terceira e última à luz de um diálogo – para não dizer mais propriamente de um confronto – com o primeiro volume, entretanto publicado, de Fernand Braudel, *Civilisation Matérielle et Capitalisme* (Paris: Armand Colin, 1967)[12]. Tomemos a questão da escravatura africana como fio condutor, pois ela surge desenvolvida, na primeira parte, a respeito dos mercados sudaneses do ouro e resgates da Guiné: "No Rio Senegal – por exemplo – o resgate do ouro nunca foi muito importante, ao invés do que se deu com a escravatura"[13]. Mas é sobretudo na terceira parte que a escravatura ocupa um papel central. Ela está presente na análise da fazenda e do engenho, a respeito da produção do açúcar, e a obra encerra com um capítulo que lhe é inteiramente dedicado. Trata-se de compreender uma economia de subsistência no confronto tanto com inovações técnicas, como de novos produtos destinados ao mercado. Melhor, o mercado impõe-se às economias de mera subsistência, a partir de um conjunto

12 Citado por V. M. Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 2, 420.
13 *Idem*, *ibidem*, vol. 1, p. 167.

de produtos com os seus próprios mercados: é o pão de mar que desafia essa "constante da economia portuguesa" que é "a escassez do pão", são os circuitos do trigo marroquino a começar pela abastecimento das praças portuguesas, são as inovações conseguidas pela viagem de algumas plantas, a começar pelo milho, e são os grandes produtos da economia atlântica – o açúcar, a pesca, o sal e o mercado da mão-de-obra, sobretudo os escravos.

A questão da escravatura é tratada no seu conjunto. Godinho começa por distinguir áreas de assalto, de resgate ou mercados em três diferentes áreas, ou melhor, três complexos histórico-geográficos distintos: das Canárias à Guiné, da Serra Leoa ao Benim, e depois de Angola ao Brasil. Para depois se ocupar do movimento do tráfico, nas suas grandes séries, relacionadas com as condições de transporte. Ao que acrescentou as relações de utilização e de poder suscitadas pela escravatura, bem como a análise do seu regime jurídico, das ideologias correspondentes e da situação real da vida do escravo. Trata-se, pois, de um tratamento da escravatura que vai do rés-do-solo do tráfico à análise das ideologias da sua justificação. A escravatura assumiu, então, os contornos de um facto social total, sendo possível e necessário aplicar ao seu estudo a preocupação de a estudar no seu conjunto.

Para além de ser tomada como unidade de análise, a escravatura, mais concretamente, o tráfico de escravos fez parte integrante da conclusão, na qual o autor procurou formular três argumentos de carácter mais geral. O primeiro diz respeito à caracterização do processo de expansão dos séculos XV e XVI, o qual consistiu fundamentalmente em trocas que são "por essência desiguais", são estas que geram uma "comercialização do globo", logo uma acumulação de capital e lucros ao longo dos séculos XV e XVI. Ou seja, o que está no centro de um tal processo são "relações que uma ou mais economias dinâmicas e com força tecem com economias não só estacionárias e menos desenvolvidas, como ainda estruturalmente diversas". No caso português, um dos exemplos apresentados, para demonstrar que se trata de uma economia em expansão, é o da compra de escravos. Estes eram comprados com artefactos de cobre e latão alemães, por tecidos magrebinos ou indianos, mas o certo é que a economia

em expansão tinha as suas próprias indústrias, ou seja, o sal, o açúcar, a olaria e os têxteis. À superioridade económica, soma-se o facto de a economia em expansão dispor de uma força guerreira com capacidade para impor tratados, abrir mercados, criar novas formas de transacção e até de trabalho. Porém, o recurso à violência, mais concretamente, à "apropriação violenta" chega até a ser matizado, por só ter existido em certas fases iniciais. Isto porque o que é determinante são as referidas trocas desiguais. E, mais uma vez, o exemplo esclarecedor encontra-se na escravatura: "A produção nas economias expansivas, por mão-de-obra que é integralmente mercadoria e nada mais – por escravos cuja perda só importa pelo custo de substituição – cria um sobrevalor que não é criado onde apenas trabalha a mão-de-obra livre contra salário, conquanto esse sobrevalor vá geralmente para o mercador do produto de preferência a enriquecer o próprio produtor"[14].

Uma segunda conclusão diz respeito aos limites que se impõem a esse processo de comercialização ou mercantilização. Tal como se um processo que é essencialmente de modernização económica tivesse de contar com travões, resistências sociais ou entrasse em contradição com uma mentalidade mais arcaizante. Nas palavras de Godinho é a "mercantilização que não consegue romper com a cruzada". Por um lado, os "cavaleiros cobiçosos" não se transformaram em "mercadores esforçados". Por outro lado, a concentração, nos aspectos práticos do processo da mercancia, tal como no da navegação, "impediu o aparente desvio teórico que aumentaria a eficácia prática". Em Gil Vicente e António Ferreira encontram-se algumas das representações desse processo de recusa do novo, do capitalismo nascente, bem como o refúgio compensatório no elogio dos "feitos heroicos de tão justas guerras". Enquanto, mais tarde, Frei Amador Arrais, embora considerasse ser justa a guerra contra os Mouros, sublinhou os aspectos "perniciosos da escravidão para o Reino (escravidão que é fruto da expansão)", para além de se colocarem limites à dispersão e ampliação excessiva do império, numa crítica que seguia ideias de Botero[15].

14 *Idem*, *ibidem*, 608.

15 *Idem*, *ibidem*, 608-10.

Uma terceira e última conclusão identifica as "contradições e limitações institucionais e na prática". Muitas delas são imperceptíveis, pois derivam do "soco amplo da sociedade em que tais super-estruturas assentam". Conjugam-se, aqui, diversos elementos que são muito familiares aos leitores de Magalhães Godinho. A comercialização depende em parte de um Estado-mercantil ou alfandegário, como sustenta noutros lugares, atravessado por uma ideologia antimercantil, posta ao serviço de grupos nobiliárquico-eclesiásticos "que não sabem ceder ante os mercadores empreendedores". Oscilando entre o regime de monopólio e a abertura do comércio, o certo é que a hipertrofia do Estado se constitui num obstáculo à formação de companhias por acções. Depois, a acumulação de capital, a renda, é consumida pelos padrões de consumo dos referidos sectores nobiliárquico-eclesiásticos, que esmagam a população agrícola e oficinal, sem com isto se chegar ao investimento reprodutivo. Existe uma outra forma de o Estado mostrar a sua hipertrofia, uma vez que o seu funcionamento participa de "quadros mentais congelados e fortemente repressivos"[16].

Nesta última conclusão, ao contrário do que sucedeu nas duas anteriores, o caso da escravatura está subentendido, por representar uma forma extrema de desigualdade só possível de sustentar em situações onde a dominação se faz sentir. Expressão por excelência de uma profunda desigualdade, insista-se, a escravatura volta a estar presente de forma implícita nas últimas linhas da obra, quando Godinho sustenta que "a comercialização [...] dos séculos XV e XVI gerou uma economia e uma sociedade que se auto-bloqueou em linhas rígidas, de maneira tal que não conseguiu posteriormente industrializar-se nem aceder ao universo da ciência e da cidadania". É a crítica à sociedade capitalista que só foi possível graças ao aproveitamento de uma extrema desigualdade, sustentada por situações de dominação. Ao publicar estas conclusões em 1971, terminando o seu livro com um capítulo dedicado à escravatura, Godinho criticava abertamente aqueles que continuavam a manter sonhos de manutenção de um império. É que, afinal, esse mesmo

16 *Idem*, *ibidem*, 609-10.

império, construção política que era parte de um processo mais geral de expansão capitalista, que se aproveitava e ao mesmo tempo gerava estruturas de desigualdade, tinha impedido ou bloqueado a modernização. Esta surge, por último, representada pela racionalidade científica e pelo acesso à cidadania[17].

A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa

A primeira edição de *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* foi publicada em 1971, ano em que ficou completo o segundo volume da edição portuguesa de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Na sua base estavam alguns artigos publicados no *Diário de Lisboa*, num período compreendido entre Dezembro de 1967 e Maio do ano seguinte, mais outros de Julho de 1970 (estes últimos resultaram de uma conferência que, fez questão em explicitar, tinha proferido no Colégio Moderno). Toda essa década de 1960, depois de ter sido demitido em 1962 da Universidade Técnica, até à partida para a Universidade de Clermont-Ferrand, no início da década de 1970, tinha sido dedicada a um vasto trabalho editorial. Modo de subsistência forçado ou, pelo menos, sem alternativas, os direitos de autor – provenientes da publicação de obras na Sá da Costa, de traduções e de colecções, incluindo a colecção "Rumos do Mundos" na Cosmos e a enciclopédia *Focus* – surgiram como fonte de independência financeira. A tese do bloqueio da modernização – por se terem mantido em Portugal estruturas arcaicas, próprias de uma sociedade de Antigo Regime – foi então desenvolvida. Como pano de fundo da argumentação de Godinho, encontra-se uma ideia clara de modernização económica e social. A atenção prestada aos escravos volta a ser recorrente.

Primeiro, os escravos surgem como uma variante que põe em causa uma sociedade que só juridicamente se concebe como dividida em ordens ou estados. De novo, os escravos surgem, só à primeira vista contraditoriamente, como produto de uma economia dinâmica e em processo de expansão capitalista. São os fornecimentos de escravos para as Índias de

17 *Idem*, *ibidem*, 611.

Castela ou para Espanha e as zonas mediterrânicas; é o seu emprego nos arquipélagos atlânticos, no Brasil, mas também no Reino, onde chegam a atingir um décimo da população. Retomando, aliás, o que escrevera em *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, depois de serem identificados como mercadoria, integrando cálculos em série comparáveis com outras mercadorias, são os modos do seu tratamento – "frequentemente entre o gado e as cousas" – que importam. É também a sua presença maciça em Portugal, nomeadamente em Lisboa, e nas ilhas[18].

No apêndice documental, pelo menos por três vezes, a questão da escravatura é retomada. Antes de mais, em meados do século XVI, a respeito de um homem rico e poderoso de S. Tomé, que representava uma minoria a usufruir de uma economia escravista[19]. Depois, a respeito da caracterização da estrutura social do Brasil, feita com base em Ambrósio Fernandes Brandão (1618), em que todas explorações agrícolas, a começar pelos engenhos de açúcar, faziam as "suas lavouras e grangerias com escravos de Guiné, que para esse efeito compram por subido preço"[20]. Por último, são diversos os testemunhos de estrangeiros, cobrindo uma longuíssima duração que vai do final do século XV a meados do século XIX, que demonstram a presente constante de negros entre a população lisboeta[21].

Conclusão: comemorações e história

Revisitar a obra de Vitorino Magalhães Godinho em função do lugar nela ocupado pelo tratamento da escravatura tem o duplo propósito de recuperar um lugar da nossa memória colectiva, sobre o qual urge reflectir, e de ir na contramão das lógicas comemorativas que tendem a dominar o espaço público. É que a profissionalização da escrita da história e a monopolização académica da sua investigação têm tido re-

18 V. M. Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (Lisboa: Arcádia, 1971), 64-67. Cálculos sobre o preço dos escravos surgem também em *Idem*, *Introdução à História Económica* (Lisboa: Livros Horizonte, 1970), 171.

19 *Idem*, *ibidem*, 173-74.

20 *Idem*, *ibidem*, 176.

21 *Idem*, *ibidem*, 204-06.

sultados paradoxais. Um expectável espaço de autonomia e de isenção na produção de conhecimento histórico parece dar lugar, cada vez mais, a uma submissão às lógicas da comemoração e da celebração, concebidas como resposta às solicitações dos discursos do Estado e dos poderes públicos. Nas suas razões mais imediatas, aquilo que pode ser considerado um desvio, em relação às condições de uma certa autonomia e da criação de uma distância crítica, explica-se pela força financeira dos programas públicos, concebidos a pretexto da defesa de uma memória nacional. Tal como se existisse uma relação mecânica entre a arte de conceber a comemoração e a de defender a memória, assim vamos em matéria de grandes programas e de definição de uma ordem prioritária de despesas públicas no que respeita à investigação histórica.

Claro que existem outras razões que explicam a generalização de uma cultura da comemoração e do espectáculo, orientada para a celebração do passado e concretizada na invenção de espaços de memória. O refúgio no passado ou nos seus locais, com a sua sequência de acontecimentos e a sua galeria de heróis, parece corresponder a uma regressão, face aos desafios impostos pelo presente, bem como a uma intenção de encontrar justificações fáceis para escolhas que radicam na actualidade, mas têm a necessidade de mergulhar as suas raízes numa espécie de ancestralidade. Escusado, por isso, atribuir todas as responsabilidades de formação de uma cultura áulica de celebração a programas públicos, impostos do alto. É que existem solicitações determinadas por gostos de consumo massificado, alimentadas por engrenagens de interesses empresariais e associativos, que, em lugar de alimentar o sentido crítico, promovem entendimentos superficiais e generalizados de símbolos, personagens e cenografias cerimoniais.

Este artigo procura responder às políticas de comemoração, inseridas numa cultura que exprime as suas ansiedades através da busca de celebrações mais ou menos espectaculares. Ganhar distância, por recentramento dos lugares da memória, ou recolocar as questões, fugindo a uma natural evidência da ordem das celebrações – apelando, por exemplo, a uma reflexão sobre Magalhães Godinho e a escravatura – , são tarefas que se impõem ao historiador de ofício. Só assim se pode

recusar andar a reboque de agendas que tudo confundem num afã que se encontra expresso, de modo bem patético, nas palavras de uma exposição sobre o Museu das Descobertas, inaugurada a 30 de Maio de 2019, no Museu Nacional de Arte Antiga[22].

Referência para citação:
Curto, Diogo Ramada. "Vitorino Magalhães Godinho e a questão da escravatura." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 258-272.

22 Nas palavras do convite para a exposição de um suposto Museu das Descobertas no MNAA, o que verdadeiramente se descobre é a vacuidade das instituições oficiais, quando pensam que a sua afirmação depende, apenas, da ocupação de um espaço deixado em aberto por agendas oficiais. Sem prescindir dos estribilhos, mais ou menos, lúdicos da intuição, da iniciação e até da provocação, pelo contrário, servindo-se deles com uma intenção matreira destinada a captar públicos alargados, que têm de ser entretidos nos seus tempos de lazer, aqui fica a declaração patética: "A experiência do museu assenta no ato magnético e muito pessoal da contemplação, e esta, por seu turno, origina-se no valor insubstituível do objeto como testemunho intemporal e redentor da capacidade criadora humana. É no êxtase particular e iniciático da contemplação que radica o poder do museu, o poder de suspender o tempo, proporcionando um encontro essencial com o próprio eu. Ao Museu Nacional de Arte Antiga pareceu oportuno levar a cabo a organização do presente projeto, abrigado sob a designação provocadora de Museu das Descobertas, num tempo que assiste a uma renovada atualidade do conceito de museu, amplamente ilustrada na febre constitutiva de novas instituições."

Marisol de la Cadena

Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds

Durham: Duke University Press, 2015, 368 pp.

Guilherme Bianchi*

Na antropologia moderna, a consciência do problema da tradução intercultural emerge junto ao aparecimento do etnógrafo em campo que, substituindo a figura hegemônica do antropólogo "de gabinete" do século XIX, mobiliza uma apologia da copresença entre investigadores e investigados. Assim, Malinowski já se referia, em 1922, à "enorme [...] distância entre o material informativo bruto" (o que o etnógrafo "recolhe" em campo) e "a apresentação final dos resultados".[1] O dilema da tradução intensificou-se, a partir daí, junto a uma crescente preocupação política sobre as práticas de representação. O reconhecimento dos níveis de distância e a parcialidade das conceitualizações universalistas da filosofia moderna – na medida em que se confrontava com uma alteridade que desautorizava sua redução aos pilares da ontologia moderna – tornou necessária, nas últimas décadas, uma apreciação da autonomia entre mundos que não se limitasse ao aspecto epistemológico da diferença. Para alguns antropólogos, seriam os próprios modos de ser (para além dos modos de conhecer) que afirmariam essa alteridade – uma viagem, portanto, das questões epistemológicas para questões ontológicas.[2]

* Guilherme Bianchi (guilhermebianchix@gmail.com). Pesquisador visitante no Goldsmiths College, University of London. Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil. Rua Diogo de Vasconcelos, 122, Pilar, Ouro Preto, Minas Gerais CEP 35400-000, Brasil.

1 Bronislaw Malinowski, *Argonauts of the Western Pacific* (Londres: Routledge, 2014 [1922]), 2.

2 A chamada "virada ontológica" na antropologia radicaliza essa apreciação da alteridade em termos que não são apenas epistemológicos. Ver Eduardo Viveiros de Castro, "Who is afraid of the ontological wolf: Some comments on an ongoing anthropological debate", *The Cambridge*

Na historiografia, diagnósticos disciplinares semelhantes – de que a posicionalidade do historiador, longe de representar de maneira transparente o conteúdo que emana do passado, afetaria também, de maneiras desiguais, a "integridade" de seu objeto – encaminharam reavaliações da tradição disciplinar a partir de certos aspectos menos opacos, mais capazes de fornecerem níveis de acesso à realidade: aspectos textuais, conceituais, políticos, performativos, etc., do passado. Seja na antropologia ou na história, esse tipo de percepção baseia-se em uma ideia de fundo: a de que há *um* mundo comum e *muitas* formas possíveis de conceitualizá-lo: uma natureza e muitas culturas. *Earth Beings*, o livro da antropóloga peruana Marisol de la Cadena[3] publicado em 2015, apresenta uma rota possível que coloca essa ideia de fundo em suspensão, em torno do que se convencionou chamar, na antropologia, de "giro ontológico". O livro apresenta a experiência da autora junto a Mariano e Nazario Turpo, pai e filho camponeses indígenas Quéchua, nos Andes peruanos, em uma investigação colaborativa que se estendeu de 2002 até 2007. Longe de ser seu objetivo o de "superar" as lacunas entre a linguagem conceitual das ciências modernas e a existência ("multinatural", "anti-cartesiana") dos coletivos indígenas dos Andes peruanos, são os próprios limites dessa "tradução epistemológica" que são colocados em jogo ao longo da investigação. Trata-se mais de repensar a própria questão sobre a legitimidade interna e externa dos níveis "não-traduzíveis" da experiência andina a partir dessa própria intraduzabilidade. Em outras palavras, antes de admitir a possibilidade de um uso "mais correto possível" dos termos como estratégia para a efetivação segura da tradução entre mundos, a autora propõe uma reflexão que permite o encaminhamento de certa legitimação dos próprios espaços de experiência subjetiva – espaços que a "nossa" linguagem conceitual não consegue descrever sem antes reduzir seu valor ontológico.

Journal of Anthropology 33, n.º 1 (2015): 2-17; Martin Holbraad e Axel Morten Pederson, *The ontological turn: an anthropological exposition* (Cambridge: Cambridge University Press, 2017); Olatz Abrisketa e Susana Carro Ripalda, "La apertura ontológica de la antropología contemporánea", *Antropología Contemporánea: Revista de Dialectología y Tradiciones Populares* LXXI, n.º 1 (2016): 101-28.

3 Marisol de la Cadena é professora de Antropologia da University of California, Davis, e autora de *Indigenous Mestizos: The Politics of Race and Culture in Cuzco, Peru, 1919-1991* (Durham: Duke University Press, 2000). Editou recentemente, com Mario Blaser, o livro *A World of Many Worlds* (Duke University Press, 2018).

Em sete histórias que recontam os desentendimentos e as conexões parciais possíveis entre os sistemas ontológicos e epistemológicos em jogo, a autora propõe um entendimento da diferença que a reconheça como uma "disjuntura comunicativa" entre os mundos. Interessa, no entanto, uma abordagem dessa disjuntura capaz de produzir uma interação comunicativa que evite reduzir a diferença à identidade. Para isso, de la Cadena mobiliza a existência desses "equívocos conceituais" como expressões de mundos que não podem ser cancelados pela tradução (embora a autora aponte que seja justamente o cancelamento dessas práticas que o pensamento moderno tão regularmente efetiva ao transformar, pela força dos binarismos universalistas, o dissimilar no mesmo). O livro documenta esses momentos de suspensão da rigidez metodológica que surgem no desentendimento entre ontologias a partir de situações específicas: a significação política da afirmação ontológica andina, o modo como essas afirmações transgridem as barreiras do histórico/a-histórico, a forma como a afirmação da legitimidade existencial funciona como crítica ao discurso do Estado nacional peruano, as novas apropriações das práticas xamânicas do Peru andino no mundo global do século XXI.

O conceito de "equivocidade controlada", que a autora apropria do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, permitiria uma espécie de tradução capaz de descrever mundos outros a partir de aparelhos conceituais que se desloquem e se permitam ser contaminados pelo sistema que se deseja abordar – não mais, então, como o arquivo "imunizado à alteridade" de que fala Michel de Certeau.[4] O equívoco aparece então como modo de comunicação que evita o cancelamento da diferença através da presunção de que diferentes interlocutores dizem a mesma coisa com palavras distintas. Para a autora, é a própria posição e natureza da "coisa" que muda. "*Earth beings*" (seres terra), por exemplo, é a sugestão da antropóloga para o que os *yachaq* Mariano e Nazario entendem por *tirakuna*. Ausangate, um pico de uma cordilheira em Cusco, é referido por eles como *tirakuna* (do espanhol *tierra*

4 Certeau, Michel de, *A escrita da história* (Rio de Janeiro: Forense, 1982), 216.

mais a forma plural quéchua *kuna*). Não é que esses seres habitem a montanha, eles são a montanha. Quando aquilo que concebemos como montanha emerge conceitualmente como *tirakuna*, a montanha já é outra coisa que natureza. Mas traduzi-lo como "entidade sobrenatural" também expressaria algo distinto do entendimento nativo. A tradução aberta ao tensionamento filosófico (a montanha como um "ser terra") não cancela, mas mantém, a divergência entre perspectivas de mundos parcialmente entrelaçadas por essa nova comunicação (p. 27).

Em outro momento, de la Cadena encontra no conceito "história" um desses equívocos, ao perceber a não-coincidência do conceito entre a sua perspectiva e a de seu colaborador:

> "Quando perguntei a Nazario porque ele achava que eu estava trabalhando com eles – ou melhor, fazendo-os trabalhar comigo – ele respondeu: *Nuqa pensani huqta historia ruwananpaq* (que eu traduzo para o inglês como "acho que outra história será feita [escrita]"). E ele concluiu, *Yachanmanmi chay apukuna munaqtin* (na minha tradução: "pode-se conhecê-la se os *apus* [os seres terra mais elevados] quiserem")" (p. 29).

A própria inexistência de um termo paralelo em quéchua – que explica o uso do espanhol *historia* por Nazario – demonstra a existência de uma lacuna conceitual entre a antropóloga e seu interlocutor. O fato é que a "história", para Nazario, só pode ser contada "se os *apus* quiserem". Isso posiciona sua conceituação para longe de um regime de escrita da história que requer, como evidência, uma inscrição materializada do evento passado. A "evidência", nesse caso, é a disposição dos entes espirituais. No interior do uso da palavra história por Nazario estaria o *willakuy*, um conceito quéchua que descreve o "ato de contar ou narrar um evento que aconteceu, às vezes deixando traços topográficos – uma lagoa, um penhasco, uma formação rochosa – que tornam o evento presente, mas não são evidências da maneira que o

sentido histórico moderno do termo exigiria". Ao contrário da noção moderna de história, que particiona um evento em fato e evidência, os eventos referidos via *willakuy* acontecem no interior do processo de narração. A atitude tradicional do pensamento histórico moderno tende a localizar esse tipo de evento – eventos que não cumprem os requerimentos indiciários do método – como mitos e, assim, como eventos "fora da história". "Mas enquanto os *willakuys* não são históricos (no sentido moderno do termo), os eventos que eles narram aconteceram. Que eles não cumpram os requisitos da história moderna não cancelam seu caráter de evento [*eventfulness*]" (p. 29).

Outro momento do livro onde o problema da história é colocado no centro da discussão acontece quando a autora relata a ocasião em que encontrou uma caixa de papéis e documentos de Mariano. Esses documentos, na visão da autora, evidenciariam a história das lutas dos colonos indígenas em Lacamarca, Cuzco, entre 1920 e 1970, contra os abusos e injustiças dos senhores da terra locais. Mas, para Nazario, os mesmos documentos eram apenas velhos papéis que poderiam servir para alimentar o fogo da lareira. A discordância, ou o desentendimento, se expressa nesse caso a partir das diferentes concepções em jogo sobre o poder dos documentos em "contar a história" [*to tell the story*]. "Os documentos eram, eu pensava, suficientes para contar a história" (p. 118). Para Mariano, pelo contrário, os documentos eram justamente insuficientes: havia mais na história do que aquilo que os documentos na caixa poderiam mostrar. Os eventos que os documentos poderiam trazer à tona não eram os eventos que Mariano acreditava serem o "produto do passado". Nesse caso, não é a noção de arquivo que é diferente, e sim a noção de quais histórias esse arquivo potencialmente poderia iluminar.

Estamos diante de uma discordância que não é meramente formal. A alteridade em questão não é uma particularização possível de um elemento transcendental (o tempo, o corpo, o humano). O que ela põe em questão é a própria legitimidade desses transcendentais. A autora propõe pensar essa discordância como um desentendimento, a

partir da proposição de Jacques Rancière.[5] Não se trata, portanto, de um problema que requer uma «medicina da linguagem», ou uma pluralização da "fala" ou, no caso dos historiadores, uma pluralização da "história". O que o desentendimento instala é uma situação em que o próprio significado do que significa "falar" – ou do que significa "história" – está em questão.

O livro de Marisol de la Cadena tem o mérito de fundamentar uma abordagem da diferença concebida a partir da abertura, ou seja, consciente de que resoluções para esses problemas dificilmente surgirão de forma imanente às disciplinas modernas. O que torna necessário a abertura dessas disciplinas ao que vem de fora. A possibilidade de reavaliar a diferença entre cosmologias a partir de sua legitimidade interna e externa para tratar dos problemas do mundo, do tempo e da história fortalecem a possibilidade de uma perspectiva disciplinar "não-imanente". Por outro lado, o apego demasiadamente instrumental ao "ontológico" também parece, por vezes, caminhar no limite da crítica. Se toda enunciação de um interlocutor "outro" é tomada como uma verdade autoevidente e incontestável sobre esse mundo (uma "verdade ontológica" sobre o mundo), estariam os antropólogos (e por consequência os historiadores) condenados ao papel passivo de espectadores de uma verdade que está sempre no além de um mundo outro? A impressão é a de que, em determinados momentos do texto, um apego terminológico à "ontologia" como sinônimo de ser corre o risco de anular a diferenciação entre palavra e coisa, asseverando assim uma relação de determinação direta entre uma e outra.

A dificuldade da historiografia em considerar a presença de deuses, espíritos e forças sobrenaturais na história tem que ver com o modo como as produções históricas, a partir de sua secularização, representam sempre o encontro de dois sistemas de pensamento: um no qual a história é produto da ação humana (uma história "desencantada"), e outro no qual os humanos não são os únicos agentes históricos. A atividade científica moderna (historiográfica ou etnográfica) consiste

5 Jacques Rancière, *O desentendimento* (São Paulo: Editora 34, 1996).

em traduzir o segundo a partir da pretensa universalidade do primeiro. Para os historiadores, a discussão empreendida por Marisol de la Cadena certamente pode auxiliar a repensar o alcance de categorias históricas e meta-históricas, por duas principais razões. Se é verdade que a história, enquanto discurso, pressupôs o passado como seu objeto desde o nascimento da modernidade, também é verdade que a natureza do que separa esse passado daquilo que é "presente" ou "futuro" foi muitas vezes tomada como autoevidente.[6] Na medida em que recoloca o problema da diferença a partir de uma abordagem que, pelo menos em princípio, suspende essa autoevidência, a autora permite com que reconheçamos também o que as categorias ocidentais de tempo e história por vezes "deixam de fora" de seu escopo metodológico. Por outro lado, ao reconhecer que se soma, à diferença epistemológica, um tipo de diferença mais fundamental, ontológica ou "cosmopolítica", o que os inúmeros desentendimentos entre a antropóloga e seus interlocutores possibilitam é a observação dessas fissuras, das brechas que se abrem para uma abertura do conhecimento disciplinar ao que vem de fora.

Referência para citação:
Bianchi, Guilherme. "Recensão a *Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds* de Marisol de la Cadena." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019); 273-279.

6 Ver Chris Lorenz e Berber Bevernage, *Breaking up Time. Negotiating the Borders between Present, Past and Future* (Göttingen: Vandehoeck & Ruprecht, 2013).

Alessandro Portelli

Biography of an Industrial Town. Terni, Italy, 1831-2014

Nova Iorque: Palgrave Macmillian, 2017, 400 pp.

João Pedro Santos*

Numa altura em que os debates em torno do impacto da desindustrialização e os seus efeitos nocivos nas comunidades operárias se tornaram regulares na opinião pública, esta obra da autoria de Alessandro Portelli, publicada pela Palgrave Macmillan em 2017, apresenta-nos uma magistral recolha de memórias do longo século operário e industrial. Sendo a história oral o método central deste livro, Portelli analisa não apenas as profundas transformações económicas vividas na cidade de Terni, mas coloca-nos também perante uma reflexão acerca das reapropriações do passado industrial. Desta forma, estamos simultaneamente diante de uma história focada no trabalho e na classe trabalhadora mas, igualmente, perante uma reflexão historiográfica que, não sendo sempre apresentada de forma direta pelo historiador, também se encontra presente na forma como este selecionou e articulou as entrevistas. Ao analisar de forma original as fontes orais, Portelli apresenta-nos uma comunidade que vive numa permanente tensão temporal entre as ruínas industriais do século XX e a precariedade do mundo pós-industrial. Utilizando as palavras do autor, e como teremos a possibilidade de explorar mais à frente, em Terni coabita uma geração que "cresceu a ouvir a fábrica e fala a sua língua" e uma outra geração que "procura novas palavras para traduzir os seus sentimentos e a sua identidade"[1].

* João Pedro Santos (joaopedrosantos92@gmail.com). Instituto de História Contemporânea, NOVA FCSH. Av. Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

1 Alessandro Portelli, *Biography of an Industrial Town. Terni, Italy, 1831-2014* (Nova Iorque: Palgrave Macmillian, 2017), 12.

No campo historiográfico, a figura de Alessandro Portelli é mundialmente reconhecida, sendo um dos principais representantes da história oral pós-positivista, promovendo a integração da investigação em torno da subjetividade e da memória no terreno historiográfico. No caso, português, a sua receção fez-se a partir da publicação de *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*[2] pela Unipop em 2013. Apesar de se tratar ainda de uma reduzida amostra, obras como *The Order Has Been Carried Out: History, Memory and Meaning of a Nazi Massacre in Rome* ou *They Say in Harlan County: An Oral History*[3] são amplamente conhecidas entre os historiadores orais.

Na sua estrutura formal, *Biography of an Industrial Town* representa a "condensação e reescrita" de dois livros anteriores do autor. Nesse sentido, a obra divide-se em duas partes: 1) a narração do processo de industrialização e a formação da classe operária e 2) a análise do período pós-industrial, em que nos é apresentado o conflito ente a classe operária pós-movimento operário e os desafios apresentados pelo processo de globalização.

São vários os contributos deste livro que importariam salientar. No entanto, estando perante a síntese do trabalho de uma vida, gostaria de me centrar em três grandes pontos que se relacionam intimamente com os desafios com os quais os historiadores do trabalho se têm confrontado. São eles: o método, o papel da fábrica enquanto centro de análise e os processos de transformação da classe trabalhadora na longa duração.

Do ponto de vista do método, a utilização da história oral por parte de Alessandro Portelli vai muito além de um simples complemento das fontes documentais – contrariando uma certa sacralização da fonte escrita. Como este afirma num outro texto seu: "As fontes orais têm uma forma e uma credibilidade distintas, que residem exatamente na sua subjetividade, ou seja, por incluírem o erro, a imaginação, o

2 Alessandro Portelli, *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios* (Lisboa: Unipop, 2013).

3 Alessandro Portelli, *The Order Has Been Carried Out: History, Memory and Meaning of a Nazi Massacre in Rome* (New York: Palgrave Macmillan, 2003) ou Alessandro Portelli, *They Say in Harlan County: An Oral History* (New York: Oxford University Press, 2010).

desejo, as fontes não só revelam a história acerca do que aconteceu, mas também o significado da história"[4]. Em *Biography of an Industrial Town*, todas estas problemáticas estão bastante presentes, sendo um livro atravessado pelo desafio de "dar forma de narrativa a toda cidade"[5]. Nesse sentido importa salientar o esforço do autor em ter em conta a relevância de uma "montagem" complexa das diferentes fontes, salvaguardando a relação necessária entre as vozes individuais e a história coletiva da cidade.

No entanto, a utilização da história oral enquanto método não pretende apenas apresentar-nos uma história da cidade de Terni que se limita a introduzir uma sucessão de factos mas, sobretudo, uma história que tenha em conta a autorrepresentação por parte dos narradores[6] e que só um estudo que recupere a memória enquanto campo de investigação torna possível. Nesse sentido, é de sublinhar a relevância que Portelli atribui aos aspetos narrativos e linguísticos como a velocidade do discurso dos narradores, a necessidade de respeitar o dialeto no processo de transcrição e, claro, o papel da ucronia que se furta a uma história de cariz positivista. Como este afirma: "Não é que tudo o que seja contado neste livro seja verdade, mas foi tudo verdadeiramente contado"[7] e nesse sentido a memória ganha importância na medida em que nos permite aceder a uma matriz de significados que uma simples acumulação de factos não permitiria.

No que ao espaço diz respeito, a fábrica representa o centro desta história, sendo o principal foco de disputa social e política ao longo dos quase 200 anos que nos são narrados. Encontrando-se bastante próxima de Roma e contando com um vasto leque de recursos naturais, a cidade de Terni foi escolhida pelo governo italiano para a instalação da primeira área de indústria pesada em Itália, em 1885. O sector do ferro era privado, mas trabalhava sobretudo para a marinha e a este juntou-se

4 Alessandro Portelli, "História oral italiana: Raízes de um paradoxo", *Revista Tempos Históricos* 12 (2008): 14.

5 Portelli, *Biography*, 10.

6 *Idem*, *ibidem*, 6.

7 *Idem*, *ibidem*, 12.

uma fábrica de armas criada pelo exército italiano, indústria química e fábricas têxteis, constituindo-se assim um complexo industrial em Terni. Entre as décadas de 1920 e 1960 os sectores do ferro, eletricidade e química eram propriedade da Empresa Terni que veio sendo gradualmente controlada pelo Estado. No entanto, o sector metalúrgico, incapaz de apresentar índices positivos, acabou privatizado e em 2004 passou a propriedade da multinacional alemã ThyssenKrupp e foi renomeada TK-AST, tendo mais recentemente dado lugar a um processo de reestruturação, com encerramento de determinados sectores.

Ao longo deste profundo processo de recomposição industrial – desde a ascensão modernizadora ao declínio pós-industrial – somos confrontados com o espaço da fábrica e com os significados que este tem para os habitantes de Terni e, em particular, para os trabalhadores. Contrariando algumas abordagens mais reducionistas que olham para a fábrica como mero espaço produtivo, económico e, em última instância, de exploração dos trabalhadores, nesta obra deparamo-nos com a fábrica enquanto espaço social. É certo que a fábrica se mantém enquanto um espaço de violência e de exploração – exemplo disso são os relatos de ódio aos chefes[8] e a reorganização fordista do trabalho durante o regime fascista, que visava controlar o tempo gasto pelos trabalhadores[9]. Contudo, apesar deste conflito permanente, o espaço fabril surge igualmente enquanto espaço modular de um imaginário social e cultural, algo que fica bem expresso nas palavras de um dos narradores: "Sentes um afeto que não se consegue descrever, está na tua carne e ossos. Eu passei 44 anos debaixo daquele teto"[10]. Como nos mostra Portelli, a relação com a fábrica tende a agudizar-se à medida que se entra no fim do século XX e com o aprofundar do processo de desindustrialização no mundo ocidental. A partir desta "atitude amor-ódio em relação à fábrica"[11] temos acesso à complexidade do espaço fabril e, nesse sentido, torna-se possível compreender melhor as cicatrizes que ficaram não só

8 *Idem*, *ibidem*, 157.
9 *Idem*, *ibidem*, 163.
10 *Idem*, *ibidem*, 55.
11 *Idem*, *ibidem*, 287.

em Terni, mas em todas as regiões industriais que passaram por estas transformações.

Um último ponto que importa salientar acerca desta obra prende-se, obviamente, com o principal sujeito histórico deste longo século: a classe operária. Ao contrário de uma narrativa desenvolvimentista que olha para a classe trabalhadora enquanto um sujeito coletivo compacto e monolítico, sendo igualmente o portador do progresso representado pelo mundo industrial, Portelli mostra-nos como essa homogeneidade não é dada de antemão. Na verdade, é impossível compreender a sua força coletiva ao longo do século XX sem ter em conta as suas experiências, não apenas no espaço fabril, mas igualmente no seu quotidiano, os seus trajetos singulares e os diferentes subgrupos que se unificam em torno da identidade operária. Importa salientar aqui o facto de o autor se debruçar ao longo de todo o livro sobre o papel da família enquanto fator estruturante desta identidade, mas também salientar o papel das mulheres, a sua participação enquanto operárias assim como a tensão existente entre homens e mulheres no seio do movimento operário[12].

Nesse sentido, podemos considerar que este livro entra numa linha historiográfica em que a experiência dos trabalhadores é central na sua constante (re)composição enquanto classe. São de salientar dois pontos que surgem neste trabalho e que são particularmente reveladores dessa fluidez. Em primeiro lugar, a relação entre a cultura rural e a cultura industrial. Contrariando uma visão de mera oposição, Portelli mostra-nos como estas duas culturas se relacionam intimamente e, em parte, é isso que nos permite explicar a resistência operária às formas disciplinares e de exploração do trabalho no início do século XX. Como este afirma: "A memória da cultura rural gera um diferente sentido de tempo, uma atitude diferente para com o trabalho, a recusa de separar trabalho e socialização e da submissão à disciplina abstrata da fábrica"[13].

Desta relação fértil entre duas culturas que normalmente são vistas como opostas, passamos para uma outra transformação cultural

12 *Idem*, *ibidem*, 71.

13 *Idem*, *ibidem*, 46.

que emerge a partir da década de 60. Se dos escombros da II Guerra Mundial emerge uma identidade operária definida por uma estrita ética do trabalho, os anos 60 representam a sua fragmentação. Apesar de a fábrica continuar a desempenhar um papel central, a partir da década de 60 em diante assiste-se ao surgimento de uma individualidade que muitas vezes entra em choque com o coletivismo da classe trabalhadora: desde jovens que na década de 80 afirmam que se pudessem queimariam a fábrica[14] a trabalhadores que renegam o orgulho operário da geração anterior: "Sou uma pessoa, com uma identidade, uma personalidade própria e não quero que a fábrica se sobreponha constantemente a isso"[15].

Encontramo-nos assim perante uma relação que se havia equilibrado, contrariamente à primeira metade do século XX, na qual a fábrica estruturava grande parte dos comportamentos da sociedade. A fábrica deixou, assim, de ser um embrião puramente militante e passou a ser atravessada por um conjunto mais amplo de contradições. Passou a viver-se num cenário em que "os trabalhadores de carne e osso tinham mudado [...] era um universo de muitas cores, muitos odores, muitos sabores. Estes jovens, na nova classe operária, eram um espetáculo – *piercings*, brincos, cabelo espetado de muitas cores"[16].

Será durante estas "dores de crescimento" que surge o período mais difícil na vida de Terni desde os despedimentos massivos de 1953, com o conflito entre a empresa – agora controlada pela multinacional alemã – e os trabalhadores – que já não se definem da mesma forma que a geração operária anterior. O conflito é agora definido pela dicotomia global-nacional mais do que por uma luta de classes.

Neste novo cenário, deparamo-nos com uma tensão de temporalidades, sendo que face ao presente globalizante e fragmentado, permanece ainda inscrito no território e na vida da cidade o passado industrial recente, sendo este último alvo de inúmeras apropriações. Isso é visível, por exemplo, em festividades como a *Cantamaggio*, uma tradição pri-

14 *Idem*, *ibidem*, 225.
15 *Idem*, *ibidem*, 244.
16 *Idem*, *ibidem*, 314.

maveril "semi-inventada por oposição à cultura industrial emergente"[17] e que, nos dias de hoje, tem precisamente como ponto de partida a zona industrial, contando ainda com o apoio e conhecimento técnico dos operários para produzir os carros alegóricos[18].

É igualmente visível na forma como este passado é vivido de maneira ambivalente entre as novas gerações, transitando entre o fardo e um ponto de reconstrução identitária. Como nota Ian Roberts: "Lugares que partilham um passado industrial são muitas vezes estratificados por significados que podem indicar conclusões opostas"[19]. Tal oposição de narrativas é visível na cidade de Terni.

Por um lado, existem os que se referem a Terni como um "pedregulho" onde nada "pode começar devido ao peso do passado e da nostalgia" (p. 287). Uma visão que é sobretudo fruto de um desejo de superação de um modelo industrial que, longe de ser meramente económico, definiu e define indelevelmente a cultura da cidade[20]. Em simultâneo, este passado é igualmente reapropriado num sentido que pretende ser libertador. O melhor exemplo disso será o trabalho de Greca Campus, jovem realizadora e autora do documentário *Lotta senza Classe*[21], no qual coexistem a continuidade com o seu passado familiar e a procura de uma identidade de classe que, não negando a importância da fábrica, procura novas representações do mundo do trabalho.

Em jeito de breve conclusão, a tradução desta obra para inglês representa um importante contributo para a amplificação do debate, permitindo não apenas a compreensão das transformações económicas do século XX mas, sobretudo, um entendimento mais aprofundado das cicatrizes deixadas pelo processo de desindustrialização.

17 *Idem*, *ibidem*, 286.

18 Mais do que um paradoxo, Portelli vê nestes rituais um *continuum*, onde folclore e ferro se apresentam enquanto relíquias do passado e objeto de reinterpretação e reutilização numa visão pós-industrial do mundo virtual.

19 Ian Roberts, "Collective Representations, Divided Memory and Patterns of Paradox: Mining and Shipbuilding", *Sociological Research Online* 12 (2007):18.

20 Vários relatos mencionam a ausência de uma cultura empreendedora e de uma "estética da beleza" (p. 289), criticando aquilo que consideram a ausência de imaginação numa cidade estagnada.

21 Campus, Greca, *Lotta Senza Classe*. Tahmus, blog.igc. 2014, documentário.

Bibliografia

Portelli, Alessandro. *The Order Has Been Carried Out: History, Memory and Meaning of a Nazi Massacre in Rome*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

Portelli, Alessandro. "História oral italiana: Raízes de um paradoxo". *Revista Tempos Históricos* 12 (2008): 13-37.

Portelli, Alessandro. *They Say in Harlan County: An Oral History.* New York: Oxford University Press, 2010.

Portelli, Alessandro. *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios.* Lisboa: Unipop, 2013.

Roberts, Ian. "Collective Representations, Divided Memory and Patterns of Paradox: Mining and Shipbuilding". *Sociological Research Online* 12 (2007): 1-19.

Referência para citação:

Santos, João Pedro. "Recensão a *Biography of an Industrial Town* de Alessandro Portelli." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019); 280-287.